



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Unidade Jurisdicionada	SECRETARIA EXECUTIVA
<i>Consolidadas</i>	<i>Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Subsecretaria de Assuntos Administrativos Diretoria de Tecnologia da Informação Diretoria de Projetos Internacionais Corregedoria Ouvidoria</i>
<i>Agregadas</i>	<i>Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza</i>



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão (RG) do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Cabe registrar que a estrutura do presente Relatório difere dos termos da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, em função da alteração da estrutura regimental do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), decorrente da publicação do Decreto nº 7.493, de 2/6/2012, o que tornou obrigatória a revisão do arranjo previsto para a estrutura dos Relatórios de Gestão das Unidades Jurisdicionadas do MDS.

Ressalta-se que, em resposta ao Ofício /SE/MDS nº 107, de 27/2/2012, encaminhado ao Tribunal de Contas da União, solicitando revisão na estrutura prevista na referida DN, a Assessoria da 4ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU) informou por e-mail, em 9/3/2012, que o Relatório da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP), unidade extinta pelo Decreto nº 7.493/2012, deveria ficar consolidado ao Relatório da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), dado que esta absorveu as suas atribuições, e que o Relatório da Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (SESEP), criada pelo normativo, deveria apresentar relatório agregado ao relatório da SE, nos termos do inciso III, artigo 5º, da IN 63/2010, mesmo sem as alterações na DN TCU nº 108/2010.

<i>Unidade Jurisdicionada</i>	<i>SECRETARIA EXECUTIVA</i>
<i>Consolidadas</i>	<i>Subsecretaria de Planejamento e Orçamento</i>
	<i>Subsecretaria de Assuntos Administrativos</i>
	<i>Diretoria de Tecnologia da Informação</i>
	<i>Diretoria de Projetos Internacionais</i>
	<i>Corregedoria</i>
	<i>Ouvidoria</i>
<i>Agregadas</i>	<i>Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação</i>
	<i>Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza</i>
	<i>Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza</i>

Brasília - 2012

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	9
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	10
1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado.....	10
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	13
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade	13
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	21
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	42
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	62
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	82
3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recurso	82
3.2 Análise Crítica.....	83
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	84
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	84
4.2 Análise Crítica.....	84
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	85
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	85
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	88
5.3 Composição do Quadro de Estagiários	89
5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada	90
5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	91
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	95
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	97
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011.....	97
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	99
6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes.....	100
6.3 Análise Crítica.....	103
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	104
7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV.....	104
8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	105
8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93	105
8.2 Análise Crítica.....	106
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	107
9.1 Estrutura de controles internos da UJ	107
10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	109
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	109
12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	111
12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	111
13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	113

13.1	<i>Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo</i>	113
15.	PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	114
15.1	<i>Deliberações do TCU atendidas no exercício</i>	114
15.2	<i>Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício</i>	117
15.3	<i>Recomendações do OCI atendidas no exercício</i>	118
15.4	<i>Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício</i>	143
	PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	161
17.	PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	162
17.1	<i>Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....</i>	162
	PARTE C DO ANEXO II DA DN 108/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	163
21.	PARTE C, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	164
21.1	<i>Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda, detalhado por publicidade institucional, legal, mercadológica, de utilidade pública e patrocínios, relacionando dotações orçamentárias dos Programas de Trabalho utilizados, valores e vigências dos contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda, e os valores e respectivos beneficiários de patrocínios culturais e esportivos.</i>	164
22.	PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	165
22.1	<i>Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....</i>	165
22.2	<i>Análise Crítica</i>	173
	ANEXO I - RELATÓRIO DOS CONTRATOS VIGENTES (EXCETO TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO).....	174
	ANEXO II - RELAÇÃO DE CONTRATOS COM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	180

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO–RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO	10
QUADRO 2 - A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO	42
QUADRO 3 - A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	44
QUADRO 4 - A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	62
QUADRO 5 - A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	63
QUADRO 6 - A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL.....	64
QUADRO 7 - A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	65
QUADRO 8 - A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	67
QUADRO 9 - A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	70
QUADRO 10 - A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ .	71
QUADRO 11 - A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	73
QUADRO 12 - A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	75

QUADRO 13 - A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	76
QUADRO 14 - A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	77
QUADRO 15 - A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	82
QUADRO 16 - A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	84
QUADRO 17 - A.5.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	85
QUADRO 18 - A.5.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12	85
QUADRO 19 - A.5.3 - DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)	86
QUADRO 20 - A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	87
QUADRO 21 - A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	87
QUADRO 22 - A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO	88
QUADRO 23 - A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	88
QUADRO 24 - A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	89
QUADRO 25 - A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.	90
QUADRO 26 - A.5.9 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	91
QUADRO 27 - A.5.10 - RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS	91
QUADRO 28 - A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS	92
QUADRO 29 - A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	93
QUADRO 30 - A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	94
QUADRO 31 - A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	97
QUADRO 32 - A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	99
QUADRO 33 - A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEQUINTE	100
QUADRO 34 - A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE	101
QUADRO 35 - A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE	102
QUADRO 36 - A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	104
QUADRO 37 - A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	105
QUADRO 38 - A.8.1.1 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR - GABINETE DO MINISTRO	105
QUADRO 39 - A.8.1.2 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR - SECRETARIA EXECUTIVA	106
QUADRO 40 - A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	107
QUADRO 41 - A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	109
QUADRO 42 - A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	111
QUADRO 43 - A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UJ E POR PORTADOR	113

QUADRO 44 - A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)	113
QUADRO 45 - A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	114
QUADRO 46 - A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	117
QUADRO 47 - A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	118
QUADRO 48 - A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	143
QUADRO 51 - B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.	162
QUADRO 52 - C.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	165

INTRODUÇÃO

Este Relatório apresenta os atos de gestão praticados pela Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, constando as estratégias de atuação adotadas, as atividades desenvolvidas, bem como os resultados obtidos.

O Relatório foi elaborado conforme os seguintes normativos: i) Instrução Normativa TCU Nº 63, DE 01 de setembro de 2010; ii) Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010; e iii) Portaria TCU Nº 123, de 12 de maio de 2011, e orientações do órgão de controle interno, ficando sua estrutura assim disposta: I – Informações sobre a Unidade Jurisdicionada; II- Introdução; III- Desenvolvimento; IV – Resultados e Conclusões.

Cabe destacar que, nos títulos dos capítulos deste Relatório, foi mantido o ordenamento numérico constantes da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011, no que pese o entendimento interno desta Pasta de se excluir da sequência aqueles que não foram indicados para apresentação das informações e/ou não houver ocorrências no período.

Em seguida, encontram-se relacionados os itens requeridos pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 que não constam deste documento, bem como a correspondente justificativa.

PARTE A – Conteúdo Geral

Item 11 - Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

Justificativa: Não existem bens de uso especial no âmbito da Unidade Jurisdicionada.

Item 14 - Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

Justificativa: Não há renúncias tributárias no âmbito da UJ.

Item 16 - Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Justificativa: A Unidade de Controle Interno não fez recomendações a esta Unidade Jurisdicionada no exercício anterior.

PARTE B – Informações Contábeis da Gestão

Item 2 - Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Item 3 - Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas.

Item 4 - Composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).

Justificativa: não se aplica à natureza jurídica da unidade, conforme Quadro A1, do Anexo II da DN TCU nº 108/2010.

PARTE C - Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins

Itens 1 a 37, excetos itens 4 e 16.

Justificativa: A Secretaria Executiva não está indicada para apresentação das informações e/ou não houveram ocorrências no período.

PARTE D - Unidades jurisdicionadas com Relatórios de Gestão Customizados

Justificativa: A Secretaria Executiva não está indicada para apresentação dessas informações.

***PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU
Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL DO
RELATÓRIO DE GESTÃO***

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.
1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado
Quadro 1 – A.1.4 -IDENTIFICAÇÃO–RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome			Código SIORG: 001945
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Secretaria Executiva			
Denominação abreviada: SE			
Código SIORG: 72571	Código na LOA: 55101	Código SIAFI: 550003	
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1087	(061) 3433-1088	(061) 3433-2911
Endereço eletrônico: secretaria.executiva@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "C", 6º Andar, Sala 600, CEP – 70.046-900 – Brasília (DF)			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	ativa	73609	
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	ativa	106867	
Diretoria de Tecnologia da Informação	ativa	106869	
Diretoria de Projetos Internacionais	ativa	106868	
Corregedoria	ativa	107378	
Ouvidoria	ativa	77778	
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação			
Denominação abreviada: SAGI			
Código SIORG: 77811	Código na LOA: -	Código SIAFI: 550010	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1503	(061) 3433-1504	(061) 3433-1598
Endereço eletrônico: paulo.jannuzzi@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br/saqi/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", 3º Andar, Sala 307, CEP – 70.054-906 – Brasília (DF)			
Número de Ordem: 2			

Denominação completa: Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza			
Denominação abreviada: SESEP			
Código SIORG: 77868	Código na LOA: -		Código SIAFI: 550018
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1003	(061) 3433-1074	(061) 3433-1479 FAX
Endereço eletrônico: tiago.falcao@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco “C”, 5º Andar, Sala 517, CEP – 70.046-900 – Brasília - DF			
Número de Ordem: 3			
Denominação completa: Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza			
Denominação abreviada: FCEP			
Código SIORG: -	Código na LOA: -		Código SIAFI: -
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fonte de Recursos			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-2211	(061) 3433-2213	(061) 3433-2276
Endereço eletrônico: dirceu.galao@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br			
Endereço Postal: Setor de Autarquias Norte, Quadra 3, Lote A, Ed. Núcleo dos Transportes – DNIT, Sala 2352 – CEP: 70.040-902 - Brasília – DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
LEI Nº 10.683, de 28 de Maio de 2003 (DOU 28.05.2003): Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;			
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de Janeiro de 2004 (Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004) (DOU 23.01.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;			
LEI Nº 10.869, de 13 de Maio de 2004 (DOU 14.05.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
DECRETO Nº 5.074, de 13 de Maio de 2004 (DOU 12.05.2004, republicado DOU 14.05.2004): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;			
DECRETO Nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005 (Revoga o Dec. 5.074/2004) (DOU 23.09.2005): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;			
DECRETO Nº 7.079, de 26 de Janeiro de 2010 (Revoga o Dec. 5.550/2005) (DOU 27.01.2010): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;			
DECRETO Nº 7.492, de 02 de Junho de 2011 (DOU 03.06.2011): Institui o Plano Brasil sem Miséria;			
DECRETO Nº 7.493, de 02 de Junho de 2011 (Revoga o Dec. 7.079/2010) (DOU 03.06.2011): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;			

PORTARIA MDS Nº 416, de 12 de agosto de 2005 (DOU 15.08.2005): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

PORTARIA MDS Nº 330, de 11 de outubro de 2006 (DOU 13.10.2006): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

PROGRAMA FOME ZERO: <http://www.fomezero.gov.br/>

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: <http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria>

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
170038	Superintendência de Administração do MF/CE
170131	Superintendência de Administração do MF/SP
170153	Superintendência de Administração do MF/PR
170175	Superintendência de Administração do MF/RS
180004	CGRL/SPOA/SE/Ministério do Esporte Condomínio Bloco A
380001	Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES
201013	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
550002	Setorial de Orçamento e Finanças / MDS
550005	Coordenação-Geral de Logística e Adm. / MDS
550006	Coordenação-Geral de Recursos Humanos / MDS
550007	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC
550008	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- SESAN
550017	II Projeto de Apoio ao PBF e ao CNDS
550018	Secretaria Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza – SESEP

Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170038	00001
170131	00001
170153	00001
170175	00001
180004	00001
201013	00001
380001	00001
550002	00001
550005	00001
550006	00001
550007	00001
550008	00001
550017	00001
550018	00001

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

Secretaria Executiva

À Secretaria Executiva - SE compete assistir direta e imediatamente ao Ministro, além de auxiliar na coordenação e integração das Secretarias da Pasta, visando potencializar ações e favorecer o alcance dos resultados desejados, que possam se traduzir efetivamente na garantia do atendimento adequado das necessidades da população brasileira, especialmente da população de menor renda e maior vulnerabilidade. Neste sentido, esta SE tem realizado intenso esforço de integração de políticas e programas nas áreas de assistência social, de renda da cidadania, de segurança alimentar e nutricional e de geração de oportunidades para inclusão produtiva, direcionadas para pessoas, famílias e comunidades pobres e vulneráveis, envolvendo os três entes da federação.

A Secretaria Executiva não executa diretamente os programas e ações finalísticos do MDS, que estão a cargo das Secretarias, mas assiste ao Ministério no sentido de prover os meios para que aquelas possam cumprir sua missão institucional e programática.

Consciente da relevância da proposta do Governo Federal para a construção conjunta de políticas transversais na área social, e visando ao desenvolvimento integral e integrado do País, com a eleição de prioridades que impactam na melhoria de vida da população objeto das ações do MDS, a SE buscou estreitar relações com os demais Ministérios, outras esferas de governo e entidades, objetivando aperfeiçoar a atuação do Ministério no desenvolvimento de suas políticas, em especial a continuidade e o aprimoramento das ações integrantes da Agenda Social.

Com o objetivo de aprimorar a qualidade da gestão empreendida pelo MDS, em 2011, a SE deu continuidade às medidas destinadas à reestruturação do órgão e do modelo organizacional adotado, de modo a readequar sua estrutura aos novos desafios institucionais que lhe tem sido impostos, com a publicação do Decreto nº 7.493, de 02 de junho de 2011.

Nesse contexto, adotou a estratégia de especialização das áreas de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa, separando-as das demais áreas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, que, em essência, caracterizam o provimento de meios às demais unidades, áreas e setores deste Ministério: Recursos Humanos, Logística, Administração e Serviços Gerais. Em adição, priorizou a melhoria de estruturas de áreas fundamentais à qualidade da administração pública, tais como Tecnologia da Informação e Informática, constituindo a Diretoria de Tecnologia da Informação, da Ouvidoria, com sua central de relacionamento, e da corregedoria.

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento é a unidade responsável pelo planejamento e gestão dos recursos orçamentários e financeiros necessários ao funcionamento do MDS, bem como pelos projetos de organização e de inovação institucional.

Em relação ao planejamento, atua em dois campos que auxiliam a Secretaria Executiva na gestão integrada das políticas públicas do MDS:

- a) Planejamento Estratégico e Orçamento; e
- b) Avaliação e Monitoramento.

A Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação (CGPA) é unidade integrante do sistema de planejamento e orçamento federal, estabelecido pela Lei nº 10.180/2001 e atua como Unidade de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Avaliação e Monitoramento do PPA. A área é a responsável, no âmbito do MDS, pelo apoio à elaboração e à revisão do PPA e de outros planos de governo, em articulação com o órgão central do sistema federal de planejamento e orçamento nos assuntos pertinentes ao processo de avaliação e monitoramento. Atua, ainda, apoiando as unidades administrativas do Ministério responsáveis pela execução dos programas, projetos e atividades em rotinas de acompanhamento e avaliação da sua programação.

Em 2011, a CGPA elaborou e consolidou o PPA 2012-2015, procedeu à revisão dos programas e ações do PPA 2008-2011 e publicou o Caderno Setorial (ano base 2010), bem como realizou estudos, projetos e informes de interesse do Ministério na área de planejamento governamental. Também foi a responsável por coordenar, consolidar e revisar a Mensagem Presidencial e a Prestação de Contas do Presidente da República, que expressam a execução físico-financeira das ações orçamentárias do MDS.

Ainda, elaborou a Nota Técnica acerca do monitoramento do Orçamento de Assistência Social nos Estados brasileiros, com o objetivo de acompanhar e analisar o Orçamento da Seguridade Social por Unidade da Federação (UF) nos exercícios de 2008 a 2011. Além disso, elaborou e publicou o quinto volume do “Caderno SUAS - Financiamento da Assistência Social no Brasil” que mostra dados sobre o financiamento da Assistência Social no Brasil no período de 2002 a 2010, com enfoque nos dois últimos exercícios. Ressalte-se que foram distribuídos aproximadamente 5 mil exemplares do estudo na VIII Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida em dezembro de 2011.

Destaca-se também a contribuição para elaboração da Portaria de avaliação institucional do MDS, bem como na elaboração da Nota Técnica que apresenta os resultados alcançados pelo MDS na referida avaliação. Além disso, foi elaborada a Nota Técnica acerca do percentual a ser estipulado para pagamento aos profissionais que integram as equipes de referência integrantes dos Cras e Creas (art. 6º - E, da Lei nº 12.435/2011).

Com isso, a CGPA cumpriu sua proposta institucional de avaliar, monitorar, planejar e estudar os planos, programas e ações do MDS, com apoio constante às áreas finalísticas e em articulação com o órgão central de planejamento e orçamento.

Em relação às finanças do MDS, compete (a quem?) a coordenação, acompanhamento, orientação e supervisão das atividades orçamentárias, de programação financeira e de contabilidade relativas ao orçamento no âmbito da Pasta.

Dessa forma, está encarregada de participar, acompanhar e orientar, em conjunto com as Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional, os procedimentos necessários à elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual, bem como a sua execução orçamentária e financeira, além da formalização e o encaminhamento das Tomadas de Contas Especiais das unidades gestoras do MDS.

A Unidade Gestora 550002 – Setorial de Orçamento e Finanças / MDS, registra contabilmente os recursos orçamentários da Unidade Orçamentária 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sendo responsável pela descentralização orçamentária e financeira para as unidades gestoras executoras.

Em relação à organização e inovação institucional, por sua vez, contribui para o sistema de gestão do MDS, considerado como o conjunto de sete funções integradas que concorrem para o sucesso da organização no cumprimento de sua missão institucional: Liderança, Estratégias e Planos, Cidadãos e Sociedade, Informação e Conhecimento, Pessoas, Processos e Resultados; conforme “Manual de orientação para arranjo institucional de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal”, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Nesse sentido, além do fomento à Gestão por Processos no MDS, também concorre para a construção das atribuições regimentais dos diversos órgãos do Ministério por meio do regimento interno.

Subsecretaria de Assuntos Administrativos

A Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA) é a unidade responsável pela gestão dos recursos logísticos, humanos e administrativos necessários à execução das atividades-meio essenciais ao funcionamento administrativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS.

Em razão da publicação do Decreto nº 7.079/2012, a estrutura organizacional atual da SAA estabelece três áreas principais de atuação: Coordenação-Geral de Logística e Administração (CGLA), Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) e Coordenação-Geral de Licitações e Contratos (CGLC). Durante o exercício de 2011, a SAA deu continuidade às atividades de provimento de meios às unidades do MDS para a consecução de suas atividades, com especial atenção à correção das disfunções apontadas pelos órgãos de Controles Interno e Controle Externo,,

.Como estratégia de atuação buscou se antecipar às dificuldades que poderiam ocasionar risco de solução de continuidade para as ações prioritárias do Ministério.

Além disso, a SAA atuou estabelecendo rotinas formais e aprimorando práticas e procedimentos de gestão dos seus recursos.. Dentre as ações desenvolvidas em 2011, podem ser destacados especialmente: reformulação das áreas de Compras e Licitações, capacitação da equipe e revisão de práticas e procedimentos de Planejamento e Acompanhamento da execução de contratos.; Em relação ao aprimoramento das estruturas do MDS foi relevante a atuação da SAA para o reordenamento do espaço físico do Ministério, com vistas a melhorar as condições de trabalho dos servidores, a implementação de sistemas de informação, gestão, acompanhamento e controle nas áreas de telefonia, de serviços reprográficos e de transportes bem como da gestão das ações executados pelas unidades internas da Subsecretaria.

Em relação a recursos humanos, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) é a que exerce o papel de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, cujo órgão central é a Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A CGRH é responsável pela proposição de diretrizes gerais para a elaboração de planos, programas e metas de pelo desenvolvimento e gestão de recursos humanos; incluindo coordenação, acompanhamento e supervisão das atividades de recrutamento, de seleção, de administração e pagamento de pessoal. Cabe ainda à área, propor normas complementares e procedimentos de sua competência subsidiar a elaboração da proposta orçamentária no que se refere aos recursos humanos, propor ações que visem à valorização dos servidores além de à orientar e uniformizar procedimentos referentes ao processo de avaliação de desempenho individual dos servidores de acordo com a legislação vigente.

As atividades dessa Coordenação-Geral são desenvolvidas pelas duas coordenações que a compõem, a Coordenação de Gestão de Pessoas (COGEP) e Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas (CODEP).

A COGEP tem por competência a elaboração e instrução de novas diretrizes quanto à gestão documental e ao processamento das informações inerentes às inclusões e exclusões de registros cadastrais e de pagamento, bem assim a ampliação do alcance do serviço de seguridade ao servidor do MDS. (frase não está fazendo sentido)

A CODEP tem por competência a elaboração de programas estratégicos de qualificação dos servidores desta Pasta, consoante às necessidades dos perfis da Unidade Organizacional, buscando favorecer melhorias nos processos de trabalho que geram aperfeiçoamentos na execução das atividades nas Unidades, inclusive mediante a observância às diretrizes do Plano Anual de Capacitação elaborado para o exercício.

A CGRH exerce também a gestão dos contratos administrativos de terceirização de Apoio Administrativo e Suporte Operacional Especializado e de Passagens Aéreas.

Em linhas gerais, a Coordenação-Geral busca contribuir com as unidades administrativas do Ministério a fim de que cada área tenha estrutura adequada de pessoas para a execução dos projetos e programas desenvolvidos.

Com objetivo de dar continuidade à composição do quadro próprio de pessoal desta Pasta, a CGRH tem atuado junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), para obter a estrutura necessário à extinção dos 116 (cento e dezesseis) postos de trabalho terceirizados, para alinhamento ao Decreto nº 2.271, de 1997, em cumprimento ao Termo de Conciliação Judicial celebrado pela União e Advocacia-Geral da União nos autos do processo nº 00810.2006.017.10.00.7, junto ao Ministério Público do Trabalho.

Para tanto, o Ministério tem realizado esforços junto ao MPOG para obter a autorização de realização de concurso público com vistas ao provimento dos cargos inerentes à Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais de que trata a Lei nº 12.094/ 2009, e Decreto nº 7.191/ 2010, o que permitirá a substituição dos atuais trabalhadores terceirizados. .

Diretoria de Tecnologia da Informação

Cabe à Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) o planejamento, a coordenação e a supervisão, no âmbito do Ministério, da execução das atividades relacionadas com o Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática do Poder Executivo Federal.

Essas macro funções são exercidas por meio da a implantação das políticas e diretrizes de segurança da informação, da elaboração de normas, procedimentos e padrões para aquisição e utilização dos recursos de tecnologia da informação, da coordenação do desenvolvimento e implantação de sistemas de informação, análises e modelagem de dados, da definição de diretrizes e padrões de gerenciamento de projetos de tecnologia da informação, da elaboração do planejamento estratégico de tecnologia da informação e da implantação de governança em TIC; dentre outras atribuições.

Visando ampliar, modernizar e adequar as soluções tecnológicas que suportam as políticas sociais do MDS, a DTI atua na prospecção de necessidades, mapeamento, recebimento, encaminhamento e acompanhamento das demandas de TI, oriundas das diversas áreas gestoras do Ministério, bem como de entidades externas provenientes dos três entes da Federação.

No cumprimento de suas atribuições, a DTI realiza parcerias tecnológicas com outras entidades governamentais com vistas a garantir uma maior integração de soluções tecnológicas e uso mais racional de recursos informacionais.

Além da observância da Instrução Normativa nº 04/2010 que orienta as aquisições de equipamentos e serviços de TI, a Diretoria de Tecnologia da Informação se pauta pela adoção dos princípios estabelecidos pela Instrução Normativa 01/2010 que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Diretoria de Projetos Internacionais

À Diretoria de Projetos Internacionais cabe a coordenação técnica e administrativa de projetos financiados no todo ou em parte por recursos externos ou objeto de acordo de cooperação técnica com organismo internacional, além do planejamento e supervisão de sua execução. É parte das atividades dessa diretoria a elaboração dos planos anuais de aquisições, relatórios de progresso dos projetos internacionais, relatórios financeiros, além de apoiar as secretarias beneficiárias dos projetos e financiamentos externos na elaboração e revisão de termos de referência e na análise de currículos e propostas técnicas e financeiras

Corregedoria

É uma Unidade Seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, sujeita à sua orientação normativa e supervisão técnica de sua Unidade Setorial, nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto nº 5.480, de 2005.

A competência desta Unidade Seccional está inserida no contexto institucional deste Ministério, cujo regimento interno está em fase de elaboração.

Compete-lhe orientar as atividades institucionais e a conduta funcional dos servidores desta Pasta, bem como planejar e coordenar as correições ordinárias e as extraordinárias, quando for o caso, propor medidas para prevenir e corrigir falhas na prestação do serviço público, bem como examinar as representações contra servidores, arquivá-las ou propor sua apuração imediata e realizar o cadastro dos processos disciplinares no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da Controladoria-Geral da União.

Ouvidoria

A Ouvidoria, responsável pelo acolhimento e tratamento de críticas, denúncias, elogios, reclamações e sugestões, presta atendimento à sociedade em geral – beneficiários ou não dos programas deste Ministério –, gestores, instituições e público interno (servidores do MDS) por meio dos canais, a saber: carta, *e-mail*, formulário eletrônico, fax, atendimento presencial e mediante ligação gratuita para o telefone 0800 707 2003 da Central de Relacionamento Fome Zero.

A Ouvidoria comporta, em seu orçamento, um serviço de *Call Center*, denominado Central de Relacionamento Fome Zero. Esse serviço é prestado pela Call Tecnologia Ltda., vencedora do processo licitatório – Contrato nº 02/2006 (serviços especializados destinados à implantação da Central de Relacionamento Fome Zero, incluindo os serviços de *telemarketing* receptivo e ativo), firmado entre este MDS e a empresa Call Tecnologia e Serviços Ltda

Os serviços prestados abrangem operação e gestão de toda a Central de Relacionamento, incluindo os serviços de *Telemarketing* Receptivo e Ativo – nas formas Operador, e Eletrônico e Ativo –

modalidade Operador abrange todos os recursos necessários à sua operacionalização, inclusive instalações físicas, infraestrutura, rede interna, linhas telefônicas, linhas de comunicação para voz, dados e imagens, circuitos para interligação das redes, adequações ambientais, equipamentos, desenvolvimentos dos aplicativos e *softwares* básicos e acessórios necessários. Os serviços de *Telemarketing* Receptivo, nas formas Operador e Eletrônico, compreendem as atividades de atendimento por meio de telefone, carta, fax e internet ou por quaisquer outros meios seguros de comunicação, os quais venham a ser utilizados para o atendimento à sociedade brasileira, tais como: Portal de Reconhecimento de Voz, Voz sobre IP e *Chat*, para a prestação de informações e de esclarecimentos sobre todos os projetos, programas e políticas do MDS, por meio de consultas às bases de dados informatizadas deste Ministério, bem como retornando aos demandantes e beneficiários, quando necessário.

Os serviços de *Telemarketing* Ativo, especialmente na forma Operador, abrangem as atividades inerentes à divulgação de informações e de resultados, à coleta e à monitoração de dados, bem como ao suporte às informações sobre os projetos, programas e políticas do MDS, por meio de contato telefônico, internet ou por quaisquer outros meios seguros de comunicação, os quais venham a ser utilizados na abordagem à sociedade brasileira, em geral.

Além disso, o contrato fornece estrutura física (onde se encontram Posições de Atendimento – PA, operadores (atendentes), e equipe de terceiro nível), tecnológica e recursos humanos para o funcionamento da Ouvidoria e da Central de Relacionamento.

A Central de Relacionamento do MDS é responsável por prestar informações e/ou esclarecer dúvidas acerca dos projetos, programas, serviços e políticas do MDS, tanto por meio do canal telefonia, como mediante formulários eletrônicos e e-mails institucionais.

Cabem ainda à Ouvidoria as seguintes atribuições:

- Gerenciar a qualidade do atendimento prestado pelos operadores da célula Ouvidoria;
- Responder aos *e-mails* recebidos pelo correio eletrônico institucional: ouvidoria@mds.gov.br, *e-mails* oriundos do formulário eletrônico da Ouvidoria no sítio do MDS, do Gabinete da Ministra e das Secretarias;
- Responder às cartas endereçadas à Ouvidoria do MDS, às encaminhadas pelo Gabinete da Ministra, pelas secretarias do MDS, pela Presidência da República e por outros Órgãos;
- Responder aos faxes que chegam pelo telefone 3433-1299 e/ou encaminhados pelo Gabinete da Ministra do MDS;
- Atender presencialmente o público interno e externo que procuram a Ouvidoria do MDS;

- Elaborar a Matriz de Informação utilizada para auxiliar a realização das respostas aos demandantes da Ouvidoria; e
- Tratar e finalizar os atendimentos registrados pelos operadores da célula Ouvidoria.

A Central funciona em Brasília, das 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, exceto em feriados nacionais. Além do atendimento humano, conta com o atendimento eletrônico, disponível 24 horas por dia, que possibilita ao cidadão saber as datas de pagamento do Programa Bolsa Família – PBF, bem como os procedimentos necessários para a realização do cadastramento no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

Além de suas atividades rotineiras, a Central de Relacionamento presta assessoria às secretarias do MDS, com a realização de serviços de telemarketing ativo. Nessas atividades, a Central é acionada para contatar um determinado tipo de público (gestores municipais, coordenações estaduais do PBF, etc.) visando à captação e/ou à disseminação de informações. Constitui, ainda, uma das portas de entrada das demandas de Ouvidoria, com os registros de reclamações, denúncias, críticas, sugestões e elogios, com aproximadamente 4 milhões de atendimento em 2011.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Secretaria Executiva

Para executar suas atividades na coordenação e supervisão das Secretarias do MDS, a Secretaria Executiva (SE) promoveu sua agenda de trabalho numa atuação pró-ativa, de forma a avançar na integração das ações e das Secretarias da Pasta, priorizando as Reuniões de Secretariado – reuniões periódicas para apresentação de projetos e discussão coletiva de assuntos afetos à Pasta, no entendimento de que tal fórum é elemento permanente de planejamento visando à integração do órgão –, as reuniões e os despachos internos.

Na sua incumbência de auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e programas e na implementação de ações da área de competência do Ministério, a SE em conjunto com as demais Secretarias e do Gabinete da Ministra, participou ativamente da coordenação, planejamento e implementação do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) em 2011, movimento que culminou com a publicação do Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, instituindo o PBSM, com a finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações; e adequando a estrutura do MDS, com a publicação do Decreto nº 7.493, de 02 de junho de 2011.

Igualmente, no desempenho de suas competências, a SE empreendeu ainda ações de fortalecimento dos fóruns intersetoriais do MDS, participando e monitorando o Comitê de Comunicação, o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e o Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação. Além disso, na perspectiva de fortalecer a capacidade de coordenação as ações internas e externas do MDS nas, a SE coordenou e otimizou as agendas das Secretarias do MDS, em estreita articulação com o Gabinete do Ministro.

Há que se destacar os esforços empreendidos pela SE no aprofundamento das relações de cooperação com os demais órgãos federais, em todas as instâncias e oportunidades com vistas à conjugação de esforços para melhorar os resultados dos trabalhos realizados em prol do fortalecimento da Agenda Social do Governo Federal, dado que a intersetorialidade tem papel preponderante no desenvolvimento social,

Por fim, a SE coordenou, no âmbito do MDS, a integração de ações e a consolidação de dados sobre o andamento das ações pertinentes aos catadores de materiais recicláveis, povos indígenas, comunidades tradicionais e população de rua.

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

No cumprimento de sua missão organizacional, a SPO realizou o provimento de meios necessários à execução das atividades desenvolvidas pelas unidades fim e meio deste Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome nas áreas de planejamento, orçamento e desenvolvimento institucional.

Na área de planejamento para 2011 do MDS, os esforços foram subsidiar a implementação do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).

Com relação às atividades anuais de Monitoramento e Avaliação efetivadas pela CGPA em 2011, ressalta-se: a Mensagem Presidencial que abre a seção legislativa no início do ano, a Prestação de Contas da Presidência da República relativo ao MDS, a avaliação setorial do PPA 2008-2011, a avaliação do Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Social e o acompanhamento das metas físicas alcançadas pelas atividades orçamentárias. Além disso, a CGPA acompanhou todos os resultados de pesquisas relativas aos indicadores socioeconômicos brasileiros, como a Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE e os estudos do IPEA relativos à área social.

Na área de atuação referente à organização institucional, destaca-se a revisão da estrutura do MDS para a implementação do PBSM, que resultou na nova estrutura do MDS aprovada pelo Decreto nº 7.493, de 02 de junho de 2011, além de atuar no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses – SICONV como a responsável pelo cadastramento de programas, assessoria técnica e operacional.

Quanto à administração dos recursos orçamentários e financeiros, o objetivo da SPO é adequar o orçamento às reais necessidades das políticas do Ministério. Neste sentido, são desenvolvidos instrumentos e quadros gerenciais que visam acompanhar o progresso da peça orçamentária em suas diversas fases: tanto no momento de sua elaboração no âmbito do Poder Executivo; quanto na sua tramitação no Congresso Nacional, no qual sofre alterações de dotação e metas; e, finalmente, na execução, na qual são envidados esforços para a ampliação dos limites orçamentários e financeiros, bem como sua plena execução.

Para tanto, é necessário contato contínuo com órgãos externos ao Ministério, principalmente com as Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional e o Instituto Nacional do Seguro Nacional, bem como das instituições internas à Pasta, como a Assessoria de Controle Interno, Assessoria Jurídica, Assessoria Parlamentar, Subsecretaria de Assuntos Administrativos e demais secretarias finalísticas do MDS.

No que tange ao orçamento, é disponibilizado um sistema de dados para elaboração da proposta orçamentária, o qual fornece às secretarias subsídios para o detalhamento de suas proposições, por intermédio de reformulações a serem viabilizadas por Leis e Decretos do Poder Executivo, bem como por Portarias dos Ministérios da Fazenda e Planejamento.

Visando o cumprimento das diretrizes e metas de política fiscal, estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010) e pelo Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, e suas alterações, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo, realizou-se no decorrer do exercício acompanhamento dos limites de empenho e pagamento das programações objeto de contingenciamento, no qual foi objeto de contingenciamento por parte da área econômica do governo, o que impossibilitou o empenho e pagamento de algumas ações da Pasta no final do exercício, especialmente no Fundo Nacional de Assistência Social e Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Na oportunidade, registra-se que do orçamento do MDS em 2011, no montante de R\$ 46,3 bilhões, apesar do contingenciamento, empenhou-se 99,1%, liquidou-se 98,1% e pagou-se 97,6% do total do orçamento.

Subsecretaria de Assuntos Administrativos

No cumprimento de sua missão organizacional, a SAA realizou o provimento de meios necessários à execução das atividades desenvolvidas pelas áreas do MDS, conforme estratégias abordadas a seguir:

COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO (CGLA)

A) GESTÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS e IMÓVEIS: a questão de espaço físico é problema que afeta o MDS desde a sua criação, quando unificou três estruturas preexistentes e distintas em um único órgão,. O desafio foi-se agravando na medida em que o quadro funcional acolhia novos profissionais, servidores públicos e terceirizados incumbidos de atribuições ampliadas pelo sucesso na execução de programas e ações direcionados à parcela menos favorecida da população brasileira.

De fato, entre 2004 e o final de 2011, o quantitativo de profissionais do MDS aumentou de 409 para 2.037 profissionais, distribuídos atualmente em 26.201,71 m² de área construída e/ou 15.633 m² de área de escritórios. Representa dizer que, no período, ocorreu um acréscimo proporcional a quase cinco vezes o quadro funcional inicial do MDS.

Atualmente, o MDS ocupa 7 (sete) edificações em variadas localidades do Distrito Federal, conforme os endereços listados no quadro abaixo. A área total ocupada perfaz 26.201,71 m² cujo valor total anual pela ocupação dos imóveis (aluguel e rateio) é de R\$ 10.680.199,94 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil, cento e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

CUSTOS DE OCUPAÇÃO

	Prédio	Endereço	Área	Contrato	Valor R\$
1.	Bloco “A”.	Esplanada dos Ministérios	2.815,56 m²	----	2.982.098,17
2.	Bloco “C”.	Esplanada dos Ministérios	7.096,92 m²	----	1.670.869,75
3.	Ed. SAAN	Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte, quadra 04 – 916	601,19 m²	34/2007	534.691,68
4.	Ed. FNAS	Setor de Administração Federal Sul, quadra 2, lote 8, bloco H	2.249,27 m²	34/2007	1.973,292, 24
5.	Ed. Ômega	Avenida W3 norte, quadra 515, bloco “B”	9.552,95 m²	06/2009	3.519.248,10
6.	Bloco “F”.	Esplanada dos Ministérios	1006,08 m²	----	----
7.	Ed. DNIT	Setor de Autarquias Norte quadra 3 – Lote “A”	2.879,81 m²	----	----
TOTAL			26.201,71 m²		10.680.199,94

Os valores do Bloco “A” e do Bloco “C” são calculados por meio de rateio entre todos os condôminos que utilizam os serviços dos respectivos prédios, tais como manutenção, água e luz. Os quantitativos informados nos itens 1. e 2., da tabela abaixo, dizem respeito à média dos últimos 12 (doze) meses.

	Prédio	CEB	CAESB	Manutenção
1.	Bloco “A”	R\$ 352.250,04	R\$ 71.364,91	-----
2.	Ed. DNIT	-----	-----	-----
3.	Bloco “C”	R\$ 101.319,07	R\$ 219.261,33	R\$ 356.893,68
4.	Bloco “F”	-----	-----	
5.	Ed. SAAN	R\$ 25.540,54	R\$ 32.457,98	
6.	Ed. FNAS	R\$ 121.600,27	R\$ 32.280,02	

7.	Ed. Ômega	R\$ 432.177,30	R\$ 83.588,32	
TOTAL		R\$ 1.032.887,22	R\$ 438.952,56	R\$ 356.893,68*

* O contrato de manutenção predial abrange o Bloco “C”, “F”, o edifício Ômega, o FNAS e o SAAN. O valor mencionado na planilha R\$ 356.893,68 (trezentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e noventa e três reais e sessenta e oito centavos) indica a média de valores pagos durante o ano de 2011 em todos os prédios conjuntamente.

Os valores indicados na tabela acima dizem respeito ao total dos últimos 12 (doze) meses – janeiro a dezembro de 2011. Ressalta-se que os serviços de fornecimento da CEB e CAESB são regidos por termo de inexigibilidade conforme o elencado na planilha.

Ressalta-se que o contrato de manutenção predial foi prorrogado para o dia 13/01/2013 e sofreu um acréscimo de 5 % (cinco por cento) no valor global. O aditivo foi revertido em itens da planilha de materiais a fim de melhorar a rotina do serviço de manutenção.

A atuação da Coordenação no ano de 2011 envolveu uma série de reformas em grande parte dos imóveis ocupados pelo Ministério:

- Bloco “C” – Reforma geral do 4º e 6º andares;
- Reforma do subsolo e do térreo de Ed. Ômega com vistas à transferência da Diretoria da Tecnologia da Informação;
- Construção de rampas de acessibilidade no FNAS.

Em 2011, as despesas com as locações de imóveis privados foram realizadas nos valores anuais indicados abaixo:

Aluguéis – MDS			
	SAAN	ÔMEGA	FNAS
2011	R\$ 534.691,68	R\$ 3.519.248,10	1.973.292, 24
TOTAL	R\$ 6.027.232,02		

A CGLA autuou também na modernização da rede de telefonia e lógica de nossas principais instalações, possibilitando a melhoria das condições para acesso à rede informatizada e sistemas do MDS à rede mundial de computadores e à telefonia fixa de curta e longa distância.

Após reformar os espaços destinados ao Gabinete Ministerial, no 5º andar, e reestruturar os espaços físicos destinados a SESAN, no 4º andar do BL C, a SAA, em 2011, concluiu o trabalho de reforma e reordenação física dos espaços de uso da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), que passou a ocupar o 3º andar do Bloco A da Esplanada dos Ministérios.

B) GESTÃO DE TRANSPORTES: em razão da elevada demanda, dada a alta dispersão física de ocupação atual, o MDS dispõe atualmente de frota de veículos próprios (oficiais) e terceirizados. Relativamente aos primeiros (veículos oficiais), totalizam 14 automóveis em uso, dirigidos por 14 motoristas oficiais. Destes, 6 motoristas atendem exclusivamente o Gabinete Ministerial, Secretaria Executiva e Chefia de Gabinete GM, mediante sistema de revezamento. As despesas, em regra, destinam-se à aquisição de combustíveis e execução de serviços de manutenção e reparo de veículos e, em 2011, totalizaram R\$82.396,61.

Quanto aos serviços de transporte de pessoas, documentos, encomendas e pequenas cargas, são realizados por 23 veículos terceirizados e são executados por empresa contratada, (Contrato nº 16/2006)) e totalizaram, em 2011, gastos da ordem de R\$ 1.429.185,20.

Neste exercício, os gastos permaneceram apresentando padrões compatíveis com o perfil dos anos anteriores (2009 e 2010).C) GESTÃO DE TELEFONIA: os serviços de telefonia fixa e móvel, bem como de acesso a dados e internet são executados e controlados por oito profissionais e objetivam propiciar meios para a comunicação telefônica interna e externa das unidades do MDS, entre si, e/ou com os órgãos e entidades parceiros.

O serviço de telefonia fixa, contemplando 1051 linhas, em regra, é prestado aos servidores efetivos e comissionados lotados nas respectivas unidades, além de profissionais terceirizados, cujas funções exijam a necessidade de contato externo à unidade. As ligações de longa distância - nacionais e internacionais - e as ligações locais para rede móvel, de natureza particular, são custeadas pelos respectivos usuários, por meio de ressarcimento ao MDS, em Guia de Recolhimento da União (GRU).

O serviço de Telefonia Móvel de Voz (189 aparelhos distribuídos) é utilizado por servidores ocupantes de cargos de Natureza Especial e de Direção e Assessoramento Superior (DAS) Níveis 4, 5 e 6, ou, e excepcionalmente, por prévia e expressa autorização da Secretaria-Executiva, por outros servidores, conforme as circunstâncias de necessidade exijam a oferta de meios adequados à comunicação telefônica externa em serviço.

Os serviços de Telefonia Móvel de Voz, Acesso a Dados e Internet, por aparelhos do tipo smartphone, são utilizados por servidores ocupantes de cargos de Natureza Especial e de Direção e Assessoramento Superior (DAS) Níveis 5 e 6.

Os gastos mensais para a utilização dos serviços de telefonia móvel de Voz e Dados permanecem com a restrição ao limite máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da remuneração mensal do cargo comissionado ocupado pelo respectivo usuário, na forma prescrita pela Portaria SE nº 57, de 4/12/2008, exceto para os cargos de natureza especial.

Quanto ao serviço de Call Center, é gerido pela Central de Relacionamento da Secretaria Executiva, sendo prestado pela empresa Call Tecnologia. As ligações são feitas mediante o serviço 0800, por meio do Contrato nº 16/2007, firmado com a Embratel. O citado contrato terá o término da sua vigência em 30/04/2012 e a licitação para nova contratação já se encontra em andamento.

Em 2011, os gastos com os serviços de telecomunicações totalizaram a quantia de R\$ 3.530.501,40, na forma do quadro abaixo.

OBJETO	Contrato	Empresa	Valor Anual (R\$)	Média Mensal (R\$)
Manutenção de Centrais Telefônicas	14/2011	Dígito	133.583,32 (jun à dez/2011)	19.083,33
Serviço Móvel Pessoal para Internet via Modem	30/2008	Claro	29.220,11	2.435,01
Serviço Móvel Pessoal para ligações Locais	30/2008	Claro	237.448,33	19.787,36
Serviço Móvel Pessoal para ligações de Longa Distância Nacional e Internacional	24/2007	Embratel	296.102,50	24.675,21
Serviço Telefônico Fixo Comutado para serviço Discagem Direta Gratuita – DDG 0800.	16/2007	Embratel	2.062.981,69	171.915,14
Serviço Telefônico Fixo Comutado para ligações de Longa Distância Nacional e Internacional	42/2005	Embratel	130.068,14	10.839,01
Serviço Telefônico Fixo Comutado para ligações Locais	42/2005	Embratel	593.427,55	49.452,30
Serviço Telefônico Fixo Comutado para Interligações	42/2005	Embratel	47.669,76	3.972,48

D) GESTÃO DE SERVIÇOS GERAIS: na forma prescrita pelo Decreto nº 2.271, de 7/7/1997, o MDS utiliza prestação indireta de serviços de Limpeza, Segurança, Brigadista, Recepcionista, Copeiragem etc. Assim o faz por economia e eficiência, e também para que os servidores lotados neste Ministério possam concentrar-se nas atividades diárias que mais se relacionem com o cumprimento da missão institucional do MDS. Necessário destacar que partes desses serviços são executadas por contratos das administrações condominiais e/ou dos órgãos cedentes, conforme o caso.

Relativamente aos Blocos A e C da Esplanada, na maior parte, os contratos são geridos pelas administrações condominiais, atualmente aos encargos dos ministérios dos Esportes e do Planejamento, respectivamente. Assim, seus custos mensais são rateados, conforme a área de ocupação, cabendo ao MDS apenas proceder à transferência dos recursos orçamentários e financeiros indicados, após conferência. Por outro, quanto às áreas ocupadas no Edifício DNIT e Bloco F, 1º andar do Anexo, têm sido custeadas pelos respectivos órgãos cedentes: DNIT Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte e Ministério da Previdência, sem custos para este Ministério.

Cumprida a SAA, basicamente, o encargo de manutenção de rotinas diárias dos serviços nos edifícios alugados a proprietários privados: Edifício SAAN (Patrimônio e Almoxarifado); Edifício FNAS

(Sede do Fundo Nacional de Assistência Social); Edifício Ômega (sedes das secretarias nacionais de Renda e Cidadania e de Assistência Social, além da Diretoria de Tecnologia da Informação, em processo de ocupação). Para tanto, em 2011, a área responsável controlou e acompanhou a prestação de serviços terceirizados de um contingente profissional equivalente a 198 profissionais.

Além dos serviços gerais mencionados, a CGLA realiza a gestão de serviços diversos, como: confecção e manutenção de carimbos, serviços de chaveiro, reprografia e serviços gráficos. Com esses serviços, em 2011, realizamos as despesas anuais a seguir: carimbos (R\$ 13.325,60); chaveiro (R\$ 16.649,50); serviços gráficos (R\$ 5.113.617,02); reprografia (R\$ 462.800,97); brigadista (R\$ 1.062.335,28); copeiragem (R\$ 2.691.493,08); limpeza (R\$ 677.558,31); recepcionista (R\$ 641.300,01) e vigilância (R\$ 1.065.113,64).

E) GESTÃO DE DOCUMENTAÇÃO, ACERVO E PATRIMÔNIO: atualmente prestamos serviços de Protocolo e Documentação por meio de uma unidade central e duas setoriais. Estas unidades totalizam 24 profissionais: incumbidos de realizarem as seguintes atividades: recebimento, cadastramento, autuação e entrega de toda documentação dirigida e/ou expedida pelas unidades do MDS; acompanhamento das execuções contratuais relativas aos serviços de publicação dos atos oficiais e assinatura dos jornais do DOU, de envio de correspondências pelos Correios, de distribuição de jornais e revistas, de publicidade legal, de logística e manuseio de correspondências e do gerenciamento do sistema SISPRO.

COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÃO E CONTRATOS – CGLC

A Coordenação-Geral de Licitações e Contratos (CGLC) é o setor responsável por desenvolver as atividades relacionadas à gestão de contratos, compras e licitações, bem como a execução orçamentária e financeira de recursos alocados na Unidade Gestora 550005, vinculada à CGLA. É responsável, ainda, por coordenar, controlar e acompanhar a execução das atividades relacionadas às compras de materiais, equipamentos e contratações de serviços, além de auxiliar as unidades demandantes na elaboração de termos de referência/projetos básicos e a execução orçamentária e financeira no âmbito da SAA, os quais são fundamentais ao perfeito funcionamento de toda a estrutura organizacional do MDS.

No ano de 2011, diversos esforços foram efetuados pela CGLC com objetivo de orientar e auxiliar os servidores vinculados à sua competência, dentro dos limites das funções regimentais. Dentre eles, pode-se verificar o aprimoramento na aferição e no acompanhamento dos resultados; melhoria dos indicadores de execução, os quais podem ser observados através do grau de mobilização, nível de participação e taxa de conclusão das atividades executadas. Além disso, houve continuidade na recomposição quantitativa e qualitativa das equipes das Coordenações de Contratos, de Licitações e Compras e de Execução Orçamentária e Financeira, observados através da quantidade de participação de eventos internos e externos de capacitação.

No âmbito de suas atribuições, a CGLC realizou, em 2011, 30 (trinta) licitações, na modalidade Pregão Eletrônico, 1 (uma) Concorrência Pública, 67 (sessenta e sete) dispensas de licitação, 8 (oito) inexigibilidades e 5 (cinco) adesões a Ata de Registro de Preço.

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS (CGRH)

Em observância aos objetivos desta Pasta, a CGRH buscou orientar a equipe técnica no sentido de reorganizar as atividades exercidas quanto à gestão de pessoal, realizando assim um controle eficaz dos dados e documentos funcionais, com a finalidade de atender melhor as demandas dos servidores e das diversas áreas do MDS.

Quanto às incorporações de recursos humanos ao quadro de pessoal do MDS, obtivemos sucesso, com exceção ao provimento dos cargos inerentes à Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais de que trata a Lei nº 12.094, de 2009 e Decreto nº 7.191, de 2010, que distribuiu ao Órgão a totalidade de 330 (trezentos e trinta) cargos de Analistas de Políticas Públicas Sociais. O MDS, com vistas a obter o efetivo exercício de tais profissionais, requereu ao Órgão Regulador de RH (MPOG), a autorização do devido concurso público, no entanto, ainda não foi obtida tal autorização.

Com a integração ao seu quadro próprio de pessoal dos servidores efetivos advindos da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, espera-se dar seguimento a estruturação da força de trabalho do MDS, de modo a permitir que o Órgão corrija as disfunções ainda remanescentes do período de sua instituição, visto que naquela época para compor a força de trabalho houve a necessidade de contar com servidores requisitados de outros órgãos, ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a administração, bem assim com prestadores de serviço terceirizados alocados em decorrência de celebração de contrato administrativo.

Diretoria de Tecnologia da Informação

Criada em 2010 e subordinada à Secretaria Executiva, a DTI atuou no exercício de 2011 visando consolidar sua estrutura e estabelecer procedimentos de gestão das diversas torres de prestação de serviços que atendem ao MDS, de forma a estabelecer maior sinergia entre as torres de serviço.

Com o intuito de garantir o alinhamento entre a missão institucional do Ministério e as ações da DTI foi realizada uma atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) que, em consonância com o PETIC e com o Planejamento Estratégico Institucional, estabelece os princípios básicos a serem seguidos e orienta na definição dos planos operativos que balizam as aquisições e ações necessárias para aproximar as ações de TI das necessidades estratégicas do Ministério.

A partir de uma solicitação realizada junto à Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), em dezembro de 2010, para que fosse realizada uma avaliação dos processos de gestão de seus contratos, a DTI vem adotando medidas de ajuste e aprimoramento dos processos de gestão contratual dos serviços de tecnologia da informação prestados ao MDS.

Durante o ano de 2011 foi implantado novo processo de gestão de demandas e de homologação de entregas. A fim de organizar, racionalizar e otimizar as ações de tecnologia da informação a DTI deu continuidade ao trabalho de elaboração e atualização do catálogo de serviços.

A Política de Segurança da Informação apresentada ao CGTI em 2010, apesar de ter recebido parecer inicial favorável, continua pendente de aprovação definitiva.

A solução de infraestrutura utilizada pelo MDS para hospedar seus principais sistemas de informação é baseada em um mainframe IBM Z10 acoplado por switches a um storage high-end de grande capacidade de armazenamento. Durante o ano de 2011, a DTI conseguiu identificar e corrigir as falhas de configuração deste ambiente que vinham impactando o funcionamento e disponibilidade de diversas aplicações corporativas.

O modelo de gestão de tecnologia da informação definido pela Instrução Normativa 04/2010 exige o fortalecimento das estruturas administrativas de TI uma vez que sua aplicação, sendo orientada à separação da contratação de serviços, leva a um aumento do número de contratos a serem gerenciados. O MDS foi, provavelmente, o primeiro órgão a adotar de forma ampla este modelo. Porém a estrutura da Diretoria de Tecnologia da Informação ainda não foi adequadamente redimensionada para que possa responder pelo volume de serviços gerados pelo novo modelo.

Durante o ano de 2011, a Diretoria gerenciava diretamente 18 contratos de serviços. Cada contrato possui pelo menos 3 funções (gestor, fiscal requisitante e fiscal técnico) que perfazem um total de 54 funções de gerenciamento contratual. Todas estas funções são executadas por um grupo de 24 servidores. Ou seja, toda a DTI é tomada por atribuições e responsabilidades oriundas da gestão dos contratos de serviços.

Abaixo passamos a listar os serviços que estavam diretamente sob responsabilidade da DTI ao longo de 2011:

- 01)** Administração de Dados;
- 02)** Administração de Banco de Dados;
- 03)** Sustentação de Rede;
- 04)** Sustentação de Servidores;
- 05)** Service Desk;
- 06)** Análise de Processos de Negócio;
- 07)** Assessoria Técnica;

- 08)** Execução de Projetos;
- 09)** Serviços de Auditoria de indicadores contratuais;
- 10)** Suporte a Microinformática;
- 11)** Suporte ao Banco de Dados DB2;
- 12)** Suporte de Hardware ao Mainframe IBM Z10;
- 13)** Suporte aos Sistemas Operacionais do Mainframe IBM Z10; **14)** Serviços de Data Center em Regime de Colocation;
- 15)** Serviços de conexão com a INFOVIA Brasília e Internet;
- 16)** Serviços de Suporte e Manutenção de Software para Agenda da Ministra e dos Secretários;
- 17)** Fábrica de Software para Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas com Métrica de Ponto de Função;
- 18)** Serviços de Auditoria de Qualidade e de Métrica dos contratos de tipo Fábrica de Software. Indiretamente a DTI realizou o acompanhamento técnico de outras torres geridas externamente à DTI (Fábrica de Software, em regime de Ponto de Função, contratada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC para desenvolvimento do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família – SIGPBF.

Esta situação se torna em importante empecilho para que a Diretoria de Tecnologia da Informação possa exercer de forma satisfatória suas demais atribuições de apoio aos objetivos estratégicos do Ministério do Desenvolvimento Social. O número reduzido de servidores e a falta de profissionais com perfis técnicos se torna importante fator de limitação da capacidade da DTI de atuar na apresentação de soluções inovadores que possam impulsionar a capacidade do MDS de alcançar seus objetivos estratégicos.

Diretoria de Projetos Internacionais

Durante o início do exercício de 2011, o MDS procedeu a ampla avaliação das suas ações e projetos em curso nas diversas áreas, com objetivo de atender às novas diretrizes de erradicar a extrema pobreza nos próximos anos. Sob esse enfoque, as ações dos projetos em execução foram reavaliadas e, em algumas situações, readequadas com o objetivo de melhorar o desempenho de cada um, com objetivo de contribuir direta ou indiretamente para a meta primordial do novo governo. O foco nas metas presidenciais e do PPA foi mantido para as revisões e elaborações dos projetos de cooperação internacional com organismos internacionais e com os Bancos Mundial e BID.

O ano de 2011 foi marcado por negociações e planejamento das ações com os Bancos Mundial e BID. O primeiro realizou 3 missões no Ministério para revisão das atividades planejadas para o

Acordo, cuja aprovação no Congresso Nacional se deu em março de 2011 e assinatura em setembro do mesmo ano, uma vez que sua negociação e planejamento haviam sido feitas antes do estabelecimento da meta acima referida. Já o BID realizou o mesmo número de missões com o objetivo de elaborar um projeto para fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social tendo em mente sua centralidade para a erradicação da pobreza extrema no Brasil e a redução das vulnerabilidades. Este acordo será negociado no ano de 2012.

Além disso, devido ao fato de 2011 ter sido o primeiro sob a vigência dos efeitos dos Acórdãos TCU 1339/2009 e 1256/2010 sobre os Acordos de Cooperação Técnica com organismos internacionais na modalidade execução nacional, houve retração no número de contratações de bens e serviços e maior focalização na contratação de estudos técnicos, diagnósticos, avaliação a fim de propor melhorias às políticas por meio de consultorias pessoa física.

No ano de 2011, estavam em vigência um acordo de empréstimo e cinco acordos de cooperação técnica executados por meio de organismos internacionais:

- a) Acordos de empréstimo com agentes financiadores externos:
 - 2º Acordo com o Banco Mundial PROJETO BOLSA FAMÍLIA APL 2ª FASE - Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social
- b) Acordos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais:
 - Acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO: UTF 064
 - Acordos com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD: Prodoc BRA 04/46, BRA 04/028, BRA 05/028
 - Acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO: 914BRZ3002
 - Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial 7841/BR

O Projeto diz respeito ao segundo Acordo de Empréstimo do Banco Mundial (BIRD) ao Governo Brasileiro (APL 2), com um montante global de US\$ 200 milhões e contrapartida nacional de US\$ 15 milhões, a serem executados ao longo de um período de quatro anos, com data final em 30 de dezembro de 2015 e data limite de desembolso em 30 de abril de 2016. Os recursos previstos no Projeto serão executados da seguinte forma:

- US\$ 185 milhões serão destinados aos reembolsos ao Tesouro Nacional de pagamentos de benefícios do Bolsa Família, e;
- US\$ 30 milhões serão destinados às ações de assistência técnica do MDS.

O objetivo de desenvolvimento do Projeto “Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social” é auxiliar no desenvolvimento de capacidade institucional do MDS para consolidar a principal política de transferência de renda do País, o Programa Bolsa Família (PBF), fomentar um Compromisso Nacional em torno das questões da desigualdade social, além de criar mecanismos eficientes de monitoramento e avaliação de resultados dos investimentos no desenvolvimento de políticas sociais, um passo necessário para estabelecer uma gestão baseada em desempenho.

Com relação ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social – CNDS, é preciso destacar que esta ação encontrava-se na SAIP, secretaria que foi extinta no ano de 2011. Com isso, o foco do CNDS foi direcionado ao Programa de Superação da Extrema Pobreza – “Plano Brasil Sem

Miséria- BSM” e grande parte das atividades relacionadas à inclusão produtiva de beneficiários dos programas de transferência de renda contempladas originalmente no Projeto continuam sendo prioritárias, por estarem vinculadas ao BSM.

As Secretarias executoras do Acordo são: SENARC, SAGI, SE e SESEP. As principais ações previstas para assistência técnica no Projeto são: i) a ampliação de cobertura do Cadastro Único para atender às famílias que ainda não estão cadastradas, mediante o fortalecimento dos processos de busca das famílias mais vulneráveis, ii) seguimento do cumprimento das condicionalidades e acompanhamento familiar dos beneficiários do PBF e iii) ampliação do uso do Cadastro Único para focalização de outros programas sociais no Brasil. No que se refere à SAGI, objetiva-se o fortalecimento da avaliação, além dos sistemas de monitoramento e gestão de informação e conhecimento do MDS.

A contratação da operação de crédito externo foi aprovada pelo Senado Federal em 17 de março de 2011. A data de assinatura do Contrato de Empréstimo ocorreu em 21 de setembro de 2011, estando efetivo para execução a partir de 24 de novembro de 2011.

Entretanto, não houve execução de recursos no o exercício de 2011 devido aos trâmites necessários para gerenciamento financeiro junto à Secretaria Nacional do Tesouro, tendo sido a execução reprogramada para o 1º semestre de 2012.

Acordo de Cooperação Técnica com o PNUD – BRA 04/028

O Projeto BRA/04/028 de Apoio ao Programa Bolsa Família (PBF), viabiliza assistência técnica para identificação das políticas públicas que podem utilizar o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) para aprimoramento tecnológico e para revisão dos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família. Possui como objetivo macro a redução da pobreza e a desigualdade no Brasil, por meio do fortalecimento do PBF.

O orçamento atual do Projeto é de US\$ 18.906.237,48 e, até 31 de dezembro de 2011, foram executados US\$ 15.807.831,94, o que representa 83,6% do total. O Projeto teve início em 28 de outubro de 2004 e tem data de encerramento prevista para 30 de junho de 2012.

Relativamente às ações apoiadas pelo Projeto 04/028, destacam-se:

- Desenvolvimento do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF): integra os processos de gestão do PBF nos estados, municípios e no Distrito Federal. Observa-se que na execução do contrato para este trabalho, foi de fundamental importância a contribuição dos produtos dos consultores, que trouxeram claros benefícios no processo de tomada de decisão e de definição de regras de negócio, permitindo a utilização mais eficiente dos recursos financeiros alocados no projeto, a otimização no tempo de levantamento de requisitos e na melhor qualidade dos artefatos entregues pela empresa contratada. Além disso, estas informações foram de grande importância nos casos em que havia divergências entre a contratante (MDS) e a contratada (empresa Tata Consultancy Services), fazendo com que tais ocorrências não prejudicassem a continuidade do andamento do projeto.
- Gestão das Condicionalidades do PBF: destacam-se as consultorias que, a partir realização das análises acerca dos resultados das condicionalidades, contribuíram para o aprimoramento do acompanhamento das condicionalidades estabelecidas pelo Programa e da oferta de serviços para as famílias beneficiárias.

- Gestão de Benefícios: enfatiza-se a contribuição dos consultores à análise dos resultados de indicadores e variáveis de acompanhamento da gestão. O boletim informativo, que está em sua segunda edição, tem servido como suporte para os processos de tomada de decisões dos secretários, diretores e coordenadores-gerais da SENARC, em especial no relativo a concessões de benefícios, delineamento de estratégias de gestão de benefícios, dentre outros.
- Análise dos fluxos e processos da revisão cadastral: permitiu identificar problemas no fluxo de dados existente na Versão 6 do Cadastro Único. Aproximadamente 40 mil famílias tiveram os seus benefícios preservados de um bloqueio indevido.
- Implantação do Sistema de gestão do PBF (concluído em 30 de dezembro de 2011)
- Avaliação de Impacto do PBF 2ª rodada (em andamento)
- Consultoria ao MDS no delineamento de fundamentos e diretrizes que orientem uma política pública de educação financeira, preferencialmente detentora de expertise em temáticas relacionadas à inclusão financeira e educação financeira de população de baixa renda. (execução em andamento)

Acordo de Cooperação Técnica com o PNUD – BRA 04/046

Assinado em 22 de outubro de 2004 e com vigência até 30 de junho de 2012, este projeto visa apoiar o fortalecimento institucional para avaliação e gestão da informação. O Projeto BRA/04/046, cujo objetivo macro é contribuir para a efetividade das políticas e programas sociais, promovendo uma melhor e mais efetiva aplicação dos recursos públicos, através do monitoramento e controle de programas de apoio a grupos específicos em situação de insegurança alimentar, como distribuição de cesta básica e bancos de alimentos, o programa de transferência de renda com condicionalidades, o programa Bolsa Família que unificou os benefícios sociais, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás, entre tantos outros, tem contribuído significativamente para que o Brasil avance no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, através da execução de ações previstas em seu escopo programático, visando ao alívio imediato e a superação da pobreza, através da provisão de transferências monetárias, possibilitando a emancipação sustentada das famílias pobres e seu exercício de direitos básicos, como saúde e educação.

Seu orçamento atual é de US\$ 33.823.348,82, atingindo execução total de US\$ 25.862.950,55 que representam 76,46% do total. O projeto contava com recursos da fonte BID, que foram executados até agosto de 2010 (quando foi encerrado o Acordo de Empréstimo nº 1609-OC/BR) e posteriormente prestado contas ao Tesouro Nacional. O saldo disponível em 31/12/2011 é composto por recursos exclusivos da fonte Tesouro Nacional, no total de US\$ 7.960.398,27.

No âmbito do Projeto, merecem destaque:

- A formatação das bases de dados para monitoramento e avaliação;
- Avaliação dos resultados de programas de proteção social;
- A produção de dados relevantes para a tomada de decisão no âmbito de suas políticas e ações;
- A elaboração de documentos técnicos para a formulação e disseminação das políticas, dando maior transparência com a divulgação de seus resultados;

- Estudos sobre os Centros de Convivência de Idosos financiados pelo Fundo Nacional de Assistência Social. (Concluído em abril de 2011)
- Serviços de criação e desenvolvimento de uma série educativa de vídeos de capacitação, objetivando promover a disseminação de conceitos e orientações sobre processos de trabalho e sobre o papel do Conselheiro e dos Conselhos na atuação do Programa Bolsa Família. (concluído em setembro de 2011)
- Aquisição de estações de trabalho de alto desempenho para realização de cálculos estatísticos, georreferenciamento de variáveis de programas e ações sociais e aplicação e consulta de indicadores em bases de dados com grande volume de informações. (concluído em 25 de janeiro de 2011)
- Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas. (em andamento).

Acordo de Cooperação Técnica com a FAO- UTF/BRA/064/BRA

O Projeto “Apoio à implementação e ao alcance de resultados da Estratégia Fome Zero”, firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, foi assinado em 2 de dezembro de 2003 e tem vigência até 31 de dezembro de 2012. O Projeto objetiva implementar ações de formulação e gestão da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instrumentar políticas públicas capazes de reduzir a vulnerabilidade à insegurança alimentar em áreas rurais, urbanas e periurbanas, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (Banco de Alimentos, Cozinhas Comunitárias, Restaurantes Populares), dentre outros, além de implantar o Sistema de Avaliação e Monitoramento de Programas Sociais.

O orçamento atual do Projeto é de US\$ 10.971.284,00 (dez milhões novecentos e setenta e um mil, duzentos e oitenta e quatro dólares americanos), recursos provenientes exclusivamente do Tesouro Nacional, atribuídos ao MDS. O valor total executado de 2004 a 2011 é de US\$ 8.830.820,00 (oito milhões, oitocentos e trinta mil, oitocentos e vinte dólares americanos), dos quais US\$ 1.418.739,24 (um milhão, quatrocentos e dezoito mil, setecentos e trinta e nove dólares americanos), no exercício de 2011.

Os recursos atualmente comprometidos são da ordem de US\$ 1.060.000,00, que somados aos valores já executados, representam 90% de execução do orçamento do Projeto. O Projeto encerrar-se-á em junho de 2012, sem perspectiva de nova prorrogação de prazo.

Relativamente às ações realizadas em 2011, merecem destaque:

- O apoio do Projeto à realização da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – IV CNSAN; importante referência no processo de implementação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- A contratação de consultorias importantes que realizaram estudos de avaliação da gestão dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (Bancos de Alimentos, Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias); da Política de Agricultura Urbana e Periurbana, do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, além de produzirem insumos técnicos para as atividades da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN

- A finalização da Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos, que avaliou a implantação e gestão dos Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição - Bancos de Alimentos, bem como o perfil dos seus beneficiários diretos, em todos os municípios nos quais os bancos estão em funcionamento. A pesquisa foi realizada pela Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense – FEC/Data UFF, cujo contrato foi de R\$ 228.582,00 (duzentos e vinte e oito mil quinhentos e oitenta e dois reais);
- A contratação da Pesquisa “Formação de linha de base para avaliação de impacto do Programa P1 + 2” (Cisternas 2ª Água)”, no valor de R\$ 554.746,84 (quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e quarenta e seis reais), que está sendo realizada pela empresa Datamétrica Consultoria, Pesquisa e Telemarketing. A pesquisa visa coletar e analisar informações junto a uma amostra de famílias que tiveram suas cisternas de segunda água construídas em 2011, bem como de uma amostra de famílias que já dispõem da primeira cisterna, mas que ainda não estão cadastradas para construção da cisterna da segunda água em 2011 e 2012, com a finalidade de estabelecer uma linha de base para avaliação de impacto do Programa P1+2 (Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido Brasileiro: Segurança e Soberania Alimentar Através do Acesso e Manejo Sustentáveis da Terra e das Águas – P1 + 2).

Acordo de Cooperação Técnica com o PNUD – BRA 05/028

O Projeto de Apoio ao Programa de Promoção da Inclusão Produtiva de Jovens, com início em setembro de 2006 e vigência até 30 de junho de 2012, tem como objetivo apoiar iniciativas que promovam a qualificação de jovens entre 18 e 24 anos para a inserção no mercado de trabalho e ampliar a capacidade do MDS no monitoramento e avaliação de políticas públicas e de programas de redução de pobreza. O orçamento total do Projeto é de US\$ 5.689.158,00. Foi executado o valor de US\$ 2.702.354,20, o que representa 47,5%.

Com as mudanças ocorridas na organização administrativa do MDS no início de 2011 e visando atender às novas diretrizes do Governo Federal de erradicar a extrema pobreza nos próximos anos, foi realizada uma breve avaliação dos projetos de inclusão produtiva, implementados no período de 2006 a 2009, por 17 (dezessete) instituições de ensino superior, públicas e comunitárias. Em linhas gerais, a estratégia de apoio a grupos e empreendimentos produtivos adotada na primeira fase do Projeto gerou efeitos positivos, mas menores do que se esperava. Considerando que a promoção da inclusão produtiva será um dos eixos prioritários da agenda de erradicação da extrema pobreza, entendeu-se que o modelo adotado deveria ser repensado. Nesse contexto, espera-se que os próximos projetos de inclusão produtiva a serem apoiados pelo MDS tenham abrangência maior, abarcando várias áreas geográficas e cadeias produtivas, para garantir impactos sustentáveis e de médio e longo prazo sobre os beneficiários e atores institucionais envolvidos. Ademais, verificou-se que ainda havia pendências com relação à finalização da prestação de contas dos recursos financeiros aportados para execução dos 36 projetos de inclusão produtiva da primeira etapa (2006-2009). As instituições já tinham sido devidamente diligenciadas para o envio de documentação faltante, mas até o início de 2011, alguns processos não haviam sido concluídos. Dessa forma, entendeu-se que, antes de dar prosseguimento à implementação dos projetos pré-selecionados no Edital nº 02/2010, seria necessário finalizar a análise contábil e financeira dos 36 projetos apoiados anteriormente.

Por essas razões, decidiu-se pelo cancelamento do referido Edital nº 02/2010, para que fosse finalizada a avaliação e prestação de contas dos projetos anteriores e elaborado novo modelo para alcance das metas de erradicação da extrema pobreza. Com a mesma motivação, os contratos com três consultores que analisariam estas experiências piloto do Edital também foram rescindidos.

Acordo de Cooperação Técnica com a UNESCO – 914BRZ3002

O Projeto “Apoio ao Programa Bolsa Família e ao Plano para Superação da Extrema Pobreza”, foi assinado em 15 de dezembro de 2011 e tem uma duração prevista de 48 meses. O Projeto executará parte das ações previstas no Acordo de Empréstimo do Banco Mundial N.º 7841-BR, sendo custeado integralmente com os recursos do referido acordo.

O orçamento total do Projeto é de R\$ 22.260.000,00, R\$ 9.964.000,00 da Fonte BIRD e R\$ 12.296.000,00 da Fonte Tesouro Nacional (Contrapartida).

O objetivo geral do Projeto é "Contribuir para a consolidação da política de desenvolvimento social no Brasil, fortalecendo programas, ações sociais e serviços sob responsabilidade do MDS".

- A partir das ações previstas no âmbito desta cooperação, o que se espera ao seu final, de modo específico, é que essas ações, somadas às demais desenvolvidas pelos governos federal, estaduais e municipais, concorram para promover os seguintes resultados:
Cadastro Único qualificado e aprimorado
- Programa Bolsa Família apoiado
- Sistema de Avaliação e Monitoramento Social do MDS fortalecido
- Plano para Superação da Extrema Pobreza apoiado

Essa cooperação com a UNESCO permitirá produzir estudos e aperfeiçoar processos e ferramentas que contribuam para a utilização do Cadastro Único como instrumento de integração de projetos e programas sociais desenvolvidos no nível inter e intra-governamental. No que se refere ao programa Bolsa Família, a cooperação com a UNESCO estará centrada, sobretudo, na realização de capacitações e formações continuadas para gestores públicos, representantes da sociedade civil participantes das instâncias de controle social do Programa e parceiros. Serão trabalhados temas relacionados ao programa Bolsa Família, a exemplo da importância dos programas complementares, condicionalidades, gestão descentralizada, controle social, entre outros, procurando utilizar como base metodologias nacionais e internacionais de referência. Pretende-se ainda, realizar estudos que evidenciem o impacto das condicionalidades, especialmente da condicionalidade da saúde na superação da pobreza.

Também está incluída a capacitação de gestores, públicos e privados, envolvidos na operacionalização e funcionamento das políticas de superação da extrema pobreza. Em seu portfólio de atividades de cooperação, a UNESCO dispõe de um amplo leque de metodologia de capacitação e formação continuada que podem agregar valor a essa iniciativa.

No que diz respeito ao fortalecimento e aprimoramento do sistema de avaliação e monitoramento social, a cooperação estará focada na realização de avaliações de programas, benefícios, ações e serviços desenvolvidos e/ou coordenados pelo MDS.

Como a execução do projeto está totalmente vinculada ao início da execução do acordo de empréstimo com o Banco Mundial, não houve implementação de atividades, nem desembolso de

recursos no exercício de 2011. A execução terá início em 2012, tão logo os recursos do empréstimo estejam disponíveis no Tesouro Nacional.

Corregedoria

A Corregedoria tem atuação atípica, pois depende das ocorrências e constatações de irregularidades apontadas pelas autoridades que delas tenham conhecimento para desenvolver sua política correicional preventiva ou corretiva.

No decorrer desse exercício, foi editada a Portaria SE/MDS nº 143, de 8/06/2011, publicada no BPS nº 68, de 9 seguinte, que dispõe sobre a implementação da Política de Uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares neste Ministério, para manter atualizado o banco de dados do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Dando continuidade à política de capacitação de servidores para integrar comissões disciplinares, um servidor participou do curso de Formação de Membros de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar promovido pela Controladoria-Geral da União.

Cabe informar que, no desempenho de sua atribuição correicional esta Corregedoria propôs à autoridade competente e foram instaurados sete procedimentos disciplinares para apurar irregularidades ocorridas neste Ministério, sendo seis concluídos no exercício.

Por fim, cabe registrar que desses procedimentos resultaram ações corretivas quanto aos servidores faltosos, bem como ações preventivas, como por exemplo, mais cuidado com o armazenamento de material institucional, proposta de regulamentação do uso do correio eletrônico institucional, constatação da necessidade de adequação das instalações da Unidade de Arquivo de Processos do Conselho Nacional de Assistência Social da Secretaria Nacional de Assistência Social, medida em andamento e, implementação de procedimentos eficazes no controle patrimonial de bens adquiridos com recursos de projetos internacionais.

Ouvidoria

Possui 3 níveis de atendimento ao público em geral. O primeiro nível é formado por operadores da célula Generalista; o segundo nível é formado por operadores da célula Especialista. Já o terceiro nível é formado por profissionais que compõem a Coordenação-Geral da Central de Relacionamento do MDS e da Ouvidoria. Além disso, existe uma equipe técnica chamada Posto de Apoio aos Serviços de TI – PASTI responsável pelo desenvolvimento e manutenção de um sistema de Customer Relationship Management – CRM.

Atualmente, a Central conta com 129 Posições de Atendimento - PA, sendo divididas da seguinte forma:

- Células Especialistas – 9 posições para o atendimento específico de gestores e técnicos municipais;

- Células Generalistas – 115 posições para o atendimento referente a todos os projetos, programas e políticas do MDS; e
- Célula de Ouvidoria - 5 posições para o atendimento de sugestões, críticas, elogios, reclamações ou denúncias.

Essas PA são compostas de 258 agentes de relacionamento que se revezam em dois turnos, 11 supervisores, 3 monitores, 1 gerente de monitoria, 1 agente de treinamento, 1 gerente de retaguarda e 1 gerente de operações. A equipe PASTI é formada por 6 profissionais.

Além dessa estrutura, a Central conta com uma equipe formada por 17 profissionais que compõem a Coordenação-Geral da Central de Relacionamento do MDS, ou equipe de 3º nível, cujas principais atribuições estão listadas abaixo:

- Gerenciar a qualidade do atendimento prestado pelos agentes de relacionamento da Central;
- Acompanhar a evolução do volume de ligações e de *e-mails* recebidos pela Central;
- Prover o conteúdo da base de conhecimento utilizada pelos agentes de relacionamento e pela equipe da Coordenação-Geral da Central para prestar atendimento por telefone e por *e-mail*, respectivamente;
- Tratar e finalizar as demandas cuja resolução não foi possível durante atendimento telefônico (denominadas “Informações não Encontradas”);
- Propor customizações para o sistema de CRM, utilizado pelos agentes de relacionamento e pela equipe da Coordenação-Geral da Central para consulta da base de conhecimento e registro das demandas;
- Analisar, testar e propor melhorias no atendimento eletrônico (URA) da Central;
- Preparar os ativos, ligações que são iniciadas pela Central: elaborar o plano de ação e o *script* de abordagem; formatar o *mailing* fornecido pelas áreas solicitantes; treinar os agentes de relacionamento em conjunto com a equipe de supervisão, como também realizar Sumário Executivo contendo os resultados obtidos com a ação.
- Auxiliar no gerenciamento do conteúdo, bem como propor melhorias de funcionalidades para os sítios www.fomezero.gov.br e www.mds.gov.br, principalmente no que tange ao Fale com o MDS;
- Tratar e finalizar as demandas que chegam por *e-mail* e pelos formulários eletrônicos, cujos endereços são:
 - Caixas postais institucionais:
 - Bolsa Família (bolsa.familia@mds.gov.br);
 - Cadastro Único (cadastrounico@mds.gov.br);

- CadSUAS (cadsuas@mds.gov.br);
- Fome Zero (fomezero@mds.gov.br);
- Gestor PBF (gestorpbf@mds.gov.br);
- Juventude (juventude@mds.gov.br);
- PAIF (paif@mds.gov.br);
- Proteção Social Básica (protecaosocialbasica@mds.gov.br);
- SAGI DFD (sagi.dfd@mds.gov.br).
- SUASWeb (suasweb@mds.gov.br);
- Parcerias (parcerias@mds.gov.br), quando as demandas são de competência da Central;
- Formulários eletrônicos:
 - “Fale com o MDS do Portal do MDS (<http://www.mds.gov.br/falemds>);
 - “Fale Conosco” do site do Fome Zero (www.fomezero.gov.br/fale-conosco-1);
 - “Fale com o Governo” do site da Presidência da República, quando as demandas são relacionadas ao MDS.

Em relação aos serviços de Ouvidoria, a equipe de 3º nível é composta por 13 profissionais, dos quais 6 são do Contrato 02/2006 (serviços especializados destinados à implantação da Central de Relacionamento Fome Zero, incluindo os serviços de *telemarketing* receptivo e ativo), firmado entre este MDS e a empresa Call Tecnologia e Serviços Ltda. – processo 71000.007710/2004-41, cuja equipe tem as seguintes atribuições, de acordo com o Regimento deste Ministério:

“I - Planejar, coordenar, acompanhar, supervisionar e elaborar normas e procedimentos padrões, para as atividades da Ouvidoria-Geral, no âmbito do Ministério;

II - officiar as autoridades competentes, cientificando-as das questões apresentadas, e requisitando informações e documentos; e, sendo o caso, recomendando a instauração de procedimentos administrativos para o exame técnico das questões e a adoção de medidas para prevenção de falhas e omissões responsáveis pela inadequada prestação do serviço público;

III - estabelecer canais de comunicação com o cidadão que venha facilitar e agilizar o fluxo das informações e a solução de seus pleitos;

IV - facilitar o acesso do cidadão à Ouvidoria-Geral, simplificando seus procedimentos internos e promovendo a divulgação sistemática de sua missão institucional, bem como dos serviços oferecidos ao cidadão;

V - organizar e interpretar o conjunto das manifestações recebidas e produzir indicativos quantificados do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito do MDS e de suas atribuições em conjunto com outros órgãos do governo federal; e

VI - promover de forma permanente e sistemática, a articulação com os órgãos do Ministério.”

A Central presta, por meio de telefone, formulário eletrônico e e-mail, informações sobre todos os projetos, programas e políticas do MDS. Entre os programas, encontram-se o Bolsa Família e sua principal ferramenta de seleção de famílias, o CadÚnico, geradores de mais de 90% de todo atendimento prestado via telefone.

A Central tem absorvido ao longo dos anos várias caixas postais institucionais do MDS. Segue, abaixo, quando elas passaram para a responsabilidade da Central:

- Fome Zero (fomezero@mds.gov.br) – em fevereiro de 2003;
- Bolsa Família (bolsafamilia@mds.gov.br) – em setembro de 2004;
- SUASWEB (suasweb@mds.gov.br) – em julho de 2007;
- Proteção Social Básica (protecaosocialbasica@mds.gov.br) – em setembro de 2007;
- PAIF (paif@mds.gov.br) – em agosto de 2008;
- CadSUAS (cadsuas@mds.gov.br) – em janeiro de 2009;
- Juventude (juventude@mds.gov.br) – em outubro de 2009;
- Cadastro Único (cadastrounico@mds.gov.br) – em fevereiro de 2010;
- Gestor PBF (gestorpbfb@mds.gov.br) – em março de 2010;
- SAGI DFD (sagi.dfd@mds.gov.br) – em novembro de 2011; e
- Parcerias (parcerias@mds.gov.br).

Além disso, é fundamental explicitar que, a partir do segundo semestre de 2007, todas as ligações então recebidas pelo Departamento de Proteção Social Básica foram direcionadas para a Central de Relacionamento do MDS.

Mesmo com a absorção crescente de trabalho, a equipe de e-mails tem conseguido manter sua produtividade alta. Em 2011, a média de e-mails respondidos por mês foi de 7.048.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro 2 - A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA		1006				
Denominação		Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome				
Tipo do Programa		Gestão de políticas				
Objetivo Geral		Contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade				
Objetivos Específicos		Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de Desenvolvimento Social e Combate à Fome				
Gerente		Rômulo Paes de Sousa				
Público Alvo		Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
166.288.487	102.565.731	57.872.930	42.174.433	15.698.497	42.173.031	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não se aplica tendo em vista que para o Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais, a presença de indicador não é obrigatória.						
Análise do Resultado Alcançado						
Não se aplica, porque como não é obrigatória a presença de indicador para o Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais não há apresentação de resultados.						

Fonte: Sigplan e Siafi Gerencial

O Programa 1006 - Gestão da Política do Desenvolvimento Social e Combate à Fome empenhou 56% de sua dotação final, e liquidou e pagou 41% dessa dotação. Das 11 (onze) ações que compõem o programa, 8 (oito) obtiveram resultados satisfatórios com valores empenhados superiores a 77% de execução.

A ação 8893 – Apoio à Organização e Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que engloba 55,3% dos recursos do programa (lei + crédito), teve sua execução prejudicada pelo contingenciamento de aproximadamente 60% dos seus recursos. Isso explica a baixa execução dessa ação, em que foi liquidado e pago o montante de R\$ 17,3 milhões, correspondente a 30% da dotação atual.

No que se refere a ação 11JM – Construção do Anexo do Bloco C na Esplanada dos Ministérios teve sua dotação cancelada tendo em vista a readequação no andamento do projeto.

Já a ação 4923 – Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a baixa execução é devida, dentre outros, a definições tardias da agenda de avaliação e monitoramento; bem como morosidade dos processos licitatórios.

Por fim, a ação 6877 – Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome teve vários motivos para a baixa execução, dentre eles, a dedicação à execução física do passivo de 2010 e à escassa força de trabalho do Departamento responsável; a redefinição de prioridades para atender os novos desafios do Plano Brasil sem Miséria; questionamentos dos órgãos de controle relativos a processos iniciados em 2010, levando à paralisação de ações de capacitação; e a definição da SAGI pela rescisão unilateral do contrato com empresa prestadora de serviços para cursos em educação a distância (EAD).

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Quadro 3 - A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Sub-Função	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada 2012	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada 2012
04	122	1006	11JM	P	4	Edifício Construído (% de execução física)	20	0	20	15.000.000	0	6.000.000
08	122	0750	09HB	OP	4	Não há	-	-	-	1.629.463	1.907.979	2.066.662
08	122	0750	2000	A	4	Não há	-	-	-	156.156.952	148.196.544	132.197.874
08	122	1006	2272	A	4	Não há	-	-	-	1.600.000	0	0
08	125	1006	4907	A	4	Pessoa Atendida (unidade)	3.315.000	3.723.892	3.516.000	12.978.000	12.773.341	13.768.307
08	128	1006	4572	A	4	Servidor Capacitado (unidade)	280	611	250	420.000	260.436	380.000
08	131	1006	4641	A	4	Não há	-	-	-	13.500.000	5.462.649	33.533.769
08	244	8007	8274	A	4	Cooperativa Apoiada (unidade)	50	11	Pessoa Apoiada (unidade) 60.000	10.000.000	2.269.603	60.000.000
08	301	0750	2004	A	4	Pessoa Beneficiada (unidade)	987	297	526	852.768	575.820	600.000
08	301	0750	20CW	A	4	Servidor Beneficiado (unidade)	578	0	578	104.040	0	104.040
08	306	0750	2012	A	4	Servidor Beneficiado (unidade)	757	591	625	2.761.536	2.148.539	2.280.000
08	331	0750	2011	A	4	Servidor Beneficiado (unidade)	420	265	195	887.040	303.176	360.000
08	365	0750	2010	A	4	Criança Atendida (unidade)	95	93	100	108.300	113.300	114.000
09	272	0089	0181	OP	4	Não há	-	-	-	64.520	0	65.000
28	846	0901	0716	OP	4	Não há	-	-	-	89.359	72.562	90.000

Fonte: SIAFI Gerencial, LOA 2011 e LOA 2012

Análise crítica

2000-Administração da Unidade (Exclusive despesas com pessoal e encargos)

R\$ 1,00							
Ação	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
		Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada 2012	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada 2012
2000	Não há	-	-	-	95.499.092	91.430.488	116.481.446

O quadro a seguir sintetiza a Ação 2000 – Administração da Unidade executadas pela SAA e parceiros para as áreas responsáveis pelas políticas:

R\$ 1,00							
Área Meio do MDS	Dotação (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	Pago (D)	% Emp. (B/A)	% Liq. (C/A)	% Pag (D/A)
CGLA - Coordenação-Geral de Logística e Administração	63.448.800	62.588.323	59.051.407	59.051.407	99%	93%	93%
DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação	38.451.256	33.942.891	28.350.363	28.350.363	88%	74%	74%
CGRH - Coordenação-Geral de Recursos Humanos	13.858.236	13.612.071	13.434.491	13.434.267	98%	97%	97%
ASCOM - Assessoria de Comunicação	4.299.217	4.299.217	4.028.718	4.028.718	100%	94%	94%
TOTAL	120.057.509	114.442.501	104.864.979	104.864.755	95%	87%	87%

Fonte: SISPOAD/MDS

As despesas constantes do quadro acima compreendem: serviços administrativos; pessoal temporário; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Em 2011 foi repassado à Coordenação de Patrimônio e Administração dos Blocos “A” e “C”, da Esplanada dos Ministérios, para composição do débito vinculado a Cotas Condominiais, para cobrir despesas com custeio e manutenção dos blocos:

- Condomínio do Bloco “A” – UG 180002: R\$ 3.067.766,00 (PI 12000405030);
- Condomínio do Bloco “C” – UG 201002: R\$ 1.640.000,00 (PI 12000405030).

Dos recursos alocados no exercício de 2011 à Coordenação-Geral de Logística e Administração, que incluem os provisionados pelas Secretarias do MDS, resultaram na contratação de inúmeras empresas listadas no Anexo I – Relatório dos Contratos Vigentes, deste documento.

Em relação à Diretoria de Tecnologia da Informação, que utilizaram recursos principalmente dessa ação, segue detalhamento desses contratos no Anexo II – Relação de Contratos com Tecnologia de Informação.

2000-Administração da Unidade (Somente despesas com pessoal e encargos)

R\$ 1,00

Ação	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
		Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada 2012	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada 2012
2000	Não há	-	-	-	60.657.860	56.766.056	15.716.428

O quadro a seguir sintetiza a execução da Ação 2000 – Administração da Unidade executadas pela SAA e em relação às despesas com pessoal da Pasta:

R\$ 1,00

Área Meio do MDS	Dotação (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	Pago (D)	% Emp. (B/A)	% Liq. (C/A)	% Pag (D/A)
CGRH - Coordenação-Geral de Recursos Humanos	45.066.387	43.924.826	43.331.565	43.327.484	97%	96%	96%

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos federais em Processo de Qualificação

R\$ 1,00

Ação	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
		Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada 2012	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada 2012
2004	Pessoa Beneficiada (unidade)	987	1.800	526	852.768	575.820	600.000

20CW	Servidor Beneficiado (unidade)	578	0	578	104.040	0	104.040
2012	Servidor Beneficiado (unidade)	757	591	625	2.761.536	2.148.539	2.280.000
2011	Servidor Beneficiado (unidade)	420	265	195	887.040	303.176	360.000
2010	Criança Atendida (unidade)	95	93	100	108.300	113.300	114.000
4572	Servidor Capacitado (unidade)	280	611	250	420.000	260.436	380.000

Em verificação aos dados inerentes às metas físicas e orçamentárias previstas e alcançadas para a UJ em relação às ações relativas aos auxílios e assistência aos servidores do MDS, nota-se proximidade entre as informações, o que caracteriza adequação de planejamento. E no que se refere à Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, observa-se que, mesmo não tendo executado toda dotação disponibilizada, esta UJ superou a meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual, visto que tem procurado realizar capacitações com turmas fechadas somente para o Órgão, o que representa um custo menor por servidor capacitado, e em consequência uma disponibilidade maior de recursos para capacitar um número maior de servidores e superar a meta estabelecida.

Ação 11JM - Construção do Anexo do Bloco C na Esplanada dos Ministérios

R\$ 1,00							
Ação	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
		Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada 2012	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada 2012
11JM	Edifício Construído (% de execução física)	20	0	20	15.000.000	0	6.000.000

Em 2011 os recursos dessa Ação foram remanejados para outras Ações do MDS em face do contingenciamento foi adiado o início da obra.

Quanto ao projeto da mesma, por meio de processo de licitação para o projeto de construção do Anexo do Bloco C, onde se localizará a sede do Ministério, contratou-se os serviços de elaboração de projetos arquitetônicos e complementares (Contrato nº35/2010) junto ao Escritório de Arquitetura e Urbanismo OSCAR NIEMEYER S/C LTDA. O contrato foi firmado no valor global de R\$ 3.163.436,00, dividido em 4 parcelas, pagas na proporção da entrega dos produtos e assinado

em 20/07/2010, conforme o Cronograma Físico-Financeiro firmado, utilizando-se o orçamento de 2010. Atualmente os trabalhos estão sendo desenvolvidos conforme detalhado abaixo:

1ª Etapa – Estudos Preliminares: 20% do valor da contratação com prazo de execução de 90 dias. Fase já concluída e aceita pelo MDS, com a liberação do respectivo pagamento no valor de R\$ 632.669,20, realizado em 2010;

2ª Etapa – Projeto Básico: 30% do valor da contratação, sendo concluída e paga em 2011 com recursos de restos a pagar, no valor de R\$ 949.003,80;

3ª Etapa – Projeto Executivo: 40% do valor da contratação, ainda pendente; e

4ª Etapa – Aprovação Final dos Projetos na Administração do GDF: 10% do valor da contratação.

Ação 4641 - Publicidade de Utilidade Pública

R\$ 1,00							
Ação	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
		Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada 2012	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada 2012
4641	Não há	-	-	-	13.500.000	5.462.649	33.533.769

Nesta ação, foi executado apenas 40% da meta inicial prevista, uma vez que o novo contrato com a empresa SLA – Propaganda Ltda, foi assinado ao final do exercício, conforme detalhado a seguir:

R\$ 1,00						
Número do Contrato	Contratada	Objeto	Início	Término Previsto	Empenhado	Valor Pago
27/2011	SLA Propaganda	Prestação de serviços de publicidade do MDS: estudo, concepção, execução e distribuição de campanhas e peças publicitárias, desenvolvimento e execução de ações promocionais, etc.	20/10/2011	20/10/2012	12.150.000,00	5.462.649,32

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 8274 – Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos

R\$ 1,00							
Ação	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
		Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada

				2012			2012
8274	Cooperativa Apoiada (unidade)	50	11	Pessoa Apoiada (unidade) 60.000	10.000.000	2.269.603	60.000.000

Essa Ação foi executada por meio de descentralização ao Ministério do Trabalho para a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, por intermédio da Unidade Gestora 380001 – SENAES. Foi executado apenas 23% da meta inicial prevista, em face de contingenciamento.

A aplicação dos recursos acima resultou no termo de cooperação com a SENAES que fez parcerias com 11 entidades públicas e privadas sendo possível apoiar 180 empreendimentos num total de 7.450 catadores.

Ação 4907 - Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

R\$ 1,00

Ação	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
		Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada 2012	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada 2012
4907	Pessoa Atendida (unidade)	3.315.000	3.723.892	3.516.000	12.978.000	12.773.341	13.768.307

A Ação da Ouvidoria possibilitou às áreas do MDS uma alternativa no acompanhamento e redirecionamento das políticas, com o tratamento dos inúmeros dados que se detalha a seguir:

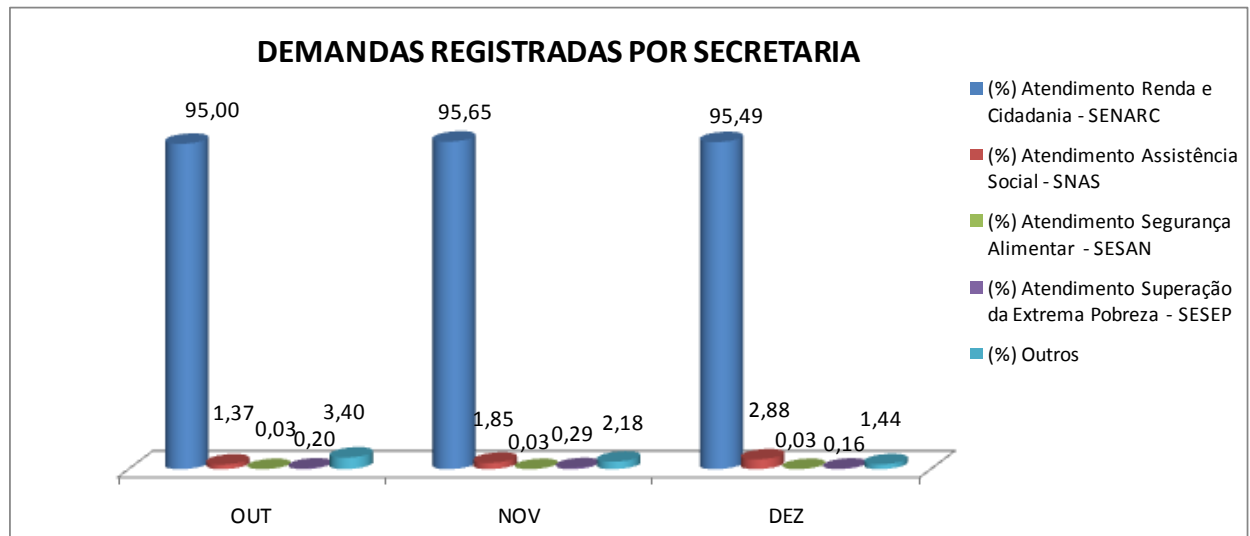
Central de Relacionamento do MDS – Demandas de Telefonia



Fonte: Dados extraídos em 5 de janeiro de 2012 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

Obs.: De 17 de março de 2003 a 07 de maio de 2006, a Central de Relacionamento do MDS atendeu de segunda a segunda-feira, exceto em feriados nacionais.

De 08 de maio de 2006 em diante, a Central passou a atender de segunda a sexta-feira, exceto em feriados nacionais.



Fonte: Dados extraídos em 5 de janeiro de 2012 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

LIGAÇÕES - CONSOLIDADO 2011													
REGISTRO/MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ligações Telefônicas Recebidas na Central	378.797	318.971	386.779	307.650	340.790	312.726	323.610	289.389	241.669	262.558	316.757	244.196	3.723.892
Ligações Telefônicas Recebidas no Humano	235.929	214.795	267.354	208.039	234.844	206.475	216.785	223.517	226.396	241.033	204.938	226.613	2.706.718
Média Diária de Ligações Recebidas no Humano	11.235	10.740	12.152	10.949	10.675	9.832	10.323	9.718	10.781	12.052	10.247	10.301	10.750

Fonte: Dados extraídos em 5 de janeiro de 2012 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

GENERALISTA													
REGISTRO/MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ligações Telefônicas Recebidas no Humano	224.190	202.861	251.348	195.999	220.086	193.690	204.756	211.124	214.773	226.060	189.488	211.113	2.545.488
Média Diária de Ligações Recebidas Hum.	10.676	10.143	11.425	10.316	10.004	9.223	9.750	9.179	10.227	11.303	9.474	9.596	10.110
Tempo Médio de Espera (Seg.)	41	38	34	38	29	13	21	24	40	41	15	24	30
Tempo Médio de Atendimento (Seg.)	216	226	217	229	236	232	238	247	254	258	246	242	237
Abandono de Ligações (%)	6,20	6,09	4,51	5,86	4,28	1,96	3,00	3,43	5,27	5,98	2,34	4,25	4,43

Fonte: Dados extraídos em 5 de janeiro de 2012 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

ESPECIALISTA - SENARC													
REGISTRO/MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ligações Telefônicas Recebidas no Humano	5.548	5.813	7.596	5.738	7.062	5.964	5.272	5.620	4.287	4.042	4.226	3.631	64.799
Média Diária de Ligações Recebidas Hum.	264	291	345	302	321	284	251	244	204	202	211	165	257
Tempo Médio de Espera (Seg.)	21	24	37	50	53	42	29	46	29	52	29	10	35
Tempo Médio de Atendimento (Seg.)	252	271	255	272	304	245	248	293	301	315	285	249	274
Abandono de Ligações (%)	2,27	3,19	4,84	7,16	7,93	5,67	3,33	6,07	3,69	7,45	3,52	1,74	4,74

Fonte: Dados extraídos em 5 de janeiro de 2012 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

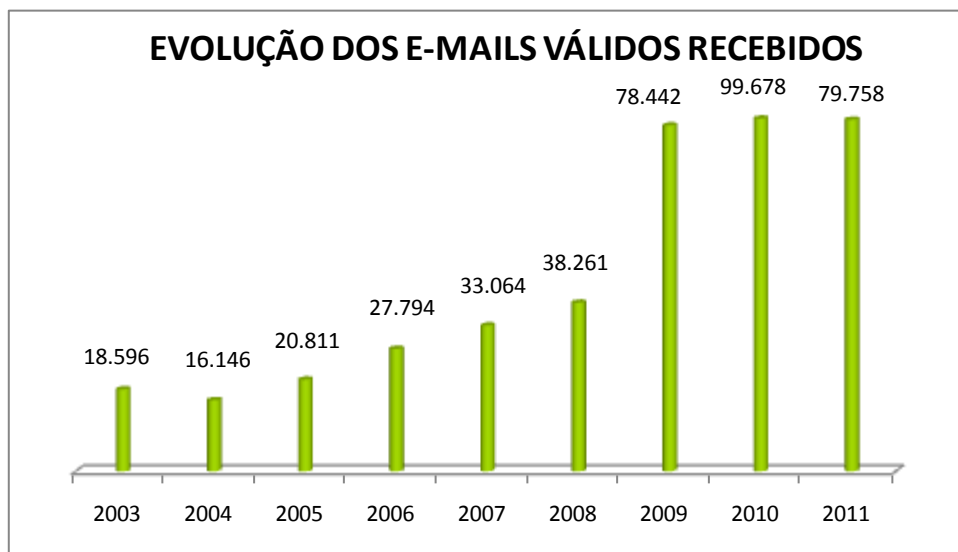
ESPECIALISTA - SNAS													
REGISTRO/MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ligações Telefônicas Recebidas no Humano	2.345	2.547	3.922	2.432	3.175	2.529	2.302	1.990	3.095	5.733	6.905	7.199	44.174
Média Diária de Ligações Recebidas Hum.	112	127	178	128	144	120	110	87	147	287	345	327	176
Tempo Médio de Espera (Seg.)	3	3	5	7	5	27	11	4	21	110	71	47	26
Tempo Médio de Atendimento (Seg.)	253	237	213	208	235	256	246	280	297	325	286	286	260
Abandono de Ligações (%)	0,47	0,37	0,70	1,05	0,76	4,42	1,98	0,35	3,47	17,94	12,13	8,67	4,36

Fonte: Dados extraídos em 5 de janeiro de 2012 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

OUVIDORIA													
REGISTRO/MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ligações Telefônicas Recebidas no Humano	3.846	3.574	4.488	3.870	4.521	4.292	4.455	4.783	4.241	5.198	4.319	4.670	52.257
Média Diária de Ligações Recebidas Hum.	183	179	204	204	206	204	212	208	202	260	216	212	207
Tempo Médio de Espera (Seg.)	2	1	6	12	6	5	10	8	7	12	10	6	7
Tempo Médio de Atendimento (Seg.)	201	226	223	238	221	221	241	262	244	219	231	212	228
Abandono de Ligações (%)	0,39	0,25	1,32	3,04	1,35	1,20	2,03	1,82	1,44	2,93	2,29	1,26	1,61

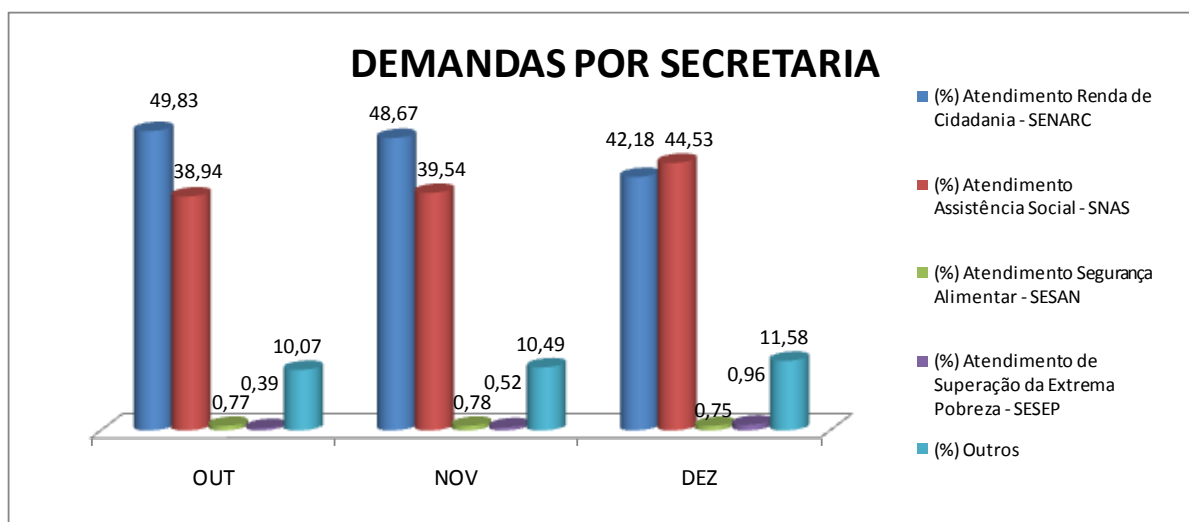
Fonte: Dados extraídos em 5 de janeiro de 2012 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

Central de Relacionamento do MDS – Demandas de E-mail



Total de e-mails válidos recebidos: **412.550**

Fonte: Dados extraídos em 5 de janeiro de 2012 dos relatórios diários da Coordenação-Geral da Central de Relacionamento do MDS.



Fonte: Dados extraídos em 5 de janeiro de 2012 dos relatórios diários da Coordenação-Geral da Central de Relacionamento do MDS.

E-MAILS - CONSOLIDADO 2011													
REGISTRO / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
E-mails Válidos Recebidos (*)	8.182	7.563	11.021	5.715	6.287	5.548	5.597	5.743	5.386	6.488	5.725	6.503	79.758
E-mails Inválidos Recebidos (**)	6.019	5.962	7.253	7.533	9.431	7.882	7.582	8.623	8.935	9.868	8.908	8.624	96.620
Média Diária dos E-mails Válidos Recebidos	264	270	356	191	203	185	181	185	180	209	191	210	219
E-mails Respondidos aos Demandantes Finais	8.242	6.282	8.196	7.597	7.847	6.240	9.025	5.970	5.318	6.381	5.543	7.929	84.570

Fonte: Dados extraídos em 5 de janeiro de 2012 dos relatórios diários da Coordenação-Geral da Central de Relacionamento do MDS.

(*) Recebidos no Período. (**) Duplicidade, endereço inválido, mensagens indevidas.

Obs.: Os e-mails são respondidos de segunda à sexta-feira, exceto feriados, de 8h às 19h pela Coordenação-Geral da Central de Relacionamento do MDS.

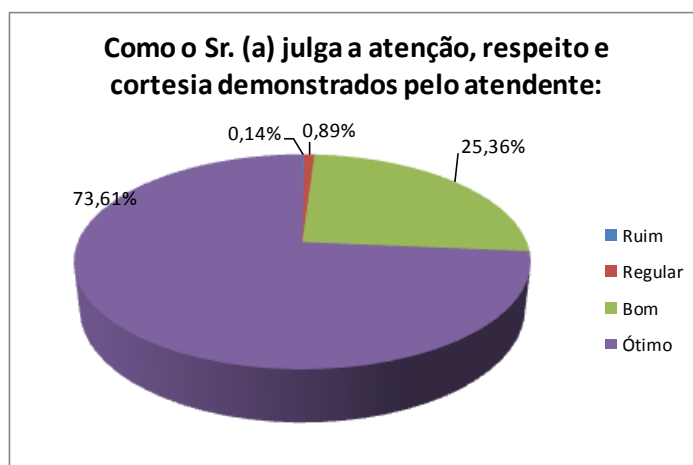
Obs2: A caixa postal sagi.dfd@mds.gov.br passou para a responsabilidade da Central de Relacionamento do MDS no mês de novembro/2011. No entanto, a Central se comprometeu a responder e-mails pendentes a partir do dia 15/09/2011, o que gerou a necessidade de um novo cálculo dos E-mails Válidos Recebidos e da Média dos E-mails Válidos Recebidos dos meses de setembro e outubro de 2011.

Central de Relacionamento do MDS – Qualidade do serviço prestado

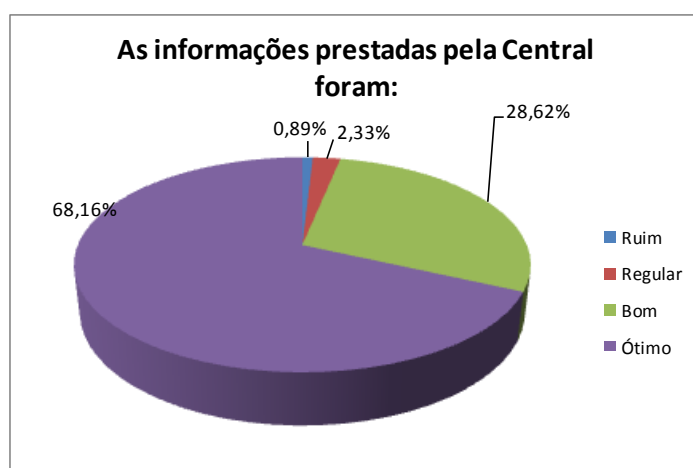
Em busca da melhoria contínua da qualidade do atendimento prestado, todos os operadores da Central de Relacionamento do MDS foram treinados quanto às técnicas de atendimento e ética, bem como, periodicamente, foram capacitados acerca das informações sobre os programas, projetos e políticas do MDS.

Os operadores são treinados e supervisionados para prestarem um atendimento eficaz e de boa qualidade. Além das capacitações periódicas realizadas, existe uma equipe especializada para realização de monitoria (acompanhamento dos atendimentos) que atua diariamente. Por meio desse processo, os operadores são pontuados quanto aos atendimentos realizados, visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Mensalmente é realizada uma Pesquisa de Satisfação com cerca de 1,5% das ligações atendidas no mês anterior. A meta da International Organization for Standardization – ISO é de 1%, no entanto, a meta utilizada é de 1,5%, denominada meta de melhoria. Dessa forma, em dezembro de 2011, a Central de Relacionamento do MDS realizou a pesquisa de satisfação dos seus usuários, obtendo o resultado que pode ser observado nos gráficos abaixo.



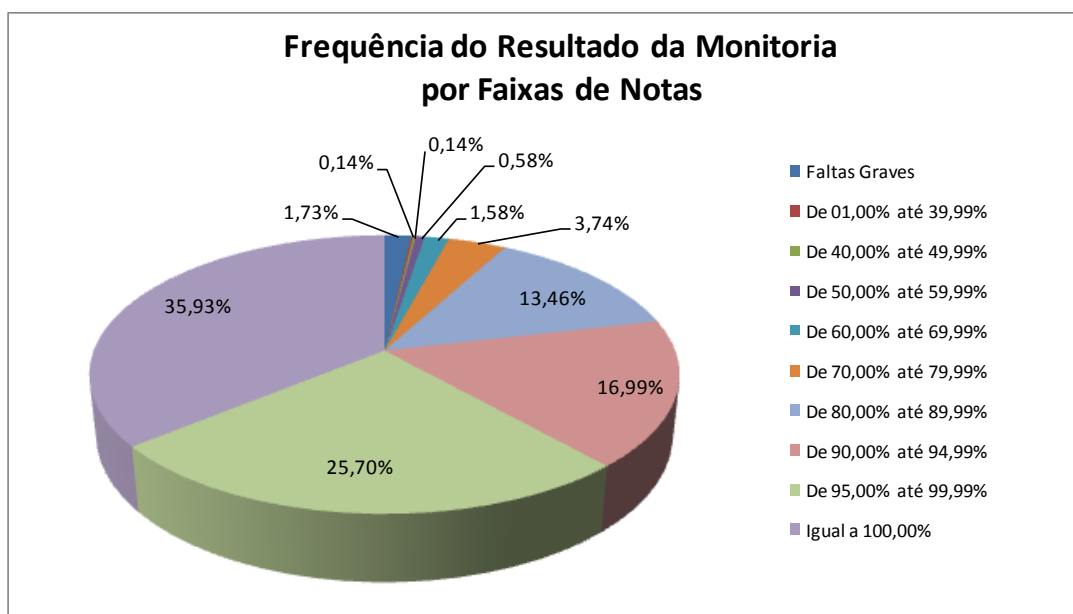
Fonte: Dados extraídos em 5 de janeiro de 2012, referente a dezembro de 2011, dos relatórios mensais fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.



Fonte: Dados referentes a dezembro de 2011, dos relatórios mensais fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

Central de Relacionamento do MDS – Resultado da Monitoria dos serviços de telefonia

O monitoramento é um instrumento de aferição da qualidade e conformidade do atendimento telefônico e da abordagem realizados pela Central de Relacionamento do MDS. Abaixo, seguem os dados do mês de dezembro de 2011.



Fonte: Dados referentes a dezembro de 2011, dos relatórios mensais fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

Criação de ferramenta “CRM” para gerenciar as demandas recebidas

Verificada a necessidade de desenvolvimento de uma solução de software que pudesse automatizar as funções de contatos do cidadão-usuário com o MDS, foi entregue pela empresa contratada em 2008, uma ferramenta de CRM (Customer Relationship Management) desenvolvida em módulos integrados e por canais de comunicação, quais sejam: Módulo de Telefonia, Módulo de E-mail, Módulo de Carta, Módulo de Fax, Módulo Presencial e Módulo Ativo.

Cada módulo foi entregue conforme as datas abaixo:

- Módulo de Telefonia: em fevereiro de 2008;
- Módulo de E-mail, Módulo de Carta, Módulo de Fax, Módulo Presencial: em 2009;
- Módulo Ativo de Telefonia, Módulo de Relatórios e Webcenter: em 2010.

Destaca-se no ano de 2011, a expansão da utilização do sistema CRM pelas áreas técnicas do MDS, que respondem às demandas, tanto de e-mail quanto de telefonia por meio do sistema, tornando o trabalho de interação com as secretarias mais eficiente e a resposta ao demandante mais ágil. Atualmente, as seguintes equipes do MDS auxiliam na resposta às demandas mediante o sistema CRM:

- ASCOM – Eventos;
- SAGI – Publicações;

- SENARC – Coordenação de Atendimento (CA);
- SENARC – Assessoria (Publicações);
- SESEP – Brasil sem Miséria;
- SNAS – DGSUAS;
- SNAS – Rede SUAS;
- SNAS – Vigilância Social;
- SNAS – Capacita SUAS;
- SNAS – PSB – Projovem Adolescente e SISJOVEM;
- SNAS – PSB – PAIF;
- SNAS – PSB – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- SNAS – PSE – PETI e SISPETI;
- SNAS – PSE – CREAS;
- SNAS – FNAS – Execução Orçamentária e Financeira;
- SNAS – FNAS – Convênios e Contratos;
- SNAS – FNAS – Prestação de Contas.

Já estão em pleno funcionamento, no sistema CRM, todas as Caixas Postais gerenciadas pela Central de Relacionamento do MDS. São elas:

- Bolsa Família (bolsa.familia@mds.gov.br),
- Cadastro Único (cadastrounico@mds.gov.br),
- CadSUAS (cadsuas@mds.gov.br),
- Fome Zero (fomezzero@mds.gov.br),
- Gestor PBF (gestorpbf@mds.gov.br),
- Juventude (juventude@mds.gov.br),
- PAIF (paif@mds.gov.br),
- Proteção Social Básica (protecaosocialbasica@mds.gov.br),
- SAGI DFD (sagi.dfd@mds.gov.br),
- SUASWeb (suasweb@mds.gov.br).

O Sistema de CRM utilizado foi desenvolvido, exclusivamente, para atender às necessidades do MDS. Uma de suas importantes funções é utilizar-se dos recursos tecnológicos e humanos para proporcionar às secretarias o conhecimento acerca das necessidades dos usuários e não-usuários das

políticas públicas e, também, dos gestores e técnicos municipais e, com isso, nortear as tomadas de decisões do MDS com os municípios e os estados, visando o alcance do atendimento aos mais necessitados.

Os processos e sistemas de gestão de relacionamento com os cidadãos-usuários permitem que se tenha controle e conhecimento das informações de maneira integrada, principalmente por meio do acompanhamento e registro de todas as interações realizadas com o MDS. Essas interações podem ser consultadas e comunicadas entre os operadores, equipe que realiza a gestão da Central (Equipe 3º Nível), Ouvidoria e área técnica (Secretarias do MDS).

As demandas para as quais os operadores não dispõem de informações previamente definidas (FAQ) no Sistema de CRM são registradas como “Informações não encontradas” e, após analisadas pela equipe 3º Nível são encaminhadas, via sistema, para tratamento das secretarias do MDS. As informações relevantes para as tomadas de decisões podem ser registradas no Sistema de CRM, e analisadas periodicamente, de forma a produzir relatórios de gestão.

Com a implantação do sistema de CRM observaram-se melhoras significativas, que podemos elencar a seguir:

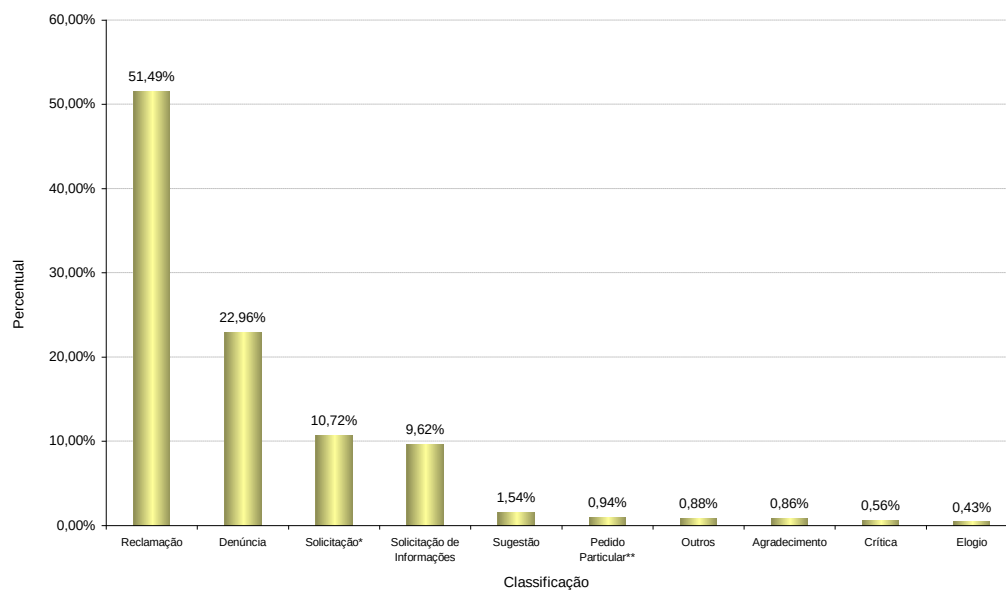
- Realinhamento e simplificação dos processos de atendimento;
- Conhecimento do perfil dos demandantes;
- Padronização dos *scripts* de procedimentos e orientações que evitam informações distorcidas;
- Inserção da FAQ (Perguntas e Respostas mais Frequentes) que contempla as informações utilizadas pelos operadores para prestar o atendimento, garantindo assim a padronização das respostas;
- Centralização em uma única base de dados de todas as informações geradas no atendimento;
- Acesso ao histórico de contatos dos demandantes disponibilizado em tempo de atendimento;
- Acompanhamento das pendências e manifestações dos cidadãos-usuários;
- Possibilidade de atendimento específico para cada tipo de público;
- Facilidade de acesso, mantendo isonomia no atendimento;
- Adaptação sistêmica por perfil de acesso conforme necessidade dos usuários;
- Agilidade e eficiência na tramitação das solicitações;
- Garantia de resposta a todas as demandas;
- Gestão de Trâmite: monitoramento dos prazos e da qualidade dos serviços.

Ouvidoria – dados estatísticos

A Ouvidoria, no ano de 2011, registrou 15.474 processos, demonstrados nos gráficos a seguir:

O gráfico 01 apresenta detalhamento dos processos recebidos pela Ouvidoria do MDS no ano de 2011. Nele são expressas as classificações durante o referido período.

Gráfico 01

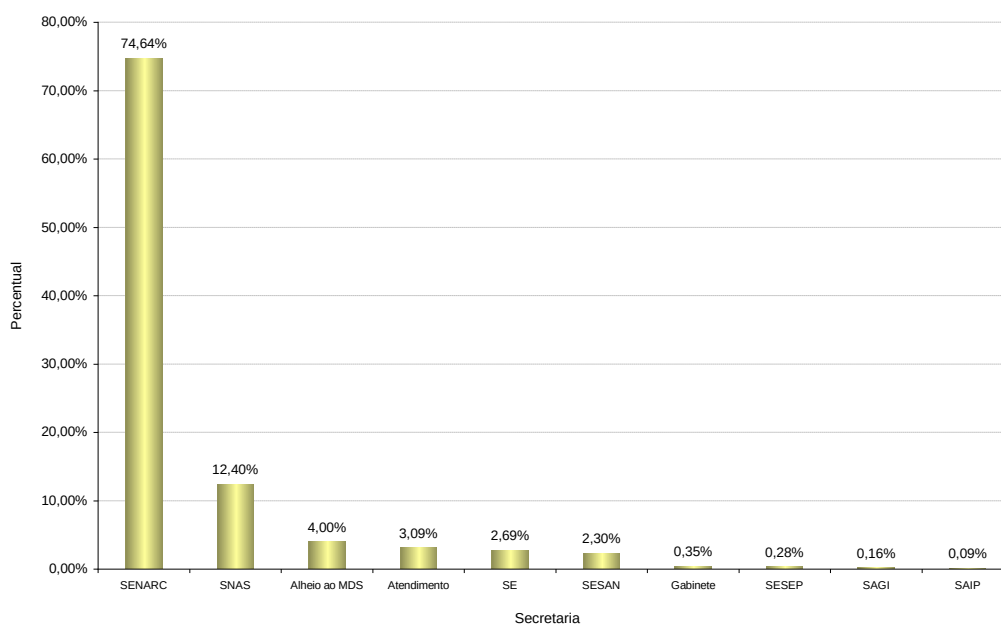


* Utilizado quando os assuntos preestabelecidos não contemplam a manifestação do demandante.

** "Pedidos particulares" são os que fogem às atribuições do Governo Federal, tais como: dinheiro, material de construção, entre outros.

Os processos são analisados, verificando-se a que Secretarias estão relacionadas. O gráfico 02 mostra essa análise.

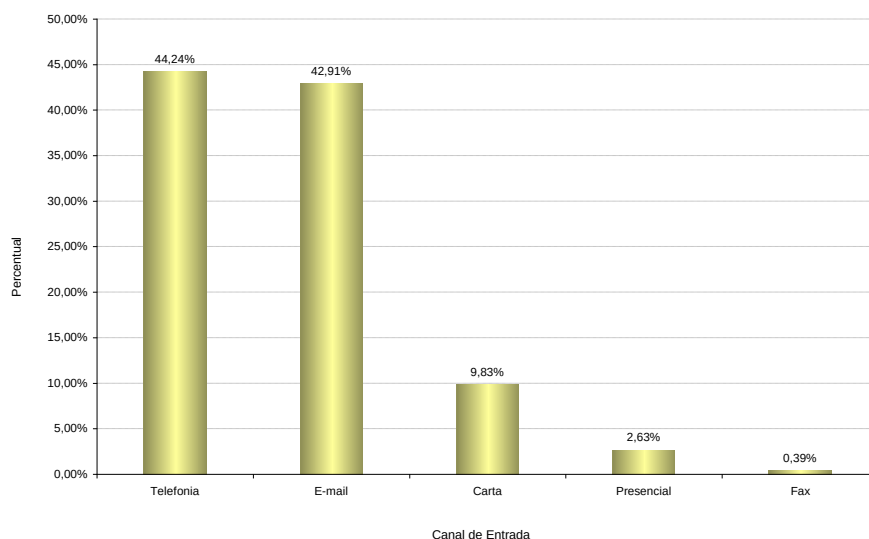
Gráfico 02



Obs.: O quarto item do gráfico acima, denominado "Atendimento", não compreende uma secretaria. É utilizado para registro das demandas relativas ao atendimento prestado pela Ouvidoria e pela Central de Relacionamento.

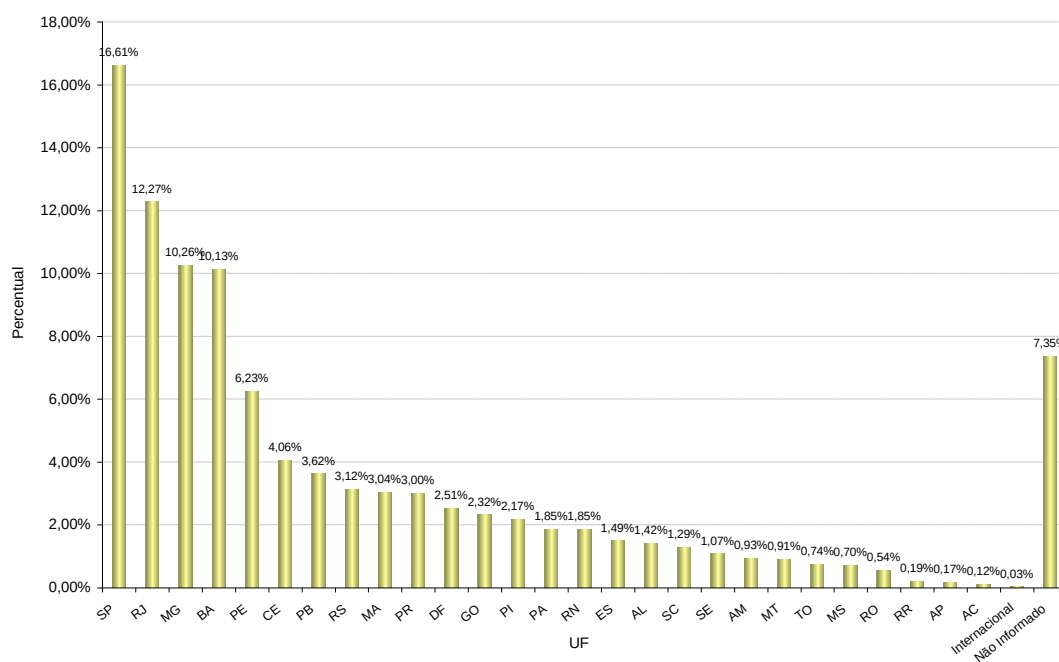
O Gráfico 03 apresenta as formas de contatos utilizadas nos registros da Ouvidoria. Nota-se que os canais mais utilizados foram a telefonia e o e-mail (totalizando 87,15%).

Gráfico 03



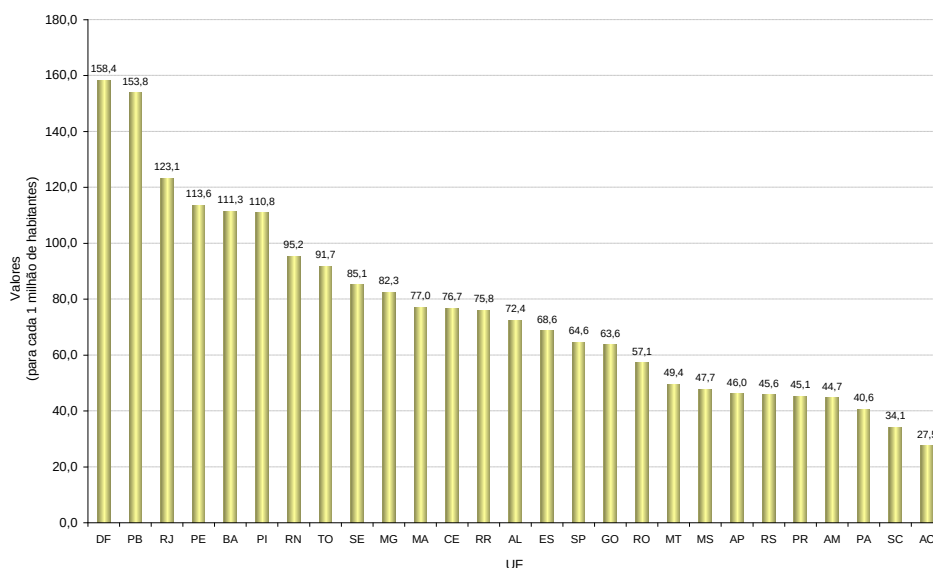
Por meio do gráfico 04, verifica-se a ocorrência de manifestações recebidas por Unidades da Federação – UF. Os três estados da Federação que mais entraram em contato com a Ouvidoria no ano de 2011 foram o de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Gráfico 04



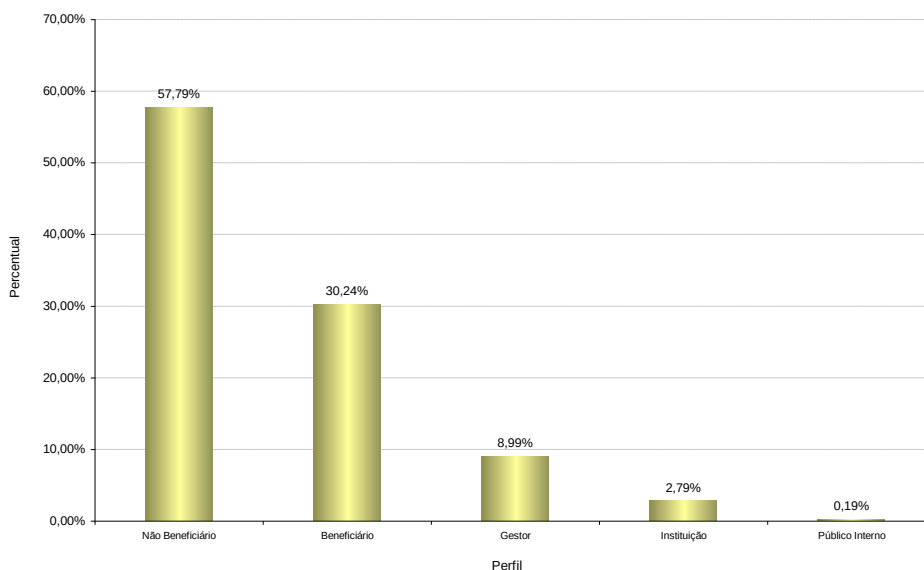
No entanto, ao compararmos o número de contatos por UF com suas respectivas populações, percebe-se outra situação (gráfico 05). O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos processos recebidos por UF, proporcional a sua população.

Gráfico 05



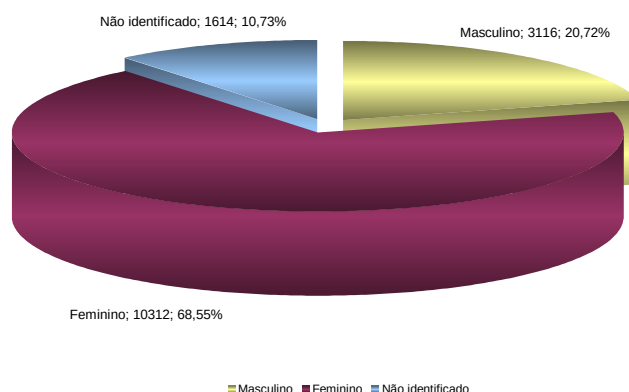
O gráfico 06 apresenta o perfil dos demandantes que entraram em contato: Não beneficiários, beneficiários dos programas e ações do MDS, Gestores e técnicos dos programas, Instituições e público interno, que são constituídos de funcionários e prestadores de serviço do MDS.

Gráfico 06



O Gráfico 07 informa o gênero dos demandantes. No entanto, como pode ser observado, em 10,73% dos atendimentos não foi possível determinar o sexo, em razão do contingente de demandantes anônimos.

Gráfico 07



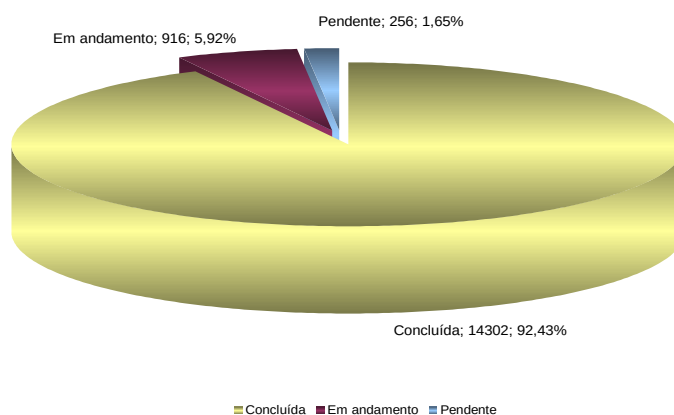
Não estão incluídos os valores referentes à Instituição, por se tratarem de Pessoas Jurídicas ou Associações.

As demandas recebidas pela Ouvidoria são registradas gerando processo e classificadas quanto à situação, podendo ter os status de:

- Concluído: o processo já possui uma resposta ao demandante. Essa classificação é para os canais de carta, fax, presencial, *e-mail* e telefone pago, e indicam que elas já tiveram suas respostas enviadas ao demandante;
- Pendente: o processo está aguardando tratamento;
- Em Andamento: processo em tratamento, podendo ou não estar aguardando que a área técnica envie uma resposta à Ouvidoria.

Observa-se no gráfico 08 que 92,43% dos processos registrados estão concluídos.

Gráfico 08



Conclusão

É importante destacar que, por ser um Ministério presente em todos os municípios brasileiros, com expressiva participação da população menos favorecida em seus programas sociais, a disponibilização desses serviços tem permitido ao cidadão beneficiário e usuário a possibilidade de acompanhar a execução dos Programas da abrangência deste Ministério.

Além disso, os números sobre os atendimentos prestados demonstram a relevância dos canais de atendimento aos cidadãos. A disponibilização de um canal gratuito de fácil acesso, como é o telefone 0800 707 2003 e dos demais canais de atendimento, tem a intenção de promover controle social por meio da participação popular, visando o aperfeiçoamento da gestão pública, a legalidade, a efetividade das políticas públicas e a eficiência administrativa, bem como a cidadania e a inclusão social, mediante a universalização da comunicação e do acesso à informação.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro 4 - A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	55101	550002

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

Quadro 5 - A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		46.375.098	33.985.030	0	0	17.031.822.373	16.527.043.766
	PLOA		46.390.370	33.984.540	0	0	14.974.715.103	14.651.984.083
	LOA		46.390.370	33.984.540	0	0	15.062.715.103	14.665.744.683
CRÉDITOS	Suplementares		1.240.000	11.645.000	0	0	4.345.933.667	543.684.616
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	26.600.000	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	12.284.696
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		0	0	0	0	-915.518.879	-64.290.515
Outras Operações			0	0	0	0	0	0
Total			47.630.370	45.629.540	0	0	18.519.729.891	15.157.423.480

Fonte: SISPOAD/MDS e SIAFI Gerencial

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

Quadro 6 - A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		497.598.648	314.519.145	0	0	0	0
	PLOA		223.862.587	207.645.073	0	0	0	0
	LOA		223.862.587	222.556.073	0	0	0	0
CRÉDITOS	Suplementares		318.658.179	10.230.778	0	0	0	0
	Especiais	Abertos	8.000.000	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	3.592.000	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		-47.699.370	-17.231.906	0	0	0	0
Outras Operações			0	0	0	0	0	0
Total			502.821.396	219.146.945	0	0	0	0

Fonte: SISPOAD/MDS e SIAFI Gerencial

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro 7 - A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		17.078.197.471	15.561.028.796	497.598.648	314.519.145	0	0
	PLOA		15.021.105.473	14.685.968.623	223.862.587	207.645.073	0	0
	LOA		15.109.105.473	14.699.729.223	223.862.587	222.556.073	1.000.000.000	0
CRÉDITOS	Suplementares		4.347.173.667	555.329.616	318.658.179	10.230.778	0	0
	Especiais	Abertos	26.600.000	0	8.000.000	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	12.284.696	0	3.592.000	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		-915.518.879	-64.290.515	-47.699.370	-17.231.906	-1.000.000.000	0
Outras Operações			0	0	0	0	0	0
Total			18.567.360.261	15.203.053.020	502.821.396	219.146.945	0	0

Fonte: SISPOAD/MDS e SIAFI Gerencial

Análise Crítica

Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais

Por se tratar de despesa obrigatória, não ocorreram diferenças substanciais entre a proposta da UO e o projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional neste grupo de despesa, tendo a LOA a mesma dotação encaminhada na PLOA. Entretanto no curso do exercício houve a necessidade de crédito suplementar, no valor de R\$ 1,24 milhão, a fim de ajustar o orçamento deste grupo de despesa às reais necessidades de execução.

Grupo 3 – Outras Despesas Corretes

A proposta das Secretarias que compõem a Unidade Orçamentária foi encaminhada para consolidação da SPOA solicitando R\$ 17,0 bilhões, sendo que deste montante R\$ 14,2 bilhões refere-se ao benefício do Programa Bolsa Família, o que representa 83,5% da dotação sugerida para este grupo de despesa.

No envio da proposta orçamentária ao Ministério do Planejamento percebe-se a redução de R\$ 2,1 bilhões em comparação com o montante proposto pela Unidade Orçamentária. Tal redução ocorreu em função dos referenciais monetários estabelecidos pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF que nortearam o MDS na elaboração de sua proposta orçamentária, implicando na adequação da proposta setorial a limites financeiros estabelecidos pelo órgão central de orçamento.

Quanto à tramitação da proposta orçamentária no Congresso Nacional, efetuou-se a emenda suplementar no valor de R\$ 88 milhões na ação 8893 – Apoio à Organização e Gestão do Sistema Único de Assistência social – SUAS.

Grupo 4 – Investimentos e Despesas de Capital

Pelo envio da proposta de investimentos ao MPOG percebe-se a redução de R\$ 273 milhões em comparação com o montante proposto pela Unidade Orçamentária. A redução de 55,0% ocorreu em função dos referenciais monetários estabelecidos pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) que nortearam o MDS na elaboração de sua proposta orçamentária, implicando a adequação da proposta setorial a limites financeiros estabelecidos pelo órgão central de orçamento.

Cabe citar que o montante deste MDS destinado a investimentos corresponde a 2,7% dos recursos alocados na Unidade Orçamentária 55101 – Administração Direta do MDS.

No que tange à tramitação da proposta orçamentária no Congresso Nacional, não sofreu alterações para a Lei Orçamentária Anual.

Grupo 9 – Reserva de Contingência

Foi inserida pelo Congresso Nacional durante a tramitação do projeto de lei do orçamento por aquela casa para ser utilizado como fonte parcial de recursos para crédito suplementar no benefício do Programa Bolsa Família, em face de reajuste no benefício e alteração no número de beneficiários por família.

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 8 - A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	550007	55101.08.122.0750.2000	0	0	197.361
		550007	55101.08.122.1335.2272	0	0	2.448.399
		550007	55101.08.126.1335.6414	0	0	9.128.647
		550007	55101.08.244.1335.6524	0	0	261.000.000
		550007	55101.08.244.1335.8442	0	0	16.643.978.332
		550007	55101.08.244.1335.8446	0	0	325.156.791
		550008	55101.08.122.0750.2000	0	0	356.803
		550008	55101.08.244.1049.20GD	0	0	7.399.000
		550008	55101.08.244.1049.2792	0	0	62.100.000
		550008	55101.08.244.1049.8929	0	0	4.190.000
		550008	55101.08.244.1049.8930	0	0	689.570
		550008	55101.08.244.1133.4963	0	0	6.992.481
		550008	55101.08.306.1006.8624	0	0	2.682.409
		550008	55101.08.306.1049.2784	0	0	4.594.425
		550008	55101.08.306.1049.2798	0	0	745.070.452
		550008	55101.08.306.1049.8457	0	0	5.387.024
		550008	55101.08.306.1049.8458	0	0	4.120.092
		550008	55101.08.306.1049.8506	0	0	3.428.318
		550008	55101.08.306.1049.8894	0	0	3.610.440
		550008	55101.08.511.1049.11V1	0	0	20.668.005
		550008	55101.08.511.1049.8948	0	0	21.637.171
		550008	55101.08.605.1049.2802	0	0	12.870.764
		330013	55.101.08.122.1006.8893	0	0	15.293.826
	Recebidos	550007	55101.08.122.1335.2272	0	0	2.448.399
		550007	55101.08.126.1335.6414	0	0	840.144
		550008	55101.08.244.1049.2792	0	0	252.191
		550008	55101.08.244.1133.4963	0	0	3.040
		550008	55101.08.306.1006.8624	0	0	2.682.409
		550008	55101.08.306.1049.2784	0	0	2.182.094
		550008	55101.08.306.1049.2798	0	0	5.689

		550008	55101.08.306.1049.8457	0	0	132.000
		550008	55101.08.306.1049.8894	0	0	3.284.794
		550008	55101.08.511.1049.11V1	0	0	49.511
		550008	55101.08.511.1049.8948	0	0	527.260
		550008	55101.08.605.1049.2802	0	0	817.671
Movimentação Externa	Concedidos	380001	55101.08.244.8007.8274	0	0	4.396.486
		380001	55101.08.334.0099.20GH	0	0	1.760.469
		380001	55101.08.334.1133.20GG	0	0	13.500.000
		180002	55101.08.122.0750.2000	0	0	3.067.766
		201002	55101.08.122.0750.2000	0	0	1.640.000
		110174	55101.08.122.0750.2000	0	0	17.958
	Recebidos	201002	47101.04.128.1054.2655	0	0	5.200
		255000	36211.10.128.0016.4572	0	0	3.200
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	550007	55101.08.126.1335.6414	1.068.687	0	0
		550008	55101.08.244.1049.8929	31.262.545	0	0
		550008	55101.08.244.1049.8930	3.877.162	0	0
		550008	55101.08.244.1133.4963	9.051.856	0	0
		550008	55101.08.306.1049.8457	456.846	0	0
		550008	55101.08.306.1049.8458	10.528.000	0	0
		550008	55101.08.306.1049.8506	1.376.364	0	0
		550008	55101.08.306.1049.8894	598.367	0	0
		550008	55101.08.511.1049.11V1	235.358.291	0	0
		550008	55101.08.511.1049.8948	178.343.698	0	0
	Recebidos	550007	55101.08.126.1335.6414	1.068.687	0	0
	Movimentação Externa	Concedidos	380001	55101.08.244.8007.8274	1.186.792	0
380001			55101.08.334.1133.20GG	4.241.450	0	0
Recebidos		-	-	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

Análise crítica

Os recursos orçamentários da Unidade Orçamentária 55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome são registrados contabilmente na Unidade Gestora 550002 – Setorial de Orçamento e Finanças, cuja gestão está a cargo desta Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva.

O quadro acima sintetiza as movimentações de crédito internas e externas da Unidade Jurisdicionada – SE e as Unidades Gestoras – UG associadas, ou seja, as movimentações externas às UG's: 550002 – Set. de Orç. e Finanças, 550003 - SE, 550005 – CGLA, 550006 – CGRH, 550010 – SAGI, 550012 – PAPBF, 550014 – PASPS, 550017 - Apoio ao PBF e CNDS e 550018 - SESEP.

Em 2011, a unidade gestora 550006 – CGRH da UJ – SE recebeu recursos de outros Órgãos, para remunerar três servidores do MDS que ministraram cursos em outros Órgãos.

É importante destacar que quase a totalidade (99%) dos recursos orçamentários disponibilizados à UG 550002 são descentralizados as Unidades Gestoras 550007 – SENARC e 550008 – SESAN, que por sua vez são responsáveis pela execução destes recursos e vêm continuamente desenvolvendo-se tecnicamente com vistas a melhorar a qualidade de suas atribuições.

A descentralização da execução orçamentária às Secretarias finalísticas visa a consolidar um desenho completo do fluxo orçamentário, no qual o gestor é o responsável pelas fases de elaboração e execução de sua proposta orçamentária no âmbito de suas atribuições regimentais e evidentemente que a Secretaria Executiva opera estas transferências de recursos durante o transcorrer do exercício em consonância com os limites para movimentação e empenho estabelecidos pelo Decreto nº 7.445, de 01 de março de 2011 e suas alterações.

No que se refere à SNAS, em relação aos recursos que estão na Unidade Orçamentária 55101, e a SAGI os mesmos foram descentralizados entre as Unidades Gestoras integrantes da Unidade Jurisdicionada – Secretaria Executiva, por isso não constam da tabela acima.

O quadro anterior demonstra que a UJ SE também recebe recursos das demais Unidades Gestoras Executoras do MDS. Tal fato decorre da necessidade das secretarias finalísticas em realizar despesas que dependam de licitação e tramitação de contratos para sua execução, cuja atividade compete a Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA desta Secretaria Executiva.

Quanto à pequena parcela de recursos executadas pelas Unidades Gestoras Executoras subordinadas à estrutura da Secretaria Executiva, deve-se observar que se trata de despesas relativas ao apoio administrativo, representando cerca de 1,0% das dotações disponibilizadas à Unidade Orçamentária 55101.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 9 - A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	149.313.235	177.410.713	133.704.867	158.006.548
Convite	1.280	60.801	1.280	59.476
Tomada de Preços	0	37.823	0	22.823
Concorrência	35.854.072	27.185.076	35.854.072	26.814.396
Pregão	113.457.883	150.127.014	97.849.515	131.109.853
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	0	0	0	0
Contratações Diretas	710.017.878	551.024.557	622.559.931	520.092.860
Dispensa	424.126.772	254.963.002	384.270.001	241.502.332
Inexigibilidade	285.891.106	296.061.555	238.289.930	278.590.528
Regime de Execução Especial	0	2.106	0	2.106
Suprimento de Fundos	0	2.106	0	2.106
Pagamento de Pessoal	48.935.760	50.869.563	48.342.500	49.074.000
Pagamento em Folha	45.832.804	45.528.157	45.239.544	43.734.939
Diárias	3.102.956	5.341.406	3.102.956	5.339.061
Outros	18.001.227.727	14.494.025.067	17.689.419.578	14.367.450.573
Licitação Não Aplicável	18.001.227.727	14.494.025.067	17.689.419.578	14.367.450.573

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 10 - A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	45.832.804	45.528.157	45.239.544	43.734.939	593.261	1.793.218	45.235.463	43.734.939
08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	4.681	4.610	4.681	4.610	0	0	4.681	4.610
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	37.327.898	34.610.202	37.312.898	34.579.202	15.000	31.000	37.312.898	34.579.202
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.575.564	7.053.152	5.575.564	7.053.153	0	0	5.574.764	7.053.153
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	582.837	289.120	532.837	279.120	50.000	10.000	532.837	279.120
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	167.142	1.588.763	7.881	20.217	159.261	1.568.545	7.881	20.217
96 - RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	2.174.682	1.982.309	1.805.682	1.798.636	369.000	183.672	1.802.402	1.798.636
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
Não há	0	0	0	0	0	0	0	0
3 – Outras Despesas Correntes	18.336.202.555	15.032.192.356	18.095.974.428	14.891.343.425	240.228.127	140.848.931	18.049.421.191	14.824.580.280
04 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	11.151.409	11.032.944	11.151.409	11.032.944	7.000	0	11.144.409	11.032.944
08 – OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	114.453	88.858	114.453	88.858	0	0	114.453	88.858
14 – DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	1.997.374	3.582.180	1.943.715	3.579.835	53.659	2.345	1.943.715	3.575.533
15 PAGAMENTO DE DIÁRIAS-MILITAR NO PAÍS E EXTERIOR	12.848	0	12.848	0	0	0	12.848	0
18 - AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	43.200	2.547.001	0	1.202.585	43.200	1.344.416	0	1.137.173

20 - AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0	242.598	0	51.329	0	191.269	0	0
30 - MATERIAL DE CONSUMO	7.734.334	10.387.116	6.338.328	8.576.022	1.396.006	1.811.094	6.250.391	8.419.224
32 - MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	443.317.533	364.800.476	407.419.649	351.931.556	35.897.884	12.868.920	366.148.439	336.324.160
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.828.819	6.552.175	3.154.333	6.328.475	674.486	223.670	3.154.333	6.326.361
35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0	0	0	0	0	0	0	0
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	13.079.320	17.757.035	8.609.067	15.847.574	4.470.252	1.909.461	8.607.302	15.845.998
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	38.687.746	37.751.435	38.319.582	37.716.359	368.163	35.076	38.319.582	37.716.359
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	393.365.791	397.340.626	312.287.195	350.356.957	81.078.596	46.983.669	312.041.613	301.361.379
41 - CONTRIBUICOES	737.265.159	663.558.007	629.967.478	588.354.804	107.297.681	75.203.203	625.028.459	586.502.888
46 - AUXILIO-ALIMENTACAO	2.152.539	2.221.011	2.148.539	2.221.011	4.000	0	2.148.539	2.221.011
47 - OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	9.996.864	4.494.427	8.644.882	4.315.101	1.351.982	179.327	8.637.158	4.288.377
48 - OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	16.651.377.332	13.457.000.000	16.643.978.332	13.457.000.000	7.399.000	0	16.643.978.332	13.457.000.000
49 - AUXILIO-TRANSPORTE	303.176	333.849	303.176	333.849	0	0	303.176	333.849
91 - SENTENCAS JUDICIAIS	89.359	85.080	72.562	77.505	16.797	7.575	72.562	77.505
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	19.255.090	50.554.368	19.255.090	50.554.152	0	216	19.255.090	50.554.152
93 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.430.209	1.863.169	2.260.791	1.774.508	169.419	88.661	2.260.791	1.774.508

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 11 - A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	478.523.481	195.264.528	293.911.045	160.996.320	184.612.435	34.268.208	293.878.786	159.632.399
20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	0	0	0	0	0	0	0	0
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.060.000	0	1.051.792	0	8.208	0	1.051.792	0
41 – CONTRIBUIÇÕES	403.255.126	120.602.686	223.938.779	91.934.766	179.316.347	28.667.920	223.938.779	91.174.360
42 - AUXÍLIOS	5.428.242	0	1.583.853	0	3.844.389	0	1.583.853	0
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - OP.INT.ORÇ.	67.124.906	70.323.256	67.124.906	67.792.579	0	2.530.677	67.124.906	67.292.579
52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORÇ.	1.655.206	4.338.587	211.715	1.268.975	1.443.492	3.069.611	179.456	1.165.461
5 – Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
Não há	0	0	0	0	0	0	0	0
6 – Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
Não há	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

Análise crítica

Alterações significativas ocorridas no exercício

Conforme demonstrado nos quadros anteriores referentes à programação e execução dos créditos iniciais recebidos da Lei Orçamentária Anual – LOA, não ocorreram alterações significativas no exercício de 2011 em comparação a 2010.

Contingenciamento no exercício

No que diz respeito ao contingenciamento imposto pelo Decreto nº 7.445, de 01 de março de 2011, e suas alterações, cabe registrar que tal fato obrigou o MDS a reprogramar todas suas despesas, como exemplo, transferiu parte das despesas da competência de dezembro do Fundo Nacional de Assistência Social para janeiro de 2011, inclusive da ação 8893 – Apoio a Organização e Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, além de investimentos em cisternas e segunda água na SESAN, mesmo assim destaca-se que foram empenhadas praticamente a totalidade do limite de empenho disponibilizado e 99,1% do total dos recursos orçamentários da Pasta.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

Em meio a este cenário restritivo, o MDS reprogramou seus gastos de forma a priorizar as ações finalísticas de caráter continuado. Neste sentido, procurou-se diluir esta falta de recursos entre as ações do MDS, a fim de que o contingenciamento não incorresse somente em áreas específicas, transferindo alguns gastos do final de 2011 para o orçamento de 2012.

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 12 - A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	16.016.084	25.152.235	11.772.598	21.624.665
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	0	0	0	0
Concorrência	1.500.000	1.193.172	0	1.193.172
Pregão	14.516.084	23.959.063	11.772.598	20.431.493
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	0	0	0	0
Contratações Diretas	1.850	7.683.532	1.850	3.350.370
Dispensa	1.850	18.238	1.850	18.238
Inexigibilidade	0	7.665.294	0	3.332.132
Regime de Execução Especial	0	0	0	0
Suprimento de Fundos	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal	632.305	766.571	632.305	766.571
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	632.305	766.571	632.305	766.571
Outros	3.792.417	15.117.917	642.417	3.967.917
Licitação Não Aplicável	3.792.417	15.117.917	642.417	3.967.917

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 13 - A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2011	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0
Não há	0	0	0	0	0	0	0	0
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
Não há	0	0	0	0	0	0	0	0
3 – Outras Despesas Correntes	18.741.665	32.966.534	10.960.311	20.106.236	7.781.354	12.860.299	10.960.311	20.106.236
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	15.875.092	32.947.503	9.777.189	20.087.205	6.097.903	12.860.299	9.777.189	20.087.205
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.049.716	5.000	599.716	5.000	1.450.000	0	599.716	5.000
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	774.655	0	541.205	0	233.450	0	541.205	0
Demais Elementos do grupo	42.201	14.031	42.201	14.031	0	0	42.201	14.031

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 14 - A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	1.068.687	150.000	27.225	0	1.041.462	150.000	27.225	0
52 – EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	1.068.687	150.000	27.225	0	1.041.462	150.000	27.225	0
5 – Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
Não há	0	0	0	0	0	0	0	0
6 – Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
Não há	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

Análise crítica

Dos recursos alocados no exercício de 2011 à Coordenação-Geral de Logística e Administração, as Secretarias finalísticas e outras Unidades provisionaram, por ação orçamentária conforme se segue:

SESAN- Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - R\$ 6.075.838,23, assim distribuído:

- 8624- Seguranças Alimentar e Nutricional – R\$ 2.700.000,00;
- 2784- Educações Alimentar e Nutricional – R\$ 1.711.000,00;
- 8894- Melhorias das Condições Socioeconômicas – R\$ 1.342.007,96;
- 8457- Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional - R\$ 151.900 e
- 4963- Promoção da Inclusão Produtiva - R\$ 170.930,27.

SAGI- Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - R\$ 3.084.568,78, assim distribuído:

- 4923- Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social – R\$ 569.737,18 e
- 6877- Capacitação de Agentes Públicos Sociais – R\$ 2.514.833,60.

SNAS- Secretaria Nacional de Assistência Social - R\$ 2.024.692,14, assim distribuído:

- 8893- Apoio a Organização e Gestão do Sistema Único de Assistência Social – R\$ 1.982.692,14 e
- 8937- Serviços de Vigilância Social – R\$ 42.000,00.

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social - R\$ 3.559.589,39, assim distribuído:

- 8249- Funcionamento dos Conselhos e Comissões de Gestão – R\$ 2.244.667,39;
- 8937- Serviços de Vigilância Social – R\$ 868.420,00 e
- 8893- Organização e Gestão do Sistema único – R\$ 446.499,00.

CGRH- Coordenação-Geral de Recursos Humanos:

- 0716- Cumprimento de Débitos Judiciais – R\$ 52.159,00

SENARC- Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - R\$ 4.358.629,71, assim distribuído:

- 6414- Programas de Transferência de Renda – R\$ 1.910.230,70 e
- 2272- Gestão e Administração do Programa – R\$ 2.448.399,01.

SE- Secretaria Executiva:

- 4907- Ouvidoria Geral de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - R\$ 12.978.000,00

ASCOM- Assessoria de Comunicação:

- 4641- Publicidades de Utilidade Pública – R\$ 12.150.000,00

Alterações significativas ocorridas no exercício

Nos quadros elencados referentes à execução de créditos recebidos pela UJ por movimentação, percebe-se que não houve alteração relevante de 2010 para 2011.

Contingenciamento no exercício

No caso específico dos créditos recebidos pela UJ por movimentação, o contingenciamento não interfere em sua execução, uma vez que os limites orçamentários e financeiros acompanham a citada descentralização de recursos.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

A execução por intermédio de descentralização de recursos para a Unidade Gestora 550005 – CGLA auxilia as demais Unidades Gestoras do Ministério, na medida em que estas não necessitam criar estruturas especializadas em licitações e contratos para dar prosseguimento a seus projetos.

Cabe esclarecer que, no MDS, os contratos que envolvem licitação estão concentrados na CGLA/SAA, em razão da capacitação técnica da equipe de servidores. Neste sentido, as áreas finalísticas se especializaram em convênios.

2.4.7 Indicadores Institucionais

Indicadores de desempenho

INDICADOR 1

Indicador: Percentual de Execução do MDS.

Utilidade: Indica e demonstra a eficácia na gestão orçamentária e financeira da Secretaria-Executiva, bem como a supervisão e atendimento das necessidades administrativas das secretarias finalísticas.

Tipo: Eficácia

Método de aferição: Valor absoluto de liquidação de empenho dividido pelo valor absoluto de dotação final, de toda a dotação do MDS.

Área responsável pelo Cálculo: CGOF/SPO/MDS

Resultado do Indicador no Exercício: 98,1% DE LIQUIDAÇÃO DA DOTAÇÃO FINAL CONSTANTE DO ORÇAMENTO DO MDS EM 2011

Descrição das principais disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado neste indicador:

- Instrução processual de contratos e convênios provocou sobrecarga ao final do ano, prejudicando em parte o resultado final, no percentual de 0,5%;
- Liquidação e pagamento de recursos referente ao Benefício de Prestação Continuada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, no percentual de 0,4%; e
- Existência de parte da dotação orçamentária contingenciada, o que impossibilitou a execução daquela parcela correspondente no indicador, que no caso do MDS poderia melhorar em 0,4%.

Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso nesse indicador e quem são os responsáveis:

Primeiramente, o indicador, de forma absoluta, apresenta o sucesso na consecução da atividade proposta.

Para a obtenção da melhoria restante, em busca do resultado teórico ideal de 100%, algumas medidas foram tomadas:

- Reuniões sucessivas com os órgãos centrais de planejamento e finanças com vistas à melhoria do fluxo orçamentário e financeiro;
- Reuniões promovidas pela Secretaria Executiva com as secretarias finalísticas, juntamente com a Consultoria Jurídica e Assessoria de Controle Interno, a fim melhor planejar a execução e o fluxo de processos;
- Reuniões com os órgãos gestores do SICONV, sistema de convênios, para otimização da ferramenta e facilitação da execução;

- Melhoria dos fluxos dos processos administrativos internos, com vistas à melhoria da execução; e
- As atividades acima foram executadas pela SE, em conjunto com a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO, Subsecretaria de Assuntos Administrativos e Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI.

INDICADOR 2

Indicador: Percentual de usuários da Central de Relacionamento Fome Zero/MDS satisfeitos com o atendimento do operador.

Utilidade: Indica o nível de satisfação do usuário com a qualidade do atendimento prestado. Objetiva aferir, por meio da satisfação do usuário, se os atendentes estão corretamente treinados quanto às técnicas de atendimento e ética. Os operadores são treinados e supervisionados para prestarem um atendimento de boa qualidade.

Tipo: Eficiência

Método de aferição: Como o atendimento é um meio, pelo qual o usuário se utiliza para obter um fim, que é ter sua dúvida/reclamação/sugestão sanada ou registrada, um bom atendimento diminui o ônus administrativo entre o objetivo do usuário e sua realização. Por isso é um indicador de eficiência. O indicador é aferido por meio de pesquisa de satisfação junto ao usuário no segundo semestre, realizada com perguntas diretas. A pergunta efetiva desse indicador é: como avalia o atendimento prestado pelo operador? As respostas possíveis são: ótimo, bom, regular ou ruim.

Área responsável pelo Cálculo: OUVIDORIA/SE/MDS

Resultado do Indicador no Exercício:

96,88% de respostas foram “ótimo” ou “bom”, dado de dezembro de 2011, dos relatórios mensais fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de ouvidoria.

Descrição das principais disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado neste indicador: Não se aplica

Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso nesse indicador e quem são os responsáveis:

O indicador, de forma absoluta, apresenta o sucesso na consecução da atividade proposta. Para intensificar a busca do resultado teórico ideal de 100% de satisfação do usuário, algumas medidas foram adotadas:

- Capacitações constantes dos operadores e seu contínuo monitoramento;
- Reuniões com os monitores e supervisores no sentido de melhor gerenciar esses resultados;
- Identificação, pela empresa contratada, dos operadores com nota baixa de monitoria, para as devidas correções, ou até, substituições; e
- As atividades foram demandadas pela Ouvidoria e gestoras do contrato pertinente, e executadas pela empresa contratada, sempre com o acompanhamento da Ouvidoria/SE/MDS.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recurso

Quadro 15 - A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
21.211.11.00		Fornecedores por Insuficiência de Créditos/Recursos			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
550005	75723077015	0	314	314	0
550005	01184536104	0	109	109	0
550005	04235580647	0	87	87	0
550005	51661900178	0	70	70	0
550005	26428219000180	0	38.156	38.156	0
550005	04963136000158	0	1.574.925	1.574.925	0
550005	21246699000144	0	159.166	159.166	0
550005	19138940000412	0	3.147.195	3.147.195	0
550005	04622116000113	0	333.333	333.333	0
550005	10834799000175	0	93.708	93.708	0
550005	28712123000336	0	211.630	211.630	0
550005	21246699000144	0	1.184.269	1.184.269	0
550005	95169830068	0	450	450	0
550005	00043511007	0	146	146	0
550005	59681241800	0	85	85	0
550005	32324650215	0	80	80	0
550005	806030	0	44.246	44.246	0
550005	82765073872	0	647	647	0
550005	01493280000180	0	16.105	16.105	0
550005	00000000425109	0	1.788	1.788	0
550005	110245	0	184.810	184.810	0
550006	92963560000160	70.663	78.544	7.881	0
550006	550006	611.499	0	0	611.499
550006	00360305000104	886.383	886.383	159.261	159.261
Razões e Justificativas: Em relação à UG 550005, os maiores montantes são reconhecimento de passivos de fornecedores que foram reconhecidos após o encerramento do exercício. Os valores de pequena monta referem-se a ressarcimento de viagem a servidores a serviço do MDS em face de excesso de bagagem ou transporte terrestre. Para a CGRH, UG 550006, o montante de R\$ 70.633,15 refere-se a pagamento de reembolso de despesas com salário e					

encargos sociais, do funcionário da Prefeitura de Porto Alegre relativamente ao período de 16/12/2005 a 22/06/2006, quando esteve cedido a este Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Este passivo foi pago a essa Prefeitura em 31/01/2011.

O montante de R\$ 886.382,90, é referente a reconhecimento de passivos com remuneração e encargos sociais de servidores cedidos pela Caixa Econômica Federal a este Ministério, no período de outubro de 2004 a março de 2006. Salienta-se que este passivo já foi pago no início de 2011.

Quanto ao passivo de R\$ 611.499,43, refere-se reconhecimento de passivo da diferença da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGE, referente ao exercício de 2009, que foi pago no início de 2012.

Fonte: SIAFI Gerencial

3.2 *Análise Crítica*

Primeiramente, os quadros referentes às contas contábeis 21.212.11.00 - Pessoal a Pagar por Insuficiência de Créditos/Recursos, 21.219.22.00 - Débito Diversos por Insuficiência de Créditos/Recursos, 21.213.11.00 – Encargos por Insuficiência de Créditos/Recursos e 21.215.22.00 – Obrigações tributárias por insuficiência de Créditos/Recursos não foram preenchidos em face de não terem sido movimentadas em 2010 e 2011, conforme consulta ao SIAFI.

Quando ao quadro acima com a conta contábil 21.211.11.00 - Fornecedores por Insuficiência de Créditos/Recursos, os valores não representaram massa crítica ao Ministério em comparação com o volume de operações e pagamentos realizados no decorrer de 2011, apenas representaram algumas poucas circunstâncias emergenciais em períodos de encerramento ou início de exercício que prontamente foram registradas e sanadas em 2011.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro 16 - A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	0	0	0	0
2009	1.213	0	0	1.213
2008	0	0	0	0
2007	0	0	0	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	39.588.976	-10.040.224	22.125.603	7.423.149
2009	1.042.994	-1.017.978	25.016	0
2008	60.757	-60.757	0	0
2007	1.490	-1.490	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2 Análise Crítica

Percebe-se pela tabela anterior que os saldos de restos a pagar processados das Unidades Gestoras componentes da Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva são mínimos.

Em relação aos restos a pagar não processados inscritos em 2010, deve-se ao fato de terem sido oriundos de empenhos no final do exercício e não houve tempo hábil que possibilitasse a liquidação e pagamento, especialmente, de ações das demais Secretarias do MDS que dependiam de suporte da Unidade Gestora 550005 – Coordenação-Geral de Logística e Administração, mesmo assim a maior parcela dos recursos foi paga ou cancelada em 2011, ficando saldo de apenas 18,7% a pagar no início de 2012 do montante inscrito em 2010.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada
Quadro 17 - A.5.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	204	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	1	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	203	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	*	80	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	44	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	1	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	78	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	6	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	-	210	-	-

Fonte: Sistema Data Warehouse - DW/SIAPE - CGRH/SE/MDS. *Inexiste quota individualizada para a UJ.

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada
Quadro 18 - A.5.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	3
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	2
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0

3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em pessoa da família	1
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	1
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	5

Fonte: SIAPE

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Quadro 19 - A.5.3 - DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	210	196	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	2	2	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	208	194	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	16	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	36	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	40	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	102	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	100	11	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	2	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	8	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	310	207	0	0

Fonte: Sistema Data Warehouse - DW/SIAPE - CGRH/SE/MDS.

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

Quadro 20 - A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	28	23	18	5	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	1	0	0
1.2. Servidores de Carreira	24	20	12	4	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	4	3	5	1	0
2. Provimento de cargo em comissão	40	70	55	35	9
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	1	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	38	68	54	29	5
2.3. Funções gratificadas	2	2	1	5	4
3. Totais (1+2)	68	93	73	40	10

Fonte: Sistema Data Warehouse - DW/SIAPE - CGRH/SE/MDS.

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro 21 - A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	0	14	60	0	1	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	1	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	14	46	0	1	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	13	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	2	1	6	54	138	0	5	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	2	49	137	0	5	1
2.3. Funções gratificadas	0	2	1	4	5	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	2	1	6	68	198	0	6	1

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema Data Warehouse - DW/SIAPE - CGRH/SE/MDS.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

O MDS não possui servidores inativos ou pensionistas.

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro 22 - A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	0	0
1.1 Voluntária	0	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	0	0
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	0	0

Fonte: Siape

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Quadro 23 - A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	0	0
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	0	0
3. Total (1+2)	0	0

Fonte: Siape

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 24 - A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	9	16	17	14	62.276
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	9	16	17	14	62.276
2. Nível Médio	11	11	7	9	40.458
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	11	11	7	9	62.276
3. Total (1+2)	20	27	24	23	102.734

Fonte: Sistema SIAPE e SIAFI - CGRH/SAA/SE/MDS. * No campo de despesa no exercício foram somadas as despesas com bolsa estágio e o auxílio-transporte

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro 25 - A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assist. e Previdenciários				Demais despesas
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	304.703	0	26.723	8.908	3.952	0	1.971	0	0	346.256
	2010	129.339	0	10.748	7.763	3.662	0	15.490	0	0	167.003
	2009	128.981	0	10.748	3.583	1.944	0	13.034	0	0	158.291
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	1.122.684	188.297	261.499	83.418	253.889	64.256	1.633.973	0	0	363.686
	2010	862.338	100.918	231.052	80.871	253.972	16.493	1.530.459	0	0	422.291
	2009	445.633	46.368	77.138	28.444	103.908	1.365	469.422	0	0	511.409
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	939.557	0	94.980	36.023	44.488	0	30.694	0	0	575.417
	2010	1.163.548	0	98.334	35.144	54.685	0	16.326	0	0	619.701
	2009	1.247.954	0	101.798	14.643	38.023	0	3.065	0	0	435.469
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	180.289	32.192	26.382	11.260	33.817	5.271	87.928	0	0	5.040
	2010	123.710	16.092	23.675	4.179	31.136	1.242	90.622	0	0	5.040
	2009	54.292	0	6.642	3.707	13.358	475	49.851	0	0	0
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	137.183	0	11.432	3.811	3.648	0	7.646	0	0	0
	2010	118.917	0	11.432	0	2.432	0	0	0	0	0
	2009	82.309	0	6.859	4.573	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	5.734.034	2.969.222	749.762	238.958	527.849	123.003	673.459	0	0	4.834.250
	2010	5.262.174	2.888.371	733.522	197.640	482.331	33.739	522.642	4.000	0	4.418.310
	2009	3.929.449	2.422.452	536.461	164.813	222.345	1.305	303.225	0	0	3.256.323
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	92.501	24.814	12.843	4.723	14.244	3.818	31.637	0	0	91.468
	2010	75.001	25.216	9.692	4.048	11.420	579	28.730	0	0	86.040
	2009	75.210	24.048	12.120	4.251	9.269	0	30.454	0	0	83.575

Fonte: Sistema Data Warehouse - DW/SIAPE - CGRH/SE/MDS.

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

O quadro abaixo reflete o plano de cargos do MDS que exerce atividades de assistência técnica em projetos e programas na área de segurança alimentar, assistência social, cidadania; verificação, acompanhamento e supervisão dos processos inerentes ao Sistema Único de Saúde, ao Sistema Único de Assistência Social e aos demais programas sociais do governo federal objeto de execução descentralizada; identificação de situações em desacordo com os padrões estabelecidos em normas e legislação específica, quando não sejam privativas de outras carreiras ou cargos isolados, proporcionando ações orientadoras e corretivas, promovendo a melhoria dos processos e redução dos custos; aferição dos resultados, considerando os planos e objetivos definidos no Sistema Único de Assistência Social e demais políticas sociais; procedimentos de análise e avaliação dos dados obtidos, gerando informações que contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das ações e políticas sociais; apoio e subsídio às atividades de controle e de auditoria; e colaboração na definição de estratégias de execução das atividades de controle e avaliação, sob o aspecto da melhoria contínua e aperfeiçoamento das políticas sociais.

Quadro 26 - A.5.9 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Descrito acima	28	30	32		2
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Visando à contínua composição do quadro próprio de pessoal do Órgão, e atuando no sentido de cumprir o Termo de Conciliação Judicial, tendo como signatários o Ministério Público do Trabalho, a Advocacia-Geral da União, o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e esta Pasta, nos autos do Processo nº 00810.2006.017.10.00.7, que trata da extinção dos 116 (cento e dezesseis) postos de trabalho terceirizados, que se encontram em discordância com o Decreto nº 2.271, de 1997. Informamos que esta Pasta tem buscado atender as solicitações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fim de que o processo de realização do concurso para o provimento dos cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais ocorra no prazo estabelecido, para a substituição dos postos de trabalho terceirizados pelo ingresso efetivo dos futuros servidores aprovados no concurso.					

Quadro 27 - A.5.10 - RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

Não ocorreram substituições de terceirizados por concursados em 2011 no MDS e para o exercício de 2012 está previsto a substituição dos 116 Postos de Suporte Operacional Especializado pelos

Analistas Técnico de Políticas Sociais, conforme solicitações ao Ministério do Planejamento por meio dos Ofícios nº 647/2009/SE-MDS, de 20 de novembro de 2009 e 107/SAA/SE-MDS, de 09 de novembro de 2011, cópias em anexo, e visando cumprimento do Termo de Conciliação Judicial celebrado pela União e Advocacia-Geral da União nos autos do Processo nº 00810.2006.017.10.00.7.

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Quadro 28 - A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Não ocorreu autorização de concurso para o MDS em 2011, no entanto esta Pasta já requereu ao MPOG, por meio dos Ofícios nº 647/2009/SE-MDS, de 20 de novembro de 2009 e 107/SAA/SE-MDS, de 09 de novembro de 2011, que tratam a autorização para realização do concurso para provimento das 330 vagas de Analistas Técnico de Políticas Sociais, criados pela Lei nº 12.094, de 19 de novembro 2009.

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro 29 - A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO													
UG/Gestão: 550005/00001				CNPJ: 05.756.246/0004-54									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natu reza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1. Conserv e Limpeza	O	Contrato nº 54/2009	04.944.460/0001-29	28/12/09	28/12/12	30	30	0	0	0	0	P
2009	3. Vigilância	O	Contrato nº 32/2009	04.559.666/0001-35	26/08/09	26/08/12	24	24	0	0	0	0	P
2009	7. Recepção	O	Contrato nº 31/2009	01.596.964/0001-07	25/08/09	25/08/09	20	20	0	0	0	0	P
2009	6. Copeiragem	O	Contrato nº 49/2009	06.091.637/0001-17	24/11/09	24/11/12	106	106	0	0	0	0	P
2009	5. Informática	O	Contrato nº 03/2009	21.246.699/0031-60	23/01/09	23/01/13	0	0	0	0	0	29	P
2008	5. Informática	O	Contrato nº 11/2008	04.963.136/0001-58	07/04/08	16/06/12	0	0	0	23	0	0	P
2009	5. Informática	O	Contrato nº 05/2009	04.963.136/0001-58	25/01/09	23/01/13	0	0	0	11	0	1	P
2009	5. Informática	O	Contrato nº 06/2009	04.963.136/0001-58	23/01/09	23/01/13	0	0	0	0	0	14	P
2009	5. Informática	O	Contrato nº 07/2009	04.963.136/0001-58	23/01/09	23/01/13	0	0	0	5	0	5	P
Observações: As informações consolidam as informações das Unidades Jurisdicionadas Secretarias Nacional de Assistência Social, de Renda de Cidadania e de Segurança Alimentar e Nutricional.													
LEGENDA													
Área: 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis; 11. Manutenção de bens imóveis; 12. Brigadistas; 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 14. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: CGLC/SAA

5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro 30 - A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação-Geral de Recursos Humanos													
UG/Gestão: 550006/00001					CNPJ: 05.756.246/0003-73								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	14	O	3	01.596.964/0001-07	01/03/2005	28/02/2011	16	0	75	0	31	0	E
2011	14	E	7	56.419.492/0001-09	01/03/2011	28/08/2011	0	0	0	0	31	0	E
2011	14	E	22	56.419.492/0001-09	29/08/2011	24/10/2011	0	0	0	0	31	0	E
2011	14	O	31	00.729.160/0001-76	25/10/2011	30/06/2012	0	0	0	0	31	28	A
2011	14	O	6	56.419.492/0001/09	07/02/2011	06/02/2012	19	18	104	95	0	0	A
Observações * Advertimos que o Contrato nº 03/2005, foi prorrogado excepcionalmente até 28/02/2011, conforme Termo Aditivo nº 14/2010, celebrado em 29/12/2010. E que somente há informações sobre as contratação para os Contratos que estavam vigentes no final do exercício de 2011.													
LEGENDA Área: 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis; 11. Manutenção de bens imóveis; 12. Brigadistas; 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 14. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado; (M) Médio; (S) Ensino Superior.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: CGRH/SAA

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

No âmbito da UJ, utilizou como indicadores a fim de gerenciar a área de recursos humanos no exercício de 2011 os descritos abaixo:

INDICADOR 1

Indicador: Percentual de Acidente de Trabalho no âmbito da UJ em relação ao total de servidores da UJ em 2011.

Utilidade: Indica e demonstra a eficiência na gestão de recursos humanos em relação à prevenção de ocorrências de acidentes de trabalho.

Tipo: Eficiência

Método de aferição: Valor absoluto de acidentes ocorridos no âmbito da UJ com afastamento do trabalho em relação ao total de servidores da UJ.

Área responsável pelo Cálculo: CGRH/SAA/SE/MDS

Resultado do Indicador no Exercício: 0%, que indica a eficiência da UJ em exercer o seu papel na prevenção de acidentes de trabalho no período de 2011.

Análise: Apesar do tipo de ambiente de trabalho ser seguro, este MDS cuida no dia a dia da manutenção dos sete prédios em que estão instalados servidores do MDS, a fim de evitar qualquer acidente, principalmente com a indicação de placas e avisos de áreas perigosas. Assim estas medidas tem sido eficientes de maneira que no exercício de 2011 não tivemos qualquer acidentes desta natureza.

INDICADOR 2

Indicador: Percentual de Doenças Ocupacionais no âmbito da UJ em relação ao total de servidores da UJ em 2011.

Utilidade: Indica e demonstra a eficiência na gestão de recursos humanos em relação à prevenção de ocorrências de doenças ocupacionais.

Tipo: Eficiência

Método de aferição: Valor absoluto de afastamentos em função de doenças ocupacionais ocorridos no âmbito da UJ com afastamento do trabalho em relação ao total de servidores da UJ.

Área responsável pelo Cálculo: CGRH/SAA/SE/MDS

Resultado do Indicador no Exercício: 7,51% que indica a eficiência da UJ em exercer o seu papel na prevenção de afastamentos no exercício de 2011.

Análise: O percentual apurado de 7,51% de afastamentos. Cabe esclarecer que esta Pasta ainda não possui uma Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor, deste modo o

Ministério da Fazenda é o Órgão que homologa os atestados médicos dos servidores do MDS., Assim não há registros de quais afastamentos são de fatos classificados como doenças ocupacionais, portanto para apurar o índice acima levamos em conta os principais afastamentos que são classificados como tais.

INDICADOR 3

Indicador: Percentual de Rotatividade no âmbito da UJ em relação ao total de servidores efetivos da UJ em 2011.

Utilidade: Indica e demonstra a eficiência na gestão de recursos humanos em relação à rotatividade de servidores do quadro no âmbito da UJ.

Tipo: Eficiência

Método de aferição: Valor absoluto de saídas de servidores do quadro do MDS em relação ao total de servidores efetivos da UJ.

Área responsável pelo Cálculo: CGRH/SAA/SE/MDS

Resultado do Indicador no Exercício: 12,56%, que indica a eficiência da UJ em exercer o seu papel na prevenção de acidentes de trabalho no período de 2011.

Análise: O índice apurado de 12,56%. Tais saídas são principalmente consequência de aprovação em concursos de outros órgãos que possuem carreiras próprias, com remunerações superiores às do Plano Geral de Cargos do Executivo, à qual esta Pasta é vinculada.

INDICADOR 4

Indicador: Percentual de Educação Continuada no âmbito da UJ em relação ao total de servidores efetivos da UJ em 2011.

Utilidade: Indica e demonstra a eficiência na gestão de recursos humanos em relação à rotatividade de servidores do quadro no âmbito da UJ.

Tipo: Eficiência

Método de aferição: Valor absoluto de servidores capacitados em relação ao total de cargos da UJ.

Área responsável pelo Cálculo: CGRH/SAA/SE/MDS

Resultado do Indicador no Exercício: 71%, que indica a eficiência da UJ em exercer o seu papel na capacitação de servidores no período de 2011.

Análise: O índice apurado de 71% demonstra a eficiência desta CGRH em ofertar 611 oportunidades de capacitação, com os recursos disponibilizados na Lei Orçamentária Anual e superando da meta estabelecida na referida Lei de 280 servidores, capacitando 372 servidores. O número elevado de capacitação se deu principalmente com a redução do custo por servidor capacitado, fazendo com que a disponibilidade de recursos seja ainda maior trazendo assim benefícios para a Pasta.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Quadro 31 - A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME									
CNPJ: 05.526.783/0001-65				UG/GESTÃO: 550003/00001					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	526588	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO	11.939.651	-	-	11.939.651	26NOV2008	31DEZ2011	1
3	TC SE nº 001/2011	SENAES/MTE	16.294.789	718.440	1.819.919	1.819.919	14DEZ2011	31DEZ2012	1
LEGENDA Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7- Arquivado									

Fonte: Siafi e SE/MDS

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS									
CNPJ: 05.756.246/0004-54				UG/GESTÃO: 550005/00001					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
							Início	Fim	
4	TC 01	IMPrensa NACIONAL	2.112.000	-	430.965	1.407.032	07MAI2011	07MAI2012	1
LEGENDA									
Modalidade:			Situação da Transferência:						
1 - Convênio			1 - Adimplente			5 - Excluído			
2 - Contrato de Repasse			2 - Inadimplente			6 - Rescindido			
3 - Termo de Cooperação			3 - Inadimplência Suspensa			7- Arquivado			
4 - Termo de Compromisso			4 - Concluído						

Fonte: Siafi e CGLC/SAA/SE/MDS

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro 32 - A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME					
CNPJ:	05.526.783/0001-65					
UG/GESTÃO:	550003/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	01	-	-	1.819.919	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	01	-	-	1.819.919	-	-

Fonte: Siafi

Nome:	COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS					
CNPJ:	05.756.246/0004-54					
UG/GESTÃO:	550005/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	01	01	01	430.965	199.356	776.711
Totais	01	01	01	430.965	199.356	776.711

Fonte: Siafi e CGLC/SAA/SE/MDS

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

Quadro 33 - A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME					
CNPJ: 05.526.783/0001-65			UG/GESTÃO: 550003/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	01	17.013.229	1.819.919	15.193.310	17%
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	01	17.013.229	1.819.919	15.193.310	17%

Fonte: Siafi

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS					
CNPJ: 05.756.246/0004-54			UG/GESTÃO: 550005/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	01	2.112.000	1.407.032	1.700.000	66%
Totais	01	2.112.000	1.407.032	1.700.000	66%

Fonte: Siafi e CGLC/SAA

Quadro 34 - A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME					
CNPJ: 05.526.783/0001-65			UG/GESTÃO: 550003/00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	40.308.376	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	Contas prestadas	Quantidade	2	-	-
		Montante Repassado	499.837	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Fonte: SIAFI					

Quadro 35 - A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME					
CNPJ: 05.526.783/0001-65			UG/GESTÃO: 550003/00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	-	-
			Contas Não analisadas	-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
			Montante repassado (R\$)	-	-
2010	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
2009	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-

		Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	-
Exercícios anteriores a 2008	Quantidade de contas prestadas		2	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
		Quantidade Reprovada	-	-
		Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	2	-
		Montante repassado	499.837	-
Fonte: Siafi				

6.3 Análise Crítica

A Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva e suas Unidades Gestoras geralmente trabalham com contratos e utilizam o SIASG como sistema, excepcionalmente fez um único termo de cooperação com a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES do Ministério do Trabalho para subsidiar a Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza.

Outra estratégia de atuação refere-se aos acordos internacionais que foram centralizados na Secretaria Executiva para gestão unificada dos recursos desses organismos, e o convênio registrado no quadro A.6.1, na verdade trata-se de acordo e está sendo providenciado o ajuste no SIAFI por intermédio da Diretoria de Projetos Internacionais.

Há dois convênios em análise na UJ, que são Instituto Leonardo Murialdo e Associação Reciclazaro, cuja prestação de contas espera-se concluir em 2012.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.**7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV****Quadro 36 - A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV****DECLARAÇÃO**

Eu, **Natascha Rodenbusch Valente**, CPF nº 533.612.100-20, **Subsecretária de Assuntos Administrativos**, exercido na **Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 23 de março de 2012.

NATASCHA RODENBUSCH VALENTE
CPF 533.612.100-20

**Subsecretária de Assuntos Administrativos/Subsecretaria de Assuntos Administrativos do
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93
Quadro 37 - A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	68	143	258
	Entregaram a DBR	68	89	258
	Não cumpriram a obrigação	0	54	0

Obs: Inclui informações referentes aos servidores da Secretaria Executiva e do Gabinete do Ministro

Fonte: COGEP/CGRH/SAA/SE/MDS

Quadro 38 - A.8.1.1 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR - Gabinete do Ministro.

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	38	35	77
	Entregaram a DBR	38	35	77
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: COGEP/CGRH/SAA/SE/MDS

Quadro 39 - A.8.1.2 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR - Secretaria Executiva

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	30	108	181
	Entregaram a DBR	30	54	181
	Não cumpriram a obrigação	0	54	0

Fonte: COGEP/CGRH/SAA/SE/MDS

8.2 Análise Crítica

No âmbito desta UJ, o acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Rendas fica a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MDS. A entrega das DBR é exigida no rol de documentos essenciais para a assinatura do termo de posse para as pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/90. Essa documentação permanece armazenada em pastas e caixas em envelopes lacrados, de modo a assegurar o sigilo fiscal das informações.

Aqueles que não optam pela entrega da autorização de acesso são cobrados mediante e-mails, memorandos, cartas e contatos telefônicos ao término de cada exercício financeiro. Quando se encerra o exercício da função ou cargo que ocupam nesta UJ, somente recebem a Declaração de Nada Consta, a qual afirma que não restam obrigações pendentes com esta Pasta, após a entrega da DBR ou da autorização de acesso.

Todos os servidores que se encontram em exercício neste MDS entregaram a DBR ou a autorização de acesso, de forma que não há pendências quanto ao exercício 2011, ano calendário 2010. Os servidores que já deixaram este órgão, mas não cumpriram com essa obrigação quando do desligamento, continuam sendo cobrados através dos meios disponíveis para que apresentem a DBR ou a autorização de acesso.

O MDS não conta com qualquer sistema informatizado capaz de aperfeiçoar o controle de entregas e cobrança daqueles que não cumprem com a obrigação de entregar a DBR.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
9.1 Estrutura de controles internos da UJ
Quadro 40 - A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					x
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					x
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
Quadro 41 - A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ <i>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</i>		x			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		x			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		x			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ <i>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</i>	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ <i>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</i>	x				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ <i>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</i>	x				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ <i>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</i>	x				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ <i>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</i>	x				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto					x

ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				x	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ <i>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</i>	x				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ <i>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</i>				x	
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)
Quadro 42 - A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					x
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores 22 Terceirizados 119				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		x			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				x	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		x			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					x
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			x		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				x	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100 %				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			x		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			x		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		x			
Considerações Gerais:					

LEGENDA**Níveis de avaliação:**

- (1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo
13.1.1 Relação dos portadores de cartões de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício
Quadro 43 - A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	550005	Limite de Utilização da UG	4.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
José Maria de Sá Freire Sobrinho	663.649.907-97	4.000,00	0,00	0,00	0,00
Total utilizado pela UG			0,00	0,00	0,00

Fonte: CGLA/SAA/MDS

13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo da unidade
Quadro 44 - A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	Não houve	0	Não houve	0	0
2010	Não houve	0	Não houve	0	0
2009	Não houve	0	01	99,10	99,10

Fonte: CGLA/SAA/MDS

Na oportunidade, registro que o MDS possuía apenas um cartão de crédito corporativo e foi solicitado o seu cancelamento em 02 de março de 2011 junto ao Banco do Brasil. Atualmente o MDS não possui cartão corporativo.

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.
15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício
Quadro 45 - A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome					72571
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	009.987/2009-6	1564/2011-TCU 2ª Câmara	9.4	Determinação	Ofício nº 899/2011-TCU/SECEX-RJ-D1
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças					1945
Descrição da Deliberação:					
Determinar a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do Ministério a retirar o nome da Sr.ª Carla Maria Machado dos Santos da conta “Diversos Responsáveis”, inscrita através da Nota de Lançamento 2008NL000036, de 04/03/2008.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação:					Código SIORG
Coordenação de Contabilidade					73620
Síntese da providência adotada:					
Retirada da conta “Diversos Responsáveis” o nome da Sr.ª Carla Maria Machado dos Santos por meio da Nota de Lançamento 2011NL000048, de 06/05/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Permitir à regularização contábil da gestora junto ao Ministério.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Permitir à regularização contábil da gestora junto ao Ministério.					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	72571
Deliberações do TCU	

Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
002	015.145/2009-8	1.362/2011-TCU 2ª Câmara	1.5.2	Determinação	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome					1945
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Secretaria Executiva do MDS que envide esforços no sentido de evitar a reincidência das seguintes impropriedades: 1.5.2.1 Ausência de planejamento adequado no tocante à aquisição de 900 micro computadores, conforme identificado nos Processos nº 71000.009194/2007-31 e 71000.573305/2008-40, atentando doravante, ou seja, em futuras aquisições relativas à área de informática, para o estabelecido no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC do MDS, bem como ao que dispõe à Instrução Normativa SLTI 04/2008; 1.5.2.2 Fragilidade no processo de adesão a Atas de Registro de Preço, em especial no tocante às aquisições na área de TI, em descumprimento aos preceitos do Decreto nº 3.931/2001; 1.5.2.3 Falha relativa a contratação de empresa de serviço de organização de eventos, por meio de adesão a Ata de Registro de Preços utilizando-se de preços economicamente inviáveis e não adequados à realidade de mercado, conforme ocorrido no âmbito do Processo nº 71000.562514/2008-68, em descumprimento ao disposto no art. 8º do Decreto nº 3.931/01, atentando para orientações exaradas nos Acórdãos nºs 1.700/2007-Plenário e 1.487/2007-Plenário, mormente no que diz respeito à contratação de itens a preços inexecutáveis; 1.5.2.4 Contratação conjunta de serviços de suporte técnico e atualização da versão da ferramenta Business Object adjudicados como único no mesmo certame (Processo nº 71000.544340/2008-51), o que vai de encontro ao disposto no art. 15, inc. IV da Lei nº 8.666/93; 1.5.2.5 fragilidade na definição do objeto e a conseqüente alteração de condições contratuais relativas ao Contrato nº 06/47-3516 sem a adoção, nos procedimentos dos termos aditivos, de justificativas ou elementos para sua aceitação, o que a cláusula estabelecida contratualmente no item 6.4 das Condições Especiais do Contrato bem como o art. 7º, parágrafo 4º e art. 65, ambos da Lei nº 8.666/93; 1.5.2.6 Inobservância de requisitos necessários para adesão à Ata de Registro de Preços do Ministério da Defesa (Pregão nº 25/2007), em descumprimento aos preceitos do Decreto nº 3.931/2001 e da Lei nº 8.666/93, atentando, doravante, caso vislumbre-se nova possibilidade de adesão à Ata de Registro, para as recomendações exaradas pela SFC; 1.5.2.7 Aquisição de microcomputadores fora das especificações do edital referente à Ata de Registro de Preço nº 094/2007-IBGE, inobservando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e o art. 3º da Lei nº 8.666/93, atentando doravante, para as recomendações exaradas pela SFC.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG

Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI e Coordenação-Geral de Licitações e Contratos	106869 e 107682
Síntese da providência adotada:	
Para melhor explicitar as respostas às questões apontadas pelo TCU no acórdão acima, o relato das providências será apresentado indicando cada um dos itens do Acórdão, conforme abaixo: 1.5.2.1. No caso em comento, conforme informado anteriormente pela antiga gestão da SPOA/MDS, a contratação dos computadores ocorreu em conformidade com o PETIC, mas necessitou ser reforçada em virtude do potencial aumento do número de servidores e colaboradores do Ministério. Todavia, no que tange à aquisição de equipamentos de informática, além da subordinação ao Planejamento Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, as contratações realizadas pelo MDS são submetidas a prévia aprovação pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI, e ao processo de planejamento da contratação instituído pela IN SLTI nº 04/2010, no qual são envolvidas, além dos requisitantes, as áreas técnica e administrativa do Ministério. Este conjunto de medidas visa evitar o planejamento isolado das aquisições de TI, e permitir o respeito aos princípios do planejamento e da economicidade; 1.5.2.2. Várias medidas foram implementadas pelo Ministério com vistas a melhorar a gestão dos processos de contratação, como: o aumento do número de servidores lotados na área; a capacitação dos mesmos; a criação de uma sistemática de identificação de casos assemelhados; a reestruturação da SAA com a separação entre a área de Logística e Administração e a de Licitações e Contratações, permitindo uma maior especialização dos trabalhadores atuantes nestes segmentos; a criação de um sistema informatizado para a gestão e contratos; e o início dos estudos para o regramento dos procedimentos internos de contratação no Ministério. Tais medidas vêm contribuindo sobremaneira para evitar a ocorrência de erros como o apontado neste item; 1.5.2.3. Para esta questão são válidas as mesmas colocações apontadas no item anterior, destacando que o Ministério iniciou estudo para a licitação de uma Ata própria de eventos, com vistas a evitar processos de adesões a Atas de outros órgãos, e submeter este tipo de contratação a um planejamento único e uniforme de todas as áreas do MDS; 1.5.2.4. As contratações de soluções de tecnologia da informação estão sendo realizadas no âmbito deste Ministério em exata conformidade com a IN SLTI nº 04/2010 e demais normas aplicáveis, inclusive no que se refere aos serviços citados neste item; 1.5.2.5. Além das medidas citadas no item 1.5.2.2., este Ministério está desenvolvendo estudos para a implementação de uma série de ferramentas normativas com o objetivo de qualificar a gestão e fiscalização dos contratos, bem como capacitá-los tecnicamente. Tais medidas visam melhorar o material produzido pelas áreas técnicas tanto na apreciação dos resultados dos contratos, assim como na definição das estratégias de contratação e renovação destes instrumentos; 1.5.2.6. Aplicam-se ao caso em tela as mesmas informações apresentadas no item 1.5.2.2.; 1.5.2.7. O Ministério não realiza mais nenhuma aquisição de produtos mediante ata de registro de preços cuja signatária vencedora do certame apresente equipamentos com especificações diversas das apresentadas no momento do registro;	
Síntese dos resultados obtidos	
Com as medidas adotadas acima, notadamente as relatadas no item 1.5.2.2., o Ministério vem avançando num progressivo aperfeiçoamento da gestão de seus contratos, bem como dos processos de licitação. Tais medidas, além de contribuir para a eficácia da atuação administrativa e valorização do princípio da economicidade, também contribuem para a construção de uma cultura de gestão administrativa orgânica e equilibrada por parte dos servidores e colaboradores.	

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
As medidas apontadas pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão aqui abordado contribuem significativamente para a melhora da gestão dos recursos públicos.

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro 46 - A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome					72571
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
003	029.310/2009-5	2.885/2011-TCU 1ª Câmara	1.5.1	Determinação	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome					1945
Descrição da Deliberação:					
Determinação ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que adote medidas para assegurar a tempestividade na instauração das tomadas de contas especiais, em observância ao disposto no art. 1º, § 1º da Instrução Normativa/TCU nº 56/2007.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Contabilidade					73620
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A instauração de Tomadas de Contas Especiais – TCE é realizada pela Coordenação de Contabilidade com prazo médio de 30 dias por processo de prestação de contas encaminhado pelas Secretarias do MDS para análise. Já a análise da prestação de contas dos convênios é um processo mais complexo, que em face do contraditório e da ampla defesa faz-se inúmeras correspondências e diligências por parte das equipes de prestação de contas das Secretarias que é naturalmente demorado. Registra-se, ainda, o estoque histórico de processos para análise, muito embora todas as áreas estejam se empenhando para baixar esse estoque e correspondente prazo de aprovação ou não, esse estoque tem diminuído ano a ano, mas ainda há margem para melhora, por isso consideramos como ainda não atendido em sua plenitude.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Esse estoque de processos de prestação de contas de convênios e não de processos para aberturas de TCE tem obrigado o Governo como um todo a rever os mecanismos de prestação de contas dos convênios e criado sistemas de apoio como o SICONV. O MDS tem trabalhado para implementar parcerias, especialmente, com as Prefeituras e os Conselhos de Assistência Social, Ministério Público para participarem do processo de aprovação ou não das prestações de contas e correspondente abertura das TCE, dos convênios da Pasta, inclusive tem participado junto com a CGU da fiscalização dos recursos da Pasta nos chamados sorteios de fiscalização da CGU.					

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro 47 - A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201100962	1.1.4.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.4.2 – Indícios de inobservância ao princípio de segregação de funções junto ao Sistema Atlas do PNUD.			
RECOMENDAÇÃO: 001			
Considerando o que foi detectado em relação aos usuários do Sistema Atlas, recomendamos à Unidade que consulte junto ao PNUD a relação total dos usuários ativos e solicite ao Organismo o desligamento daqueles relacionados a servidores que não mais tem vínculo com a DPI a fim de regularizar o uso das senhas.			
RECOMENDAÇÃO: 002			
Evidenciar à equipe de auditoria que a Unidade observa o princípio da segregação de funções na execução do Projeto, mediante a utilização de dois perfis junto ao Sistema Atlas (usuário operacional e gerente de projeto			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
- A DPI solicitou ao PNUD o cancelamento das senhas de servidores que não têm vínculo com a unidade por e-mail no 12/07/2011 e depois por meio do ofício Nº 863/SE/MDS, de 16/11/2011. Hoje esta DPI possui sete senhas a fim de garantir o princípio da segregação de funções aos servidores listados abaixo: - Coordenadores de área: Alice Campos (Pessoa Física), Edmir Neto (Pessoa Jurídica), Raphael Frazão (passagens e diárias) - Coordenador geral da execução (Sérgio Magalhães) - Coordenadora Geral de Planejamento e Orçamento (Léa Dantas) - Diretora de Projetos Internacionais, designada Coordenadora nacional dos Projetos (Iara Alves) - Secretário Executivo Adjunto, designado Diretor Nacional dos Projetos (Marcelo Cardona)			
Síntese dos resultados obtidos			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Atendimento à demanda por parte do organismo.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201100962	1.1.8.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.8.2 – Improriedades identificadas no Combined Delivery Report – CDR do PNUD/BRA/04/028, referente ao exercício de 2010.			
RECOMENDAÇÃO: 001			
Solicitar, junto ao PNUD, documento com a apresentação das finalidades das contas contábeis de ingressos e de despesas utilizadas pelo Projeto.			
RECOMENDAÇÃO: 002			
Capacitar os agentes da DPI responsáveis pelo registro das despesas no sistema visando o aprimoramento da evidenciação do CDR.			
RECOMENDAÇÃO: 003			
Ajustar os registros dos contratos vigentes referentes aos lançamentos equivocados, com a fim de apropriação correta no exercício de 2011.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
RECOMENDAÇÃO: 001 – o documento já foi solicitado e recebido e se encontra em uso pelos servidores e funcionários da DPI. RECOMENDAÇÃO: 002 – durante o ano de 2011 houve a capacitação de servidores e funcionários da coordenação de execução da DPI pelo PNUD. RECOMENDAÇÃO: 003 As áreas de planejamento e execução articularam procedimentos para o correto preenchimento e verificação do que foi preenchido, visando evitar novas falhas.			

Estes procedimentos se compõem de análise ex ante (onde a classificação das despesas é apreciada antes do momento da execução, como no momento de apreciação de minutas de Termos de Referência de contratação de pessoa física e jurídica). Além disso, são feitas análises sazonais a posteriori para verificação de problemas de lançamento, o que diminui a ocorrência de erros que levem a dados incorretos no Combined Delivery Report.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Melhor articulação entre Coordenações de Planejamento e Execução.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201100962	1.1.9.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.9.2 – ausência de adoção de medidas efetivas quanto à guarda e a conservação, em condições adequadas, de equipamentos de TI adquiridos no âmbito do Projeto PNUD 04/028.			
RECOMENDAÇÃO: 001			
Adotar providências tempestivas de modo que os bens apontados sejam instalados em ambiente planejado e estruturado à finalidade de CPD, preservando assim a integridade desses ativos.			
RECOMENDAÇÃO: 002			
Melhorar os controles relativos à guarda e preservação de equipamentos de TI, adotando preferencialmente uma política de gestão de segurança desses ativos, a exemplo da norma ISO/IEC NBR 27002			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
Em resposta ao memo DPI/SE/MDS Nº799/2011, questionando sobre as medidas tomadas com relação aos problemas identificados pela ação da auditoria, a Diretoria de Tecnologia da Informação respondeu por meio do memorando 04 CGSS/DTI/SE/MDS que o local onde se encontram abrigados os bens de TI sofreu mudanças buscando melhorias tais como: piso elevado, instalação de nobreak, redundância de equipamentos de ar condicionado e obras físicas para melhorar o escoamento da água de chuva no subsolo do prédio. Além disso, declara que está prevista a transferência destes equipamentos para espaço que está sendo			

<i>aperfeiçoado para melhor recebê-lo no edifício ômega, que também comporta unidades deste Ministério.</i>
Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
<i>Dificuldades na preparação de espaços adequados para recepcionar equipamentos de TI.</i>

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201100962	1.1.11.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.11.2 – Improriedade na seleção de candidatos a cargo de consultor – Edital nº 14/2010, no âmbito do Projeto BRA/04/028.			
RECOMENDAÇÃO: 001			
Recomendamos à Unidade que ao realizar processos seletivos destinados à contratação de consultores, observe as disposições estabelecidas no Termo de Referência (TOR) que orienta a contratação, aplicando os critérios que foram previamente estabelecidos no referido Termo.			
RECOMENDAÇÃO: 002			
Quando da seleção de consultores, para os casos de apresentação de diplomas de curso superior obtidos em país estrangeiro, exija dos candidatos documentos hábeis que comprovem que a			
qualificação apresentada atende os critérios definidos no Edital.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
RECOMENDAÇÃO: 001			
Além das recomendações prévias que a DPI faz no encaminhamento dos currículos para exame das Comissões das respectivas Secretarias, após este trabalho executado pelas mesmas o processo de seleção é analisado por técnicos da área de coordenação de pessoa física, que o ratificam ou apontam falhas a serem			

corrigidas.

RECOMENDAÇÃO: 002

Após o encaminhamento do resultado da seleção dos candidatos à Coordenação de Contratação de Pessoa Física, os técnicos da unidade examinam os currículos aprovados com relação ao que foi solicitado no Termo de Referência. No caso de consultores estrangeiros esta DPI adotou como prática a verificação da qualificação ao que define o Edital. Além disso, a DPI adota como procedimento a análise da tabela da CAPES e/ou CNPq, onde é possível fazer a verificação quanto a área que está sendo focalizada para a contratação (p.ex. ciências sociais aplicadas e outras).

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Estabelecimento de critérios mais claros para a seleção de consultoria facilitou trabalho das Comissões e também a apreciação por parte da DPI.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201100962	1.1.11.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.11.3 – contratação de consultor para desenvolvimento de atividades não vinculadas ao PRODOC, no âmbito do projeto BRA/04/028.			
RECOMENDAÇÃO: 001			
Estabelecer procedimento interno, de forma a atentar aos conceitos de contratação de consultores previstos na legislação que regula os acordos de cooperação técnica, restringindo as posteriores contratações de consultores ao que está estritamente estabelecido nas atividades diretamente vinculadas aos objetos constantes do PRODOC.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
RECOMENDAÇÃO: 001			
Além de determinação expressa às Secretarias para que façam seleção de consultores em consonância com o que prevê o respectivo PRODOC, há a verificação da área de Planejamento desta DPI, quanto à adequação da			

contratação proposta com o que preconiza o documento do projeto.
Com objetivo de aprimorar a prática acima foi decidido e já se encontra em prática no âmbito desta DPI, que cada projeto seja monitorado por um técnico responsável, o que diminui a possibilidade de erros desta natureza.
Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
A possibilidade de dispor de técnicos para atribuir o trabalho de monitoramento da execução dos projetos.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201100962	1.1.11.4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.11.4 – Fragilidades nos procedimentos de seleção de consultores no âmbito do Projeto BRA 04/028.			
RECOMENDAÇÃO: 001			
Observe os requisitos para contratação previstos no Manual de Execução Nacional do PNUD e Decreto 5.151/2004, em especial quanto à comprovação da habilitação profissional dos consultores, à exigência da manifestação prévia da Agência Executora, informando da indisponibilidade de pessoal próprio para a execução das atividades do Termo de Referência (TOR,) à objetividade e clareza dos produtos a serem entregues.			
RECOMENDAÇÃO: 002			
Faça constar no termo de referência, o critério utilizado para a seleção dos candidatos quanto ao requisito obrigatório - experiência comprovada em projeto de grande porte na área social para organismos internacionais e/ou governo - a fim de tornar objetivo e transparente o processo seletivo, em consonância com o disposto no art. 5º do Decreto nº 5.151/2004.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
RECOMENDAÇÃO: 001 e 002			
O processo de seleção de consultores é feito dentro de orientações repassadas às áreas finalísticas, que se			

encontram compondo o processo que encaminha os currículos às áreas finalísticas para que procedam à seleção dos consultores.

Foi realizada apresentação para pontos focais das Secretarias de boas práticas na contratação de consultores e encontra-se em elaboração um texto que será distribuído pela DPI contendo boas práticas no âmbito dos projetos de cooperação internacional (contratação de consultores, passagens e diárias e contratação de pessoa jurídica). Além disso, dada a previsão de grande volume de trabalho por parte da contratação de pessoa neste exercício de 2011, a equipe da coordenação de pessoa física foi ampliada por meio da recomposição dos funcionários e servidores em exercício na DPI. Cabe ressaltar que o apontamento da necessidade de adoção, nos Termos de Referência, de critérios claros e objetivos de seleção é uma constante nos trabalhos da DPI.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O treinamento de funcionários e servidores da execução da DPI em atividades concernentes a mais de uma coordenação, o que permite maior trânsito destes recursos humanos entre estas áreas da execução da Diretoria.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201100962	1.1.12.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.12.3 – Fragilidade na formulação do Termo de Referência de contratação de serviços gráficos e de impressão, mais especificamente em relação à planilha de preços, no âmbito do Projeto BRA 04/028.			
RECOMENDAÇÃO: 001			
Abster-se de planejar contratação sem elementos que subsidiem a formulação do melhor termo de referência. Nesse aspecto, em atendimento a Lei 8.666/93 e aos acórdãos e súmulas do TCU, promover a cotação de preços para fundamentar a decisão tomada quanto ao método de adjudicação.			
RECOMENDAÇÃO: 002			
Ao elaborar a planilha de custos, estudar mecanismo de ser evidenciado o custo dos serviços individualmente, mesmo que a opção, desde que motivada, seja pela adjudicação pelo preço global.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG

Diretoria de Projetos Internacionais	106868
Síntese da providência adotada:	
RECOMENDAÇÃO: 001 <i>Os processos de seleção de pessoa jurídica estão obedecendo às normas vigentes, conforme determinação da coordenação de contratação de pessoa jurídica da DPI. As licitações já estão sendo feitas com a devida cotação de preços ou apresentação de planilha de custos elaborada pela área técnica (como no caso de pesquisas).</i> RECOMENDAÇÃO: 002 <i>Já é uma prática adotada a orientação às unidades para elaboração de planilhas de custos individuais da contratação, ainda que a adjudicação seja por preço global.</i>	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<i>Em decorrência das limitações impostas pelos Acórdãos TCU 1339/2009 e 1256/2010 houve uma diminuição drástica do número de contratações de pessoa jurídica.</i>	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201100962	1.1.12.4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.12.4 – Fornecimento em desconformidade às condições contratuais e sem respaldo contratual. Liquidação de serviços sem a correta verificação do valor exato a pagar e pagamento maior do que o estabelecido contratualmente. RECOMENDAÇÃO: 001 <i>Elaborar e apresentar as memórias de cálculo referentes aos pagamentos efetuados para o contrato, utilizando como parâmetro o preço de mercado para serviços distintos cotados pelo preço global no caso dos itens 1, 2 e 16, e os dados contratuais para os demais itens. Caso seja confirmado pagamento por maior, requerer a referida empresa a devolução da importância. Em caso de recusa, por parte da Empresa, instaurar a competente Tomada de Contas Especial, na forma do art. 84. do Decreto-Lei 200/67.</i> RECOMENDAÇÃO: 002			

Ao elaborar a planilha de custos/preços, estudar mecanismo de ser evidenciado o custo/preço dos serviços individualmente, mesmo que a opção, desde que motivada, seja pela adjudicação pelo preço global, a fim de promover o pagamento pelo preço efetivamente pactuado.

RECOMENDAÇÃO: 003

Para os casos semelhantes, anexar ao termo de recebimento memória de cálculo que evidencie a conferência dos valores faturados em relação às condições contratuais.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais	106868
Síntese da providência adotada:	
Em resposta ao memorando DPI/SE/MDS nº798 de 28/10/2011 (resposta em anexo) a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania constatou pagamento a maior para a empresa e solicitou que seja feita a devolução de R\$ 12.954,32, conforme consta de tabela em anexo ao memorando nº1340 SENARC/MDS. Posteriormente, no dia 25 de janeiro de 2012, foi encaminhado ofício para a empresa Gráfica e Editora Brasil Ltda, com GRU no valor apurado para que seja efetuado o pagamento.	
RECOMENDAÇÃO: 002	
A elaboração de planilha de custos com valores individuais já é uma prática adotada no âmbito da coordenação de contratação de pessoa jurídica.	
RECOMENDAÇÃO: 003	
A prática de receber mercadorias com a respectiva memória de cálculo com os valores faturados já faz parte das medidas adotadas pela Coordenação de Contratação de Pessoa Jurídica.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Em decorrência das limitações impostas pelos Acórdãos TCU 1339/2009 e 1256/2010 houve uma diminuição drástica do número de contratações de pessoa jurídica.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201100962	1.1.12.5	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.12.5 – Aquisição de 10 Note books no âmbito do Projeto BRA/04/028, sem observância do princípio da			

economicidade.

RECOMENDAÇÃO: 001

Considerando os atenuantes apresentados em relação à constatação do item ?a?, recomendamos que a DPI, em situações análogas, se abstenha de concretizar contratações ou aquisição de bem ou serviço quando manifestada a não observância do disposto no § 2º do art. 64 da Lei 8666/93 e do item 14.3 do Manual de Convergência do PNUD, mesmo em processos de licitação conduzidos pelo Organismo.

RECOMENDAÇÃO: 002

Considerando a experiência e estrutura disponível em Unidade do MDS para promover a realização de processos seletivos de aquisição de bens e serviços para a Administração, como a atual Coordenação-Geral de Licitação e Compras-CGLC/SPO/SE/MDS, e tendo em vista as determinações e recomendações do Acórdão TCU Plenário 1.339/2009, estude os riscos e a real necessidade de promover, no âmbito dos acordos de cooperação técnica internacional, o atendimento a demandas (expressas em termos de referência, pedidos de compra ou qualquer outro instrumento requisitório) que tenham por objeto o atendimento de necessidades típicas da Administração, a exemplo do caso em tela - aquisição de equipamentos de informática.

RECOMENDAÇÃO: 003

Considerando que os equipamentos encontram-se em utilização em área técnica do ministério e que, nos exames efetuados não foram detectados indícios de se tratar de aquisição em preços superiores ao de mercado (dada às características e especificidades do equipamento adquirido), institua controles a fim de que seja comprovada pela área demandante a real necessidade da aquisição de bens ou serviços nos termos solicitados, promova capacitação da equipe a fim de buscar experiência e evitar riscos na condução de processo licitatório e promova maior interação entre a DPI e Coordenação-Geral de Licitação e Compras-CGLC/SPO/SE/MDS buscando detectar a existência de contrato de fornecimento ou licitação prévia nos termos solicitados pela demandante.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais	106868
Síntese da providência adotada:	
<i>Em obediência ao que é estabelecido no Acórdão TCU 1339/2009, a compra de equipamentos de informática não está sendo contratada no âmbito dos projetos de cooperação internacional com recursos exclusivamente de tesouro, que é o caso do projeto ora analisado.</i>	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<i>Em decorrência das limitações impostas pelos Acórdãos TCU 1339/2009 e 1256/2010 houve uma diminuição drástica do número de contratações de pessoa jurídica.</i>	

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA	72571
Recomendações do OCI	

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201100962	1.1.12.6	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.12.6 – inadequações verificadas na execução do contrato firmado entre o PNUD e a BSB Serviços Cine Vídeo Ltda.			
RECOMENDAÇÃO: 001			
Quando da realização de certame licitatório, cujo critério seja o menor preço global, faça inserir dispositivo nas planilhas de preços que permitam comparar o custo individualizado de cada um produto a ser fornecido pelas licitantes.			
RECOMENDAÇÃO: 002			
Quando da realização de certame licitatório que tenha como seleção os critérios de técnica e preço, somente incluir em edital pontuação dispare para tais atributos quando for devidamente necessário para à obtenção dos produtos ou resultados pretendidos, fazendo-se constar nos autos as devidas justificativas técnicas para as eventuais disparidades.”			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
Em resposta ao memorando DPI/SE/MDS nº798 de 28/10/2011 a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania informa, por meio do memorando 1340, que em procedimentos de futuras contratações serão seguidas as determinações contidas nas recomendações da CGU. Todas as áreas técnicas, ao elaborar os Termos de Referência futuros, serão orientadas a respeito por esta DPI.			
As recomendações de auditoria de implementação permanente constarão do manual para contratações por meio de Projetos de Cooperação Internacional em preparação por esta DPI, a ser distribuído em fevereiro de 2012.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Em decorrência das limitações impostas pelos Acórdãos TCU 1339/2009 e 1256/2010 houve uma diminuição drástica do número de contratações de pessoa jurídica.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA	72571

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201100956	1.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.1.1 – Não inclusão de informação precisa quanto à execução física do Projeto. RECOMENDAÇÃO: 001 Aperfeiçoar o modelo de Relatório de Progresso, em conjunto com os demais atores envolvidos (Organismos Internacionais, ABC, e outros), no sentido de permitir que o documento demonstre mais detalhadamente a execução física do Projeto a que se refere.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
RECOMENDAÇÃO: 001 - O assunto foi colocado em pauta junto ao PNUD. As providências neste sentido serão tomadas em próxima reunião conjunta com PNUD e ABC. Além disso, a DPI está analisando inconsistências dos relatórios anteriores para conferir melhor qualidade das informações contidas no Relatório de Progresso do exercício de 2011. Serão consideradas as recomendações do Relatório de Auditoria e outras criadas a partir da análise do documento pelos técnicos da Diretoria.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Inclusão de participantes da CGU na reunião de 2011 e a intenção de que esta participação seja constante nas próximas reuniões.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201100956	1.1.4.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945

Descrição da Recomendação:

1.1.4.2 – Indícios de inobservância ao princípio da segregação de funções junto ao Sistema Atlas do PNUD.

RECOMENDAÇÃO: 001

Considerando o que foi detectado em relação aos usuários do Sistema Atlas, recomendamos à Unidade que consulte junto ao PNUD a relação total dos usuários ativos e solicite ao Organismo o desligamento daqueles relacionados a servidores que não mais tem vínculo com a DPI a fim de regularizar o uso das senhas.

RECOMENDAÇÃO: 002

Adotar as medidas necessárias para que se observe o princípio da segregação de funções no âmbito do Projeto BRA/04/046, utilizando as funcionalidades previstas no Sistema Atlas ou mediante a adoção de sistemática extra sistema, de tal forma que os atos de responsabilidade do Gerente de Projeto sejam exercidos pelo Diretor Nacional ou por pessoa por ele formalmente designada, atentando para as orientações expressas no Marco de Controle Interno do PNUD e na legislação nacional aplicável, e ainda o seguinte:

- caso a Unidade opte por designar usuário com perfil gerencial no Sistema Atlas que não seja o próprio Diretor Nacional de Projeto e pretenda que as competências a ele previstas, incluindo a Ordenação de Despesas, sejam exercidas exclusivamente mediante registro no referido sistema, deve, concomitante à formalização junto ao PNUD, editar ato perante a Administração Pública, por meio do qual as competências do Diretor Nacional sejam delegadas a esse servidor, o qual deverá ser designado como Coordenador de Projeto, procedendo o registro dessa responsabilidade no rol de responsáveis do SIAFI. Ressalta-se que em virtude das disposições do Decreto nº 5.151/2004 (art. 6º), da Portaria MRE nº 717/2006 (art. 17), e da IN STN nº 06/2004 (art. 17), os responsáveis nacionais pelo ordenamento de despesas nos projetos devem ser servidores públicos efetivos ou ocupantes de cargo em comissão;

- por outro lado, caso a intenção de se criar usuários com perfil gerencial no referido sistema tenha como objetivo principal apenas de desonerar o Diretor Nacional de Projeto de proceder o registro no Sistema Atlas, otimizando também o acompanhamento do andamento do projeto por cada área envolvida, permanecendo ele como responsável pelas atribuições de Gerente de Projeto, incluindo a Ordenação de Despesas, a Unidade deve, concomitante com a formalização da criação destes novos usuários junto ao PNUD, adotar sistemática interna que garanta que os atos de competência do Gerente de Projeto sejam objeto de autorização prévia e expressa do Diretor Nacional, mantendo arquivo dos documentos comprobatórios junto aos autos, observando, também as demais orientações do Organismo quanto à adoção desta sistemática.

Providências Adotadas**Setor responsável pela implementação****Código SIORG**

Diretoria de Projetos Internacionais

106868

Síntese da providência adotada:

- RECOMENDAÇÃO: 001 – A DPI solicitou ao PNUD o cancelamento das senhas de servidores que não têm vínculo com a unidade por e-mail no 12/07/2011 e depois por meio do ofício Nº 863/SE/MDS, de 16/11/2011. Hoje esta DPI possui sete senhas a fim de garantir o princípio da segregação de funções aos servidores listados abaixo:
 - 6- Coordenadores de área: Alice Campos (Pessoa Física), Edmir Neto (Pessoa Jurídica), Raphael Frazão (passagens e diárias)
 - 7- Coordenador geral da execução (Sérgio Magalhães)

8- Coordenadora Geral de Planejamento e Orçamento (Léa Dantas)
9- Diretora de Projetos Internacionais, designada Coordenadora nacional dos Projetos (Iara Alves)
10- Secretário Executivo Adjunto, designado Diretor Nacional dos Projetos (Marcelo Cardona)
Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Preocupação por parte dos gestores quanto à formalização das atribuições dos diversos níveis de execução no âmbito dos projetos de cooperação Internacional com o objetivo de trazer clareza para a implementação de suas ações.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201100956	1.1.6.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.6.2 – Ausência de realização tempestiva de Revisão do PNUD/BRA/04/046, de forma a apurar e refletir os impactos gerados pelo encerramento do contrato de empréstimo do BID, co-financiador do Projeto, ocorrido em 31.08.2010.			
RECOMENDAÇÃO: 001			
Promover a comparação entre o montante dos gastos realizados no âmbito do Projeto e que foram efetivamente certificados junto ao BID, com o total de recursos adiantados pela STN, efetivando, se for o caso, a devolução de eventuais recursos não utilizados;			
RECOMENDAÇÃO: 002			
Promover a revisão do Projeto PNUD/BRA/04/046 de forma a refletir a efetiva previsão e execução orçamentária e financeira do Projeto, ante o encerramento do Contrato de Empréstimo com o BID.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
RECOMENDAÇÃO: 001 – Foi feita revisão no Prodoc em referência e realizado acerto de contas, o qual foi registrado em processo. Foi feita devolução de recursos no montante de R\$ 3.975.839,11.			

- RECOMENDAÇÃO: 002 – Revisão assinada em 28/09/2011.

Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Aperfeiçoamento do funcionamento da Coordenação Geral de Planejamento da DPI por meio da organização de suas ações por projeto de cooperação, deixando técnicos responsáveis pelo monitoramento de cada um dos projetos.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201100956	1.1.6.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.6.3 – Improriedades verificadas na classificação orçamentária de gastos do projeto BRA/04/046.			
RECOMENDAÇÃO: 002			
Observar a correta classificação das despesas junto ao Sistema Atlas, no que concerne à Atividade, Fundo e Conta Contábil, de forma que o CDR possa refletir, com fidedignidade, a execução das despesas ocorridas no exercício.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
RECOMENDAÇÃO: 002 – As áreas de planejamento e execução articularam procedimentos para o correto preenchimento e verificação do que foi preenchido, visando evitar novas falhas.			
Estes procedimentos se compõem de análise ex ante e ex-post:			
1- A Secretaria deve realizar planejamento anual de suas atividades, classificando a despesa no planejamento. Este deve ser analisado e aprovado pela Coordenadora de Projetos e posteriormente pelo Diretor Nacional			
2- No envio do TOR à DPI, a classificação da despesa é apreciada pela coordenação de planejamento, que prepara despacho confirmando a classificação.			
3- A coordenação de execução deve seguir a orientação do despacho da coordenação de planejamento ao classificar a despesa nos sistemas e posteriormente fazer revisão para verificar se houve problemas de lançamento.			

4- A coordenação de planejamento deve revisar o sistema Atlas a fim de confirmar a correta classificação das despesas, o que certamente diminuirá a ocorrência de erros que levem a dados incorretos no Combined Delivery Report.
Síntese dos resultados obtidos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Melhor articulação das coordenações gerais de planejamento e de execução da Diretoria de Projetos Internacionais.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201100956	1.1.6.4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.6.4 – Pendências relativas a registros de despesas classificadas de forma equivocada no Sistema Atlas por desvirtuamento do controle de atividades na gestão orçamentária – item 3.1.15.3”b” do Relatório de Auditoria nº241014 .			
RECOMENDAÇÃO: 001			
Adotar as providências necessárias à solução da pendência, apresentando à equipe de auditoria a respectiva comprovação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
RECOMENDAÇÃO: 001 - Além da verificação à priori quanto à classificação da despesa (feita por meio de análise da equipe de planejamento quando do momento de análise de minutas de termos de referência de contratação) há a verificação “por lote” de informação, por meio do confronto dos saldos prévios com o que efetivamente foi executado. Em caso de discrepância há a promoção dos ajustes necessários para a correção do lançamento incorreto.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Melhor articulação das coordenações gerais de planejamento e de execução da Diretoria de Projetos			

Internacionais.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201100956	1.1.9.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.9.2 – Ausência de adoção de medidas efetivas quanto à guarda e a conservação, em condições adequadas, de equipamentos de TI adquiridos no âmbito do Projeto PNUD/04/046.			
RECOMENDAÇÃO: 001			
Adotar providencias tempestivas de modo que os bens apontados sejam instalados em ambiente planejado e estruturado para a finalidade de CPD, preservando a assim a integridade esses ativos.			
RECOMENDAÇÃO: 002			
Melhorar os controles relativos à guarda e preservação de equipamentos de TI, adotando preferencialmente uma política de gestão de segurança desses ativos, a exemplo da norma ISO/IEC NBR 27002.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
RECOMENDAÇÃO: 001			
Em resposta ao memo DPI/SE/MDS Nº799/2011, questionando sobre as medidas tomadas com relação aos problemas identificados pela ação da auditoria, a Diretoria de Tecnologia da Informação respondeu por meio do memorando 04 CGSS/DTI/SE/MDS que o local onde se encontram abrigados os bens de TI sofreu mudanças buscando melhorias tais como: piso elevado, instalação de nobreak, redundância de equipamentos de ar condicionado e obras físicas para melhorar o escoamento da água de chuva no subsolo do prédio.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Dificuldades de adequação de espaços físicos tornando-os apropriados para o recebimento dos equipamentos			

de informática.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201100956	1.1.10.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.10.2 – pendências relativas a fragilidade nos controles internos da Unidade, no que se refere aos pagamentos de diárias e passagens utilizadas no âmbito do projeto.			
RECOMENDAÇÃO: 001			
A Unidade deverá acompanhar, caso a caso, os procedimentos relativos à regularização das pendências detectadas, visando ao ressarcimento dos valores envolvidos, informando a esta equipe de auditoria sobre o andamento das providências.			
RECOMENDAÇÃO: 002			
A Unidade deverá fazer levantamento dos valores envolvidos em cada um dos casos listados, fornecendo a esta equipe de auditoria os dados em formato de planilha eletrônica, para acompanhamento, pelo Controle, do andamento das providências.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			
- RECOMENDAÇÃO: 001 – Todas as passagens foram devolvidas ao projeto, segundo consta em planilha encaminhada no dia 31/10/2011 pela empresa Flytour (planilha em anexo). - RECOMENDAÇÃO: 002 – planilha de levantamento de pendências produzida pela Coordenação de Passagens e Diárias segue em anexo.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Os procedimentos ligados à gestão de diárias e passagens de consultores não são feitos de modo automatizado via sistema, com isso há a possibilidade de ocorrência de erro em várias de suas etapas de tramitação. Apesar disso houve baixo número de ocorrências de erros no exercício de 2011.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201100956	1.1.10.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.10.3 - Impropriedades verificadas nos processos de concessão de diárias. RECOMENDAÇÃO: 001 Obter os comprovantes dos deslocamentos efetuados e o relatório de viagem do PV nº1093/2010 (M.A.R.P.), apresentando cópia desses documentos à equipe de auditoria. RECOMENDAÇÃO: 002 Aprimorar os controles internos, de modo a mitigar o risco de ausência de documentação comprobatória no plano de viagem, providenciando, caso necessário, a sua regularização tão logo seja concluído o prazo de 10 dias após a realização da viagem, conforme item 3.47 do Manual de Execução Nacional do PNUD. RECOMENDAÇÃO: 003 Observar a correta indicação, nos planos de viagem, da atividade do Prodoc associada à finalidade do deslocamento.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
- RECOMENDAÇÃO: 001 – Comprovantes foram anexados ao plano de seguimento de auditoria e encaminhados para a CGU. - RECOMENDAÇÃO: 002 – Foram adotadas medidas tais como: 1-Envio das pendências de prestação de contas de viagens às secretarias a cada 15 dias; 2- Restrição de viagem sem a prestação de contas de viagem anterior (a secretaria deve anexar e-mail com o nada consta da DPI ao Secretário Executivo Adjunto ao solicitar autorização de viagem); 3- Aprovação do último pagamento de produto somente após a prestação de contas de passagens e diárias. Com isso houve drástica diminuição das situações de pendência ou de falta de prestação de contas. - RECOMENDAÇÃO: 003 – A emissão de passagens e diárias passou a ser feita a partir da consideração do número do RPA que se encontra no Termo de Referência dos Consultores, uma vez que o objetivo da viagem é relacionado ao seu produto.			
Síntese dos resultados obtidos			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
<i>Os procedimentos ligados à gestão de diárias e passagens de consultores não são feitos de modo automatizado via sistema, com isso há a possibilidade de ocorrência de erro em várias de suas etapas de tramitação. Apesar disso houve baixo número de ocorrências de erros no exercício de 2011.</i>

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201100956	1.1.10.4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.10.4 – pendências relativas ao não atendimento de recomendações referentes a impropriedade em pagamento de diárias – item 3.1.11.4 do Relatório de Auditoria nº222063			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
Encaminhado à CGU cópia de documentos que compõem a prestação de contas referente à M.L.A.R, em anexo ao plano de seguimento de auditoria.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<i>Os procedimentos ligados à gestão de diárias e passagens de consultores não são feitos de modo automatizado via sistema, com isso há a possibilidade de ocorrência de erro em várias de suas etapas de tramitação. Apesar disso houve baixo número de ocorrências de erros no exercício de 2011.</i>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201100956	1.1.10.5	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI		1945
Descrição da Recomendação:		
1.1.10.5 – Pendências relativas à ausência de evidências que comprovem reembolsos de passagens aéreas adquiridas no âmbito do Projeto – item 1.1.1.3-2 do Relatório de auditoria nº 2550504.		
RECOMENDAÇÃO: 001		
Adotar as providências necessárias à solução da pendência, apresentando à equipe de auditoria a respectiva comprovação.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais		106868
Síntese da providência adotada:		
RECOMENDAÇÃO 001 – encaminhamos à equipe de auditoria da CGU, em anexo ao plano de seguimento, planilha produzida pela empresa Flytour, apresentando a quitação dos valores de passagens e planilha elaborada pela Coordenação de Passagens e Diárias, apresentando as medidas tomadas para sanar pendências de passagens e diárias.		
Síntese dos resultados obtidos		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Os procedimentos ligados à gestão de diárias e passagens de consultores não são feitos de modo automatizado via sistema, com isso há a possibilidade de ocorrência de erro em várias de suas etapas de tramitação. Apesar disso houve baixo número de ocorrências de erros no exercício de 2011.		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	201100956	1.1.10.6	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.10.6 - Pendências relativas a pagamento de hospedagem a participantes do Seminário Internacional Sistemas de proteção Sociais: Desafios no contexto latinoamericano, sem evidências de que as pessoas participaram do evento – itens 1.1.3.4-1 e 1.1.3.4-2 do Relatório de Auditoria nº 255504.			
RECOMENDAÇÃO: 001			

Apurar os valores pagos indevidamente, visando revertê-los aos cofres públicos, inclusive com a instauração de Tomada de Contas Especial, caso necessário, consoante com as disposições do art. 1º, § 3º, c/c o art. 5º, § 2º, da Instrução Normativa TCU 56/2007	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais	106868
Síntese da providência adotada:	
RECOMENDAÇÃO: 001 – encaminhado para a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação memorando 50 DPI/SE, solicitando que sejam tomadas as providências para averiguar os valores pagos a maior para que seja possível recolher estes valores junto aos responsáveis. Recebida resposta com justificativa da Secretaria. Em decorrência desta resposta foi marcada reunião com a empresa e Secretaria organizadora do evento para verificar procedimentos e responsabilidades no controle de diárias de hospedagem.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Tempo decorrido e não definição de responsabilidade sobre o controle de convidados pode dificultar o ressarcimento ao erário.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	201100956	1.1.10.7	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.10.7 Pendências relativas à realização de despesa não elegível com recursos do Projeto BRA/04/046.			
RECOMENDAÇÃO: 001			
A Unidade deverá providenciar a restituição dos respectivos valores à conta do Projeto PNUD BRA/04/046, apresentando a comprovação desta providência.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
RECOMENDAÇÃO: 001 – Aguardando resposta ao Ofício nº 716/DPI/SE/MDS encaminhado à CGU em 7 de novembro de 2011 (cópia em anexo) com justificativa para a operação realizada.			
Síntese dos resultados obtidos			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Ainda não houve a apreciação da argumentação encaminhada à CGU.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	201100956	1.1.11.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.11.2 – pendências relativas a falhas na atuação de processos de contratação de consultores e de aquisição de bens e serviços – itens 1.1.2.2-3 e 1.1.2.2-5 do Relatório de Auditoria nº 255504.			
RECOMENDAÇÃO: 001			
Adotar as providências necessárias à solução da pendência, apresentando à equipe de auditoria a respectiva comprovação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
RECOMENDAÇÃO: 001 – no que se refere ao item 1.1.2.2.3 “Recomendamos à Unidade que, quando da realização de novos procedimentos licitatórios proceda à anexação, nos autos dos respectivos processos, de orçamento detalhado em planilhas, nas obras e serviços licitados no âmbito do Projeto.” já consta dos processos de licitação de serviços a exigência de que as propostas apresentadas sejam detalhadas em planilhas com a memória de cálculo dos custos que levam à estimativa dos valores da elaboração das respectivas propostas. Em relação ao item 1.1.2.2.5 “Manifestar-se quanto aos itens relacionados nesta constatação e ainda pendentes de justificativas, apresentando a documentação solicitada, quando for o caso.” podemos afirmar que a instrução processual no âmbito da DPI foi aperfeiçoada por meio da inserção nos processos de seleção de pessoa física e nos processos de licitação de pessoa jurídica de todos os documentos que possibilitam o mais claro entendimento de toda a fase de tramitação destes processos			
Síntese dos resultados obtidos			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Sistema SIGAP da ABC não possui consulta mais direta para pesquisas necessárias às repostas da Auditoria. Deste modo a elaboração de material para auditoria deve ser elaborada manualmente por extração de dados e confronto com planilhas preparadas pela coordenação.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	201100956	1.1.11.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.11.3 – Pendências relativas a falhas nos controles internos da unidade destinados a garantir que os dados dos consultores do Projeto, à época das respectivas contratações, fossem comunicados à ABCMRE, em cumprimento ao disposto no inciso VI do Art.16 da Portaria MRE //nº 717/2006 – item 1.1.2.6-2 do Relatório de Auditoria nº 255504. RECOMENDAÇÃO: 001 Adotar as providências necessárias à solução da pendência, apresentando à equipe de auditoria a respectiva comprovação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
RECOMENDAÇÃO: 001 – A coordenação de contratação de pessoas físicas adota como prática da unidade promover a inclusão de todas as contratações de consultores no Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos – SIGAP, mais do que isso, as contratações são alvo de análise prévia no sistema para verificar se está sendo feita contratação simultânea e se o período de “quarentena” entre contratações está sendo respeitado.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A pesquisa é feita caso a caso em cada contratação, não havendo uma rotina informatizada que permita			

acusar estes problemas que são decorrentes de restrições previstas na legislação. Deste modo trata-se de um procedimento sujeito a erro, trazendo riscos para a execução.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			72571
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	201100956	1.1.12.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
1.1.12.2 – Pendências relativas a impropriedades referentes ao acompanhamento da execução do contrato de Prestação de Serviços nº 05/47 – 1870 – Sphaera Turismo e Representações LTDA – item 3.1.13.4 do Relatório de Auditoria nº 222063, referente ao exercício de 2008. RECOMENDAÇÃO: 001 Adotar as providências necessárias à solução da pendência, apresentando à equipe de auditoria a respectiva comprovação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais			106868
Síntese da providência adotada:			
RECOMENDAÇÃO: 001 – Conforme consta do relatório do Sistema do PNUD encaminhado em 22 de fevereiro de 2011, houve o reembolso do total de US\$36.966,81 que totaliza as somas apresentadas no relatório de auditoria. Este problema foi ocasionado por lançamento incorreto no âmbito do organismo que terminou por subtrair do saldo do projeto 04/046 contrato 47-1870 com a Sphaera Turismo, sendo compensado posteriormente.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A boa comunicação existente com o organismo facilitou o acesso às informações e permitiu que o problema fosse sanado.			

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro 48 - A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
243943	Relatório de Auditoria de Gestão TCA Exercício 2009	Constatação 006	Nota Técnica CGU 252/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS			106867
Descrição da Recomendação:			
Providenciar a exoneração da servidora e acompanhar o devido ressarcimento dos valores pagos indevidamente, aplicando, se for o caso, o que determina o Art. 47 da Lei 8.112/90.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			73611
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Esclarecemos que, no que se refere ao desligamento da servidora, deve-se observar o disposto na Nota nº 03/2010/COGER/SE/MDS, às folhas 323 do Processo 71.000.529537/2008-61, de modo que não podemos proceder à sua exoneração sem que haja novo pedido de sua autoria. Por sua vez, quanto ao registro no SIAPE de qualquer desligamento ou restabelecimento da remuneração da servidora, informamos que a mesma encontra-se em licença para acompanhar cônjuge, conforme dispõe o art. 84 §1º da Lei nº 8.112/90, desde 06 de setembro de 2010, Processo nº 71000.108147/2010-75. Em atenção a manifestação da CONJUR/MDS, esta Pasta providenciou análise e parecer sobre a questão à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento-SRH/MP, por meio do Despacho às folhas 381 do Processo nº 71000.529537/2008-61, após contestação da servidora interessada acerca da incidência de juros de mora e atualização monetária nos valores apurados por esta unidade de recursos humanos, que emitiu a sua recomendação pela expedição da Nota Informativa nº 124/2011/DENOP/SRH/MP, de 02 de setembro de 2011, na qual adverte que por falta de regulamentação da matéria para o caso em questão, não deveríamos cobrar juros nem corrigir o valor devido.			

Considerando a recomendação da SRH acima explicitada, bem como o recolhimento, em 12 de julho de 2010, por parte da servidora do montante de R\$ 53.382,20 (cinquenta e três mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte centavos), comprovante às folhas 341 do Processo Administrativo supracitado, faz-se necessária a devolução do montante de R\$ 2.490,95 (dois mil, quatrocentos e noventa reais e noventa e cinco centavos), correspondente à correção monetária paga pela servidora quando da devolução das remunerações recebidas sem a contraprestação de serviços.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

atendimento da devolução do valor de R\$ 2.490,95 (dois mil, quatrocentos e noventa reais e noventa e cinco centavos), correspondente à correção monetária paga pela servidora quando da devolução das remunerações recebidas sem a contraprestação de serviços, ocorrerá no mês de março de 2012 conforme Carta nº 01, de 13 de março de 2012, que trata da notificação a servidora sobre a devolução do valor em questão. Vale esclarecer ainda, que o não atendimento de tal recomendação somente ocorrerá neste exercício, visto o grande acúmulo de trabalho da Coordenação-Geral principalmente no final do exercício, quando além da demanda habitual ainda tivemos o processamento da avaliação de desempenho.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
243943	Relatório de Auditoria de Gestão TCA Exercício 2009	Constatação 009	Nota Técnica CGU 252/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS			106867
Descrição da Recomendação:			
Adoção de providências no sentido de regularizar a requisição dos outros servidores cedidos ao MDS que se encontram na mesma situação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			73611
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A recomendação da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento-SRH/MP, emitida em 26 de dezembro			

de 2008, por meio do Despacho s/nº ao Processo Administrativo nº 71000.659994/2008-71, foi de que havia necessidade de publicação para os atos de cessão, dos servidores que se encontravam cedidos aos órgãos os quais quando da criação desta Pasta, suas atribuições foram transferidas para este Ministério.

Considerando que quando da publicação da Lei nº 10.689/2004, que trata da criação deste Ministério, por um lapso do legislador esta Lei não trouxe o mesmo artigo que a Lei nº 10.683/2003, que tratou da criação do Ministério das Cidades, o qual dispõe que os servidores requisitados por órgãos cujas atribuições foram transferidas poderão permanecer à disposição do referido Ministério das Cidades, advertimos que a partir desta prerrogativa os servidores que se encontravam cedidos ao Ministério da Assistência Social estariam transferidos para esta Pasta, ficando somente pendentes de regularização as cessões dos servidores que estavam cedidos aos outros órgãos que somente este MDS absorveu parte das atribuições. Deste modo, ficaram 09 servidores os quais listo abaixo que deveríamos requerer a cessão para esta Pasta:

Servidor	Portaria	Órgão de Origem	Órgão Requisitante	Publicação da Cessão no DOU
Angela Cristina Mendes Gonsioroske	Portaria nº 1160	MEC	PR	22/05/2003
Benedita Maria Barbosa	Portaria nº 1.337	MP	MAPS	13/08/2003
Deusina Lopes da Cruz	Não encontrada no DOU	MME		03/07/2003
Dionara Borges Andreani Barbosa	Portaria nº 494	MIN	PR	17/04/2003
João Francisco Bernardo de Oliveira Neto	Não encontrada no DOU	MDIC		
Luzia Ferreira	Não encontrada no DOU	IBGE		06/05/2003
Marcus José Santiago Bezerra	Portaria nº 387	MF	MAPS	10/06/2003
Marise Duarte de Souza	Portaria nº 251	MDIC	MAPS	07/08/2003
Ricardo Dayan Lins Freitas	Portaria nº 158	EMBRAPA	PR	09/09/2003
Selma Tânia Santiago Fonseca dos Santos	Portaria nº 20	MF	PR	16/01/1996
Solange Teixeira	Portaria nº 11	MME	MPAS	23/05/2002
Wagner Washington Nicacio Leite	Aviso MPS nº 611	CONAB	MBES	01/09/1995
Wilma Luiza Santana	Portaria nº 252	MF	PR	10/04/2003

Portanto, esta CGRH providenciará a notificação por meio de Ofícios aos Órgãos acima citados requerendo a concordância sobre a cessão dos servidores para esta Pasta, uma vez que a situação dos mesmos no Sistema de SIAPE encontra-se regularizada.

Cabe ainda esclarecer, que a listagem acima cita somente os servidores que ainda estão em exercício de cargo ou função nesta Pasta, visto que aqueles que já foram desligados não há a necessidade de requerermos qualquer manifestação do órgão de origem por ter finalizado o vínculo com esta Pasta quando do desligamento.

Portanto solicitamos, um prazo de 180 dias para regularização das 09 (nove) cessões e encaminharemos Ofícios aos Órgão de Origem dos servidores requerendo a concordância do servidor ter ficado em exercício nesta Pasta.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O não atendimento da recomendação deu-se em virtude desta Coordenação-Geral ter realizado levantamento sobre as cessões dos servidores que naquela época ficaram cedidos a esta MDS e visto o acúmulo de trabalho da Coordenação-Geral principalmente no final do exercício, que além da demanda habitual ainda tivemos o processamento da avaliação de desempenho.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
243943	Relatório de Auditoria de Gestão TCA Exercício 2009	Constatação 011	Nota Técnica CGU 252/2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS			106867
Descrição da Recomendação:			
Providenciar o cancelamento de um dos Auxílios Moradia, considerando o ressarcimento ao servidor que não mais fazia jus à indenização de moradia, em função da proibição imposta pelo inciso IV do Art. 60-B da Lei nº 8.112/90.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos			73611
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O Processo nº 71000.087690/2010-21, que trata da Sindicância instaurada no âmbito desta Pasta para apurar o fato em questão, concluiu pela inexistência de irregularidade no ressarcimento efetuado a ambos servidores, e consta ainda a opinião da sindicante de que o relacionamento mantido entre os dois servidores não se constituía de relação de companheirismo, assim não configurando uma relação estável. Portanto, a CONJUR/MDS solicita a retificação do formulário de vínculos familiares, opção negada pela Corregedoria Seccional/SE/MDS. E como não houve concordância no MDS, quanto a resolução desta recomendação, a CGU entende que faz-se necessário que seja requerido à Secretaria de Gestão Pública, órgão central de Recursos Humanos, a sua manifestação. Deste modo, esta CGRH providenciará minuta de Ofício solicitando a manifestação do Órgão Central de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O não atendimento da recomendação deu-se pelo fato que após o julgamento do processo da sindicância aguardar informação sobre os procedimentos que deveriam ser adotados, relativamente a Consulta ao Órgão Central de Recursos Humanos.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201115343	1.1.1.2	Relatório de Auditoria nº 201115343
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS			106867
Descrição da Recomendação:			
Providenciar a abertura da conta de depósito, nos moldes dos itens 1.1 e 1.4 do Anexo VII da IN/SLTI nº 02/2008, regularizando o Contrato nº 06/2011 quanto a esse aspecto, e estender essa providência para os demais contratos na mesma situação, atentando para o devido registro da providência nos autos dos respectivos processos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos			107682
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Recepcionamos e acatamos a recomendação. Foi enviado o Ofício nº 02/2012/CGLC/SAA/SE/MDS, de 16 de janeiro de 2012, em anexo, à Gerência de Relacionamento do Banco do Brasil da Agência Governo, solicitando o encaminhamento da minuta do instrumento utilizado por aquela instituição, que viabiliza a operacionalização de contas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos na forma da Instrução Normativa nº 03, de 15/10/09, destinadas ao pagamento dos encargos trabalhistas em relação à mão de obra das empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva. Vale destacar que a implementação desta medida somente poderá ser realizada de forma definitiva após a formalização de instrumento com a entidade financeira e após a análise do documento pela Consultoria Jurídica do MDS e pela Procuradoria do Banco, motivo pelo qual projetamos um prazo relativamente estendido para o seu atendimento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

O prazo para atendimento desta recomendação é 24 de junho de 2012. No momento, estamos aguardando a apresentação da resposta pelo Banco do Brasil, quanto ao encaminhamento da minuta do Acordo de Cooperação, utilizada por aquela instituição, que será submetida a apreciação da CONJUR/MDS, visando a formalização por parte deste Ministério. A principal dificuldade para o atingimento da medida é exatamente a interface necessária com órgão financeiro e autônomo, o que demanda um prazo maior para a análise pelas consultorias jurídicas das unidades.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201115343	1.1.1.3	Relatório de Auditoria nº 201115343
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS			106867
Descrição da Recomendação:			
Criar instrumentos de controle para recebimento de expedientes de solicitação das repactuações dos contratos de terceirização de serviços continuados, fazendo constar, dos autos dos respectivos processos, além do termo de pleito, documento contendo assinatura da autoridade competente, evitando eventuais extravios de ofícios com solicitações de repactuações, podendo trazer prejuízos decorrentes do atraso na concessão das repactuações.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			106867
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Recepcionamos e acatamos a recomendação. Iniciamos a revisão dos procedimentos internos da área com a constituição de grupo de trabalho para a elaboração de proposta de instrumentos normatizando procedimentos, conforme cópia de Portaria em anexo. Ao mesmo tempo foi iniciada conversa com a Diretoria de Tecnologia da Informação para a revisão do Sistema de Controle de Contratos - SCC, proporcionando um melhor acompanhamento das ações da Unidade. O prazo previsto para a implementação das medidas da norma de regulamentação é 30 de julho de 2012, posto que exige análise por parte da Consultoria Jurídica do Ministério e incorporação por todas as unidades.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
No momento os estudos para regulamentar os procedimentos e fluxos estão em fase avançada dentro da unidade. Quanto ao SCC, foram iniciadas as tratativas com a Diretoria de Tecnologia da Informação/MDS, visando modernizar e aprimorar a ferramenta (SCC) que se encontra disponível para acompanhamento dos contratos em vigor.			

As duas medidas devem contribuir bastante para o funcionamento do Ministério, notadamente fortalecendo o controle sobre processos e procedimentos, a grande dificuldade para o cumprimento da meta é exatamente o tempo inerente que demanda a maturação de um novo software para a gestão dos contratos capaz de atender plenamente as necessidades do Ministério.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201115343	1.1.1.3	Relatório de Auditoria nº 201115343
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS			106867
Descrição da Recomendação:			
Avaliar o uso de apostilamento para promover repactuações dos contratos de terceirização de serviços continuados, nos moldes do § 4º do art. 40 da IN MPOG/SLTI nº 02/2008 e do § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, conferindo maior celeridade ao processo de concessão das repactuações e evitando descumprimento sistemático do § 3º do art. 40 dessa Instrução Normativa.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos			107682
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Recepcionamos e acatamos a recomendação e o Termo de Apostilamento já está sendo utilizado nas repactuações da natureza citada na recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Já cumprida, e contribui para a obtenção de maior celeridade na execução das repactuações como mero reajuste de valores e que não envolvam a prorrogação de contratos ou revisão de termos contratuais.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)	106867

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201115343	1.1.1.4.	Relatório de Auditoria nº 201115343
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS			106867
Descrição da Recomendação:			
Adotar mecanismos no sentido de detectar contratos que se encontram na iminência de expirar a vigência, implementando sistemática de aviso às áreas responsáveis pela elaboração do termo de referência da licitação substitutiva de cada contrato detectado, dirimindo, assim, o risco de afronta ao inc. II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, no que se refere aos contratos de prestação de serviços continuados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos			107682
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A Unidade já iniciou tratativas com a DTI/SE visando a modernização e readequação do Sistema de Controle de Contratos – SCC. Em paralelo utilizará também o controle por meio de Planilhas Eletrônicas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A atualização do software demanda um relativo tempo, motivo pela qual estão sendo utilizadas Planilhas Eletrônicas para manter os dados dos contratos atualizados. A implementação de um sistema de controle eletrônico tende a fortalecer a atuação da unidade.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201115343	1.1.1.4	Relatório de Auditoria nº 201115343
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS		106867
Descrição da Recomendação:		
Orientar as áreas técnicas responsáveis pela gestão e fiscalização dos contratos de prestação de serviços contínuos, firmados no âmbito da Secretaria-Executiva, principalmente, no que concerne aos contratos celebrados antes da publicação da IN MPOG/SLTI nº 02/2008, da necessidade de atualizar constantemente o termo de referência, no que tange aos aspectos legais e técnicos envolvidos nos serviços contratados, no intuito de evitar a reincidência da Unidade em descumprir ao inc. II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS		106867
Justificativa para o seu não cumprimento:		
As unidades já foram orientadas por meio de memorando circular no mês de Fevereiro de 2012. A DTI/SE, inclusive, já implantou caderno permanente de atualização dos dados.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
As unidades já foram orientadas a manter os termos de referência permanentemente atualizados. O atingimento pleno desta meta depende da adesão de cada um dos gestores e de eventuais modificações na política de implementação de serviços.		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201115343	1.1.1.5	Relatório de Auditoria nº 201115343
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS			106867
Descrição da Recomendação:			
Elaborar estudo detalhado e mais completo dos pontos de controle do serviço de tele-atendimento, no contexto dos serviços prestados pelo Contrato nº 02/2006, da Central de Relacionamento Fome-Zero, objetivando a elaboração de indicadores de desempenho objetivos, eficazes e eficientes, nos moldes dos parágrafos 3º e 4º do art. 11 da IN MPOG/SLTI nº 02/2008, e promover uma revisão dos indicadores do Acordo de Níveis de Serviço - ANS do projeto básico da licitação substitutiva do			

<i>Contrato nº 02/2006 (Processo nº 71000.025397/2011-51).</i>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Ouvidoria do MDS	777778
Justificativa para o seu não cumprimento:	
A recomendação foi atendida através da realização dos estudos para atualização do Acordo de Nível de Serviços e incorporação dos dados no Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 29/2011.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Recomendação atendida, contribuindo para a melhora no controle do sistema de gestão do serviço.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201115343	1.1.1.5	Relatório de Auditoria nº 201115343
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS			106867
Descrição da Recomendação:			
Proceder à aferição dos indicadores, nos serviços prestados pelo Contrato nº 11/2009, do Acordo de Nível de Serviço (ANS), previamente definidos no edital de contratação, observando o disposto no art. 19, inc. XII, combinado com os arts. 33, §2º, e 34 da IN/MPOG nº 02/2008.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI			106869
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Recepcionamos e acatamos a recomendação. A DTI/SE/MDS já deu início ao trabalho de desenvolvimento de uma ferramenta para gerenciamento dos indicadores de desempenho previstos no edital. A previsão para conclusão do			

desenvolvimento desta aplicação é julho de 2012.

Ademais, informamos que já está em andamento a implementação de mecanismo manual de acompanhamento e fiscalização de quatro (4) dos oito (8) indicadores previstos no edital.

Estão sendo observados neste primeiro momento os seguintes indicadores: disponibilidade do software para acompanhamento dos serviços; eficiência de cumprimento do prazo; índices de não-conformidade; índice de acerto de estimativa de pontos de função.

Os outros quatro indicadores Tempo de Atendimento a Problemas, Tempo de Resolução de Problemas, Produtividade, e Índice de Defeitos dependem da produção da ferramenta de gerenciamento.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não há prejuízos quanto à adoção da recomendação, ao contrário, a mesma tende a contribuir sobremaneira para a melhoria nos processos de gestão do contrato. A principal dificuldade para cumprimento é a produção de ferramenta eletrônica, a qual demanda tempo para maturação técnica, mas que já se encontra em desenvolvimento no âmbito da unidade.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201115343	1.1.1.6	Relatório de Auditoria nº 201115343
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS			106867
Descrição da Recomendação:			
Criar um processo interno de trabalho bem definido, objetivando mitigar o risco de pagamento em duplicidade das parcelas relativas às repactuações dos contratos de terceirização de serviços continuados, distribuindo, de maneira formal, as responsabilidades da Coordenação de Contratos – CCONT e das áreas responsáveis pela gestão dos contratos, dentre elas a responsabilidade pela conferência dos valores a serem pagos retroativamente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos			107682

Justificativa para o seu não cumprimento:
Recebemos e acatamos a recomendação, tendo iniciado a revisão dos procedimentos internos das áreas responsáveis pelos pagamentos e registros contratuais, inclusive tomando medidas para a elaboração de instrumentos normativos que visem readequar as rotinas internas de trabalho, bem como a revisão do Sistema de Controle de Contratos – SCC. Tais medidas devem propiciar um melhor acompanhamento das ações da Unidade. Também está sendo debatido com a CODEP/CGRH a inclusão de cursos visando a capacitação dos servidores lotados na CCONT para a qualificação dos trabalhos desenvolvidos por aquela coordenadoria no Plano Anual de Capacitação do Ministério.
O prazo previsto para a implementação das medidas da norma de regulamentação é 30 de julho de 2012, posto que exige análise por parte da Consultoria Jurídica do Ministério e incorporação por todas as unidades.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
A implementação da recomendação deve aperfeiçoar a gestão de contratos no âmbito do MDS.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201115343	1.1.1.6	Relatório de Auditoria nº 201115343
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS			106867
Descrição da Recomendação:			
Fazer constar documentação comprobatória nos autos do processo, para fins de verificação dos órgãos de controle interno e externo, após efetuada a glosa no valor de R\$ 31.353,60 nas próximas faturas da empresa.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Ouvidoria e Coordenação Geral de Licitações e Contratos			777778 e 107682
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Providência atendida, tendo sido realizada a glosa do valor na Fatura nº 2161, referente ao mês de outubro de 2011, fls. 6.351 do processo nº 71000.0003874/2006-61, conforme fls. 6590/6601.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Providência atendida.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201115343	1.1.1.7	Relatório de Auditoria nº 201115343
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS			106867
Descrição da Recomendação:			
Orientar aos gestores e fiscais dos Contratos de TI do Órgão sobre a importância do cotejo mensal entre as despesas incorridas dentro de cada mês da prestação do serviço com as despesas previstas inicialmente nas planilhas de custo e formação de preço apresentadas pelas empresas contratadas, no sentido de evitar ilegalidades relacionadas ao pagamento por despesas não incorridas durante a execução contratual.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			106867
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Recepcionamos e acatamos as recomendações. Será constituído no âmbito da Diretoria de Tecnologia da Informação Fórum de Gestores de Contratos que tem o objetivo de compartilhar as diretrizes gerenciais e uniformizar os procedimentos de gestão contratuais. Segundo o Diretor Substituto da DTI os gestores dos contratos desta Diretoria já foram informados e orientados sobre a importância de se realizar o cotejamento entre os serviços realizados e despesas incorridas no mês com as despesas previstas inicialmente nas planilhas de custo e formação de preços apresentadas pelas empresas. Os gestores contratuais estão orientados para que não sejam realizados pagamentos por deslocamentos de empregados terceirizados que não ocorreram dentro do respectivo mês de competência conforme apontamento da CGU. A conferência dos valores está sendo realizada pela Coordenação de Contratos da Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Tão logo seja realizada esta conferência serão adotadas as providências para solicitar a apuração de			

responsabilidades pela Corregedoria do Ministério.

Também está sendo discutida junto à CODEP/CGRH a inclusão de processo de qualificação dos gestores e fiscais de contrato de TI dentro do Plano Anual de Capacitação do Ministério.

Por fim, além destas medidas foram remetidos os Memorandos Circulares nº 002/2012/SAA/SE-MDS e 003/2012/SAA/SE-MDS, ambos datados de 24 de janeiro de 2012, às demais unidades do Ministério pela SAA orientado que o cotejamento de despesas também seja observado nos outros contratos.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A principal dificuldade para a plena implementação da recomendação é a necessidade do desenvolvimento de uma política de longo prazo para a capacitação dos servidores, o que poderá importar na ausência de alguns durante determinados períodos das suas atividades rotineiras.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201115343	1.1.1.7	Relatório de Auditoria nº 201115343
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS			106867
Descrição da Recomendação:			
Abster de pagar por deslocamentos de empregados terceirizados que não ocorreram dentro do respectivo mês de competência, por falta de amparo legal, no que se refere ao Contrato nº 02/2009 firmado com a empresa Módulo Security Solutions S/A e aos Contratos nºs 04, 05, 06 e 07/2009 celebrados com a Solução Serviços Especializados Ltda., para cada nota fiscal emitida pelas empresas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos			106867
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Recepcionamos e acatamos de forma imediata a recomendação. A unidade esta orientada a não realizar pagamentos referentes a deslocamentos de empregados, no âmbito dos contratos acima que não tenham ocorrido.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Acatada e implementada.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201115343	1.1.1.7	Relatório de Auditoria nº 201115343
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS			106867
Descrição da Recomendação:			
Apurar a responsabilidade de quem deu causa à irregularidade, depois de concluída a conferência dos valores pagos a título de viagens e deslocamentos nos Contratos nºs 02, 04, 05, 06 e 07/2009, formalizada no Processo nº 71000.061851/2011-38.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos			107682
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Os valores relativos às diferenças estão sendo apurados pelo setor de contratos, sendo encaminhado posteriormente à corregedoria para análise e avaliação dos fatos narrados e a adoção das medidas cabíveis.			
Estimamos a data de 30 de março de 2012 como prazo para a conclusão dos cálculos referentes aos contratos nº 02, 04, 05, 06 e 07/2009, e posterior envio destes dados à Corregedoria do MDS para que esta realize a apuração de responsabilidades.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Os cálculos estão sendo processados pelo setor de contratos. Somente após a conclusão da apuração dos valores, com o prazo previsto até o dia 30 de março de 2012, será possível encaminhar a documentação à Corregedoria do Ministério para que esta inicie o procedimento de identificação de responsabilidades. Sem tais provimentos a abertura de um procedimento disciplinar seria inócua.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201115343	1.1.1.8.	Relatório de Auditoria nº 201115343
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS			106867
Descrição da Recomendação:			
Adotar providências no sentido de apurar a alíquota percentual de ISSQN (de 5% ou 2%) devida pelas empresas Solução Serviços Especializados Ltda. e pelo consórcio MSA, no âmbito, respectivamente, dos Contratos nºs 07/2009 e 11/2009, e após conferência e acerto das planilhas de custo e formação de preço, providenciar a alteração contratual e a devolução dos valores pagos a maior.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos			107682
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Foi autuado o processo nº 71000.080320/2011-44, com as cópias das notas fiscais relativas ao Contrato nº 11/2009, celebrado com a empresa MSA INFOR, tendo em vista que a alíquota referente ao ISS, é diferenciada considerando a execução dos serviços (Desenvolvimento de Software - 5% e Manutenção de Sistemas - 2%), encontrando-se o mesmo com a gestão contratual no sentido de identificar em cada documento fiscal qual foi o serviço efetivamente prestado a este Ministério, para que seja realizado o ajuste. O mesmo procedimento foi adotado em relação ao Contrato nº 07/2009.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Em andamento processo de análise dos argumentos apresentados pela empresa nos contratos nºs 07/2009 e 11/2009. A efetivação da medida depende do cumprimento do devido processo legal e da ampla defesa garantidos às contratadas.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201115343	1.1.1.8.	Relatório de Auditoria nº 201115343
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS			106867
Descrição da Recomendação:			
Verificar a existência de outros casos similares nos demais contratos firmados no âmbito da Secretaria-Executiva do MDS, e providenciar a conferência e acerto das planilhas de custo e formação de preço, a alteração contratual e a devolução dos valores pagos a maior, quando for o caso, com vistas a reforçar as recomendações exaradas na Nota Técnica nº 2342-DSDES/DS/SFC/CGU-PR, de 21.9.2009.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos			107682
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira – CEOF e a Coordenação de Contratos – CCONT, sob a supervisão da CGLC, estão verificando eventuais casos similares que tenham ocorrido nos contratos celebrados no âmbito da SAA. A verificação foi iniciada com a apuração do Contrato nº 011/2009 no processo nº 71000.080320/2011-44.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Em processamento a verificação em todos os contratos de natureza semelhante, o que envolve a análise de um grande volume de processos e faturas.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			106867
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

	201115343	1.1.1.9	Relatório de Auditoria nº 201115343
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/MDS			106867
Descrição da Recomendação:			
Recalcular os pagamentos retroativos devidos à Contratada, decorrentes das repactuações do Contrato nº 11/2009, considerando a data-base da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) como início da vigência dos novos valores repactuados, e promover os ajustes financeiros que forem necessários.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos			107682
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Recepcionamos e acatamos a recomendação, sendo que a CCONT, providenciará o levantamento dos valores repactuados e os ajustes necessários no âmbito do processo de repactuação do próprio contrato nº 011/2009.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Em processamento pelo setor responsável, o que envolve a revisão de cálculos e a notificação das partes interessadas.			

***PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU
Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES
CONTÁBEIS DA GESTÃO***

17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010
17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis
Quadro 49 - B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria Executiva			550003
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília DF	Data	08 de março de 2012
Contador Responsável	Hudson Magno de Rezende	CRC n.º	8409/O-3 DF

***PARTE C DO ANEXO II DA DN
108/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO
POR UNIDADE JURISDICIONADA
OU GRUPO DE UNIDADES AFINS***

21. PARTE C, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

21.1 Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda, detalhado por publicidade institucional, legal, mercadológica, de utilidade pública e patrocínios, relacionando dotações orçamentárias dos Programas de Trabalho utilizados, valores e vigências dos contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda, e os valores e respectivos beneficiários de patrocínios culturais e esportivos.

Essa ação executou apenas 40% da meta inicial uma vez que o novo contrato com a empresa SLA – Propaganda Ltda foi assinado somente ao final do exercício, conforme detalhado a seguir:

R\$ 1,00

Número do Contrato	Contratada	Objeto	Início	Término Previsto	Empenhado	Valor Pago
27/2011	SLA Propaganda	Prestação de serviços de publicidade do MDS: estudo, concepção, execução e distribuição de campanhas e peças publicitárias, desenvolvimento e execução de ações promocionais, etc.	20/10/2011	20/10/2012	12.150.000,00	5.462.649,32

Fonte: Siafi Gerencial

Dos recursos acima, foram comprometidos com TV R\$ 5,4 milhões, veiculação em rádio R\$ 2,5 milhões, produção R\$ 926 mil, além de despesas menores com veiculação de jornais, carro de som, etc.

22. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
22.1 Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais
Quadro 50 - C.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica						
Título do Projeto					Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.					BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”						
Código do Contrato:		2010/000215		Secretaria: Diretoria de Projetos Internacionais		
Objetivo da consultoria: A presente consultoria tem por objetivo realizar estudos referentes a nova proposta de acordo para o fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, com participação de recursos externos.						
Período de Vigência		Remuneração				
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício		Total pago até o final do exercício
16/04/2010	15/09/2011	95.000,00	0,00	80.000,00		95.000,00
Insumos Externos						
Não						
Produtos Contratados						
Descrição				Data prevista de entrega	Valor	

Documento técnico contendo legislação de regulação dos cursos superiores de tecnologia para subsidiar a proposição e o reconhecimento de Curso Superior de Tecnologia em Orientação Social ou similar, que é parte da estratégia de formação de profissionais que atuam no SUAS.	14/05/2010	15.000,00
Proposta de Projeto (Versão para Negociação) para o novo acordo de empréstimo a ser firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para o Fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, sob a coordenação técnica da Secretaria Nacional de Assistência Social, a ser executado entre 2011 e 2015;	31/05/2010	20.000,00
Projeto (Versão Final) para o novo acordo de empréstimo a ser firmado com o BID, incorporando os ajustes requeridos nas missões de Negociação entre o Governo brasileiro e o BID;	31/07/2010	14.000,00
Proposta de fluxo de execução do Acordo de Empréstimo, demonstrando as relações internas e externas ao MDS;	17/09/2010	16.000,00
Proposta de Manual Operacional (Versão Preliminar) do novo acordo de empréstimo a ser firmado entre o MDS e o BID, para Fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS),	01/11/2010	17.000,00
Manual Operacional (Versão Final) do novo acordo de empréstimo a ser firmado entre o MDS e o BID, para Fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).	01/12/2010	13.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Ana Cristina Schirmer Schneider	CPF: 541.022.000-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante				
Nome da Organização				Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica				
Título do Projeto			Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”				
Código do Contrato:		2010/000085	Secretaria: Diretoria de Projetos Internacionais	
Objetivo da consultoria: Avaliar os resultados da aplicação de recursos do Acordo de Empréstimo 1609-OC/BR, realizada no âmbito do Projeto PNUD - BRA/04/046 e apresentar propostas para o melhor aproveitamento no período de 2010 a 2011 e para novo acordo de cooperação compatível com o 2º acordo de empréstimo a ser firmado				

com o BID em 2010.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
02/03/2010	01/03/2011	91.000,00	14.000,00	14.000,00	333.526,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo análise das possibilidades de utilização dos saldos dos diversos componentes do projeto, com vistas ao máximo aproveitamento possível por parte do MDS, considerando o período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011.				31/03/2010	21/10/1943
Documento técnico contendo proposta para novo acordo de cooperação técnica, compatível com os novos compromissos do MDS, notadamente o novo Acordo de Empréstimo a ser firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID / Fortalecimento Institucional do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), para o período 2011 – 2015.				31/05/2010	21/10/1943
Proposta de Manual Operacional para o Novo Acordo de Empréstimo com o BID, contemplando execução parcial via Acordo de Cooperação Técnica com Organismo Internacional.				31/07/2010	24/01/1941
Proposta de termos de referência para a fase inicial do novo Acordo de Empréstimo.				30/09/2010	24/01/1941
Versão final do novo Acordo de Cooperação, adaptado ao projeto desenvolvido para o novo Acordo de Empréstimo com o BID.				30/11/2010	24/01/1941
Documento técnico contendo análise da implementação do acordo de empréstimo nº 1609-OC/BR, por meio do projeto BRA/04/046.				02/02/2011	30/04/1938
Consultor contratado					
Nome do consultor:			Sergio Luiz do Amaral Pessoa		
			CPF: 153.084.801-68		
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação					FAO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica						
Título do Projeto					Código	
Apoio à implementação e ao alcance de resultados da Estratégia Fome Zero.					UTF/BRA/064/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”						
Código do Contrato:		86984-1/2010		Secretaria: Gabinete do Ministro - Assessoria Fome Zero		
Objetivo da consultoria:		EDITAL 16/2010 - O objetivo deste termo de referência é levantar e registrar a produção acadêmica associada ao Fome Zero, visando dar transparência, divulgar e providenciar instrumentos aos gestores para aperfeiçoamento da política pública.				
Período de Vigência		Remuneração em R\$				
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício		Total pago até o final do exercício
14/10/2010	13/01/2011	32.000,00	12.800,00	113.078,00		113.078,00
Não						
Produtos Contratados						
Descrição					Data prevista de entrega	Valor em R\$
Levantamento preliminar Documento técnico contendo levantamento preliminar das teses e monografias sobre a estratégia Fome Zero, classificadas de acordo com os quatro eixos mencionados acima, contendo autor, instituição, orientador (se for o caso) e resumo, bem como comentário sobre a quantidade, a qualidade e a distribuição geográfica da produção acadêmica gerada pelo Fome Zero. Esse documento deverá conter ainda a listagem de teses e monografias que porventura não possam ser classificadas segundo o critério dos Eixos do Programa.					10/12/2010	19.200,00
Versão final Documento técnico contendo versão final do levantamento das teses e monografias sobre a estratégia Fome Zero, classificadas de acordo com os quatro eixos, contendo autor, instituição, orientador (se for o caso) e resumo. Essa versão deverá agregar os comentários da contratante (Assessoria Fome Zero) acerca do PRODUTO 1.					13/01/2011	12.800,00
Consultor contratado						
Nome do consultor:			Desider Kremiling Gomes		CPF 373.054.841-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.						

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação				FAO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Apoio à implementação e ao alcance de resultados da Estratégia Fome Zero.				UTF/BRA/064/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato:		83818-1/2010		Secretaria: Secretaria Executiva - SE	
Objetivo da consultoria:		EDIAL 02/2010 - Realizar análise e avaliação da gestão da execução do Projeto FAO, bem como monitorar a execução das cartas de acordo vinculadas e suas respectivas prestações de conta.			
Período de Vigência		Remuneração em R\$			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
09/03/2010	08/02/2011	78.000,00	0,00	40.500,00	0,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor em R\$
Documento técnico contendo estudo da execução físico-financeira do Projeto FAO durante o primeiro semestre de 2009, acompanhado de gráficos e planilhas demonstrativas.				02/04/2010	14.000,00
Documento técnico contendo estudo da execução físico-financeira do Projeto FAO durante o segundo semestre de 2009, acompanhado de gráficos e planilhas demonstrativas.				07/06/2010	14.000,00
Documento técnico contendo estudo dos bens adquiridos no âmbito do Projeto FAO até o exercício de 2009.				06/08/2010	12.500,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:			Helbe Carvalho Delmondez		
			CPF	084.891.901-78	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato:		2011/000472		Secretaria: Secretaria Executiva	
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços de pessoa física para consultoria, na modalidade Produto, na área de Monitoramento de Programas, visando subsidiar a construção de instrumental de monitoramento das ações de erradicação da extrema pobreza.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/10/2011	14/06/2012	100.000,00	20.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório comparativo de linhas de extrema pobreza nas Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) de 2002/2003 e 2008/2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando as diferenças regionais e de situação do domicílio no Brasil.				27/11/11	20.000,00
Relatório analítico dos dados preliminares do Censo Demográfico 2010 (IBGE) com recorte de condições de vida e de renda por município				11/01/12	20.000,00
Relatório analítico comparativo das informações municipais preliminares do Censo Demográfico 2010 (IBGE) e do Cadastro Único/Programa Bolsa Família (MDS) referente ao perfil domiciliar e pessoal da população em situação de extrema pobreza				06/03/12	20.000,00

Relatório analítico de acompanhamento das informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged/MTE), no nível municipal, segundo porte populacional, entre os anos de 2007 e 2010	05/05/12	20.000,00
Relatório de qualificação das informações do Cadastro Único e Programa Bolsa Família (MDS) com exercícios de simulações de renda e distintos perfis de benefícios	04/06/12	20.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Antonio Eduardo Rodriguez Ibarra	CPF: 166.566.068-65	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente.		

Título do Projeto				Código	
Projeto de Apoio ao Programa de Promoção da Inclusão Produtiva de Jovens.				BRA/05/028/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000517			Secretaria: Secretaria Executiva		
Objetivo da consultoria: Monitoramento de projetos de extensão universitária sobre redução das desigualdades sociais e promoção da inclusão produtiva, implementados por instituições públicas de ensino superior, com vistas ao apoio de estudos sobre inclusão social que subsidiem as ações do Plano Brasil Sem Miséria.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/12/2011	30/04/2012	33.500,00	0	0	0
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo proposta de metodologia de monitoramento de projetos de extensão universitária sobre redução das desigualdades sociais e promoção da inclusão produtiva, composta por introdução, justificativa, objetivos e metodologia de trabalho, dentre outros.				20/01/2012	10.000,00
Documento técnico contendo relatório de monitoramento de projetos de extensão universitária sobre redução das desigualdades sociais e promoção da inclusão produtiva.				05/03/2012	10.000,00

Documento técnico contendo análise da contribuição de projetos de extensão universitária sobre redução das desigualdades sociais e promoção da inclusão produtiva ao enfrentamento dos desafios para a operacionalização do eixo de inclusão produtiva do Plano Brasil sem Miséria.	04/04/2012	13.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Gustavo Nogueira Lemos	CPF: 769.937.871-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente.		

22.2 *Análise Crítica*

A contratação de consultores foi em 2011 a principal ação no que se refere à execução dos Projetos de Cooperação Técnica – Prodocs, com recursos exclusivamente nacionais, uma vez que a contratação de Pessoa Jurídica e emissão de passagens para colaboradores foram limitadas às possibilidades dentro do ACÓRDÃO TCU N.º 1339/2009.

Os consultores contratados por meio dos Projetos de Cooperação Técnica Internacional e a parceria com os organismos internacionais têm traduzido grandes resultados para a formulação, implementação, avaliação e monitoramento das políticas sociais deste Ministério.

ANEXO I - Relatório dos Contratos Vigentes (Exceto Tecnologia de Informação)

Contrato		Processo	Empresa	Objeto	Início	Término	Valor global
Nº	Ano						
31	2005	71000.002426/2005-69	Irmãos Sarkis	Locação de Espaço Físico	08/09/2005	08/03/2013	R\$ 1.973.292,28
20	2006	71000.008118/2006-28	A. Accrew Emily Traduções Ltda	Prestação de Serviços de Gravação e Degravação com Serviço Taquigráfico	09/10/2006	09/10/2012	R\$ 361.666,00
16	2006	71000.007611/2006-21	Ipanema	Prestação de Serviços de Transporte	16/08/2006	16/08/2012	R\$ 1.554.084,96
24	2007	71000.002656/2007-90	Empresa Brasileira de Telecomunicações - Embratel	Telefonia fixa comutada de longa distância nacional e internacional para chamadas em estações móveis (celulares)	23/07/2007	23/07/2012	R\$ 394.460,19
34	2007	71000.008756/2006-49	CONBRAL-Par Empreendimentos e Participações Ltda	Locação do imóvel situado no SAAN	17/10/2007	17/10/2012	R\$ 534.691,68
19	2007	71000.002388/2007-14	Unique	Prestação de serviços de locação de veículos, em âmbito nacional.	25/07/2008	24/07/2012	R\$ 628.560,00
20	2007	71000.002769/2007-95	CTIS	Serviços de Reprografia	27/06/2007	27/06/2012	R\$ 678.397,90
18	2007	71000.008263/2006-17	RRN Informe	Comunicação Institucional e Relações Públicas	05/06/2007	04/06/2012	R\$ 3.788.486,57

16	2007	71000.001806/2007-48	Empresa Brasileira de Telecomunicações - Embratel	Serviço telefônico fixo comutado (STFC), utilizando prefixo 0800 - NÃO VAI SER PRORROGADO	30/04/2007	30/04/2012	R\$ 8.298.764,28
58	2007	71000.009195/2007-86	Gráfica e Editora Brasil LTDA	Serviços gráficos e editoriais	28/12/2007	28/12/2012	R\$ 10.000.000,00
14	2008	71000.000125/2008-43	Françar	Manutenção Preventiva e Corretiva nos veículos do MDS.	09/06/2008	09/06/2012	R\$ 41.751,88
13	2008	71000.000004/2008-00	Mello Soares & CIA	Serviço de clipping eletrônico.	04/06/2008	04/06/2012	R\$ 77.600,00
22	2008	71000.009156/2007-89	Interodonto Sist. De Saúde Odontológica	Prestação de Serv. De Assistência a Saúde Odontológica	04/08/2008	04/08/2012	R\$ 94.089,68
29	2008	71000.506378/2008-26	Odir Santa Rosa	Prestação de serviços de chaveiro.	16/10/2008	16/10/2012	R\$ 101.075,00
6	2008	71000.003316/2007-86	Empresa Brasil de Comunicação-EBC	Aquisição de 19 assinaturas diárias de Mídia Impressa - ESTÁ PARA ELABORAÇÃO DA MINUTA REFERENTE A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO	04/04/2008	04/04/2012	R\$ 235.980,00
30	2008	71000.506437/2008-66	Americel S/A	Prestação de serviços de telefonia móvel.	15/10/2008	15/10/2012	R\$ 268.059,45
31	2008	71000.533196/2008-28	Trips viagens	Fornecimento de passagens aéreas.	06/11/2008	06/11/2012	R\$ 3.913.321,25
37	2008	71000.500822/2008-08	Control	Prestação de serviços de instalação de desinstalação de rede lógica estruturada sem fio (WIRELLES), óptica e elétrica.	25/12/2008	26/12/2012	R\$ 6.860.000,00
16	2009	71000.550000/2008-60	CIEE - Centro de Integração Empresa Escola	Operacionalização de Programa de Estagiário - ESTÁ PARA ELABORAÇÃO DA MINUTA REFERENTE A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO	06/04/2009	03/04/2012	R\$ 17.844,03
19	2009	71000.001116/2004-46	Cliama - Clínica de Atendimento Psicológico à Crianças Especiais Ltda	Tratamento Médico à Menor Suelaine Moreira da Costa	05/06/2009	05/06/2012	R\$ 53.772,19
18	2009	71010.007525/2008-61	Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental - IBEG	Serviço de Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) - ESTÁ EM COTAÇÃO.	06/04/2009	06/04/2012	R\$ 80.100,00
17	2009	71000.576313/2008-48	JAC Transportes e Serviços Ltda	Serviço Transporte Rodoviário de Carga - ESTÁ PARA ELABORAÇÃO DA MINUTA REFERENTE A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO	01/04/2009	01/04/2012	R\$ 135.770,00

12	2009	71000.576090/2008-19	EBC - Empresa Brasil de Comunicação S/A	Publicidade Legal Impressa e Eletrônica - PROCESSO ESTÁ PARA ASSINATURA DA MINUTA DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO.	17/03/2009	16/03/2012	R\$ 143.685,00
31	2009	71000.548655/2008-78	Patrimonial Serviços Especializados	Prestação de Serviços de Recepcionistas	26/08/2009	25/08/2012	R\$ 604.065,60
53	2009	71000.059569/2009-76	VIP/DF Logística e Distribuição	Prestação de serviço de manuseio do jornal do MDS	25/12/2009	25/12/2012	R\$ 620.000,00
54	2009	71000.548660/2008-81	Rover Administração e Serviços	Prestação de serviço de limpeza e Conservação	24/12/2009	24/12/2012	R\$ 653.124,00
33	2009	71000.548661/2008-25	City Service	Prestação de serviço de Brigadistas e Bombeiros	03/09/2009	03/09/2012	R\$ 1.062.335,28
32	2009	71000.548655/2008-78	Patrimonial Serviços Especializados	Prestação de serviços de vigilância armada	26/08/2009	25/08/2012	R\$ 1.065.113,28
35	2009	71000.039818/2009-15	Gráfica e Editora PosiGraf	Impressão de Jornal do MDS	22/09/2009	21/09/2012	R\$ 1.692.111,05
6	2009	71000.520252/2008-64	Stylos Engenharia LTDA e Espaço Engenharia	Contrato de locação do Edifício Ômega - Asa Norte - Brasília - Brasília/DF.	01/07/2009	30/06/2012	R\$ 2.518.368,00
49	2009	71000.548663/2008-14	W.R Comercial de Alimentos e Serviços	Prestação de serviços contínuos de copeiragem com fornecimento de material	24/11/2009	24/11/2012	R\$ 2.571.124,21
30	2009	71000.591739/2008-21	CenterPrinting Gráfica Digital LTDA	Prestação de Serviços contínuos de impressão e postagem	12/08/2009	11/08/2012	R\$ 3.434.185,50
51	2010	71000.048512/2010-85	ANNT COMUNICAÇÃO LTDA	Contratação de empresa especializada em clipping eletrônico de matérias jornalísticas e televisivas	26/10/2010	26/10/2012	R\$ 60.000,00
26	2010	71000.050117/2009-29	LINKDATA informática e serviços	Prestação de serviços especializados em suporte técnico e manutenção continuada da solução integrada em tecnologia WEB. ESTA EM COTAÇÃO.	22/04/2010	22/04/2012	R\$ 66.096,00
15	2010	71000.077624/2009-18	Papelaria e Revistaria SARUSKA	Contratação de empresa especializada para fornecimento de jornais e revistas-PROCESSO ESTÁ PARA ASSINATURA DA MINUTA, REFERENTE A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO.	31/03/2010	31/03/2012	R\$ 109.069,38
D2 1	2010	71000.001833/2010-16	CEB Distribuição S.A	Fornecimento de energia ao FNAS	30/04/2010	30/04/2012	R\$ 130.000,00
16	2010	71000.104071/2009-75	TRANSFER Logística e Transportes	Prestação de serviço para o manuseio de 3.600.000 correspondências e publicações do MDS	03/05/2010	03/05/2012	R\$ 704.625,07

2	2010	71000.034458/2009-57	Unimontes	contratação de instituição pública ou privada para a execução de projeto de capacitação de agentes públicos municipais de controle social do PBF -	20/01/2010	20/04/2012	R\$ 2.000.000,00
53	2010	71000.047800/2010-12	AMIL	Contratação de empresa para prestação de serviços de assistência médica.	04/11/2010	04/11/2012	R\$ 2.646.497,04
35	2010	71000.004915/2009-89	Escritório de Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C LTDA	Contratação da empresa de Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados para elaboração e fornecimento de projetos arquitetônicos	20/07/2010	20/10/2012	R\$ 3.163.346,00
27	2010	71000.000408/2010-18	ECT	Prestação e venda de serviços pela ECT que atendam as necessidades do MDS	13/10/2010	13/10/2012	R\$ 5.810.164,95
43	2010	71000.031800/2010-09	Solar Consultoria e Gestão e Pesquisa LTDA - EPP	Contratação de instituição pública ou privada para a execução de projeto de capacitação de agentes públicos municipais de controle social do PBF	31/08/2010	01/12/2012	R\$ 6.028.999,98
AC	2010		Ministério da Saúde	Desenvolvimento de novos aplicativos e funcionalidades para sistemas	11/02/2010	11/02/2015	
15	2011	71000.012008/2010-47	Over Elevadores	Manutenção preventiva e corretiva de elevadores, buscando-se a operação continuada, com o fornecimento de peças, componentes e outros materiais necessários, genuínos dos respectivos fabricantes, em 1 (um) elevador	11/05/2011	11/05/2012	R\$ 8.790,00
33	2011	71000.072205/2011-05	EDITORA N.D.J. LTDA	contratação de empresa especializada no fornecimento de Assinaturas Anuais, do Boletim de Direito Administrativo – BDA e do Boletim de Licitações e Contratos – BLC, impressos em papel, com pastas para arquivo, e acesso as respectivas edições eletrônicas pela internet.	29/11/2011	29/11/2012	R\$ 13.580,00
11	2011	71000.018480/2011-74	CAESB FNAS	Prestação de forma contínua dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário - FNAS	04/04/2011	04/04/2012	R\$ 32.000,00
23	2011	71000.060348/2011-65	CAESB SAAN	a prestação, de forma contínua, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário para as dependências do CONSUMIDOR na unidade de consumo localizada no Setor de Armazenamento e Abastecimento Norte - SAAN, Quadra 04, Lote 916, Asa Norte, Brasília-DF	06/09/2011	06/09/2012	R\$ 36.259,90
13	2011	71000.018481/2011-19	CAESB Ômega	Prestação de forma contínua dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário - Ômega	02/05/2011	02/05/2012	R\$ 84.000,00

29	2011	71000.082899/2010-07	ENGENK	Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa especializada na área de engenharia para execução obra nos banheiros privativos, banheiros sociais e copas, com fornecimento de mão de obra especializada e materiais necessários, conforme orientação, especificações técnicas e normas da ABNT, nas dependências do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, no 4º e 6º andares do Edifício Sede - Bloco “C” da Esplanada dos Ministérios, em Brasília – DF.	19/02/2012	08/04/2012	R\$ 119.999,99
10	2011	71000.004269/2011-74	AMBP PROMOÇÕES E Eventos Empresariais LTDA	Contratação de empresa especializada em organizar, coordenar e executar eventos para atender ao "Encontro Nacional dos Trabalhadores da Assistência Social" - NÃO VAI SER PRORROGADO	29/03/2011	29/03/2012	R\$ 165.802,00
36	2011	71000.085525/2011-16	EXEMPLUS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Prestação de serviços de eventos, compreendendo: planejamento, organização, promoção e execução, incluindo a elaboração e fornecimento de infra-estrutura no que se refere à locação de espaço físico, com mobiliário necessário e adequado, fornecimento de layout ou design para estantes, exposições ou feiras, compreendendo a montagem, desmontagem, manutenção, instalações elétricas, hidráulicas, de equipamentos e outros serviços correlatos para os eventos previstos no Edital e no Termo de Referência	08/11/2011	08/11/2012	R\$ 170.930,27
14	2011	71000.103957/2010-35	DíGitro	Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, de natureza comum e de forma contínua, das Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT).	16/05/2011	16/05/2012	R\$ 229.000,00
28	2011	71000.103903/2010-70	INTELIG	O presente Contrato tem por objeto a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), a ser executado de forma contínua, conforme as especificações e condições constantes deste Contrato e seus Anexos.	19/10/2011	19/10/2012	R\$ 609.855,17
1	2011	71000.012019/2010-27	RCS TECNOLOGIA LTDA	Contratação de empresa para a prestação de serviços continuados de engenharia de manutenção preventiva e corretiva das instalações dos imóveis ocupados pelo MDS em Brasília-DF.	13/01/2011	13/01/2013	R\$ 769.480,00
31	2011	71000.048090/2011-29	SPOT	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de suporte operacional técnico e especializado para atender às necessidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em Brasília – DF, em conformidade com o Termo de Referência Anexo I do Edital.	25/10/2011	30/06/2012	R\$ 12.906.939,97

6	2011	71000.047760/2010-17	WORKS Construção e Serviços LTDA	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de atividades de apoio administrativo e de atividades auxiliares	07/02/2011	07/02/2013	R\$ 13.376.299,65
27	2011	71000.124771/2010-10	SLA PROPAGANDA	a prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa, a compra de mídia e a distribuição de publicidade, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de difundir ideias ou de informar o público em geral.	20/10/2011	20/10/2012	R\$ 15.000.000,00
18	2011	71000.060358/2011-09	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL	A prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), a ser executado de forma contínua, conforme as especificações e condições constantes deste Contrato e seus Anexos.	30/10/2011	30/10/2012	R\$ 138.699,48

ANEXO II - Relação de Contratos com Tecnologia de Informação

Contrato		Processo	Empresa	Objeto	Início	Término	Valor global
Nº	Ano						
33	2007	71000.008927/2006-30	Serpro	Tecnologia da Informação e Conexão à Infovia Brasília	10/10/2007	10/10/2012	R\$ 587.952,00
39	2007	71000.003233/2007-97	CTBC	Serviços de hospedagem de servidores em regime de colocation	25/10/2007	25/10/2012	R\$ 2.602.453,92
17	2008	71000.516093/2008-01	Evolução Desenv. de Sistemas	Aquisição de Licença p/ Atividade Gab. Do Ministro	04/07/2008	04/07/2012	R\$ 59.000,00
11	2008	71000.008604/2006-46	Solução Serviços Especializados LTDA	Prestação de serviços de apoio à atividade de informática.	07/04/2008	16/06/2012	R\$ 634.050,72
5	2009	71000.555107/2008-02	Solução Serviços Especializados LTDA	Serviços de TIC - Service Desk	25/01/2009	23/01/2013	R\$ 722.500,00
2	2009	71000.044444/2011-66	Módulo Security Solutions S/A	Serviços de TIC - Auditoria de Tecnologia da Informação Comunicação	23/01/2009	23/01/2013	R\$ 1.269.777
6	2009	71000.555107/2008-02	Solução Serviços Especializados LTDA	Serviços de TIC - Administração de Dados e Administração de banco de dados	23/01/2009	23/01/2013	R\$ 2.140.000,00
7	2009	71000.555107/2008-02	Solução Serviços Especializados LTDA	Serviços de TIC - Sustentação de redes e de servidores.	23/01/2009	23/01/2013	R\$ 2.900.000,00
3	2009	71000.056585/2011-21	Algar Consultoria e Tecnologia S/A	Serviços de TIC - Assessoria Técnica e execução de projetos.	23/01/2009	23/01/2013	R\$ 5.652.236,04
11	2009	71000.516242/2008-24	MSA Infor Sistemas e Automação Ltda -	Fábrica de Software	18/02/2009	18/02/2013	R\$ 9.786.600,00

34	2010	71000.036461/2010-49	IBM Brasil	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de hardware para IBM - Z10 BC 2098 - E10	21/07/2010	21/07/2012	R\$ 351.338,30
41	2010	71000.052503/2011-70	IBM Brasil	Contratação de Serviços de Suporte com atualização de versões para os sistemas operacionais SuSE Linux Enterprise Server for IBM zSeries com sistema z/VM, e de Serviços de Suporte com atualização de versões para o sistema operacional z/VM ambos para a máquina IBM Z10 BC 2098 – E10 – N° de série 82DDCB3 – plataforma Mainframe, adquirida através do processo nº 71000.516095/2008-92, especificações contidas no Termo de Referência.	05/11/2010	05/11/2012	R\$ 613.765,96
32	2011	71000.052503/2011-70	IBM	Contratação de serviços de suporte técnico remoto, atualizações de versões e garantia estendida para as licenças de uso, do tipo “processador”, do Software Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) IBM DB2 UDB, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência.	31/10/2011	31/10/2012	R\$ 265.137,24
2	2011	71000.096934/2009-23	CTBC Multimídia Data Net S/A	Contratação de 01 circuito de comunicação de dados dedicado com taxa de transmissão de 100Mbps (Megabits por segundo) por este Ministério.	11/01/2011	24/10/2012	R\$ 801.000,00
37	2010	71000.096931/2009-90	B2BR Business to Business Informática do Brasil S.A	Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças temporárias de uso de software aplicativo e sistema operacional	24/08/2010	24/08/2012	R\$ 767.649,46
4	2009	71000.555107/2008-02	Solução Serviços Especializados LTDA	Serviços de TIC - Análise de processos de negócios	23/01/2009	23/01/2012	R\$ 1.790.000,00
9	2010	71000.573371/2008-10	META Consultoria Empresarial	Contratação de serviços de TIC	11/02/2010	11/02/2012	R\$ 1.124.499,00



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

AGREGADO I

<i>Unidade Jurisdicionada</i>	<i>SECRETARIA EXECUTIVA</i>
<i>Agregadas</i>	<i>Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação</i>



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

<i>Unidade Jurisdicionada</i>	<i>SECRETARIA EXECUTIVA</i>
<i>Consolidadas</i>	<i>Subsecretaria de Planejamento e Orçamento</i> <i>Subsecretaria de Assuntos Administrativos</i> <i>Diretoria de Tecnologia da Informação</i> <i>Diretoria de Projetos Internacionais</i> <i>Corregedoria</i> <i>Ouvidoria</i>
<i>Agregadas</i>	<i>Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação</i> <i>Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza</i> <i>Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	10
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	11
1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado	11
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	13
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade	13
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	18
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	21
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	60
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	60
5.3 Composição do Quadro de Estagiários	63
5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada	64
5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada	66
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	67
8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	68
8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93	68
8.2 Análise Crítica	68
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	70
9.1 Estrutura de controles internos da UJ	70
12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	72
PARTE C DO ANEXO II DA DN 108/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	74
26. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	75
26.1 Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	75
26.2 Análise crítica	165

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO	11
QUADRO 2 - OBJETIVOS E ATIVIDADES ESTRATÉGICAS DA SAGI	19
QUADRO 3 - A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO	21
QUADRO 4 - A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	22
QUADRO 5 - A.2.2.1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	22
QUADRO 6 - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA AÇÃO 4923 - AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	22

QUADRO 7 - DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA– AÇÃO 4923.....	23
QUADRO 8 - ACOMPANHAMENTO DA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO POR MEIO DE PREGÃO ELETRÔNICO - AÇÃO 4923.....	24
QUADRO 9 – ESTUDOS/PESQUISAS DE AVALIAÇÃO CONCLUÍDOS.....	25
QUADRO 10 – ESTUDOS/PESQUISAS DE AVALIAÇÃO EM EXECUÇÃO.....	27
QUADRO 11 - PRODUTOS TECNOLÓGICOS DESENVOLVIDOS.....	31
QUADRO 12 - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA AÇÃO 6877: CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E SOCIAIS EM POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.....	34
QUADRO 13 - DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – AÇÃO 6877	35
QUADRO 14 - RESULTADOS QUANTITATIVOS PARCIAIS DA “CAPACITAÇÃO PARA CONTROLE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS – ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA” POR ALUNOS PARTICIPANTES E POR VALORES EXECUTADOS (DEZEMBRO DE 2011)	38
QUADRO 15 - ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO.....	40
QUADRO 16 - RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES EDITADAS	42
QUADRO 17 - RELAÇÃO DAS MISSÕES TÉCNICAS INTERNACIONAIS REALIZADAS PELA SAGI	46
QUADRO 18 - RELAÇÃO DAS MISSÕES TÉCNICAS INTERNACIONAIS RECEBIDAS	46
QUADRO 19 - RELAÇÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS EM FASE PRELIMINAR - SAGI	47
QUADRO 20 - AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO OPERACIONAL - AÇÃO 4923, ANOS 2008, 2009, 2010 E 2011	52
QUADRO 21 - A.5.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	60
QUADRO 22 - A.5.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12.....	60
QUADRO 23 - A.5.3 - DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)	61
QUADRO 24 - A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	62
QUADRO 25- A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	63
QUADRO 26 - A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	63
QUADRO 27 - A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.	64
QUADRO 28 - A.5.9 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	66
QUADRO 29 - A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	68
QUADRO 30 - A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	70
QUADRO 31 - A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	72

INTRODUÇÃO

Este Relatório apresenta os atos de gestão praticados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, Unidade Jurisdicionada Agregada à Secretaria Executiva. Ao longo deste documento, constam as estratégias de atuação adotadas, as atividades desenvolvidas, bem como os resultados obtidos. Acrescente-se que este Relatório está organizado pela execução das ações e não por Unidade Orçamentária ou por movimentação de créditos orçamentários.

Cabe destacar que nos títulos dos capítulos deste relatório foi mantido o ordenamento numérico constantes da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011, em que pese o entendimento interno desta Pasta de se excluir da sequência aqueles que não foram indicados para apresentação das informações e/ou não houve ocorrências no período.

Em seguida, encontram-se relacionados os itens requeridos pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 que não constam deste documento, bem como a correspondente justificativa:

- ***Parte A do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010 – Conteúdo Geral do Relatório de Gestão***

Nesta parte constam as responsabilidades institucionais da Secretaria, bem como sua estratégia de atuação frente a estas responsabilidades; seus objetivos estratégicos; informações sobre a execução física das ações realizadas pela UJ; considerações sobre o cumprimento das metas físicas e financeiras, o detalhamento da execução orçamentária das Ações 4923 - Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e 6877 - Capacitação de Agentes Públicos Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ambas realizadas pela SAGI; as principais realizações das áreas de atuação da Secretaria - Avaliação, Monitoramento, Gestão da Informação e Capacitação e Disseminação - no exercício de 2011; a descrição e análise dos indicadores de desempenho das Ações 4923 e 6877.

- ***Parte B do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010 – Informações Contábeis da Gestão***

Os itens referentes a esta parte não foram preenchidos porque não se aplicam à Secretaria. No entanto, alguns deles devido à sua importância estão listados nesta Introdução, mesmo não se aplicando à realidade da SAGI ou com a explicação do motivo da sua não aplicação.

- ***Parte C do Anexo II da DN TCU Nº 108/2010 – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins***

Nesta parte constam apenas informações sobre os itens 26.1 – “Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais” e 26.2 – “Análise crítica”. Os demais itens não foram preenchidos por não se aplicarem à Secretaria.

No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS compete à SAGI difundir, entre os gestores do MDS, informações, confiáveis e tempestivas, que fundamentem

tecnicamente suas decisões. Ainda, a SAGI deve promover a formação e a capacitação de agentes públicos e sociais nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – a fim de mobilizar e otimizar os esforços e recursos despendidos, nacionalmente, em favor das políticas sociais implementadas pelo MDS.

Para fazer frente a tal competência, em 2011, duas novas vertentes de trabalhos foram delineadas para subsidiar o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) e consolidar o escopo de atuação da SAGI: a formulação de indicadores de contexto e de análises sintéticas, abarcando aspectos demográficos e socioeconômicos do Censo Demográfico de 2010 do IBGE e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); e o uso intensivo de registros administrativos de base municipal.

Também, em 2011, outros aplicativos de uso interno e externo ao Ministério começaram a ser desenvolvidos como o Análise de Auditorias da Controladoria Geral da União (AUDIC); o Painel de Indicadores de Monitoramento para o Plano Brasil Sem Miséria (MONIB); a construção de ferramentas de consulta e extração de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e da integração dos mesmos em um novo aplicativo (CIFAM). Esses aplicativos permitirão o acompanhamento e a efetividade das ações do PBSM junto aos públicos-alvo priorizados. Além disso, iniciou-se ainda o desenvolvimento do Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos (MOPS) - ferramenta para referenciamento de serviços e oportunidades de inclusão produtiva e, de análise prospectiva nessa área.

No campo de conhecimento específico de Monitoramento e Avaliação, a SAGI iniciou um programa de formação de quadros técnicos para estados e municípios de capitais, por meio do curso “Conceitos e Técnicas para Elaboração de Diagnósticos e Monitoramento de Ações do Plano Brasil Sem Miséria”, cujo público-alvo é composto por gestores estaduais que atuam na implementação de políticas sociais, tendo capacitado 54 servidores estaduais, em 2011.

Sendo assim, destaca-se, entre as principais realizações da gestão, as ações voltadas para subsidio e implementação do PBSM.

Entre as principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela SAGI para o exercício de 2011 - que levaram à baixa execução orçamentária e financeira dos recursos orçamentários alocados nas Ações 4923 e 6877 - cabe destacar, a redefinição da estratégia de atuação do Ministério, com a implementação do PBSM, que levou à repactuação dos indicadores de monitoramento das ações realizadas pelas Secretarias Finalísticas, e das pesquisas que subsidiam a avaliação dessas ações. Adicionalmente, a singularidade dos objetos a serem contratados por meio de pregões que se relacionam tanto à legislação vigente quanto aos fluxos administrativos internos do MDS.

Cabe destacar que no Sumário dos títulos deste Relatório foi mantido o ordenamento numérico constantes da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011, em que pese o entendimento interno deste Ministério de se excluir da sequencia aqueles que não foram indicados para apresentação das informações e/ou não houve ocorrências no período, em seguida, encontram-se relacionados os itens requeridos pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 que não constam deste documento, bem como a correspondente justificativa:

PARTE A – Conteúdo Geral

Item 2.4 - Informações sobre o desempenho orçamentário e financeiro.

Justificativa: A SAGI não é Unidade Gestora recebedora de créditos originários da Lei Orçamentária Anual e nem executou diretamente créditos por movimentação. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva/MDS.

Item 3 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência de créditos ou recursos.

Item 4 - Informações sobre os pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.

Justificativa: Como a Unidade Gestora 550010 não executa diretamente suas ações, os valores de restos a pagar das ações anexas à SAGI constam do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva e das demais entidades que executaram estas dotações.

Item 5.2 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Justificativa: Não há servidores inativos ou pensionistas no âmbito da SAGI.

Item 6 – As informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

Justificativa: Não se aplica; não há transferências efetuadas pela SAGI (não é unidade executora).

Item 7 – Em relação a Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010..

Justificativa: Não se aplica, pois a SAGI não utiliza diretamente o SIASG e SICONV.

Item 10 - Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

Justificativa: não se aplica, visto que esta Unidade não faz aquisição de bens de material de TI nem contrata serviços e obras.

Item 11 - Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

Justificativa: não se aplica, visto não há bens de uso especial sob responsabilidade da SAGI.

Item 13 - Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

Justificativa: não há cartões de corporativos no âmbito da SAGI.

Item 14 - Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.

Item 15 - Informações sobre Deliberações do TCU e Recomendações da CGU atendidas ou pendentes no exercício.

Justificativa: não há determinações ou recomendações para o exercício em referência.

Item 16 - Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência

PARTE B – Informações Contábeis da Gestão

Item 1 - Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

Justificativa: A declaração do contador consta do Relatório de Gestão da UJ SE que agrega a SAGI.

Item 2 - Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

Item 3 - Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas.

Item 4 - Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).

Justificativa: Quanto aos itens acima (2, 3 e 4) não se aplica à natureza jurídica da unidade, conforme Quadro A1, do Anexo II da DN TCU nº 108/2010.

PARTE C - Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins

Itens 1 a 15, 17 a 37

Justificativa: A SAGI não está indicada para apresentação das informações e/ou não houve ocorrências no período.

PARTE D - Unidades jurisdicionadas com Relatórios de Gestão Customizados

Justificativa: A SAGI não está indicada para apresentação dessas informações.

***PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU
Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL DO
RELATÓRIO DE GESTÃO***

2. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Quadro 51 – A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		Código SIORG: 001945	
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Secretaria Executiva			
Denominação abreviada: SE			
Código SIORG: 72571	Código na LOA: 55101	Código SIAFI: 550003	
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1087	(061) 3433-1088	(061) 3433-2911
Endereço eletrônico: secretaria.executiva@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "C", 6º Andar, Sala 600, CEP – 70.046-900 – Brasília (DF)			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	ativa	73609	
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	ativa	106867	
Diretoria de Tecnologia da Informação	ativa	106869	
Diretoria de Programas	ativa	106868	
Ouvidoria	ativa	107378	
Corregedoria	ativa	77778	
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação			
Denominação abreviada: SAGI			
Código SIORG: 77811	Código na LOA: -	Código SIAFI: 550010	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1502	(061) 3433-1501	(061) 3433-1598
Endereço eletrônico: paulo.jannuzzi@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br/sagi/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", 3º Andar, Sala 307, CEP – 70.046-906 – Brasília (DF)			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			

Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas	
LEI Nº 10.683, de 28 de Maio de 2003 (DOU 28.05.2003): Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de Janeiro de 2004 (Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004) (DOU 23.01.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;	
LEI Nº 10.869, de 13 de Maio de 2004 (DOU 14.05.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
DECRETO Nº 5.074, de 13 de Maio de 2004 (DOU 12.05.2004, republicado DOU 14.05.2004): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;	
DECRETO Nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005 (Revoga o Dec. 5.074/2004) (DOU 23.09.2005): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;	
DECRETO Nº 7.079, de 26 de Janeiro de 2010 (Revoga o Dec. 5.550/2005) (DOU 27.01.2010): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;	
DECRETO Nº 7.492, de 02 de Junho de 2011 (DOU 03.06.2011): Institui o Plano Brasil sem Miséria;	
DECRETO Nº 7.493, de 02 de Junho de 2011 (Revoga o Dec. 7.079/2010) (DOU 03.06.2011): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;	
PORTARIA MDS Nº 416, de 12 de agosto de 2005 (DOU 15.08.2005): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.	
PORTARIA MDS Nº 330, de 11 de outubro de 2006 (DOU 13.10.2006): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Avaliação, Monitoramento, Formação e Gestão da Informação: http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao	
PROGRAMA FOME ZERO: http://www.fomezero.gov.br/	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
A UG Executora referente à Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação está classificada no SIAFI com o código 550010. Entretanto, apesar da Unidade Gestora estar ativa, as ações orçamentárias sob a responsabilidade desta Secretaria são executadas por diversas Unidades Gestoras, listadas a seguir:	
Código SIAFI	Nome
550002	Setorial de Orçamento E Finanças / MDS
550005	Coordenação Geral de Logística e Administração / M.D.S.
550014	Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social
550017	II Projeto de Apoio ao PBF e ao CNDS
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
550002	00001
550005	00001
550014	00001
550017	00001

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

Competência Institucional

Criada em 2004, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SAGI/MDS) filia-se a uma concepção gerencial que reconhece a centralidade estratégica da provisão de informações aos gestores públicos para que eles disponham dos subsídios analíticos necessários ao aperfeiçoamento das ações sob sua responsabilidade. As atribuições institucionais da SAGI, previstas no art. 26 do Decreto n.º 7.493, de 02 de junho de 2011, voltam-se, pois, para essa diretriz primordial, qual seja, difundir, entre os gestores do MDS, informações, confiáveis e tempestivas, que fundamentem tecnicamente suas decisões. Conforme estabelecido nesse mesmo dispositivo infralegal, a SAGI deve também promover a formação e a capacitação de agentes públicos e sociais nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal. O fortalecimento da capacidade de atuação dos atores e instituições nos diversos níveis que compõem o arranjo federativo do país é perseguido, assim, pela Secretaria como uma forma de mobilizar e otimizar os esforços e recursos despendidos nacionalmente em favor das políticas sociais implementadas pelo MDS.

Objetivos estratégicos

As despesas decorrentes das atividades desenvolvidas pela SAGI inscrevem-se em duas ações do programa (Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome) constante do Plano Plurianual – PPA do governo federal:

- Ação 4923: Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Ação 6877: Capacitação de Agentes Públicos Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Os objetivos estratégicos da unidade dialogam com as duas ações orçamentárias assinaladas, sendo assim expressos:

- Desenvolver e implementar atividades de avaliação, monitoramento e gestão da informação, consideradas instrumentos a serviço do aprimoramento da gestão das políticas sociais;

- Promover ações de formação, capacitação e disseminação da informação com vistas ao fortalecimento da capacidade de atuação dos atores e instituições envolvidos na implementação e gestão das políticas sociais nos vários níveis de governo.

As avaliações realizadas pela SAGI buscam contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de desenvolvimento social e combate à fome por meio da caracterização de vulnerabilidades específicas do público alvo do Ministério, da identificação de aspectos da implementação dos programas, ações, serviços e benefícios que carecem de aprimoramento e da mensuração e qualificação de seus resultados. O modelo adotado na SAGI é baseado na contratação de instituições de pesquisa ou consultores externos, por meio de licitações públicas, e também, no desenvolvimento de estudos avaliativos pela equipe técnica. Essa solução alia as vantagens de uma avaliação interna (conhecimento do corpo técnico sobre o objeto das avaliações) com uma externa (isenção, flexibilidade metodológica e credibilidade). A SAGI desenvolveu um ciclo de avaliação que pode ser descrito sinteticamente com as seguintes etapas: definição da demanda, contratação dos estudos, gestão e acompanhamento dos contratos e disseminação dos resultados.

Na pauta de trabalho de 2011, em função do início da nova gestão e reordenamento da agenda das políticas sociais, de responsabilidade do MDS, as meta-avaliações dos programas, isto é, a revisão e compilação das pesquisas de avaliação realizadas anteriormente pela SAGI nas áreas de atuação do Ministério, foram entendidas como instrumentos relevantes da gestão.

Foram intensas as demandas de informação para avaliações mais exaustivas de alguns programas, assim como para a formulação de algumas ações do Plano Brasil Sem Miséria e para acompanhar a implementação e efetividade de suas ações. A nova agenda do MDS também mobilizou a SAGI no planejamento e especificação de levantamentos como a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) encomendada ao IBGE, a Pesquisa Painel de Pobreza (PPP), a Pesquisa Amostrável para Diagnóstico Social (PADS) e outros levantamentos, mais específicos, incluídos nos acordos de empréstimos junto ao Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A essas atividades, somaram-se as atividades de acompanhamento de pesquisas de avaliação iniciadas no ano anterior e de especificações e contratações de novos estudos acordados no Plano Anual de Monitoramento e Avaliação em 2010.

Assim, ao longo do exercício de 2011, a SAGI realizou 19 (dezenove) estudos/pesquisas na área de avaliação, envolvendo estudos e pesquisas avaliativas abrangendo as três principais áreas de atuação do Ministério (Segurança Alimentar e Nutricional, Assistência Social e Renda de Cidadania). Além disso, a SAGI acompanhou a execução de 39 (trinta e nove) projetos de pesquisa, ou seja, de investigações em realização por instituições públicas de ensino superior ou pesquisa contratadas no âmbito de edital de chamada pública, promovido entre o MDS e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Em relação aos 19 (dezenove) estudos/pesquisas, 13 (treze) foram concluídos, sendo que os outros 6 (seis) têm previsão de encerramento até maio de 2012. A finalização dos estudos e consistência da base de dados da

segunda edição da pesquisa da Avaliação de Impacto do Bolsa Família foi outra atividade que mobilizou esforços significativos da equipe de avaliação. Por fim, vale acrescentar que a prática avaliativa inclui, também, análises de bases secundárias que levam à produção de estudos e notas técnicas sobre os temas pertinentes ao MDS.

As ações de monitoramento da SAGI envolvem coleta, organização e sistematização de informações para acompanhamento gerencial e analítico das políticas e programas do MDS. Abrangem, pois, atividades de mapeamento de processos e fluxos, desenho do modelo lógico de programas, construção de indicadores, organização de painéis de monitoramento de programas e elaboração de análises sobre os mesmos.

No decurso de 2011, duas novas vertentes de trabalhos foram delineadas e consolidaram o escopo de atuação da SAGI: a formulação de indicadores de contexto socioeconômico e análises sintéticas abarcando aspectos demográficos e socioeconômicos, por meio de pesquisas de amplo renome, como o Censo IBGE e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); e também, o uso intensivo de registros administrativos agregados. Isso foi feito de forma coordenada com as demais instâncias do MDS com o objetivo de subsidiar o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).

Em adição, por meio da realização de estudos específicos e revisão da literatura pertinente, a SAGI incorporou, dentre suas atribuições, a formulação e teste de eixos analíticos que se consubstanciaram em potenciais variáveis de controle ou mesmo fatores explicativos para a atual conformação das estruturas de assistência social e segurança alimentar no Brasil.

Assim, em 2011, as atividades de construção de indicadores e painéis e de elaboração de estudos foram muito presentes na agenda de monitoramento da Secretaria. Nesse sentido, vale citar os estudos - e a nota técnica derivada - para formulação do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGDSUAS) que balizou o repasse de recursos a municípios e estados, com intuito de incentivar a melhoria da gestão das ações e programas da Assistência Social.

Outra contribuição nessa perspectiva foi a elaboração da Tipologia de Capacidade de Gestão em Assistência Social (TACGAS), construída com a finalidade de retratar a capacidade de gestão instalada nos municípios brasileiros na área e, assim, subsidiar a análise da oferta de serviços socioassistenciais. Os estudos de priorização e seleção de municípios para ações específicas do Plano Brasil Sem Miséria também ocuparam parte importante da agenda de trabalho nesse ano. Na linha de estudos de monitoramento é importante citar o esforço de elaboração e finalização do relatório do Censo SUAS 2010, contemplando toda gama de informações levantadas no ano de 2010 nos questionários dos Censos CRAS e CREAS, Censos dos Conselhos Municipais e Estaduais e nos Censos das Gestões Municipal e Estadual e da Rede Privada.

Outra atividade importante a destacar no âmbito da agenda de monitoramento da SAGI foi a estruturação do modelo lógico do Benefício de Prestação Continuada (BPC) identificando

encadeamento de atividades e indicadores de insumos, processos, produtos, resultados e impactos das ações. Também foram iniciadas as especificações dos modelos lógicos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e do BPC Trabalho. Por fim, da interação das áreas de monitoramento e gestão da informação da SAGI, cabe citar os esforços de organização de dados e construção de indicadores para os aplicativos Data Social e MONIB – Indicadores de Monitoramento para o Plano Brasil Sem Miséria. Ressalta-se que, em 2011, a produção de indicadores para o MONIB, em particular, ocupou parte expressiva da agenda de trabalho, dada a necessidade de dispor de instrumento para o acompanhamento dos resultados do Plano Brasil Sem Miséria em seus três eixos de atuação: garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva.

No que se refere à Gestão da Informação, no âmbito do MDS, a SAGI atua na identificação das necessidades e problemas de informação no nível estratégico e gerencial que dão suporte aos programas sociais, propondo soluções e alternativas para a tomada de decisão, orientando a elaboração de sistemas de informações sociais e ferramentas informacionais, administrando as bases de dados dos programas e ações sociais disponibilizadas para fins de monitoramento, avaliação e gestão da informação, além de apoiar a avaliação e o cálculo de indicadores no âmbito dos programas e ações do Ministério.

Ao longo do exercício de 2011, foram aprimoradas as atividades que compreendem a coleta, o tratamento e a sistematização de informações relevantes. Vários levantamentos, aplicativos e ferramentas informacionais foram desenvolvidas para uso do Ministério e Secretarias nos estados e municípios, seja para uso nos programas específicos do MDS, seja para ações do PBSM. Neste ano, o Censo SUAS 2011 contemplou 9 (nove) questionários, permitindo uma radiografia detalhada dos equipamentos públicos e privados da Assistência Social, da capacidade de gestão de estados e municípios e da estruturação dos órgãos de controle social. Incluiu-se, nesta edição do Censo, um bloco de questões acerca de iniciativas municipais de Inclusão Produtiva e Qualificação Profissional. Vale observar que esse levantamento teve seu mérito reconhecido como instrumento para aprimoramento da gestão do SUAS ao figurar entre um dos 10 (dez) finalistas do Prêmio de Inovação da Gestão Pública Federal, promovido anualmente pela Escola Nacional de Administração Pública, e que ainda terá o resultado final da premiação divulgado em março de 2012.

Ainda em 2011, o Departamento de Gestão da Informação (DGI) desenvolveu o Aplicativo de Identificação de Domicílios Vulneráveis (IDV) para construção de mapas de pobreza com dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE, permitindo localizar, dimensionar e caracterizar em diferentes escalas - estados, municípios, setores censitários - a população em extrema pobreza e em outras situações de vulnerabilidade. Outra iniciativa importante na área foi a disponibilização de ferramentas de consulta às diferentes bases de dados do Ministério como o Data Social, o Programa de Aquisição de Alimentos Data (PAA Data), o Painel Analítico de Indicadores e o Tabulador de dados do Censo SUAS; bem como a atualização da Matriz de Informações Sociais, que passou por atualização de informações, incorporação de novas variáveis, publicização de novas funcionalidades

(como o Visualizador de Convênios) e criação de novos Relatórios de Informações, permitindo maior transparência e acesso às informações públicas.

Outros aplicativos de uso interno ao Ministério também começaram a ser desenvolvidos como o Análise de Auditorias da Controladoria Geral da União (AUDIC), o Painel de Indicadores de Monitoramento para o Plano Brasil Sem Miséria (MONIB). Nessa linha, deve-se acrescentar ainda as iniciativas de construção de ferramentas de consulta ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de extração de seus dados e da integração dos mesmos em um aplicativo (CIFAM). Tal base de dados permitirá o acompanhamento e a efetividade das ações do Plano Brasil Sem Miséria junto aos públicos-alvo priorizados. Por fim, iniciou-se ainda o desenvolvimento do Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos (MOPS) - ferramenta para referenciamento de serviços e oportunidades de inclusão produtiva, e também de análise prospectiva nessa área.

As atividades de capacitação e disseminação são compreendidas pela SAGI como elementos fundamentais na estruturação de Sistemas de Avaliação e Monitoramento, pois potencializam o uso das ferramentas informacionais, dos indicadores de monitoramento e dos resultados das pesquisas de avaliação no aprimoramento dos programas e ações, na qualificação dos agentes do controle social e na transparência pública das políticas do MDS. Com intuito de multiplicar a utilização das informações produzidas, as atividades de capacitação e disseminação utilizam-se cada vez mais de novas estratégias, tecnologias, formatos diferenciados e linguagens específicas para a necessidade de cada grupo de interesse. Os eventos também são importantes instrumentos para ampliar as discussões acerca das políticas de desenvolvimento social, por reunir em um mesmo debate diversos especialistas brasileiros e internacionais.

Em 2011, a SAGI promoveu a capacitação de 3.459 (três mil, quatrocentos e cinquenta e nove) agentes públicos e sociais no “Curso de Capacitação sobre Controle Social nos Municípios: Assistência Social e Programa Bolsa Família”, importante iniciativa para fortalecimento dos Conselhos Municipais ligados às ações do MDS. No campo de conhecimento específico de Monitoramento e Avaliação, a SAGI iniciou um programa de formação de quadros técnicos para estados e municípios de capitais, por meio do curso “Conceitos e Técnicas para Elaboração de Diagnósticos e Monitoramento de Ações do Plano Brasil Sem Miséria”, cujo público-alvo foi composto por gestores estaduais que atuam na implementação de políticas sociais, capacitando um total de 54 servidores estaduais. Ainda, houve a conclusão da primeira turma do “Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social”, composta por 34 (trinta e quatro) alunos. A parceria foi realizada com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e contribuiu para a qualificação de técnicos e dirigentes do MDS e de outros Ministérios.

Aliado à área de formação/capacitação, a SAGI possui uma área inteiramente dedicada à disseminação de pesquisas de avaliação, relatórios de monitoramento e de materiais didáticos

utilizados nas capacitações de agentes públicos e sociais, por meio de eventos, seminários, cursos, publicações impressas e digitais, dentre outros. Essa é uma área estratégica, pois promove a transparência da gestão dos programas do MDS e a difusão do conhecimento acumulado pela Secretaria entre gestores e técnicos nos diversos níveis de governo e outros tantos potenciais interessados nesse conhecimento, como, por exemplo, pesquisadores, representantes de órgãos de comunicação e auditores dos órgãos de controle interno e externo.

Sobre as ações da área em 2011, destaca-se a colaboração da SAGI na organização de eventos técnico-científicos no país, com participação em mesas de debates e oferta de minicursos em parte deles, como: no “3º Seminário da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação”, no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), no Encontro da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (ANIPES), no Seminário de Projeções Populacionais do IBGE e Associação Latinoamericana de População e, também, na 3ª Escola de Amostragem do IBGE e Associação Brasileira de Estatística.

Também com a ENAP, no campo da disseminação, a SAGI promoveu o Seminário Internacional “Proteção Social e Cidadania: Desafios para a Superação da Extrema Pobreza”, importante momento para discussão sobre o papel dos sistemas e redes de proteção social na garantia de direitos sociais, redução da pobreza e mudança social, que contou com a presença de cerca de 200 (duzentos) participantes. Vale citar, como esforço de disseminação da SAGI, a reformatação do relatório do Censo SUAS – com nova linguagem e conteúdo mais compreensivo - e a criação e publicação da primeira edição da Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, além de outras nove publicações – em geral, em parceria com as Secretarias Finalísticas do Ministério - como livros, periódicos e folhetos, alcançando uma tiragem total de 108.253 (cento e oito mil, duzentos e cinquenta e três) impressos. Todo esse acervo está disponibilizado por meio eletrônico no site do MDS.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Para atingir os objetivos estratégicos, a SAGI desenvolve atividades articuladas em suas áreas de atuação: Avaliação, Monitoramento, Formação de Agentes Públicos e Sociais, Disseminação e Gestão da Informação. Na consecução dessas atividades, a SAGI teve como estratégia o fortalecimento do relacionamento com os responsáveis pelos programas no MDS, nos estados e municípios; com os agentes de auditoria, fiscalização e controle social; e com os pesquisadores e especialistas, favorecendo a transparência da gestão e o intercâmbio de informações que possibilitem ampliar a eficiência e a efetividade das políticas e dos programas sob a responsabilidade do MDS.

O empenho da SAGI no cumprimento de seus objetivos traduz-se, na prática, em uma série de atividades, dispostas esquematicamente no quadro a seguir:

Quadro 52 - OBJETIVOS E ATIVIDADES ESTRATÉGICAS DA SAGI

<u>Objetivo Estratégico I:</u> Desenvolver e implementar atividades de avaliação, monitoramento e gestão da informação, consideradas instrumentos a serviço do aprimoramento da gestão das políticas sociais.
Atividades estratégicas: - Pactuar com as Secretarias finalísticas agendas de atividades de avaliação, monitoramento e gestão da informação; - Desenvolver análises e estudos com bases de dados secundários, provenientes tanto de pesquisas como de registros administrativos agregados; - Promover a formação continuada dos técnicos da SAGI e de outras instâncias do governo em diferentes níveis de aprofundamento e áreas temáticas relacionadas ao monitoramento e avaliação de políticas públicas e metodologias de pesquisa; - Intensificar as relações de cooperação e intercâmbio interinstitucional que aportem conhecimentos técnicos à SAGI; - Estabelecer canais internos de comunicação no MDS por meio da identificação de pontos focais e da criação de grupos de trabalho; - Identificar necessidades e problemas relativos à gestão da informação em nível estratégico e gerencial; - Elaborar metodologia de construção e implementação de instrumentos e indicadores de monitoramento e gestão da informação, considerando a integração das ferramentas de coleta, visualização e utilização de dados; - Disponibilizar dados socioeconômicos organizados e selecionados, bem como análises personalizadas para cidadãos e gestores atuantes nas áreas de assistência social, transferência de renda, inclusão produtiva e segurança alimentar; - Definir níveis de acesso aos instrumentos de monitoramento; - Criar instrumentos específicos para facilitar a atualização dos dados dos programas sociais a partir das Secretarias; - Ampliar a disseminação das ferramentas da SAGI para as áreas finalísticas do MDS, estados, municípios e outros órgãos interessados; - Sistematizar fluxos e processos de trabalho que fomentem o compartilhamento dos dados e informações; - Realizar avaliações periódicas sobre a apropriação de conhecimento gerado pela SAGI.
<u>Objetivo Estratégico II:</u> Promover ações de formação, capacitação e disseminação da informação com vistas ao fortalecimento da capacidade de atuação dos atores e instituições envolvidos na implementação e gestão das políticas sociais nos vários níveis de governo.
<u>Atividades estratégicas:</u> - Construir agenda e elaborar os projetos de capacitação de forma compartilhada com as Secretarias Finalísticas; - Propor atividades de capacitação destinadas à difusão de competências de avaliação e monitoramento nos estados e municípios; - Elaborar linha editorial de capacitação em avaliação e monitoramento voltada para agentes públicos e sociais em nível local; - Fortalecer a rede nacional de capacitação descentralizada; - Definir novos meios de disseminação e de mecanismos que garantam sua operacionalização; - Institucionalizar regras e procedimentos internos para o acesso aos dados e resultados de pesquisas e estudos e às ferramentas informacionais do MDS; e - Fomentar a disseminação das informações, por meio de iniciativas de divulgação e treinamento, do acesso e da utilização dos resultados das avaliações e das ferramentas informacionais.

Fonte: SAGI/MDS

A estrutura organizacional da SAGI abriga quatro departamentos (Avaliação; Monitoramento; Formação e Disseminação; e Gestão da Informação), além do Gabinete. Os departamentos operam segundo uma lógica que privilegia o compartilhamento interno de dados, informações e competências técnicas, potencializando, com isso, o uso que a Secretaria faz dos recursos humanos e materiais de que dispõe. O funcionamento da unidade busca superar, portanto, a obsoleta concepção de divisão do trabalho em compartimentos com pouca ou nenhuma interação entre si. Explica-se, deste modo, por que as atividades da SAGI são apresentadas neste relatório agregadas por áreas de atuação, e não por departamentos. De fato, o objetivo é apoiar as demais Secretarias do Ministério no aperfeiçoamento de suas atividades, por meio da utilização de metodologias de monitoramento, cujos indicadores mensurem, adequadamente, a correspondência esperada entre as atividades desempenhadas, os resultados imediatos das ações implementadas, bem como, os impactos de médio e longo prazo na população, o que será possível com avaliações de maior amplitude desses programas e ações propiciadas por pesquisas quantitativas e qualitativas.

Com isso, a SAGI intensificou suas relações com as Secretarias Finalísticas do MDS (Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, Secretaria Nacional de Assistência Social, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza), usuários prioritários dos processos de avaliação, monitoramento, capacitação e gestão da informação, por ela desenvolvidos.

As atividades da SAGI têm sido complementadas pelas atividades de capacitação, que têm por objetivo a consolidação das políticas de proteção e promoção social não contributiva, a identificação das competências necessárias ao aprimoramento de serviços e benefícios oferecidos, e o efetivo exercício do controle e da participação social. Isso inclui desde capacitações para gestores municipais e para o controle social dos Conselheiros Municipais e Estaduais até cursos de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção Social. Integram, ainda, essa estratégia as atividades de disseminação dos resultados das pesquisas e das ações de monitoramento dos programas e políticas, por meio de publicações impressas e eletrônicas.

Vale notar que a SAGI atua fortemente com duas outras unidades do MDS: a Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA) e a Diretoria de Projetos Internacionais (DPI). A primeira é responsável pela execução direta dos recursos do Tesouro Nacional garantidos à SAGI; a segunda mantém a interlocução com os Organismos Internacionais do Sistema ONU (FAO, PNUD e UNESCO) com os quais o MDS tem firmado projetos de cooperação técnica. As duas vias citadas apoiam a SAGI na contratação, por meio de processos licitatórios amplamente divulgados, pesquisas de avaliação e monitoramento e atividades de capacitação junto a instituições externas, em estrita observância às disposições da Lei n.º 8.666/93 e dos Manuais de Convergência dos Organismos Internacionais, quando é o caso. Registre-se que o trâmite administrativo inerente às contratações, dificultado por contingências de recursos - financeiros e humanos -, ainda implicam certa morosidade para a efetivação dos processos.

Essa estratégia propicia a conjugação entre as competências do quadro funcional da SAGI e competências ofertadas no mercado ou encontradas no meio acadêmico, possibilitado pelas atividades contratadas. Na tentativa de aportar conhecimento especializado aos seus projetos, a SAGI vale-se também da contratação de serviços técnicos de consultoria nos projetos de cooperação técnica internacional, seguindo as orientações do Decreto n.º 5.151/04 e da Portaria MRE n.º 717/06. E mais, apóia-se ainda em parceiros externos que incluem, entre outros, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS); o IPEA, o IBGE e o CNPq.

Como resultado desse esforço, verifica-se a crescente valorização da SAGI, principalmente, pelo aumento do interesse dos gestores do MDS em utilizar informações quantitativas e qualitativas para orientar a tomada de decisão e de representantes de governos estrangeiros. Isso pode ser verificado pela participação da Secretaria em 10 missões internacionais em países da América Latina, América do Norte, Europa e África, além da participação, a pedido da Assessoria Internacional do MDS, em 6 Missões Técnicas Internacionais recebidas pelo MDS em 2011. Tais momentos de intercâmbio de experiências como os descritos são valorizados pela Secretaria como oportunidades para o aprofundamento de formas de cooperação Sul-Sul, diferenciadas pelo fluxo bilateral de conhecimentos.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro 53 - A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Não há nenhum programa de governo sob responsabilidade da SAGI.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

A SAGI administra duas ações do Programa 1006 – Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que são executadas por outras Unidades Gestoras parceiras. As ações são:

- Ação 4923: Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Ação 6877: Capacitação de Agentes Públicos Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Quadro 54 - A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada em 2012
08	121	1006	4923	A	4	Programa Avaliado (unidade)	3	3	3
08	244	1006	6877	A	4	Pessoa Capacitada (unidade)	25.000	4.378	7.000

Fonte: SIAFI Gerencial; LOA 2011 e 2012.

Quadro 55 - A.2.2.1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Programa 1006 – Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome						
Ação	Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar Não Processados	Valores Pagos
	Inicial	Final				
4923	8.325.486	7.492.938	3.069.735	558.035	2.511.700	558.035
6877	7.750.000	2.975.000	2.514.834	1.232.262	1.282.572	1.232.262

Fonte: SIAFI Gerencial.

Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras**Ação 4923 - Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome****Quadro 56 - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA AÇÃO 4923 - AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**

Meta	Previsão (LOA+Créditos)	Empenhado	%	Realizado	%	Pago	%
Financeira	R\$ 7.492.938	R\$ 3.069.735	41	R\$ 558.035	7	R\$ 558.035	7
Física (Programa Avaliado)	3	-	-	3	100%	-	-

Fonte: SIGPLAN E SIAFI GERENCIAL.

Em 2011, a SAGI concluiu 13 (treze) pesquisas de avaliação, conforme relação apresentada adiante, além de 6 (seis) outras em andamento. Os projetos concluídos enfocaram temas diversos, relacionados a cada uma das quatro áreas de atuação do MDS – Assistência Social; Transferência de Renda; Inclusão Produtiva e Segurança Alimentar e Nutricional – ou temas transversais, que perpassam simultaneamente as quatro áreas, compreendidas, neste Relatório, como as políticas sob responsabilidade do órgão, na análise da execução física da Ação 4923 – Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sob essa perspectiva, a UJ Agregada superou a meta

prevista para o último exercício, que consistia na realização de avaliações referentes a três das quatro áreas de atuação do Ministério.

A conclusão dessas 13 (treze) pesquisas de avaliação não é refletida, todavia, pelos indicadores usualmente empregados na análise da execução orçamentária e financeira da UJ Agregada. Isto porque os projetos demandados pela SAGI no ano passado foram contratados com recursos de outras Unidades Gestoras do MDS ou provenientes de acordos com organismos multilaterais de financiamento e agências internacionais de cooperação técnica. Apenas a contratação da empresa Indago – Pesquisas, Marketing e Eventos Ltda. para a realização da “Coleta de Dados sobre Educação e Inclusão Financeira das Famílias Inscritas no Cadastro Único para Programa Sociais do Governo Federal (CadÚnico)” foi viabilizada pela execução direta de recursos oriundos da Ação 4923, após processo licitatório conduzido pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA). O Quadro 7 abaixo mostra o valor pago à empresa pela entrega e subsequente aprovação de produtos previstos no âmbito do Contrato Administrativo n.º 65/2010. Ressalta-se que a empresa não recebeu o valor integral referente ao terceiro produto (base de dados), pois algumas das entrevistas realizadas por ela não resultaram, por motivos diversos e aceitáveis, em dados com valor analítico para a pesquisa. Estas entrevistas foram consideradas na previsão inicial do valor do terceiro produto, porém não foram pagas pelo Ministério, conforme recomendação da Consultoria Jurídica, segundo a qual a Administração somente pode pagar por serviços efetivamente prestados – no caso, entrevistas realizadas e validadas após a análise de consistência da base de dados. A redução do valor devido à contratada pela apresentação do terceiro produto explica porque o valor empenhado referente a esta contratação não corresponde exatamente ao valor pago.

Quadro 57 - DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA– AÇÃO 4923

Programa 1006 – Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome				
Ação	Credores	Valor Empenhado	Valor Pago	Finalidade
4923	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)	1.500.000	0	PRODOC PNUD BRA/04/046 – Fortalecimento Institucional para a Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social
	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO)	1.000.000	0	Contrapartida ao 2º Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial (BIRD).
	INDAGO – PESQUISAS, MARKETING E EVENTOS LTDA. EPP	569.735	558.035	Coleta de Dados sobre Educação e Inclusão Financeira das Famílias Inscritas no CadÚnico (Contrato Administrativo n.º 65/2010).
Total da Ação		3.069.735	558.035	

Fonte: SIAFI e SISPOAD.

Ainda em relação à execução orçamentária e financeira da Ação 4923, cumpre esclarecer que os recursos destinados ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foram descentralizados internamente para a UG 550003 (Secretaria Executiva), com vistas à realização de contratações no âmbito de Projeto de Cooperação Técnica entre o Ministério e o PNUD (BRA

04/046 – Fortalecimento Institucional para a Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Por seu turno, os recursos creditados à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) foram descentralizados internamente para a UG 550017, Unidade Gestora exclusiva para o 2º Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial (BIRD), como contrapartida do ajuste.

A execução dos recursos orçamentários alocados na Ação 4923 pela via direta, com a observância do devido processo licitatório, tem se mostrado morosa, o que repercute negativamente sobre o desempenho da SAGI em relação à execução orçamentária e financeira. A esse respeito, ressalta-se que a Secretaria solicitou, entre julho e agosto de 2011, a contratação de 5 (cinco) pesquisas de avaliação por meio de pregões eletrônicos. O envio das solicitações nesse período explica-se porque a SAGI esteve, no primeiro semestre de 2011, envolvida com demandas relacionadas à provisão de informações que embasassem a formulação de ações do Plano Brasil Sem Miséria. Com o advento do plano, a agenda de avaliações da SAGI teve também que ser repactuada diante das novas diretrizes estratégicas estabelecidas para o Ministério. Em que pese o fato de as contratações terem sido demandadas apenas no meio do ano, seria razoável supor que elas seriam efetivadas antes de dezembro de 2011, o que não ocorreu. Até o momento, somente dois dos cinco contratos relativos aos serviços demandados foi assinado, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro 58 - ACOMPANHAMENTO DA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO POR MEIO DE PREGÃO ELETRÔNICO - AÇÃO 4923

Identificação do estudo/pesquisa de avaliação	Data de envio da solicitação para contratação	Data de abertura do pregão	Data de homologação do pregão	Data de assinatura do contrato*
Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional de Famílias Inscritas no CadÚnico com Crianças Menores de Cinco Anos de Idade, Residentes no Semiárido	20/7/2011	7/11/2011	25/01/2012	Pendente
Pesquisa de Opinião sobre Programas Sociais e sobre a Atuação do MDS	22/7/2011	7/11/2011	10/01/2012	31/01/2012
Estudo sobre o Perfil das Famílias que Sofreram Repercussões no Benefício do Programa Bolsa Família (PBF) em Decorrência do Processo de Revisão Cadastral	27/7/2011	1/12/2011	23/01/2012	02/03/2012
Estudo sobre o Desenho, a Gestão, a Implementação e os Fluxos de Acompanhamento das Condicionalidades de Saúde do PBF no Nível Municipal	29/8/2011	29/12/2011	24/01/2012	Pendente
Avaliação da Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Modalidade “Compra Com Doação Simultânea”	30/8/2011	15/12/2011	Pendente	Pendente

*Em 14 de março de 2012.

Fonte: Comprasnet, SISPRO (Sistema de Acompanhamento da Tramitação Interna de Documentos), CCONT/CGLC/SAA e DA/SAGI/MDS.

As causas da morosidade dos pregões são diversas e relacionam-se tanto à legislação vigente quanto aos fluxos administrativos internos ao MDS. Diante da recomendação dos órgãos de controle, sobretudo do Tribunal de Contas da União (TCU), para que bens e serviços “comuns”, nos termos da Lei n.º 10.520/02, sejam preferencialmente contratados por meio da modalidade licitatória em

questão, a SAGI segue empenhada na identificação de pontos críticos nos fluxos administrativos pelos quais passam seus processos de contratação, intervindo sobre os pontos situados nos limites de suas competências institucionais e solicitando providências junto a outras unidades do Ministério, de modo a tornar o trâmite dos processos o mais célere possível.

No âmbito da ação 4923 foram executados, também em 2011, recursos do exercício anterior inscritos em restos a pagar. Na área de avaliação, estes recursos foram destinados: (i) ao pagamento de produtos previstos na contratação da empresa Indago – Pesquisas, Marketing e Eventos Ltda. para a realização da “Coleta de Dados sobre Educação e Inclusão Financeira das Famílias Inscritas no Cadastro Único para Programa Sociais do Governo Federal (CadÚnico)”;

(ii) ao pagamento de produtos remanescentes da contratação da empresa Datamétrica para a realização da “Avaliação Quantitativa da Implementação do ProJovem Adolescente (PJA)” e (iii) ao apoio oferecido pelo MDS aos 39 (trinta e nove) projetos de pesquisa sobre a agenda social do Governo Federal, selecionados por meio do Edital CNPq n.º 36/2010.

Avaliação

Dentre os diversos fatores que diferenciam a SAGI de outras unidades da Administração Pública Federal encarregadas da avaliação de políticas e programas governamentais, destaca-se a contratação de atores externos (instituições de pesquisa e consultores), como já mencionado anteriormente, para a realização de levantamentos de dados primários relativos aos diversos objetos avaliativos enfocados. Como mostra o quadro abaixo, 11 (onze) dos 13 (treze) estudos/pesquisas de avaliação finalizados em 2011 evidenciam esse aspecto particular do modus operandi estabelecido pela Secretaria.

Quadro 59 – ESTUDOS/PESQUISAS DE AVALIAÇÃO CONCLUÍDOS.

Área temática	Identificação do estudo/pesquisa de avaliação	Identificação do estudo/pesquisa de avaliação	Fonte de recursos/ Execução dos recursos	Execução do estudo/pesquisa
Transferência de Renda	Elaboração de Instrumento para a Pesquisa Nacional sobre a Educação e Inclusão Financeira das Famílias Inscritas no CadÚnico		Tesouro/PNUD	Pessoa Física (1 consultor)
	Coleta de Dados sobre Educação e Inclusão Financeira das Famílias Inscritas no CadÚnico		Tesouro/SAA	Indago
Assistência Social	Avaliação da Nova Modalidade de Concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) a Pessoa com Deficiência		IFCI-AECID	Pessoa Física (1 consultor) ¹
	Avaliação Quantitativa da Implementação do ProJovem Adolescente (PJA)		Tesouro/SAA	Datamétrica
	Avaliação dos Centros de Convivência de Idosos (CCIs)		Tesouro/PNUD	Datamétrica
	Estudo sobre Capacidade Protetiva das Famílias		Tesouro/PNUD	Pessoa Física (3 consultores)

Segurança Alimentar e Nutricional	Avaliação do Programa Banco de Alimentos	Tesouro/FAO	FEC/DATAUFF
	Estudos sobre as Contribuições das Pesquisas Implementadas pela SAGI no Campo da Segurança Alimentar e Nutricional	Tesouro/FAO	Pessoa Física (1 consultor)
	Avaliação Qualitativa sobre o Programa P1 + 2	Tesouro/FAO	Pessoa Física (1 consultor)
	Inventário de Terreiros	UNESCO ²	ONG Filmes de Quintal
	Avaliação das Famílias Consumidoras e dos Beneficiários da Distribuição do Leite do PAA Modalidade Leite	BID ³	Datamétrica
Inclusão Produtiva	Estudo a respeito das Potencialidades de Inclusão Produtiva de Inscritos no CadÚnico Residentes em Municípios que Receberam Investimentos Recentes na Cadeia do Petróleo e Mineração	BID ³	Consórcio SACES
Temas Transversais	Estudo sobre a Articulação do PBF e do BPC com os Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Espaços Metropolitanos de Pobreza e Vulnerabilidade Social	BID ³	CEBRAP

Notas:

1: Consultoria contratada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), com recursos provenientes de Acordo de Cooperação entre essa escola de governo, o MDS e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

2: Pesquisa contratada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), com o acompanhamento constante do DA/SAGI.

3: Estudos e pesquisas contratados com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), revertidos ao MDS a “fundo perdido”, no âmbito da cooperação intitulada “Agenda do Conhecimento”. De comum acordo entre as partes, a gestão dos recursos ficou a cargo do BID.

Fonte: DA/SAGI/MDS.

As pesquisas de avaliação concluídas no exercício passado integram-se a um acervo que já conta com mais de 90 (noventa) projetos contratados e/ou supervisionados diretamente pela SAGI, desde sua criação em 2004. Atualmente, a Secretaria atua com vistas a potencializar o uso dos dados coletados em meio a esses projetos. Os relatórios e as bases de dados geradas a partir dos projetos são submetidas a análises posteriores, desenvolvidas pela própria equipe do Departamento de Avaliação da SAGI ou por consultores externos, de modo a possibilitar a disponibilização de informações para um grupo numeroso de atores interessados nesses subsídios (*stakeholders* dos processos avaliativos), constituído por acadêmicos, gestores e técnicos dos três níveis de governo. Esforços dessa natureza fizeram com que a SAGI tivesse, por exemplo, participação destacada na formulação do Plano Brasil Sem Miséria.

No decorrer do ano passado, a SAGI acompanhou o desenvolvimento de outros 6 (seis) estudos/pesquisas de avaliação previamente contratados por ela em momentos variados e relacionados no quadro abaixo. O acompanhamento feito pela Secretaria envolve uma série de atividades, tais como: a interlocução constante com a instituição de pesquisa ou consultor contratado; a participação in loco da equipe do Departamento de Avaliação, no mínimo, na etapa de pré-teste dos instrumentos de coleta de dados elaborados para o projeto; e a análise dos produtos apresentados pelo executor do projeto.

Quadro 60 – ESTUDOS/PESQUISAS DE AVALIAÇÃO EM EXECUÇÃO.

Área temática	Identificação do estudo/pesquisa de avaliação	Ano de contratação	Fonte de recursos/ Execução dos recursos	Execução do estudo/pesquisa	% Execução*
Transferência de Renda	Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (AIBF/Segunda Rodada)	2009	BIRD/PNUD	Consórcio IFPRI – Datamétrica	90
	Estudo sobre o Acompanhamento das Famílias em Situação de Descumprimento de Condições	2011	Tesouro/ PNUD	Pessoa Física (1 consultor)	80
	Estudo sobre Resultados de Fiscalizações da Controladoria Geral da União sobre o Programa Bolsa Família	2011	Tesouro/ PNUD ¹	Pessoa Física (1 consultor)	70
Segurança Alimentar e Nutricional	Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas	2010	BIRD/PNUD	FEC/DATAUFF	75
	Avaliação de Impacto do Programa Primeira Água	2010	AECID	BEMFAM/ Universidade de Berkley	75
	Linha de Base para Avaliação de Impacto do Programa P1 + 2	2011	Tesouro/ FAO	Datamétrica	20

*Em dezembro de 2011. Percentuais estabelecidos em relação à execução física dos serviços, tendo como parâmetro a aprovação dos produtos previstos na contratação.

Nota 1: Recursos da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC).

Fonte: DA/SAGI/MDS.

Isto posto, evidencia-se o envolvimento da SAGI, no último ano, com 19 (dezenove) estudos/pesquisas de avaliação executados por pessoas física ou jurídica diretamente supervisionadas pela SAGI/MDS. Todos os projetos desenvolvidos constam do Plano Anual de Monitoramento previsto para 2010 e 2011. Trata-se de peça de planejamento das ações da Secretaria na área de avaliação, pactuada entre os membros de grupo de trabalho composto por representantes das Secretarias Finalísticas do Ministério, consoante o disposto na Portaria MDS n.º 160, de 9 de maio de 2008.

Além dos 19 (dezenove) estudos/pesquisas de avaliação referidos anteriormente, a SAGI acompanhou também a execução de 39 (trinta e nove) projetos de pesquisa sobre temas afetos à agenda social do Governo Federal, financiados com recursos do MDS e selecionados por meio de edital lançado pelo CNPq junto a instituições públicas de ensino e pesquisa. Como parte desse acompanhamento, o Departamento de Avaliação organizou duas oficinas técnicas, em Brasília, nas quais os representantes dos projetos puderam discutir seus trabalhos entre si e com técnicos do MDS. Os resultados dos projetos serão divulgados em publicação específica em 2012.

A parceria com o CNPq e a participação em eventos como os encontros anuais ou bianuais de associações profissionais tais como a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em

Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) ilustram algumas das estratégias utilizadas pela SAGI para aproximar-se da academia, prospectar linhas de pesquisa de interesse para o MDS e divulgar entre os pesquisadores desse meio os resultados de seus estudos/pesquisas de avaliação. Com esse último objetivo, a Secretaria realiza ainda eventos nos quais os resultados dos projetos são apresentados e submetidos à apreciação crítica de um público específico. Isto ocorreu, por exemplo, na divulgação dos resultados das três pesquisas financiadas com recursos provenientes do BID, no âmbito do Projeto “Agenda do Conhecimento”.

O reconhecimento da atuação da SAGI na área de avaliação manifesta-se, dentre outras formas, em convites para que a experiência da unidade seja compartilhada em fóruns de discussão e conferências internacionais sobre o tema. Em 2011, a área de Avaliação da SAGI participou de cinco missões internacionais a países distintos (África do Sul, Estados Unidos, Equador, Paraguai e República Dominicana). Essas ocasiões são aproveitadas como oportunidades profícuas para o intercâmbio de informações e experiências relacionadas à prática avaliativa.

Monitoramento

Em seu primeiro ano completo de funcionamento, o Departamento de Monitoramento – DM avançou em sua missão de implementar, sistematizar e consolidar os processos de monitoramento no âmbito do MDS.

Essencialmente, o objetivo permanece sendo o de subsidiar tempestivamente os gestores das Secretarias Finalísticas com informações para a tomada de decisão, inclusive no tocante a eventuais correções de trajetória na gestão de suas ações.

Neste contexto, na vertente do monitoramento de programas e iniciativas do MDS, cabe destacar o monitoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em 2011, logrou-se antecipar a publicação do Relatório do Censo SUAS 2010, cujos resultados coletados entre setembro e dezembro de 2010 foram divulgados em livro lançado em dezembro de 2011.

Essa conquista foi ainda mais relevante em função da ampliação do escopo do Censo SUAS, o qual passou a abarcar, para além de dados referentes aos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e Centros de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS, também informações concernentes aos Conselhos e Gestores Municipais e Estaduais de Assistência Social, bem como da rede privada de assistência social conveniada ao setor público.

Por sua vez, o livro do Censo SUAS 2010 inovou ao adotar uma linguagem mais direta e favorecer uma maior síntese dos resultados, de forma a facilitar sua utilização pelos gestores e profissionais atuantes na área, em um único volume de aproximadamente 150 páginas, com nova identidade visual desenvolvida, exclusivamente, para estudos e análises voltados ao SUAS.

Ainda, no âmbito do desenvolvimento de uma nova sistemática de monitoramento dos programas/ações/serviços sociais do MDS, logrou-se progressos na disseminação e implantação do ciclo de monitoramento, composto de 3 (três) etapas as quais, por sua vez, desdobram-se em sete fases.

A etapa inicial é constituída das fases de mapeamento preliminar e seleção de programas a serem monitorados; construção do modelo lógico. Por sua vez, a etapa de desenvolvimento engloba a construção de indicadores, alimentação de indicadores e identificação e/ou apoio no

desenvolvimento de ferramentas para a coleta de dados estratégicos de programas. Por fim, a etapa final do ciclo ou nova sistemática de monitoramento é composta pelas atividades de elaboração de relatórios e publicações. Estas atividades visam garantir ao gestor informações consistentes e tempestivas para a tomada de decisões.

Especificamente, este ciclo de monitoramento foi implementado para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), tendo sido divulgado o primeiro relatório de monitoramento no primeiro semestre de 2011. As constatações obtidas foram bem recebidas pelos gestores, já sendo utilizadas para subsidiar o aperfeiçoamento da gestão.

Salienta-se que uma das conclusões relevantes foi a baixa cobertura dos beneficiários do BPC pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), a qual remontou a aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento), contra uma meta de 100% (cem por cento). O próximo programa a ter esta nova sistemática de monitoramento implantada deverá ser o BPC-Trabalho, voltado à reinserção no mercado de trabalho dos beneficiários do BPC.

Na vertente de formulação de indicadores de contexto socioeconômico e análises sintéticas abrangendo aspectos demográficos e socioeconômicos, o DM incumbiu-se da alimentação de um banco de dados Matriz de Informações Brasil Sem Miséria (MI-BSM), com indicadores necessários à composição dos seguintes aplicativos online:

- **DataSocial:** é voltado para o fornecimento de dados de cunho econômico e social para viabilização de diagnósticos sintéticos para gestores municipais em suas respectivas localidades. Dentre outras informações, o DataSocial abarca dados sobre ações do MDS; mercado de trabalho; economia (Produto Interno Bruto - PIB, finanças públicas e comércio exterior); demografia, a partir de excertos do Censo IBGE 2010 e; acesso a serviços de saúde e educação. Sua elaboração demandou a pesquisa e integração de dados oriundos de pesquisas como o Censo IBGE e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, bem como o uso intensivo de registros administrativos agregados, como a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, o CadÚnico e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.
- **MONIB:** consiste na construção de painéis de indicadores-chave das ações do Plano Brasil Sem Miséria segundo diferentes lógicas de organização como encadeamento das ações e programas, área temática ou programática e nível estratégico-tático da ação. O MONIB visa subsidiar gestores estaduais e federais com instrumental de monitoramento analítico para ações do Plano Brasil Sem Miséria. O aplicativo está em versão alpha com sua conclusão prevista para 2012.
- **Painel de Acompanhamento da Conjuntura e de Programas Sociais:** este aplicativo visa, dentre outras finalidades, auxiliar no acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, mas no escopo do macro monitoramento, privilegiando o enfoque em séries históricas de indicadores socioeconômicos conjunturais e indicadores de insumo. O aplicativo tem conclusão prevista para 2012.

Além da alimentação destes três aplicativos com indicadores agregados em nível federal, estadual e municipal, o DM desenvolve também atividades relacionadas à análise e seleção de variáveis de bases de dados de registros administrativos para o aplicativo Consulta a Informações Integradas de Famílias e Indivíduos (CIFAM), gestado pelo Departamento de Gestão da Informação (DGI) da SAGI.

Na vertente de estudos específicos para formulação e teste de eixos analíticos, o Departamento de Monitoramento inaugurou sua atuação em 2011 com a elaboração da Tipologia Analítica de Capacidade de Gestão em Assistência Social – TACGAS, destinada a mensurar o potencial de intervenção estatal, em âmbito local, no campo da Assistência Social. Sinteticamente, a TACGAS classifica os municípios em cinco níveis (de acesso, ascendente, intermediário, avançado e referencial) de capacidade de gestão, conforme o grau de organização e atuação do poder municipal na seara da assistência social, a partir de variáveis selecionadas dos suplementos desta temática dos anos de 2005 e 2009 da Pesquisa Básica de Informações Municipais – MUNIC, realizada pelo IBGE.

Em adição, também em 2011, o DM aportou a concepção, a metodologia e o cômputo do Índice de Gestão Descentralizada do SUAS – IGDSUAS, destinado a balizar os repasses do MDS voltados, especificamente, para o aperfeiçoamento da gestão em Assistência Social nos estados e municípios brasileiros. Esse esforço foi realizado de forma coordenada com as demais instâncias do MDS, em particular a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, de forma a propiciar um índice modular e suficientemente simples para ser inteligível aos gestores atuantes na Assistência Social, explicitando os aspectos a serem aperfeiçoados em sua gestão.

Por fim, houve a criação do Índice de Processos da Gestão Municipal – IPGM, destinado a orientar o gestor do Programa Bolsa Família – PBF e do CadÚnico sobre as potencialidades e fragilidades de sua gestão, com o intuito de subsidiá-lo no aperfeiçoamento de sua administração. Neste contexto, este índice complementa o IGD ao viabilizar de fato a discriminação dos aspectos que constituem os maiores óbices para a melhor gestão do PBF e do CadÚnico.

Gestão da Informação

A Gestão da Informação é responsável pelo desenvolvimento de um conjunto de ferramentas informacionais que reúnem números e dados detalhados sobre os programas, projetos e ações do MDS. As ferramentas informacionais compõem um banco de dados, com informações sobre o Programa Bolsa Família, as ações e serviços da Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Inclusão Produtiva, realizadas pelo MDS no Distrito Federal, estados e municípios. Dessa forma, boa parte das ferramentas encontra-se disponível para acesso público e, por meio delas, a sociedade pode obter dados de forma customizada, de acordo com suas demandas. Cabe lembrar que as ferramentas são modos de enxergar o dado, conforme o perfil de quem vai acessá-lo, sendo possível verificar o dado em formato de tabelas, gráficos, mapas, fichas, relatórios, apresentações, web aulas.

Merece destaque a Matriz de Informação Social (MI Social), uma estratégia de organização de informações para acompanhamento dos programas sociais do Ministério. Criada em 2006, a Matriz passou, em 2011, por atualização de suas informações, incorporação de novas variáveis, publicização de novas funcionalidades (como o Visualizador de Convênios) e criação de novos Relatórios de Informações. Aberta ao público, ela fornece dados em diferentes formatos, de acordo com as necessidades do usuário, informações municipais ou estaduais, mensais ou anuais. Para capacitar os usuários nessas ferramentas foram desenvolvidos materiais instrucionais adaptados à Educação a Distância. Foram estruturadas cinco oficinas, para diversas turmas, abrangendo 1.198 participantes, de 562 municípios.

O MDS conta também com ferramentas de gestão de dados disponíveis para acesso público, como o Dicionário Social do MDS (Dici-Vip), que disponibiliza informações sobre variáveis, indicadores, programas sociais e fontes; o Visualizador de Convênios (Visicon), que mostra os convênios firmados por estados e municípios com o MDS; o Buscador de Códigos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e; o Ambiente Virtual de Aprendizagem, que disponibiliza as oficinas de capacitação das ferramentas informacionais.

O Monitoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) também possui ferramentas informacionais para auxiliar na gestão. Os visualizadores (GERENTES) possibilitam o acesso direto a todos os dados coletados pelo MDS, por meio dos Censos SUAS, sendo desde 2007, para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e, desde 2008, para os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Ainda, como dito anteriormente, neste ano o Censo SUAS 2011 contemplou nove questionários, passando a ter um bloco de questões para as iniciativas municipais de Inclusão Produtiva e Qualificação Profissional.

Ao longo do exercício de 2011, diversas atividades relacionadas à gestão da informação foram realizadas na SAGI. Foi desenvolvido o Aplicativo de Identificação de Domicílios Vulneráveis (IDV), que permite construir mapas de pobreza com dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE, sendo uma importante ferramenta de identificação das famílias em situação de extrema pobreza. Foram disponibilizadas as seguintes ferramentas: Data Social, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Data, Painel Analítico de Indicadores e Tabulador de dados do Censo SUAS e; outros aplicativos de uso interno ao Ministério também começaram a ser desenvolvidos como o Análise de Auditorias da Controladoria Geral da União (AUDIC), os Indicadores de Monitoramento para o Plano Brasil Sem Miséria (MONIB), o Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos (MOPS) e a construção de ferramentas de consulta ao CadÚnico, de extração de seus dados e da integração dos mesmos em um aplicativo (CIFAM).

Concluindo, é importante notar que o trabalho executado pelo Departamento de Gestão da Informação usa a tecnologia da informação, em plataforma aberta, como arcabouço fundamental para o monitoramento e avaliação dos programas desenvolvidos pelo MDS. As ferramentas informacionais são fruto de um processo ativo, dinâmico e interativo entre o conhecimento tecnológico e a área social, sendo essencial o caráter humano e multidisciplinar da equipe.

Quadro 61 - PRODUTOS TECNOLÓGICOS DESENVOLVIDOS

Aplicativo	Finalidade	Execução / Produto	Situação / Serviço
Censo SUAS	Permite levantamento anual de informações sobre equipamentos públicos e privados da Assistência Social, da capacidade de gestão de estados e municípios e da estruturação dos órgãos de controle social para monitoramento e análise situacional da implementação das ações e atividades do SUAS	Elaborado o sistema eletrônico, disponibilizado no período de 1º de setembro de 2011 a 1º de fevereiro de 2012	Executada a coleta de dados do CENSO SUAS: CRAS, CREAS, CREAS Regional, Gestão Estadual, Gestão Municipal, Conselho Estadual, Conselho Municipal e Rede Privada

IDV	Permite a construção de mapas de pobreza para estados, municípios e por setor censitário, auxiliando atividades de localização, dimensionamento e caracterização da população em extrema pobreza	Elaborado o sistema eletrônico, disponibilizado em setembro de 2011.	Serviço à disposição do usuário, mas passa por manutenções evolutivas para apresentação de novos dados disponibilizados pelo IBGE e demais fontes de dados
Data Social	Permite a disponibilização de dados e indicadores estaduais e municipais, provenientes de diferentes fontes, pesquisas e registros de programas	Foi elaborada uma ferramenta que permite o <i>upload</i> de planilhas e o gerenciamento dos <i>links</i> internos ao Data Social e outra ferramenta que visualiza os dados enviados.	Ambas as ferramentas em funcionamento e à disposição dos usuários. Vários dados já estão disponíveis para visualização.
PAA Data	Permite a disponibilização de dados sobre produção, comercialização e agricultores atendidos, fornecedores e entidades beneficiadas no Programa de Aquisição de Alimentos	Elaborado o sistema eletrônico, disponibilizado em julho de 2011. Passando por manutenções posteriores.	Serviço em funcionamento e à disposição dos gestores do PAA. Precisa de carga periódica de novos dados.
Atualização da Matriz de Informações Sociais	Conjunto de ferramentas informacionais que permite a construção de tabelas, mapas, gráficos, relatórios de informações e exportação de dados relativos a diferentes aspectos das políticas e programas do MDS	Atualização mensal de 32 dados referentes a ações do Governo Federal e dados socioeconômicos de interesse do Ministério. Adição de dados sem periodicidade fixa, como dados do Censo populacional do IBGE	Serviço em pleno funcionamento e à disposição do usuário.
AUDIC	Organiza e disponibiliza na forma de tabelas e gráficos as informações dos Relatórios de Auditoria da CGU com respeito às fiscalizações realizadas nos	Versão preliminar desenvolvida, mas apresentando problemas.	Versão preliminar funcional mas com acesso restrito.

	programas do MDS junto aos municípios até 2010		
Painel de Indicadores	Ferramenta para apresentação gráfica de vários indicadores simultâneos, referidos a diferentes dimensões e domínios territoriais	Elaboração de módulo que permite ao usuário organizar os gráficos elaborados previamente que constituirão um painel. Construção de cerca de 90 gráficos referentes a indicadores sociais de interesse do Ministério.	Painel do Programa BPC disponível sem restrições na internet e disponibilização de outros painéis apenas para gestores do Ministério.
Tab Suas	O Tab SUAS permite elaborar tabulações dos dados levantados no Censo SUAS. Esse levantamento contribui para o monitoramento dos serviços executados no âmbito do Sistema Único da Assistência Social - SUAS.	Elaborado o sistema eletrônico, disponibilizado em novembro de 2011.	Serviço em pleno funcionamento e à disposição do usuário.
Oficinas de Capacitação a Distância	Oferta de cursos a distância na Plataforma Moodle, com material instrucional especificamente desenvolvido para ferramentas informacionais da SAGI e ações da SNAS	Elaboração e disponibilização de 3 oficinas (RIs, Metas do CRAS e SAA – as 2 primeiras acompanhadas por nossa equipe) e elaboração de outras 3 oficinas que ainda não puderam ser disponibilizadas.	Material das oficinas ainda a disposição dos usuários, mas com acompanhamento encerrado.
CIFAM	Permite a consulta a informações de indivíduos e famílias inscritas no CadÚnico acerca do acesso a serviços, benefícios e programas das Políticas de Desenvolvimento Social e de	Elaborado o sistema eletrônico, disponibilizado através de senha em setembro de 2011	Serviço à disposição do usuário mas passa por manutenções evolutivas para apresentação de novos dados disponibilizados pelo MDS e outros ministérios.

	ações e atividades relacionadas ao Plano Brasil Sem Miséria, armazenadas em um repositório alimentado regularmente por sistemas informatizados, registros e cadastros de vários Ministérios.		

Ação 6877: Capacitação de Agentes Públicos Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Quadro 62 - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA AÇÃO 6877: CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E SOCIAIS EM POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

META	PREVISÃO (LOA+Créditos)	EMPENHADO	%	REALIZADO	%	PAGO	%
Financeira	R\$ 2.975.000,00	R\$ 2.514.833,60	84,53	R\$ 1.232.261,74	41,42	R\$ 1.232.261,74	41,42
Física	25.000 (agentes capacitados)	-	-	4.378	17,51	-	-

Fonte: Sigplan, 2012.

O valor empenhado relativo à Ação 6877 no exercício de 2011 foi de R\$2.514.833,60, correspondente a 84,53% do total da ação. Desse montante, R\$1.232.261,74 foram pagos no exercício de referência e a diferença, equivalente a R\$1.282.571,86, foi inscrita em Restos a Pagar em 2012.

A execução financeira de 41,42% no exercício reflete, em alguma medida, a dinâmica e complexidade da execução física das ações de capacitação, sendo que os pagamentos, no âmbito dos contratos, são efetuados na medida em que os produtos são concluídos e apresentados.

Quadro 63 - DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – AÇÃO 6877

Programa 1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome				R\$ 1,00
Ação	Credores Fonte	Valor Empenhado	Valor Pago	Finalidade
6877	GRÁFICA E EDITORA BRASIL LTDA.	2.006.024	1.105.473	Impressão de publicações técnicas
	ARTFINE SOLUÇÕES VISUAIS E MATERIAIS PUBLICITÁRIAS LTDA	830	830	Confecção de Banners para o Seminário Proteção Social e Cidadania
	A&R BRINDES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	4.600	4.600	Aquisição de Pen-drives para o Seminário Proteção Social e Cidadania
	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	500.000	117.978	Distribuição de publicações e envio de documentos
	GRÁFICA E EDITORA POSITIVA LTDA	3.380	3.380	Impressão de pastas do Plano Brasil Sem Miséria
	Total da Ação	2.514.834	1.232.262	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Uma linha de ação relevante refere-se à área de disseminação e de produção de publicações técnicas. Os recursos orçamentários detalhados no Quadro 13 acima foram empregados, dentre outras publicações, na realização do relatório do Censo SUAS – com nova linguagem e conteúdo organizado por módulos componentes do Censo, na publicação da primeira edição da Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, além de outras nove publicações incluindo livros, periódicos e folhetos, alcançando uma tiragem total de 108.253 impressos. Ademais, para os eventos organizados pela Secretaria, foram produzidos diversos materiais de apoio, como crachás, pastas, guias de programação e impressão de textos de discussão.

Os recursos da Ação 6877 foram projetados, também, para cumprir, entre outras atividades, compromissos advindos das contratações das instituições executoras do Projeto “Capacitação para Controle Social nos Municípios - Assistência Social e Programa Bolsa Família” e, da Instituição EAQD Loreno Soluções em Educação e Tecnologia Ltda., para prestação de serviços de desenvolvimento de núcleo de formação virtual para ensino a distância na área de proteção e desenvolvimento social.

Com relação ao Projeto “Capacitação para Controle Social nos Municípios - Assistência Social e Programa Bolsa Família”, é fundamental considerar o processo de auditoria, iniciado em novembro de 2010, pela Controladoria-Geral da União - CGU, que apontou a necessidade deste Departamento prestar esclarecimentos relativos à execução dos contratos no que se refere ao controle administrativo dos mesmos. Para esclarecer a execução dos contratos do projeto e atender a um plano de providências a partir da análise das orientações emanadas pela CGU, a execução da capacitação foi paralisada durante o período de tempo necessário à consecução das providências adequadas que foram pactuadas com a CGU e que foram adotadas por esta Secretaria.

O plano estipulou, entre outras questões, mecanismos para o acompanhamento da execução física e financeira dos contratos vigentes, o que permitiu a retomada da capacitação em julho de 2011. Destaca-se que a proposta de paralisação foi acordada preventivamente entre a SAGI e as

instituições executoras. Entretanto, vale ressaltar, que a instituição executora INBRAPE capacitou 271 agentes públicos e sociais no período de janeiro a maio de 2011. Essa decisão decorreu do fato da INBRAPE, na época, já haver mobilizado turmas para o primeiro semestre de 2011. Dessa forma, a instituição executora optou por assumir as possíveis consequências da descontinuidade do projeto, se assim fosse o entendimento do órgão de controle.

Em referência ao contrato celebrado entre o MDS e a empresa Loreno EAQD Soluções em Educação e Tecnologia Ltda., após a fiscalização da execução contratual por parte do MDS, baseado na Cláusula Décima do Contrato Administrativo n.º 31/2010 e nos Artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93, houve a decisão unilateral de rescindir o contrato firmado. A rescisão contratual, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de setembro de 2011 (Seção 3, página 128), deveu-se ao fato de que os serviços prestados estiveram bem abaixo da qualidade exigida contratualmente.

Cabe salientar que a meta física de 25.000 agentes capacitados, estabelecida para o exercício de 2011, foi extremamente prejudicada em função da rescisão contratual com a empresa EAQD Loreno Soluções em Educação e Tecnologia Ltda e a já descrita auditoria, pela CGU, imposta ao Projeto “Capacitação para Controle Social nos Municípios - Assistência Social e Programa Bolsa Família”.

Nesse sentido, destaca-se que o projeto de criação e suporte tecnológico do Núcleo de Formação Virtual, assinado em 08 de junho de 2010 e com duração prevista de 12 meses, sob responsabilidade da empresa EAQD Loreno Soluções em Educação e Tecnologia Ltda. visava à criação de 41.730 vagas para capacitação a distância de agentes públicos e sociais em cursos na área de Proteção e Desenvolvimento Social. Por outro lado, destaca-se que o Projeto “Capacitação para Controle Social nos Municípios - Assistência Social e Programa Bolsa Família”, paralisado em função da auditoria sofrida, também causou prejuízos consideráveis ao alcance da meta prevista, uma vez que, em uma projeção a partir do que foi efetivamente executado após a retomada das capacitações ao longo do período de 2011, por volta de 3.000 agentes públicos e sociais deixaram de ser capacitados. Finalmente, conclui-se que esse panorama causou uma mudança notável no curso das ações planejadas, impactando significativamente na meta indicada para o exercício de 2011.

No âmbito da ação 6877 também foram executados, em 2011, recursos inscritos em restos a pagar. Do total de R\$6.770.973,71 inscritos, 46,52% foram pagos, correspondentes a R\$3.150.098,50, e o montante de R\$3.620.875,21 foi reinscrito em restos a pagar em 2012. A execução destes recursos refere-se ao Projeto “Capacitação para Controle Social nos Municípios - Assistência Social e Programa Bolsa Família” (lotes 1, 3, 4, 5 e 6) e ao Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social executado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Capacitação

O Departamento de Formação e Disseminação (DFD) é o responsável pela gestão e pela implementação das ações de capacitação que visam ampliar as competências profissionais das áreas de assistência social e transferência de renda, a partir da disseminação de conceitos e metodologias de intervenção, demandados por políticas e programas de proteção social, e de instrumentos de planejamento, gerenciamento e operacionalização de serviços e benefícios, vinculados à proteção social não contributiva.

Dentre os projetos implementados em 2011, destaca-se a “Capacitação para Controle Social nos Municípios – Assistência Social e Programa Bolsa Família”. O projeto visa oferecer aos membros dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família (ICS/PBF) de todos os municípios brasileiros, os conhecimentos e atitudes essenciais ao desempenho de suas atribuições legais, de forma a aprimorar sua capacidade institucional e contribuir para a efetividade do controle social. A execução do projeto de capacitação teve início em 20 de janeiro de 2010 e transcorreu durante todo o exercício de 2011. A projeção total é a oferta de 21.310 vagas, distribuídas em 6 lotes de capacitação, de acordo com cada região brasileira. A gestão do projeto é responsabilidade do DFD/SAGI, com apoio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Como já dito anteriormente, pelo projeto, em 2011, foram capacitados 3.459 agentes públicos e sociais o que corresponde a 16,25% de execução do total do contrato e o que faz totalizar 60,86% de execução do total do projeto.

A título de esclarecimento, os lotes dos cursos da “Capacitação para Controle Social nos Municípios - Assistência Social e Programa Bolsa Família” foram divididos da seguinte maneira: lote 1 – Acre, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins; lote 2 – Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte; lote 3 – Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Paraíba e Sergipe; lote 4 – Minas Gerais e Rio de Janeiro; lote 5 – Santa Catarina e São Paulo; e lote 6 – Paraná e Rio Grande do Sul.

A execução dos lotes foi contratada com as seguintes empresas: a) Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos S/S LTDA (INBRAPE) – lotes 5 e 6; b) Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) lote 4; c) Prover Saúde e Meio Ambiente Ltda. – lote 1; e d) Solar Consultoria em Gestão e Pesquisa Ltda. (EPP) – lotes 2 e 3. Em dezembro de 2010 o projeto já contava com o lote 1 e o lote 6 encerrados. A Capacitação compreende uma Etapa Presencial, organizada em aulas expositivas e oficinas de aprendizagem, com carga horária total de 24 horas e duração de três dias, seguida e complementada de uma Etapa Não Presencial, destinada à elaboração de Relatório de Conclusão da Capacitação, com duração de 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir do encerramento da etapa presencial. Os lotes 1 e 5 já foram executados em sua totalidade e seus contratos já foram encerrados. A fase de execução do lote 6 já foi finalizada e seu último produto encontra-se em conferência e análise para pagamento e posterior encerramento contratual. Os demais lotes ainda se encontram em execução e possuem previsão de término no mês de julho de 2012.

A edição do material didático da capacitação ficou sob responsabilidade do MDS. A produção dos textos e o desenho instrucional ficaram a cargo da SAGI, SNAS, SENARC. A produção gráfica da publicação e a sua distribuição ficaram sob a responsabilidade da SAGI. Em 2011, para a devida continuidade do Projeto de Capacitação foram reimpressos e distribuídos 5 (cinco) mil exemplares do material didático em tela.

Devido à abrangência do projeto, presente em todos os municípios brasileiros e contemplando mais de 20 mil alunos, foi elaborado um Plano de Monitoramento e Avaliação. Para sua implementação foram contratadas, por meio de Acordo de Cooperação Técnica entre o MDS e o PNUD, consultorias técnicas para o desenvolvimento das atividades de monitoramento das etapas presencial (01 consultor para cada lote) e não presencial (01 consultor para cada 2 lotes). Os consultores da Etapa Presencial foram contratados para o acompanhamento dos cursos in loco e produção de relatórios técnicos, e os consultores da Etapa Não Presencial para o acompanhamento

desta etapa e produção de relatórios técnicos. Apresentamos, a seguir, um quadro com os números de execução física do projeto.

Quadro 64 - RESULTADOS QUANTITATIVOS PARCIAIS DA “CAPACITAÇÃO PARA CONTROLE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS – ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA” POR ALUNOS PARTICIPANTES E POR VALORES EXECUTADOS (DEZEMBRO DE 2011)

Empresa Executora	Lote	Previsão de Alunos Total de vagas	Nº de Alunos Capacitados 2011	Porcentagem de Execução do total (em nº de alunos)
Prover	1	3501	337	74,4%
Solar*	2	3565	155	28,4%
	3	3380	1908	56,45%
Unimontes	4	3598	543	51,7%
Inbrape**	5	3654	379	74,5%
	6	3612	137	79,12%
	Total	21310	3459	60,86%

Fonte: DFD/SAGI, 2011

O contrato de cada instituição executora prevê a entrega de 5 (cinco) produtos conforme o andamento da capacitação. Ao todo, foram pagos em 2011 R\$2.978.139,70, referentes ao lote 1 (Produtos 4 e 5), lote 2 (Produto 2), lote 5 (Produtos 4 e 5) e lote 6 (Produto 4).

É fundamental sublinhar que durante a execução do referido Projeto, houve auditoria realizada pela CGU, exigindo do DFD, as medidas cabíveis descritas anteriormente, impactando diretamente nos resultados planejados, havendo reordenamento do cronograma de capacitação original. Tal fato impactou diretamente nos resultados da capacitação em 2011. O novo cronograma estabelecido com as empresas foi condicionado às recomendações da CGU ocasionando: aditamento de prazo dos contratos das empresas e aditamento de prazo de contratos de alguns consultores envolvidos no acompanhamento dos lotes. Neste sentido, cabe salientar que a data de conclusão do Projeto foi estendida ao ano de 2012, quando parte dos resultados esperados para o exercício de 2011 poderão enfim ser observados.

Outra ação executada pelo DFD em 2011, com o objetivo de capacitar servidores públicos para a gestão estratégica de políticas de proteção e desenvolvimento social, aprimorando habilidades para trabalhar no âmbito dessas políticas sob distintos arranjos institucionais e contextos políticos, foi o curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social iniciado em 16 de março de 2010, com término em junho de 2011.

Executada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), por meio de descentralização de recursos, a especialização teve duração de 418 horas/aulas e foi ministrada inicialmente para 35 (trinta e cinco) servidores públicos do Executivo Federal com graduação em nível superior em cursos reconhecidos pelo MEC, sendo 25 (vinte e cinco) servidores do MDS e outros 10 (dez) dos seguintes órgãos parceiros: Casa Civil da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH); Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) e Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Social (SEPPPIR) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Ao final do curso, 34 alunos concluíram a Especialização, registrando apenas uma evasão. Ainda em 2011 foram pagos, pela SAGI, R\$ 171.958,80, restando apenas uma parcela a ser paga em 2012. Outro projeto executado no exercício em questão foi o Programa de Formação em Conceitos e Técnicas de Monitoramento e Avaliação para Programas do MDS, no âmbito das ações do Plano Brasil Sem Miséria (BSM). O Programa visa formar gestores e técnicos de estados e de outros Ministérios para elaborar diagnósticos e utilizar conceitos e instrumentos de monitoramento e avaliação de Programas do MDS no âmbito do BSM.

Os cursos foram ofertados na modalidade presencial e contemplaram três eixos principais de formação: construção e análise de indicadores para diagnósticos; conceito e instrumento para monitoramento de programas; conceitos e instrumento para avaliação de programas. Foram disponibilizadas duas turmas com 27 alunos cada, totalizando 40 horas aula, ambas no mês de novembro, em Brasília (DF). Ressalta-se que para a realização do Programa, foi construída importante parceria entre o MDS e a Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), que disponibilizou espaço físico e infraestrutura tecnológica.

Concomitante, outros projetos de formação executados em 2011 foram o curso “O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Participação Popular e o Controle Social na Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada: A experiência Brasileira”; o “Seminário Internacional sobre Proteção Social e Cidadania: Desafios para a Superação da Extrema Pobreza” e as Oficinas da SAGI.

O primeiro foi executado em parceria com Agência Brasileira de Cooperação e a Assessoria Internacional do MDS, com apoio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Foi realizado de 31 de outubro a 08 de novembro de 2011, com duração de 56 horas e foi ofertado a 32 representantes de esferas governamentais e da sociedade civil de países em desenvolvimento na cooperação sul-sul com atuação em segurança alimentar, direitos humanos e/ou controle de políticas públicas. O DFD atuou como coordenador do curso, em conjunto com a SESAN e a Assessoria Internacional do MDS, além de colaborar na elaboração do material didático e nas aulas que foram ministradas.

O “Seminário Internacional sobre Proteção Social e Cidadania: Desafios para a Superação da Extrema Pobreza” foi um evento desenvolvido em uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O evento discutiu temas relevantes que incidem na efetividade das políticas públicas de enfrentamento da pobreza e da desigualdade no Brasil e em outros países, com enfoque sobre a expressão mais complexa desta realidade, a extrema pobreza. Teve destaque o exame de modelos e estratégias em andamento e o debate acerca dos desafios para a produção de políticas públicas, com escopo multidimensional, de proteção social.

O Seminário integrou a finalização da parte presencial do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, coordenado pela ENAP em parceria com o MDS. Para os participantes do Curso, o Seminário também teve por objetivo apresentar temas e perspectivas não abordados ao longo das disciplinas, além de permitir a comparação em diversos contextos e o diálogo com outros profissionais. Participaram, além dos 34 alunos da especialização, 200 técnicos, gestores e acadêmicos ligados à área da política social.

Por fim, destacam-se as Oficinas da SAGI. Estas são oferecidas na modalidade a distância, voltadas para técnicos que atuam nas políticas de desenvolvimento social e população em geral. Em 2011 foram disponibilizadas Oficinas para as seguintes Ferramentas SAGI: MI Vetor, Relatórios de

Informações Sociais, Tabelas Sociais e Metas Desenvolvimento CRAS. No total, foram capacitadas 599 pessoas.

Apresentamos, a seguir, um quadro resumo com todas as ações de capacitação executadas em 2011, bem como o respectivo número de pessoas capacitadas por meio destas ações.

Quadro 65 - ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO

Ação	Descrição	Pessoas Capacitadas
Capacitação para Controle Social nos Municípios – Assistência Social e Bolsa Família	Foram capacitados os membros dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família (ICS/PBF) para o desempenho de suas atribuições legais.	3.459
Curso “O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Participação Popular e o Controle Social na Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada: A Experiência Brasileira”.	O projeto foi executado em parceria com Agência Brasileira de Cooperação e a Assessoria Internacional do MDS com apoio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Foi realizado de 31 de outubro a 08 de novembro de 2011, com duração de 56 horas e foi ofertado a 32 representantes de esferas governamentais e da sociedade civil de países em desenvolvimento na cooperação sul-sul com atuação em segurança alimentar, direitos humanos e/ou controle de políticas públicas.	32
Cursos de Conceitos e Técnicas para Elaboração de Diagnósticos e Monitoramento de Ações do Plano Brasil Sem Miséria.	Os cursos foram executados com apoio da Fundação Oswaldo Cruz e realizados nos períodos de 07 a 11 e de 21 a 25 de novembro, com duração de 40 horas, sendo ofertado a 54 técnicos e gestores estaduais da assistência social.	54
Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social	O projeto visou capacitar servidores públicos para a gestão estratégica de políticas de proteção e desenvolvimento social, aprimorando habilidades para trabalhar no âmbito dessas políticas sob distintos arranjos institucionais e contextos políticos.	34
Seminário Internacional sobre Proteção Social e Cidadania: Desafios para a Superação da Extrema Pobreza	O projeto visou discutir temas relevantes que incidem na efetividade das políticas públicas de enfrentamento da pobreza e da desigualdade no Brasil e em outros países, com enfoque sobre a expressão mais complexa desta realidade, a extrema pobreza.	200
Oficinas SAGI	As Oficinas SAGI são oferecidas na modalidade a distância, voltada para técnicos que atuam nas políticas de desenvolvimento social e população em geral. Atualmente, são oferecidas Oficinas para as seguintes Ferramentas SAGI: MI Vetor, Relatórios de Informações Sociais, Tabelas Sociais e Metas Desenvolvimento CRAS.	599
Total		4.378

Fonte: SAGI, 2011

Sendo assim, ao longo do ano de 2011, 4.378 pessoas foram capacitadas, o que representa 17,51% da meta estipulada inicialmente para o exercício.

Entretanto, cabe salientar, que o baixo percentual atingido da meta estabelecida de capacitações não é aplicável às ações executadas no mesmo ano, uma vez que houve rescisão contratual com a empresa EAQD Loreno Soluções em Educação e Tecnologia Ltda e a já descrita auditoria, pela CGU, imposta ao Projeto de “Capacitação para Controle Social nos Municípios - Assistência Social e Programa Bolsa Família”.

Disseminação

Os ciclos gerenciais de atividades da SAGI compreendem desde o processo de definição da atividade a ser realizada, passando por várias etapas que envolvem o desenho, a contratação e o acompanhamento dos trabalhos até a divulgação dos resultados, recorrendo a diversas estratégias, dentre elas, a produção e a disseminação de publicações. Portanto, o esforço de edição do conjunto de publicações sobre avaliação, monitoramento e capacitação promovidos pela SAGI, representa um dos componentes deste ciclo.

No processo de disseminação também são destinados recursos para o deslocamento de servidores na representação do MDS em eventos externos afetos à política de avaliação e monitoramento desenvolvida pela SAGI.

A disseminação do conhecimento produzido pelas ações de avaliação, monitoramento e capacitação, cumpre a dupla função de contribuir para a transparência da gestão pública e sistematizar e registrar as informações fundamentais para a retroalimentação dos programas. Entre as ações realizadas para alcançar esses objetivos, destacam-se: publicação de periódicos e livros, organização de eventos e a participação em missões internacionais.

A estratégia adotada em 2011 foi de ampliar tiragens, utilizar diferentes formatos e suportes, além de diversificar os canais de divulgação. Para tal, foram lançadas 7 publicações, 8 reimpressões e 8 Sumários Executivos de pesquisas foram produzidos. Entre as reimpressões, destacam-se os Cadernos de Estudos nº 05 e 13 que apresentam a síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS entre 2004 e 2010 e o livro “Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil” que registra elevada demanda por parte do público afeto à assistência social.

Entre as novas publicações destacam-se: o lançamento do primeiro número da “Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação”, realizada em parceria com a Rede Brasileira de Avaliação e Monitoramento; a publicação “Alimento: Direito Sagrado”, com os resultados da Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros; os livros e os relatórios do Censo SUAS 2009 e 2010, que apresentam resultados das coletas de informações sobre equipamentos de assistência social, gestão municipal e estadual da política de assistência social, conselhos de assistência social e entidades privadas. A iniciativa do Censo é umas das 10 práticas governamentais premiadas no 16º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido anualmente pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Quanto à utilização de diferentes formatos e mídias, foram produzidos CDs com compilação de documentos para distribuição em eventos e o site de disseminação no portal do MDS (<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao>) foi completamente reformulado com o

intuito de melhorar a organização do material e facilitar o acesso e a utilização do conhecimento produzido pela Secretaria.

Além das atividades relativas à SAGI, o DFD apoia as outras Secretarias do MDS para sistematização de conteúdos a serem publicados com a definição de parâmetro das publicações, diagramação, revisão de conteúdos, dentre outros. Três publicações distribuídas na VII Conferência de Assistência Social foram editadas em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social, além da publicação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que teve apoio editorial da equipe da SAGI.

Quadro 66 - RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES EDITADAS

Publicações	Descrição	Execução	Tiragem
CADERNOS DE ESTUDOS: DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM DEBATE			
Nº. 05: Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS	Sistematiza as pesquisas de avaliação de programas sociais concluídas entre 2004 e 2005 pelo MDS, por meio da SAGI	Tesouro	Reimpressão 8.000
Nº. 13: Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS	Sistematiza as pesquisas de avaliação de programas sociais concluídas entre 2006 e 2010 pelo MDS, por meio da SAGI	Tesouro	Reimpressão 8.000
FOLDERS – DIVULGAÇÃO			
Mini folder SAGI	Informações sobre as atribuições e atividades dos Departamentos da SAGI.	Tesouro	7.000
Censo SUAS 2010 Módulos: CRAS, CREAS, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselho Municipal, Conselho Estadual e Entidades Conveniadas	Traz seleção de dados e indicadores do Censo SUAS 2010	Tesouro	7.000
Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas	Informações sobre a pesquisa	Tesouro	3.000

Tituladas			
LIVROS			
Censo SUAS 2009 CRAS + CREAS + LUVA	Apresenta dados e análise sobre a estrutura física, os recursos humanos, o atendimento e os serviços prestados às famílias e indivíduos nos CRAS e CREAS	Tesouro	7.000
		Tesouro	Reimpressão 5.000
Alimento: Direito Sagrado. Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros	Apresenta os resultados da Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros, realizadas em Recife, Belém, Belo Horizonte e Porto Alegre	Tesouro	2.500
		Tesouro	Reimpressão 10.000
Censo SUAS 2010: CRAS, CREAS, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselhos Municipais, Conselhos Estaduais e Rede Privada	Esta publicação traz uma seleção de dados e indicadores do Censo SUAS 2010 e das edições passadas do levantamento, cobrindo diferentes temáticas levantadas no período, permitindo aos gestores e técnicos das três esferas de governo, assim como aos conselheiros e cidadãos, conhecer melhor os avanços, limitações e desafios da ação governamental na área e assim aprimorar os programas e serviços no âmbito do SUAS.	Tesouro	10.000
Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil	Esta publicação traz uma seleção de artigos que buscam estabelecer uma ponte entre a teoria que embasa a política social e a prática institucional recente materializada no Sistema Único de Assistência Social e no Programa Bolsa Família.	Tesouro	Reimpressão 8.000
Material Didático – Capacitação para Controle Social nos Municípios: Assistência Social e Programa Bolsa Família	Visa subsidiar as aulas presenciais e a elaboração do relatório de conclusão de curso da capacitação, constituindo-se também em um instrumento de consulta para os conselheiros municipais da assistência social e membros de instâncias de controle social do Programa Bolsa Família	Tesouro	Reimpressão 5.001
Publicação Apoio ANPOCS	Apoio ao 35º Encontro Anual da ANPOCS – Impressão do Guia de Programação	Tesouro	2.501
Guia de Políticas Quilombolas	Guia dos programas do MDS voltados para o atendimento de comunidades Quilombolas	Tesouro	Reimpressão 1.001
CDs			

CD – Pesquisas e publicações SAGI	Compilação contendo documentos produzidos pela SAGI para distribuição no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais promovido pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais	Tesouro	500
REVISTAS			
Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação – nº 1	Sistematização e disseminação de experiências e conhecimentos em monitoramento e avaliação (M&A)	Tesouro	3.000
		Tesouro	Reimpressão 8.000
OUTROS MATERIAIS			
Crachás e Guia de Programação e Pen Drive	Material produzido para o Seminário Internacional Proteção Social e Cidadania	Tesouro	250
Crachás, Filipetas e Certificados	Material utilizado nas Oficinas preparatórias regionais da Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas	Tesouro	1.200
Certificado da Capacitação para Controle Social nos Municípios	Certificado dos alunos que finalizaram o curso em 2010	Tesouro	2.300
Pasta Plano Brasil Sem Miséria	Pasta para documentos	Tesouro	1.000
TIRAGEM TOTAL			108.253
Sumários Executivos de Pesquisa – Versão Online			
Estudos sobre os Centros de Convivência de Idosos financiados pelo Fundo Nacional de Assistência Social			
Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos			
Estudo de competências básicas da formação de profissionais que atuam na execução e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)			
Diagnóstico de potencialidades de inclusão produtiva do público inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)			
Articulação do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada com os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social, especialmente os ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência			

Social (CREAS), em espaços metropolitanos de pobreza e vulnerabilidade.	
Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos Modalidade Leite (PAA-Leite) e das famílias dos beneficiários consumidores do leite.	
Pesquisa de Opinião: Conhecimento e Avaliação dos Programas Sociais do MDS pela população de baixa renda – primeira rodada	
Pesquisa de Opinião: Conhecimento e Avaliação dos Programas Sociais do MDS – segunda rodada	
Publicações editadas com apoio da SAGI para SNAS e SESAN	
Cadernos de Textos da VII Conferência Nacional de Assistência Social	N/A
Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	N/A
CRAS que temos e CRAS que queremos	N/A
Caderno SUAS V – Financiamento da Assistência Social no Brasil	N/A

Fonte: DFD/SAGI,2011

Outra estratégia adotada pela SAGI foi a organização de eventos que trataram prioritariamente de temas afetos à avaliação e ao monitoramento e a construção de políticas de desenvolvimento social. Entre as ações organizadas estão: reuniões para apresentação de resultados de pesquisas, oficinas de trabalho e seminários.

A SAGI também apoiou e participou de três importantes eventos da área de avaliação e monitoramento: O 35º Encontro Anual da ANPOCS, com a produção do guia de programação do evento e a realização de um fórum temático sobre o Plano Brasil Sem Miséria; o III Seminário da Rede Brasileira de Avaliação e Monitoramento que resultou na edição da Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação; e a 2ª Conferência do Desenvolvimento que contou com um stand do MDS organizado pela SAGI e pela SENARC.

Destaca-se ainda a participação da SAGI em um conjunto amplo de atividades de cooperação internacional, missões técnicas e eventos externos afetos à política de avaliação e monitoramento desenvolvida pela Secretaria. Dessa forma, mediante a designação de servidores de seu quadro técnico, a SAGI recepcionou ou esteve presente em várias missões internacionais, em países como Peru, Equador, Paraguai, Uruguai, Chile e na FAO-Roma. Tais atividades vêm apresentando os desdobramentos, relacionados a seguir.

Quadro 67 - RELAÇÃO DAS MISSÕES TÉCNICAS INTERNACIONAIS REALIZADAS PELA SAGI

Missão Técnica (país / projeto)	Data	Local	Participantes SAGI (Depto; Gab)
Equador - III Reunião Grupo de Trabalho Cooperação Técnica	13 a 19/02/2011	Quito/Equador	Departamento de Avaliação
Paraguai - I reunião temática: Economia Social e Solidariedade	21/03 a 23/03/2011	Assunção/Paraguai	Departamento de Monitoramento
Peru - Gestão descentralizada dos programas sociais	28/03 a 01/04	Lima/Peru	Gabinete
México - <i>The Art of BusinessCoaching</i>	12/04 a 19/04/2011	Querétaro/México	Gabinete
Seminário de Investigação “Balanço e Contexto das Políticas Sociais no MERCOSUL	23 a 24/08/2011	Assunção/Paraguai	Departamento de Avaliação
Mesa Redonda de Discussões sobre monitoramento da Segurança Alimentar (evento da FAO/Nações Unidas)	12 e 13/09/2011	Roma/Itália	Gabinete
Conferência Internacional sobre Capacidades Nacionais de Avaliação	12 a 14/09/2011	Johanesburgo/África do Sul	Departamento de Avaliação
Peru - VI Reunião do Grupo de Cooperação Técnica Brasil/Peru	17 a 21/10/2011	Lima/Peru	Departamento de Formação e Disseminação
Oficina de Especialistas em Gestão Baseada em Resultados.	12 a 16/11/2011	Nova Iorque/EUA	Departamento de Avaliação
VII Conferência da Rede de Monitoramento e Avaliação da América Latina e Caribe.	12 a 18/11/2011	Santo Domingo/ Republica Dominicana	Departamento de Avaliação

Fonte: SAGI, 2011

Quadro 68 - RELAÇÃO DAS MISSÕES TÉCNICAS INTERNACIONAIS RECEBIDAS PELA SAGI

Missão Técnica (país / projeto)	Data	Local	Participantes SAGI (Depto; Gab)
Quênia - visita técnica ao MDS	16 a 20/05/2011	MDS/Brasília	Gabinete e Departamento de Avaliação
Chile - visita técnica ao MDS	26/07/2011	MDS/Brasília	Departamento de Avaliação
Brasil - realização do Curso "O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Participação Popular e o Controle Social na Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada: A Experiência Brasileira" pela SAGI, pela Assessoria Internacional e pela SESAN, em parceria com a ABC	31/10 a 08/11/11	Salvador (BA)	Departamento de Formação e Disseminação

Honduras - visita técnica à SAGI	24/11/2011	MDS/SAGI/Brasília	Gabinete
Holanda - visita técnica ao MDS	25/11/2011	Assessoria Internacional do MDS/Brasília	Gabinete
Peru - visita técnica de representantes do Ministério do Desenvolvimento e Inclusão Social (MIDIS) à SAGI	15/12/2011	MDS/SAGI/Brasília	Gabinete e Departamento de Formação e Disseminação

Fonte: SAGI, 2011

Quadro 69 - RELAÇÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS EM FASE PRELIMINAR - SAGI

País / Projeto	Instituição	Participantes SAGI (Depto; Gab)	Situação
Peru - Projeto de Avaliação e Monitoramento	Ministerio de la Mujer y Desarrollo Social (MIMDES)	Departamento de Formação e Disseminação	Proposta de projeto elaborada. Encontra-se em avaliação na SAGI.
Peru - Projeto de Avaliação e Monitoramento	Ministerio del Desarrollo e Inclusión Social (MIDIS)	Departamento de Formação e Disseminação	A SAGI apresentou desenho de projeto.
El Salvador - Projeto de Cooperação Técnica para Implementação e Gestão do Sistema de Proteção Social em El Salvador	Secretaria de Inclusión Social	Departamento de Avaliação	Segundo AI/GM, o processo está em andamento. <u>Atividade 1:</u> Realizar oficina no Brasil sobre mecanismos de gestão de políticas e estabelecimento de diretrizes para o planejamento de um sistema de avaliação e gestão de políticas sociais, seguida de estágio de técnico salvadorenho na SAGI. <u>Atividade 2:</u> Realizar missão de técnicos do MDS a El Salvador para prestar assistência técnica e acompanhar o processo de planejamento de um sistema de avaliação e gestão de políticas sociais.
Quênia - Cooperação Técnica Trilateral Brasil, Quênia e Reino Unido	Ministério do Gênero, Infância e Desenvolvimento Social (MGCSO)	Departamento de Avaliação	Foi criado um Grupo Técnico (GT) para construir um projeto. O MDS é representado pela Assessoria Internacional (AI), SAGI e SENARC, o MGCSO por três técnicos e o Reino Unido pelo consultor brasileiro contratado para apoiar na cooperação. Em Construção.
Equador - Projeto de Capacitação em metodologias e instrumentos para a avaliação de programas sociais integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento do Equador	SENPLADES - Secretaria Nacional de Planificación y Desarrollo	Departamento de Formação e Disseminação (DFD) e Departamento de Avaliação (DA)	Projeto pendente de assinatura pela parte equatoriana.

Brasil - Programa Eurosocial II	ENAP -Escola Nacional de Administração Pública	Departamento de Formação e Disseminação (DFD) e Gabinete (GAB)	Foi realizada uma primeira reunião, em 08/09/2011, para exposição de demandas do MDS ao Programa EuroSocial II, com participação da SAGI, SNAS e AI. Posteriormente, houve um segundo encontro, entre os dias 16 e 18 /11, para estabelecer diretrizes, temas e linhas de ação das atividades de cooperação. Participaram: França, Itália, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile, Costa Rica, Honduras, Panamá, Peru e Equador. O Projeto ainda não foi iniciado.
MERCOSUL - Curso de Capacitação em Princípios, Conceitos e Práticas do Processo de Integração Regional do MERCOSUL e a Construção da Institucionalidade Social	CEFIR - Centro de Formación para la Integración Regional	Gabinete (GAB)	Brasil (EAD) - Uruguai (28 a 30/11/11).
MERCOSUL - Construção do Sistema de Informação Regional de Políticas e Indicadores Sociais do MERCOSUL (SIMPIS)	CEFIR - Centro de Formación para la Integración Regional	Departamento de Avaliação (DA)	Em fase de construção de uma proposta de painel de indicadores. A primeira videoconferência ocorreu em 24/11/11.

Fonte: SAGI, 2011

Indicadores de Desempenho da Ação 4923

Indicador de Eficácia

a) Utilidade

O indicador de nível de Eficácia Global (Efg) é dado pela relação entre as IAeM concluídas e o CPA do ano base e mede o grau de completude de programas ou ações que foram avaliadas no ano base e reflete o fluxo das iniciativas.

b) Tipo

Eficácia

c) Fórmula de cálculo

Indicador Global de Eficácia

$$Efg = \frac{\sum_{s=1}^3 \sum_{x=1}^m Pj_{s,x}}{\sum_{s=1}^3 \sum_{x=1}^n Pg_{s,y}}$$

onde:

$P_{j, s, x}$ = Iniciativas x : $\{1..m\}$ de avaliação e monitoramento das ações ou programas da política s : $\{PNAS, PENARC, PESAN\}$, concluídas no ano base.

$P_{g, s, y}$ = Ações ou programas y : $\{1..n\}$ da política s : $\{PNAS, PENARC, PESAN\}$ do PPA do ano base

d) Método de Aferição

Efg = Muito bom, se	$Efg \geq 0,5$
Bom, se	$0,4 \leq Efg < 0,5$
Regular, se	$0,3 \leq Efg < 0,4$
Ruim, se	$0,2 \leq Efg < 0,3$
Muito ruim, se	$Efg < 0,2$

e) Áreas responsáveis pelo cálculo e/ou medição: DA e DM.

f) Resultado do indicador no exercício: Efg = 6,50.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

Indicador de Eficiência

a) Utilidade

O indicador de eficiência pondera os indicadores específicos de eficácia pela relação custo das iniciativas de avaliação e monitoramento dos programas ou ações pelo custo global do conjunto de programas e ações das políticas sociais do MDS:

b) Tipo

Eficiência

c) Fórmula de cálculo

$$FC_s = \frac{\sum_{x=1}^m Cj_{s,x}}{\sum_{x=1}^m Cg_{s,x}}$$

Onde:

$C_{j, s, x}$ = custo total das iniciativas de avaliação e monitoramento das ações e programas

Cg, s,x = custo total das destas ações e programas das políticas

s: {política nacional de assistência social, política nacional de transferência de renda de cidadania e política nacional de segurança alimentar e nutricional}

e considerando as categorias de FCs, o indicador de relação de custos(FCA) será dado por:

$$FCA_s = \begin{array}{ll} 1, & \text{se } FC_s \geq 0,05 \\ 2, & \text{se } 0,01 \leq FC_s < 0,05 \\ 3, & \text{se } FC_s < 0,01 \end{array}$$

O indicador de eficiência Ec será medido pela ponderação dos indicadores de eficácia específicos (EF_s) pelos FCA_s

$$Ec = \sum_{s=1}^3 EF_s * FCA_s$$

d) Método de Aferição

$$\begin{array}{ll} Ec = \text{Muito bom, se} & Ec \geq 4,5 \\ \text{Bom, se} & 3,5 \leq Ec < 4,5 \\ \text{Regular, se} & 2,5 \leq Ec < 3,5 \\ \text{Ruim, se} & 1,5 \leq Ec < 2,5 \\ \text{Muito ruim, se} & Ec < 1,5 \end{array}$$

e) Áreas responsáveis pelo cálculo e/ou medição: DA e DM.

f) Resultado do indicador no exercício: Ec = 6,05.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

Indicador de Efetividade

a) Utilidade

O indicador de efetividade é mensurado pela relação entre o número de iniciativas concluídas com repasse dos resultados (devolutiva) para as Secretarias responsáveis pelas políticas sociais no

sentido de instrumentá-las nas ações de ajustes necessários e o total da demanda de iniciativas que incluem aquelas concluídas e aquelas não executadas, por cancelamento ou interrupção.

b) Tipo: Efetividade

c) Fórmula de cálculo

$$Et = \frac{\sum_{s=1}^3 \sum_{x=1}^m Pc_{s,x}}{\sum_{s=1}^3 \sum_{y=1}^n Pd_{s,y}}$$

Onde

$Pc_{s,x}$ = Iniciativas (x) de avaliação e monitoramento das ações e programas das políticas (s) sociais do MDS com repasse de resultados às Secretarias responsáveis, no ano base

$Pd_{s,y}$ = Demanda (y) realizada (concluída) de avaliação e monitoramento das ações ou programas das políticas sociais (s) acrescidas das iniciativas que por algum motivo tenha sido cancelada ou interrompida.

d) Método de Aferição

Et = Muito bom, se	Et >= 0,75
Bom, se	0,65 <= Et < 0,75
Regular, se	0,55 <= Et < 0,65
Ruim, se	0,45 <= Et < 0,55
Muito ruim, se	Et < 0,45

e) Áreas responsáveis pelo cálculo e/ou medição: DA e DM.

f) Resultado do indicador no exercício: Et = 0,71.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

Análise do desempenho - Ação 4923

Quadro 70 - AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO OPERACIONAL - AÇÃO 4923, ANOS 2008, 2009, 2010 e 2011

Indicadores	2008	2009	2010	2011
Eficácia Global (Efg)	0,41 (Bom)	0,47 (Bom)	2,35 (Muito Bom)	6,50 (Muito Bom)
Eficiência (Ec)	3,83 (Bom)	4,50 (Muito Bom)	7,50 (Muito Bom)	6,05 (Muito Bom)
Efetividade (Et)	0,79 (Muito Bom)	0,89 (Muito Bom)	0,72 (Bom)	0,71 (Bom)

Fonte: DA e DM/SAGI/MDS

O Quadro 21 mostra a evolução dos indicadores utilizados na avaliação do desempenho da ação 4923 em relação aos três aspectos nominados: eficácia, eficiência e efetividade. Os indicadores permaneceram nos mesmos patamares do exercício anterior, com destaque para o acréscimo significativo do resultado obtido para o indicador referente à eficácia da ação. Este resultado decorre do expressivo número de pesquisas concluídas em 2011 – treze, como já informado neste relatório. Por isso, não se faz referência a nenhuma “disfunção estrutural ou situacional que tenha impactado” os resultados obtidos para os indicadores.

Indicadores de Desempenho da Ação 6877

Indicador de eficácia

a) Utilidade

Medir o grau de interesse (mobilização), o nível de participação e a taxa de conclusão de um projeto de capacitação.

b) Tipo: Eficácia

c) Fórmula de Cálculo

$$\text{Ind}_1 = \alpha * I_{\text{Matr}} + \beta * I_{\text{Part}} + \gamma * I_{\text{Concl}}$$

Onde:

α , β e γ representam os fatores de ponderação de cada um dos índices que compõem o indicador Ind_1 , podem variar de um projeto para outro e obedecem à seguinte relação: $\alpha + \beta + \gamma = 1$.

Todos os índices I_{Matr} , I_{Part} , e I_{Concl} têm valores compreendidos entre 0 e 1.

Índice de Matrícula I_{Matr}

$$I_{\text{Matr}} = \text{Matr} / V$$

Onde:

Matr é o número de matrículas alcançado pela ação de capacitação de agentes públicos e sociais e V é o número de vagas ofertadas pela mesma ação. Caso $\text{Matr} > V$, o Índice de Matrícula será igual a 1: esta situação sinaliza a existência de uma demanda maior do que o número de vagas ofertadas e enseja a possibilidade de criação de um “cadastro de reservas” para suprir eventuais desistências e possibilitar o remanejamento das vagas assim liberadas.

Índice de Participação I_{Part}

$$I_{\text{Part}} = \text{Part} / M$$

Onde:

Part é o número de participantes efetivos da ação de capacitação de agentes públicos e sociais, e M representa a meta quantitativa do projeto, qual seja o número de participantes a ser alcançado. Se $\text{Part} > M$, terá havido superação da meta e o Índice de Participação será igual a 1.

Índice de Conclusão I_{Concl}

$$I_{\text{Concl}} = \text{Concl} / \text{Part}$$

Onde:

Concl é o número de participantes concluintes (ou aprovados) segundo critérios de avaliação de aprendizagem especificados pela ação de capacitação de agentes públicos e sociais e Part é o número de participantes efetivos mencionados anteriormente. O Índice de Conclusão nunca poderá ser superior a 1.

d) Método de Aferição

Os valores de V (vagas ofertadas) e M (resultado a ser alcançado pela ação de capacitação) deverão constar nos Termos de Referência da respectiva ação.

Os fatores de ponderação α , β e γ serão determinados para cada projeto de capacitação em função das suas características.

O valor de Matr (número de matrículas) será apurado a partir da constituição de um cadastro contendo as informações de perfil dos agentes públicos ou sociais que constituem o público alvo da ação de capacitação e que, ao preencher o cadastro, manifestarão o desejo de participar da ação. A montagem e atualização deste cadastro serão de responsabilidade da(s) instituição(ões) encarregada(s) da execução da ação de capacitação, de acordo com modelo estabelecido pela SAGI.

O valor de Part (número de participantes efetivos do projeto de capacitação) será apurado a partir de registros de frequência estabelecidos para a ação. Tratando-se de capacitação presencial, o registro será feito em folha de frequência assinada pelos participantes de acordo com os critérios fixados (por aula, por expediente etc.). No caso de capacitação a distância, a frequência será registrada a partir da medição de tempo de conexão feita pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Os registros de frequência serão de responsabilidade da(s) instituição(ões) encarregada(s) da execução da ação de capacitação, de acordo com modelo e procedimentos estabelecidos pela SAGI.

O valor de Concl (número de concluintes) será apurado a partir dos critérios definidos na ação de capacitação para o processo de avaliação de aprendizagem. A avaliação de aprendizagem será de

responsabilidade da(s) instituição(ões) encarregada(s) da execução da ação de capacitação, de acordo com os termos estabelecidos pela SAGI.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição

O Departamento de Formação e Disseminação – DFD/SAGI é responsável pelo cálculo do indicador, a partir dos dados coletados e dos registros efetuados pela(s) instituição(ões) encarregada(s) da execução da ação de capacitação.

f) Resultado do indicador no exercício

O indicador Ind1 para a ação de capacitação de agentes públicos e sociais foi obtido a partir dos valores a seguir apresentados e em função de parâmetros, alguns estabelecidos nos instrumentos contratuais com as Agências Capacitadoras responsáveis pela execução do projeto e outros definidos pela SAGI.

$$M = 25.000$$

$$V = 8.304$$

$$A = 0,3; \beta = 0,5 \text{ e } \gamma = 0,2$$

$$\text{Matr} = 5509$$

$$\text{Part} = 4378$$

$$\text{Concl} = 4378$$

$$\text{Ind}_1 = \alpha * I_{\text{Matr}} + \beta * I_{\text{Part}} + \gamma * I_{\text{Concl}}$$

$$\text{Ind}_1 = 0,3 * 8.103/8.304 + 0,5 * 4.378/25.000 + 0,2 * 4.378/4.378 =$$

$$0,29 + 0,087 + 0,2 = 0,577$$

Ou 57,7% de eficácia

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Como observado anteriormente, os resultados planejados para 2011 do Projeto de Capacitação para Controle Social nos Municípios – Assistência Social e Bolsa Família foram impactados pela auditoria da CGU. Conforme demonstrado, o projeto inicialmente teve seu cronograma de capacitação alterado, dado que, por ocasião da referida auditoria, as instituições executoras foram obrigadas a repactuar as datas de realização das turmas, devido à paralisação do Projeto. Importante destacar que esta nova configuração obrigou as instituições executoras a realizar novo processo de mobilização junto a municípios e fornecedores, aditando os contratos celebrados anteriormente junto ao MDS e por fim fazendo com que resultados previstos para serem obtidos em 2011, sejam percebidos somente em 2012.

Outra causa situacional que impactou no resultado do indicador foi a rescisão contratual com a Empresa Loreno EAQD. Como demonstrado anteriormente, a empresa havia sido contratada para a

construção de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e oferecimento de cursos. Porém, durante a execução contratual, a má qualidade demonstrada pelos serviços prestados obrigou o DFD solicitar a rescisão unilateral do contrato. Assim não foram ofertados cursos de Educação a Distância contratados junto a referida empresa, impactando o resultado final da ação de capacitação.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

No caso do Projeto Capacitação para Controle Social nos Municípios – Assistência Social e Bolsa Família, o plano de providências aprovado junto a CGU previa a adequação do Projeto às exigências impostas no relatório de auditoria. As medidas foram implementadas e acatadas pelo órgão de controle, permitindo a continuidade do Projeto com novo cronograma de realização e consequentemente postergando parte dos resultados esperados para o ano de 2012.

i) Observação

Propõe-se a criação da seguinte escala para qualificar a eficácia da ação de capacitação da SAGI.

$Ind_1 \geq 80\%$ - muito bom

$60\% \leq Ind_1 < 80\%$ - bom

$40\% \leq Ind_1 < 60\%$ - regular

$20\% \leq Ind_1 < 40\%$ - ruim

$Ind_1 < 20\%$ - muito ruim

A meta da SAGI é de que a ação de capacitação atinja, no mínimo, o conceito “regular” em eficácia.

Indicador de eficiência

a) Utilidade

Medir o custo por participante e por mês da ação de capacitação

b) Tipo

Eficiência

c) Fórmula de Cálculo

$$Ind_2 = CP_{Realizado} / CP_{Planejado} * T_{Realizado} / T_{Planejado}$$

Onde:

$CP_{Planejado}$ é o custo por participante que foi orçado

$CP_{\text{Realizado}}$ é o custo efetivo por participante

$T_{\text{Planejado}}$ é o prazo de execução da ação de capacitação tal como foi planejada

$T_{\text{Realizado}}$ é o prazo efetivo de execução da ação de capacitação

CP é o custo total CT (planejado ou realizado) dividido pelo quantitativo de participantes Part (planejado ou realizado)

O valor de Ind_2 igual a 1 significa que os recursos utilizados e o prazo despendido corresponderam ao planejado. A eficiência será tanto maior quanto o indicador Ind_2 for menor, sendo inferior a 1 e a eficiência será tanto menor quanto o indicador Ind_2 for maior, sendo superior a 1.

d) Método de Aferição

Os valores planejados para CP e T são parte do planejamento da SAGI, ao passo que os valores realizados para as mesmas variáveis são aferidos no final da execução da ação de capacitação.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição

O Departamento de Formação e Disseminação – DFD/SAGI é responsável pelo cálculo do indicador, a partir dos dados planejados e dos registros efetuados ao final da execução da ação de capacitação.

f) Resultado do indicador no exercício

O indicador Ind_2 para a ação de capacitação de agentes públicos e sociais foi obtido a partir dos valores a seguir apresentados.

$$CT_{\text{Planejado}} = 6.462.809,36$$

$$Part_{\text{Planejado}} = 8.304$$

$$CP_{\text{Planejado}} = 6.462.809,36 / 8.304 = 778,27$$

$$T_{\text{Planejado}} = 12 \text{ meses}$$

$$CT_{\text{Realizado}} = 3.155.528,50$$

$$Part_{\text{Realizado}} = 4.378$$

$$CP_{\text{Realizado}} = 3.155.528,50 / 4.378 = 720,77$$

$$T_{\text{Realizado}} = 12 \text{ meses}$$

$$Ind_2 = CP_{\text{Realizado}} / CP_{\text{Planejado}} * T_{\text{Realizado}} / T_{\text{Planejado}}$$

$$Ind_2 = 720,77 / 778,27 * 12 / 12 = 0,926$$

Para cálculo do Custo Total Realizado considerou-se os valores pagos em 2011 e em Restos a pagar correspondentes à ação em questão. O Custo Total Planejado resultou do produto do número de vagas planejadas pelo Custo por Participante Planejado.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Em relação ao Projeto “Capacitação para Controle Social nos Municípios – Assistência Social e Bolsa Família”, conforme dito anteriormente, a auditoria realizada pela CGU, impactou no cronograma inicial da execução do Projeto.

Em relação a contratação da Empresa Loreno EAQD, conforme dito anteriormente, o contrato em questão foi rescindido no início de 2011, de acordo com a Cláusula Décima do contrato nº 31/2010 e nos artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:

Após o encaminhamento do relatório de auditoria da CGU ao DFD, as seguintes medidas foram tomadas em caráter preventivo: a) suspensão dos pagamentos dos produtos encaminhados pelas empresas (INBRAPE, UNIMONTES e PROVER), dado que este Departamento julgou necessário responder satisfatoriamente todas as recomendações efetuadas pelo órgão de controle; b) suspensão da execução do Projeto, haja vista, a necessidade de adequar às exigências expressas no relatório de auditoria.

Assim, as duas medidas acima, impactaram respectivamente na execução financeira do Departamento: a) os pagamentos foram realizados em atraso, o que retardou ainda mais, a execução de novas turmas, dado que as contratadas necessitam do pagamento dos referidos produtos para a efetivação da contratação de fornecedores que viabilizem a logística e infraestrutura da capacitação; b) os seis meses de paralisação do Projeto fizeram com que as executoras repactuassem seus cronogramas de execução, postergando a realização da capacitação para o ano de 2012, obrigando o DFD a inserir em Restos a Pagar os valores relativos aos pagamentos dos produtos anteriormente previstos para o exercício de 2011. É também importante destacar que os produtos contratados, conforme previsto no Termo de Referência, estão diretamente vinculados aos percentuais de realização de turmas e de alunos capacitados, o que justifica o adiamento da entrega desses produtos.

No tocante à rescisão de contrato firmado entre o MDS e a empresa Loreno EAQD, os recursos previstos para serem executados mediante os serviços contratados não foram efetivados, uma vez que o contrato foi rescindido no início de 2011. Sendo assim, as capacitações previstas no projeto foram canceladas, não chegando a ser executadas.

Observação:

Propõe-se a criação da seguinte escala para qualificar a eficiência a ação de capacitação da SAGI.

$0,9 < \text{Ind}_2 < 1,1$ – muito bom

$\text{Ind}_2 < 0,9$ ou $\text{Ind}_2 > 1,1$ - bom

$\text{Ind}_2 < 0,8$ ou $\text{Ind}_2 > 1,2$ - regular

$\text{Ind}_2 < 0,7$ ou $\text{Ind}_2 > 1,3$ - ruim

$\text{Ind}_2 < 0,6$ ou $\text{Ind}_2 > 1,4$ – muito ruim

A meta da SAGI é de que a ação de capacitação atinja, no mínimo, o conceito “bom” em eficiência.

Indicador de efetividade

Dada a natureza da ação, a formulação de um indicador de efetividade exigiria a realização de uma pesquisa capaz de avaliar os efeitos da capacitação sobre o desempenho das atividades institucionais desenvolvidas pelos capacitados.

Uma pesquisa com este objetivo teria que ter um desenho extremamente complexo, além de ser longitudinal. Por um lado, seria necessário diagnosticar a situação dos serviços de assistência social e o de transferência de renda antes da capacitação, a importância relativa desse profissional selecionado na operacionalização dos serviços; acompanhar mudanças político-administrativas nos estados e municípios; procurar captar, após um período de tempo, as alterações ocorridas e separar os efeitos da capacitação de três ou quatro conselheiros ou coordenadores na execução dos serviços. Portanto, seria necessário contratar uma pesquisa para cada ente da federação para o qual se realizou a capacitação, o que não foi ainda possível. Em decorrência disso, ainda, não foi apresentado um indicador de efetividade para esta ação.

Análise do desempenho - Ação 6877

Os resultados da ação apresentam um hiato entre o número de vagas disponibilizadas (8.304) e o número de efetivamente capacitados (4.378). Essa diferença corresponde à negativa de parte dos municípios em enviar o quantitativo de agentes públicos correspondente ao número de vagas que lhes foram disponibilizadas, no que pese o esforço desenvolvido pelo MDS, Conselho Nacional de Assistência Social e instituições executoras dos projetos de capacitação na divulgação e mobilização do público alvo.

Cabe ressaltar ainda, que no final do ano de 2010 já havia um esforço das instituições executoras na mobilização de participantes para a capacitação visando o encerramento do contrato conforme cronograma inicial. Esse esforço foi em grande parte perdido, devido à paralização das atividades no primeiro semestre de 2011 para adequação às exigências da CGU.

Dessa forma, foi necessário reestabelecer o vínculo com os municípios e reiniciar o processo de mobilização, o que causou dispersão de muitos alunos. Além disso, foram realizadas conferências municipais, estaduais e nacional da assistência social no segundo semestre de 2011, o que impossibilitou a participação de muitos conselheiros que já haviam manifestado interesse na capacitação, pois ocorreu conflito de agenda entre os eventos.

Cabe salientar que a rescisão do contrato com a Empresa Loreno EAQD impossibilitou a oferta de cursos a distância prejudicando o resultado de execução previsto para a ação de capacitação.

Finalmente, conclui-se que os indicadores demonstram em números os fatos relatados: o desempenho relativo à eficácia foi prejudicado devido ao cancelamento do contrato com a Empresa Loreno EAQD, cujo projeto previa a maior parcela da meta estipulada e nada foi executado; porém, dos projetos executados, o desempenho relativo à eficiência foi “muito bom”.

Indicadores de Desempenho das Ações da SAGI para o Relatório de Gestão de 2012

Emprega-se neste relatório o mesmo conjunto de indicadores utilizado ininterruptamente desde o Relatório de Gestão 2008, o que possibilita a análise da evolução do desempenho das Ações 4923 e 6877 nos quatro últimos exercícios. Esses indicadores já receberam, inclusive, menções elogiosas das equipes de auditores da Controladoria-Geral da União encarregadas da elaboração do Relatório de Auditoria Anual de Contas de 2009. Não obstante, convém sinalizar, desde já, a intenção desta Secretaria em adotar novos indicadores, a partir do próximo exercício. Indicadores estes que reflitam com maior precisão a estrutura organizacional da SAGI, consoante o disposto no Decreto nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010, e que sejam mais sensíveis às particularidades dos processos de trabalho, fluxos administrativos da unidade, atividades e produtos desenvolvidos nos campos:

- aplicativos informacionais,
- instrumentos de monitoramento,
- pesquisas de avaliação,
- publicações produzidas,
- eventos de disseminação, e
- capacitações de diferentes naturezas.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro 71 - A.5.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	18	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	*	18	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	9	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	5	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	4	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	9	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	-	27	-	-

Fonte: Sistema Data Warehouse - DW/SIAPE - CGRH/SE/MDS. *Inexiste quota individualizada para a UJ. No total de 108 foi acrescido o total de 05 servidores anistiados.

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

Quadro 72 - A.5.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas*	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-

2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	1

Fonte: SIAPE

* (Lei nº 9020/95)

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Quadro 73 - A.5.3 - DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	37	34	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	37	34	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-

		3		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	5	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		4		
1.2.4. Sem vínculo		22		
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	3	3	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		3		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	40	37	-	-

Fonte: Sistema Data Warehouse - DW/SIAPE - CGRH/SE/MDS. *Inexiste quota individualizada para a UJ

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

Quadro 74 - A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	7	11	7	1	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	6	7	4	1	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	4	3	-	1
2. Provimento de cargo em comissão	16	14	6	1	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	14	6	1	-
2.3. Funções gratificadas	3	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	23	25	13	2	1

Fonte: Sistema Data Warehouse - DW/SIAPE - CGRH/SE/MDS.

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro 75- A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	1	24	-	2	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	1	15	-	2	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	9	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	3	32	-	2	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	3	29	-	2	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	3	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	-	4	56	-	4	-
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: CGRH/SE/MDS

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 76 - A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Em R\$ 1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	2	2	1	1	6.726
1.1 Área Fim	2	2	1	1	6.726
1.2 Área Meio	-	-	-	-	-
2. Nível Médio	2	2	2	2	7.968
2.1 Área Fim	2	2	2	2	7.968
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	4	4	3	3	14.694

Fonte: Sistema SIAPE e SIAFI - CGRH/SAA/SE/MDS. * No campo de despesa no exercício foram somadas as despesas com bolsa estágio e o auxílio-transporte

Quadro 77 - A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.

[illegible]

	Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior												
	Exercícios	2011	1.393.226,43	582.742,74	151.916,19	52.042,21	98.329,41	20.608,77	169.509,10	-	-	2.468.374,85
		2010	1.362.896,00	378.799,21	170.301,34	27.126,89	91.436,77	5.164,00	80.271,08	2.148,67	-	2.118.143,96
		2009	956.836,72	297.527,32	99.992,10	36.450,66	38.580,74	-	55.483,96	-	-	1.484.871,50
Servidores ocupantes de Funções gratificadas												
	Exercícios	2011	18.144,67	1.556,75	3.556,86	149,70	3.921,46	960,00	9.328,96	-	-	37.618,40
		2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Data Warehouse - DW/SIAPE - CGRH/SE/MDS.

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

O quadro abaixo reflete o plano de cargos do MDS que exerce atividades de assistência técnica em projetos e programas na área de segurança alimentar, assistência social, cidadania; verificar, acompanhar e supervisionar os processos inerentes ao Sistema Único de Saúde, ao Sistema Único de Assistência Social e aos demais programas sociais do governo federal objeto de execução descentralizada; identificar situações em desacordo com os padrões estabelecidos em normas e legislação específica, quando não sejam privativas de outras carreiras ou cargos isolados, proporcionando ações orientadoras e corretivas, promovendo a melhoria dos processos e redução dos custos; aferir resultados, considerando os planos e objetivos definidos no Sistema Único de Assistência Social e demais políticas sociais; proceder à análise e avaliação dos dados obtidos, gerando informações que contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das ações e políticas sociais; apoiar e subsidiar as atividades de controle e de auditoria; e colaborar na definição de estratégias de execução das atividades de controle e avaliação, sob o aspecto da melhoria contínua e aperfeiçoamento das políticas sociais.

Quadro 78 - A.5.9 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Descrito acima	4	4	4	0	0
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Visando à contínua composição do quadro próprio de pessoal do Órgão, e atuando no sentido de cumprir junto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ao Termo de Conciliação Judicial celebrado pela União e Advocacia-Geral da União nos autos do Processo nº 00810.2006.017.10.00.7, junto ao Ministério Público do Trabalho, que trata da extinção dos 116 (cento e dezesseis) postos de trabalho terceirizados em discordância com o Decreto nº 2.271, de 1997, informamos que esta Pasta tem buscado atender as solicitações do Ministério do Planejamento que tratam do assunto, a fim de que o processo de realização do concurso ocorrerá no prazo estabelecido.					

Fonte: Lei nº 12.094/2009 e CGRH/SAA/MDS

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Não ocorreram autorizações em 2011.

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Informação consolidada no relatório da UJ SE.

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Os indicadores de Recursos Humanos constam do relatório da Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva que agregou esse relatório.

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 79 - A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	15	18	38
	Entregaram a DBR	15	18	38
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: COGEP/CGRH/SAA/SE/MDS

8.2 Análise Crítica

No âmbito desta UJ, o acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Rendas fica a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MDS. A entrega das DBR é exigida no rol de documentos essenciais para a assinatura do termo de posse para as pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/90. Essa documentação permanece armazenada em pastas e caixas em envelopes lacrados, de modo a assegurar o sigilo fiscal das informações.

Aqueles que não optam pela entrega da autorização de acesso são cobrados mediante e-mails, memorandos, cartas e contatos telefônicos ao término de cada exercício financeiro. Quando se encerra o exercício da função ou cargo que ocupam nesta UJ, somente recebem a Declaração de Nada Consta, a qual afirma que não restam obrigações pendentes com esta Pasta, após a entrega da DBR ou da autorização de acesso.

Todos os servidores que se encontram em exercício neste MDS entregaram a DBR ou a autorização de acesso, de forma que não há pendências quanto ao exercício 2011, ano calendário 2010. Os servidores que já deixaram este órgão, mas não cumpriram com essa obrigação quando do desligamento, continuam sendo cobrados através dos meios disponíveis para que apresentem a DBR ou a autorização de acesso.

O MDS não conta com qualquer sistema informatizado capaz de aperfeiçoar o controle de entregas e cobrança daqueles que não cumprem com a obrigação de entregar a DBR.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
9.1 Estrutura de controles internos da UJ
Quadro 80 - A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					x
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					x
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
QUADRO 81 - A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					x
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores 3 Terceirizados 4				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		x			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				x	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		x			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					x
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			x		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				x	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100 %				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			x		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			x		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		x			
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					

(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

***PARTE C DO ANEXO II DA DN
108/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO
POR UNIDADE JURISDICIONADA
OU GRUPO DE UNIDADES AFINS***

26. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

26.1 Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação				FAO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Apoio à implementação e ao alcance de resultados da Estratégia Fome Zero.				UTF/BRA/064/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		93243-1/2011		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI	
Objetivo da consultoria:		EDITAL 101/2011 - Subsidiar a construção do Sistema de Monitoramento da situação de Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano a Alimentação Adequada no Brasil			
Período de Vigência		Remuneração em R\$			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28/10/2011	27/04/2012	46.440,00	210.227,00	0,00	0,00
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor em R\$
Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com análise da situação da Segurança Alimentar e Nutricional da evolução de variáveis de contexto para o acompanhamento das ações implementadas no âmbito da Estratégia de Erradicação da Extrema Pobreza.				28/11/2011	10.440,00

Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com análise da situação da Segurança Alimentar e Nutricional e a evolução da cobertura do Programa Bolsa Família e outros programas de transferência de renda.	12/01/2012	10.000,00
Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com análise da situação da Segurança Alimentar e Nutricional e a evolução da oportunidades e serviços relacionados à educação, saúde, habitação e assistência social.	05/03/2012	12.000,00
Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com análise da situação da Segurança Alimentar e Nutricional e a evolução da oportunidades e serviços relacionados à inclusão produtiva.	20/04/2012	14.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Alexander Cambraia Nascimento Vaz	CPF: 053.370.046-97	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação				FAO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Apoio à implementação e ao alcance de resultados da Estratégia Fome Zero.				UTF/BRA/064/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		89964-1/2011	Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI		
Objetivo da consultoria:		EDITAL 03/2011 - Contratação de profissional apto a avaliar a implementação e a percepção dos resultados do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-Árido: Segurança e Soberania Alimentar através do Acesso e Manejo Sustentáveis da Terra e das Águas - P1+2, na região do semiárido brasileiro.			
Período de Vigência		Remuneração em R\$			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/03/2011	31/10/2011	30.000,00	152.240,00	152.240,00	152.240,00
Diárias: 8.654,40 Passagens: 8.426,54					
Produtos Contratados					

Descrição		Data prevista de entrega	Valor em R\$
Planejamento da coleta de informações qualitativas.		29/04/11	9.500,00
Relatório descritivo das observações de campo e dos grupos focais; e proposta de estrutura analítica dos resultados encontrados.		07/07/11	10.000,00
Relatório final da pesquisa de campo.		31/10/11	10.500,00
Consultor contratado			
Nome do consultor:	Angela Cordeiro	CPF	749.074.767-87
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.			

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação				FAO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Apoio à implementação e ao alcance de resultados da Estratégia Fome Zero.				UTF/BRA/064/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		84934-1/2010		Secretaria:	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI
Objetivo da consultoria:		EDITAL 08/2010 - Contratação de Consultor na modalidade Produto para realização de estudos sobre as contribuições das pesquisas implementadas pela SAGI/MDS na área da segurança alimentar e nutricional.			
Período de Vigência		Remuneração em R\$			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21/06/2010	18/02/2011	48.000,00	105.145,00	105.145,00	209.965,00
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor em R\$

Produto 1 – Documento técnico contendo análise reflexiva sobre o conjunto dos principais resultados dos estudos realizados pela SAGI a respeito dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional – PAA e Cisternas	31/07/2010	12.000,00
Produto 2 – Documento técnico contendo análise reflexiva sobre o conjunto dos principais resultados dos estudos realizados pela SAGI a respeito dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional – Equipamentos de SAN (Cozinhas Comunitárias, Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos).	09/09/2010	12.000,00
Produto 3 – Documento contendo avaliação crítica sobre as contribuições das pesquisas realizadas pela SAGI para gestão e expansão dos programas de segurança alimentar e nutricional, bem como propondo estratégias para que os resultados das pesquisas sejam disseminados e internalizados pela SESAN / MDS.	14/01/2011	13.000,00
Produto 4 – Documento técnico contendo texto destinado à publicação com os pontos principais dos produtos anteriores, incorporando contribuições advindas do momento de apresentação e discussão dos resultados em reuniões internas com o MDS.	14/02/2011	11.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Anne Wallaser Kepple	CPF 248.147.528-30
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação				FAO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Apoio à implementação e ao alcance de resultados da Estratégia Fome Zero.				UTF/BRA/064/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		91417-1/2011	Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI		
Objetivo da consultoria:		EDITAL 13/2011 - Contratação de serviços de pessoa física para consultoria, na modalidade Produto, na área de Monitoramento visando subsidiar a construção e análise de indicadores dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS.			
Período de Vigência		Remuneração em R\$			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/05/2011	30/11/2011	60.000,00	263.979,00	263.979,00	263.979,00

Não		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor em R\$
Documento técnico contendo método, técnicas e ferramentas para a construção e análise de indicadores de produtos e resultados do programa cisternas P1MC.	26/06/11	12.000,00
Documento técnico contendo método, técnicas e ferramentas para a construção e análise de indicadores de produtos e resultados do programa cisternas- segunda água.	02/08/11	11.000,00
Documento técnico contendo método, técnicas e ferramentas para a construção e análise de indicadores de produtos e resultados do Programa Aquisição de Alimentos.	08/09/11	13.000,00
Documento técnico contendo método, técnicas e ferramentas para a construção e análise de indicadores de produtos e resultados do Programa Aquisição de Alimentos - rede de distribuição.	15/10/11	12.000,00
Documento técnico contendo método, técnicas e ferramentas para a construção e análise de indicadores de produtos e resultados do programa Cozinhas Comunitárias.	30/11/11	12.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Camila Nascimento Barros	CPF 726.776.431-20
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	FAO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Apoio à implementação e ao alcance de resultados da Estratégia Fome Zero.	UTF/BRA/064/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"	
Código do Contrato:	90623-1/2011
Secretaria:	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI
Objetivo da consultoria:	EDITAL 04/2011 - Avaliação de programas de desenvolvimento social e combate à pobreza, no âmbito do PRODOC UTF/BRA/064/BRA.

Período de Vigência		Remuneração em R\$			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
02/05/2011	30/11/2011	70.000,00	233.050,00	56.000,00	56.000,00
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor em R\$
Documento técnico contendo proposição de matriz de avaliação e monitoramento realizadas pela SAGI das ações sob gestão MDS em consonância com a matriz para análise, seleção e discussão de indicadores para o monitoramento da realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), no contexto da segurança alimentar no Brasil elaborada pelo CONSEA.				01/06/2011	16.000,00
Documento técnico comparando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS				16/07/2011	12.000,00
Documento técnico contendo organização e sistematização de uma oficina técnica para debater proposta de pesquisa avaliativa do PAA sob a ótica dos receptores de alimentos, incluindo a caracterização da rede socioassistencial beneficiadas com as doações, perfil da população atendida, destino dos alimentos (forma de preparo e composição do cardápio).				30/08/2011	14.000,00
Documento técnico contendo proposta de protocolo de integração das ações, programas, serviços e benefícios do MDS prestados no âmbito do SUAS na rede socioassistencial com o SISAN, em especial com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).				14/10/2011	12.000,00
Documento técnico propondo a matriz de avaliação e monitoramento do protocolo de integração das ações, programas, serviços e benefícios prestados pela rede socioassistenciais no âmbito do SUAS com o SISAN.				31/11/11	16.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Isa Gama			CPF 274.631.058-90		
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com cancelamento do produto 3.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000346		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI	
Objetivo da consultoria: Contratação de profissional especializado na área Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como também em avaliação nutricional preferencialmente com experiência em avaliação de programas sociais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04/06/2010	16/07/2010	72.000,00	161.820,00	0,00	10.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo modelo de Termo de Consentimento Informado e relatório sobre o processo de realização do pré-teste do instrumento de coleta de dados da Chamada Nutricional no Semiárido e Região Norte.				04/07/10	10.000,00
Documento técnico contendo mapeamento da situação dos equipamentos existentes e em funcionamento nos municípios selecionados aleatoriamente para participação na Chamada Nutricional no Semiárido e Região Norte e disponibilidade de equipamentos reserva com parceiros (UNICEF, MS, IBGE, etc.).				04/09/10	12.000,00
Documento técnico contendo versão final do instrumento de coleta de dados, modelo de Termo de Consentimento Informado e relatório sobre o processo de realização do pré-teste da pesquisa com comunidades remanescentes de quilombos.				04/11/10	10.000,00
Documento técnico analítico utilizando a base de dados da pesquisa Avaliação de Impacto do Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência no âmbito de Segurança Alimentar e Nutricional;				04/01/11	15.000,00
Documento técnico analítico utilizando a base de dados da pesquisa Avaliação de Impacto do Bolsa Família 1º e 2º rodada em aspectos de avaliação do estado nutricional utilizando o novo padrão antropométrico OMS – 2005.				04/03/11	15.000,00
Documento técnico analítico do Suplemento de Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD 2004 e 2009.				04/05/11	10.000,00
Consultor contratado					

Nome do consultor: Aline Brandão Mariath	CPF: 041.141.109-84
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Rescindido sem o pagamento dos produtos de 2 a 6.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000347-00		Secretaria:	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: Um consultor na área de desenvolvimento evolutivo do Atlas Social que serve para suporte ao monitoramento e documentação de ferramentas de gestão da informação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
07/06/2010	22/06/2011	108.000,00	54.000,00	54.000,00	351.253,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico sobre as tecnologias existentes para georreferenciamento das informações do MDS/SAGI utilizando a tecnologia WEB.				22/07/10	13.000,00
Documento analítico sobre as informações armazenadas na Matriz de Informações Socias (MI Social) desenvolvida pela SAGI/MDS.				29/09/10	19.000,00
Documento descritivo sobre a estrutura de dados para armazenar as informações dos territórios do Atlas Social.				16/12/10	22.000,00
Documento técnico sobre a infra-estrutura do sistema, tecnologia utilizada, formas de manipulação dos dados do Atlas Social.				14/01/11	10.000,00
Manual de desenvolvimento do módulo, instalação e guia do usuário do Atlas Social.				04/04/11	24.000,00

Documento técnico contendo a reação dos usuários com a proposta de solução apresentada e implementadas do Atlas Social.	06/06/11	20.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Carlos Eduardo de Andrade Brasileiro	CPF: 656.333.933-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000164	Secretaria:	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de 01 (um) profissional com capacidade técnica de elaborar: 1- Proposta de avaliação e monitoramento para apoiar a Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família; 2- Proposta de curso de aperfeiçoamento em Avaliação e Monitoramento para agentes públicos sociais que atuam em políticas de proteção social; e 3- Acompanhar a implementação e a execução de Projeto de Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/03/2010	25/03/2011	72.000,00	12.240,00	12.240,00	314.670,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo a proposta de plano de avaliação e monitoramento do Projeto de Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família.				26/04/10	18.000,00
Documento técnico contendo a proposta de curso de aperfeiçoamento de Avaliação e Monitoramento para servidores públicos sociais				25/07/10	10.800,00

Documento técnico resultante da oficina de alinhamento de conteúdos, indicando pontos fortes e pontos fracos e sugestões de ajustes e contribuições para subsidiar conteúdos no decorrer da capacitação	27/08/10	9.360,00
Documento técnico contendo a análise quantitativa e qualitativa do perfil dos agentes públicos municipais de controle social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família (PBF), participantes do Projeto de Capacitação.	05/09/10	10.080,00
Documento técnico consolidado da implementação dos cursos nos lotes 1, 4, 5 e 6: preparação; mobilização; divulgação; inscrição e realização dos cursos na modalidade presencial nas primeiras 8 turmas, sendo 2 de cada lote.	24/12/10	11.520,00
Documento técnico parcial de monitoramento e avaliação da etapa presencial da Capacitação dos Conselheiros Municipais para subsidiar a avaliação do Projeto.	11/03/11	12.240,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Carmela Morena Zigoni Pereira	CPF: 049.451.576-77
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000334	Secretaria:	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: desenvolver atividades de sistematização de dados e avaliação de programas e projetos de desenvolvimento social e combate à pobreza					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/05/2010	08/06/2011	72.000,00	23.000,00	158.862,00	315.123,00
Insumos Externos					
Diárias: 475,70 Passagens: 321,55					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de	Valor

	entrega	
Documento técnico contendo proposta metodológica de avaliação da introdução da CIF como ferramenta de seleção para concessão do BPC para pessoas com deficiência	05/07/10	12.000,00
Documento técnico contendo a sistematização dos resultados da pesquisa qualitativa de avaliação da implementação do ProJovem Adolescente, referente às cinco regiões brasileiras.	28/08/10	14.000,00
Documento técnico sobre os processos capacitação promovidos pela SAGI, contendo: Síntese das avaliações das experiências, gargalos identificados e lições aprendidas.	28/10/10	9.000,00
Documento técnico sobre a evolução do monitoramento dos CRAS, contendo: histórico, pontos para avaliação a partir do acompanhamento sistemático, e sugestões para aperfeiçoamento.	28/12/10	14.000,00
Documento técnico descritivo e analítico dos resultados da avaliação da introdução da CIF como ferramenta de seleção para concessão do BPC para pessoas com deficiência.	28/04/11	9.000,00
Documento técnico contendo cotejamento dos resultados da avaliação quantitativa e qualitativa do PAIF com resultados dos Censos CRAS.	28/04/11	14.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Cristiane Torisu Ramos	CPF: 013.592.096-54
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000092		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento evolutivo das ferramentas de monitoramento de programas sociais, Censo SUAS no âmbito do CRAS e CREAS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício

02/03/2010	01/03/2011	54.000,00	10.000,00	103.121,00	296.637,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento analítico com a estrutura de dados dos sistemas que compõem a solução do Censo CRAS 2009.				16/04/10	6.500,00
Documento técnico com os casos de uso, diagrama de estado do instrumento de coleta de dados, gerenciador de estado e painel de monitoramento do processo Censo CRAS 2010.				21/06/10	9.500,00
Documento técnico sobre a infra-estrutura do sistema, tecnologia utilizada para o instrumento de coleta de dados do Censo CRAS 2010.				06/09/10	11.000,00
Documento descritivo sobre a estrutura de dados para armazenar as informações necessárias o instrumento de coleta de dados do Censo CRAS 2010.				04/10/10	5.000,00
Manual de desenvolvimento dos módulos, instalação e guia do usuário do instrumento de coleta de dados do Censo CRAS 2010.				24/12/10	12.000,00
Documento técnico contendo a reação dos usuários com a proposta de solução apresentada e implementada na aplicação de o instrumento de coleta de dados do Censo CRAS 2010.				11/02/11	10.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:			Cristiano Pereira Silva	CPF:	602.351.441-34
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"	
Código do Contrato: 2010/000096	Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: produção de diagnóstico sobre a utilização municipal e estadual do Sistema de Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família favorecerá o	

aprimoramento do Sistema. Os dados coletados diretamente com o público-usuário e a análise dessas informações devem garantir maior consonância entre os objetivos pretendidos pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) e os resultados alcançados com a utilização direta do Sistema, mais especificamente nas regiões Norte e Nordeste.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
02/03/2010	01/03/2011	72.000,00	15.500,00	15.500,00	314.637,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório com catalogação das funcionalidades do Sistema de Gestão de Benefícios do PBF, seus usos potenciais e expectativas da Senarc para a utilização regional e local do Sistema.				16/04/10	8.000,00
Relatório com plano de atividades a serem desenvolvidas nos estados e municípios e proposta de questionário a ser aplicado entre gestores municipais, estaduais, membros de instâncias de controle social e da rede pública de fiscalização do PBF, com o objetivo de avaliar a estrutura de utilização do Sistema nos estados e municípios, além de oportunidades de melhoria. O plano de atividades e a proposta de questionário devem ser direcionadas a todas as regiões a serem analisadas.				21/06/10	12.500,00
Relatório com diagnóstico das funcionalidades do Sistema de Gestão de Benefícios do PBF a partir de entrevistas a amostragem de gestores municipais, estaduais, membros de instâncias de controle social e da rede pública de fiscalização do PBF – região Centro-Oeste.				06/09/10	13.500,00
Relatório com diagnóstico das funcionalidades do Sistema de Gestão de Benefícios do PBF a partir de entrevistas a amostragem de gestores municipais, estaduais, membros de instâncias de controle social e da rede pública de fiscalização do PBF – região Sudeste.				04/10/10	8.000,00
Relatório com diagnóstico das funcionalidades do Sistema de Gestão de Benefícios do PBF a partir de entrevistas a amostragem de gestores municipais, estaduais, membros de instâncias de controle social e da rede pública de fiscalização do PBF – região Sul.				24/12/10	14.500,00
Relatório final de consultoria com propostas de melhorias para o Sistema de Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família, tendo em vista o aperfeiçoamento da gestão regional e local do programa nas regiões analisadas.				11/02/11	15.500,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:			Daniel Klinger Vianna	CPF: 000.578.451-40	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato:		2010/000310		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: desenvolvimento de atividades de pesquisa, no âmbito do PRODOC BRA/04/046, de modo a contribuir com a elaboração da estratégia nacional de educação financeira para a população inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
07/05/2010	28/02/2011	18.000,00	0,00	6.000,00	139.214,00
Insumos Externos					
Diária: 983,30 Passagem: 621,96					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Sistematização e análise dos resultados dos grupos focais.				26/06/10	6.000,00
Instrumentos de coleta de dados sobre inclusão bancária e nível de educação financeira da população inscrita no CadÚnico.				24/08/10	6.000,00
Relatório analítico sobre o pré-teste das versões preliminares dos instrumentos de coleta de dados e versão definitiva destes instrumentos.				24/09/10	6.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Juliana Estrella Valladares				CPF: 915.162.266-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	

Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000356		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: desenvolvimento de atividades de pesquisa, no âmbito do PNUD BRA/04/046, de modo a contribuir com a formulação de sistemáticas de monitoramento dos diversos programas operacionalizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
03/06/2010	03/06/2011	100.000,00	121.274,00	121.274,00	342.892,00
Insumos Externos					
Diárias: 1.173,30 Passagens: 2.048,26					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento Técnico contendo a análise das ferramentas de monitoramento da SAGI, incluindo formas de coleta de dados, bases de dados e indicadores				18/06/10	15.000,00
Documento Técnico contendo diagnóstico e Análise das ferramentas e necessidades de monitoramento da SNAS/SENARC/SESAN				19/07/10	10.000,00
Relatório analítico contendo os modelos lógicos dos programas do MDS selecionados a serem monitorados				03/09/10	17.000,00
Relatório analítico com os indicadores propostos para os programas selecionados do MDS a serem monitorados, com ênfase no Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS				18/10/10	18.000,00
Relatório analítico contendo orientações e procedimentos sistematizados para coleta de dados para monitoramento dos programas do MDS				03/02/11	18.000,00
Relatório final contendo os avanços no processo de monitoramento dos programas, e exposição / introdução das etapas seguintes para transformação/viabilização do monitoramento dos programas do MDS via sistemas integrados.				03/06/11	22.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Lauro Stocco II		CPF: 269.487.808-30	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000234		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Um consultor na área de desenvolvimento evolutivo das ferramentas de monitoramento de programas sociais, Censo SUAS no âmbito do CRAS e CREAS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21/04/2010	20/04/2011	54.000,00	103.205,00	103.205,00	296.892,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento analítico da instalação e configuração dos serviços disponibilizados no RENMAS.				21/05/2010	6.500,00
Documento descritivo com o inventário dos dados existentes no RENMAS fazendo uma classificação, ordenamento e hierarquização.				26/08/2010	9.500,00
Documento descritivo dos serviços que serão disponibilizados no âmbito do RENMAS.				11/10/2010	11.000,00
Documento técnico com a infra-estrutura necessária para os novos serviços do RENMAS.				08/11/2010	5.000,00
Manual de instalação e guia do usuário do RENMAS versão 2.0.				28/01/2011	12.000,00
Documento técnico contendo a reação dos usuários com a proposta de solução apresentada e implementada no RENMAS versão 2.0.				01/04/2011	10.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Lino Vaz Moniz				CPF: 697.377.971-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000198		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de 01 (um) profissional com capacidade técnica para: 1- Elaborar textos que formarão parte do material didático destinado a apoiar a Capacitação de servidores públicos municipais que atuam no Programa Territórios da Cidadania; 2- Elaborar proposta de capacitação para gerentes municipais e estaduais que atuam na execução de políticas públicas de desenvolvimento social implementadas pelo MDS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/04/2010	07/04/2011	72.000,00	104.932,00	104.932,00	314.776,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório técnico contendo o desenho do projeto de capacitação em elaboração de projetos sociais, dirigido aos técnicos lotados em municípios que compõem o Programa Territórios da Cidadania e responsáveis pela elaboração dos projetos destinados à captação de recursos disponibilizados pelos ministérios via convênios.				09/05/10	18.000,00
Texto de conteúdos básicos da capacitação em elaboração de projetos sociais dirigido aos técnicos lotados em municípios que compõem o Programa Territórios da Cidadania e responsáveis pela elaboração dos projetos destinados à captação de recursos disponibilizados pelos ministérios via convênios.				08/07/10	10.800,00
Relatório contendo os resultados do processo de adaptação do texto de conteúdos básicos da capacitação à linguagem e à plataforma de Educação a Distância.				09/09/10	9.360,00
Relatório técnico contendo o levantamento e a análise das iniciativas de capacitação desenvolvidas pelas diferentes secretarias do MDS, identificando as necessidades de capacitação de gerentes sociais dos estados e municípios, conforme as expectativas dos gestores e técnicos do MDS.				18/11/10	10.080,00
Relatório contendo a quantificação e a identificação da lotação, por estado e município, dos gerentes sociais que atuam na implementação das políticas desenvolvidas pelo MDS.				06/01/11	11.520,00

Relatório contendo o escopo (público, abrangência territorial, número de vagas, composição de Lotes de Capacitação), os objetivos, e o conteúdo (temas), do projeto de capacitação dirigido aos gerentes sociais, dos estados e municípios, que atuam na implementação das políticas desenvolvidas pelo MDS.	21/03/11	12.240,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Marcilio Marquesini Ferrari	CPF: 013.420.996-64
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000363		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Elaborar diagnósticos contendo competências e atribuições dos profissionais que atuam na execução dos serviços sociais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e propor desenhos para a formação de recursos humanos na área.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
31/05/2010	07/12/2010	78.000,00	159.172,00	0,00	103.560,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo o diagnóstico do profissional – Assistente Social – identificando suas principais características e atribuições no âmbito profissional e educacional de acordo com a legislação vigente;				30/06/10	18.000,00
Documento técnico contendo o diagnóstico do profissional – Orientador Social – identificando suas principais características e atribuições no âmbito profissional e educacional de acordo com a legislação vigente;				30/08/10	11.800,00

Documento técnico contendo a descrição dos conteúdos/competências necessários para a realização do curso de pós-graduação latu sensu – especialização na área de Assistência Social;	29/10/10	10.860,00
Documento técnico contendo a descrição de conteúdos/competências necessários para a realização do curso técnico para o profissional Orientador Social	07/01/11	11.830,00
Documento técnico norteador para a certificação dos profissionais na área da Assistência Social de nível técnico, tecnológico e superior;	04/03/11	13.020,00
Documento técnico norteador para a Estratégia de Implementação dos cursos técnicos para Orientador Social e cursos de pós-graduação latu sensu no âmbito da Assistência Social.	13/05/11	12.490,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Renato Rillos Mendes	CPF: 550.610.793-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Rescindido sem a entrega de 4 produtos.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000091		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: consultor na área de desenvolvimento evolutivo das ferramentas de monitoramento de programas sociais, Censo SUAS no âmbito do CRAS e CREAS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
02/03/2010	01/03/2011	54.000,00	10.000,00	10.000,00	296.637,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor

Documento analítico com as estruturas de dados das ferramentas de coleta eletrônica	16/04/10	6.500,00
Documento técnico com uma proposta de integração da estrutura de dados	21/06/10	9.500,00
Documento descritivo das soluções existentes de editores, geradores de questionário	06/09/10	11.000,00
Documento descritivo sobre a estrutura de dados para armazenar as informações	04/10/10	5.000,00
Manual de utilização da estrutura integrada de coleta de dados .	24/12/10	12.000,00
Documento técnico com o levantamento da reação dos desenvolvedores .	11/02/11	10.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Vanderley Domingos de Lima	CPF: 148.143.581-72	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000540	Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Desenvolver as atividades e gerar os produtos descritos nos tópicos subseqüentes.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/07/2010	04/04/2012	43.500,00	136.857,00	7.800,00	234.791,00
Insumos Externos					
Diárias: 1.564,75 Passagens: 1.411,31					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório técnico contendo apresentação e análise da forma pela qual as instituições executoras estão organizadas para a execução da etapa não presencial da Capacitação nos Lotes acompanhados pelo consultor, quanto a: quantidade, qualificação e função desempenhada pelos profissionais envolvidos; infraestrutura disponibilizada; protocolo de atendimento aos alunos, entre outros				06/09/10	5.300,00

definidos pelo MDS.		
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no primeiro quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade; e b) in loco, em uma amostra de alunos definida pelo MDS entre o primeiro quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade;	16/10/10	7.800,00
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no segundo quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade; e b) in loco, em uma amostra de alunos definida pelo MDS entre o segundo quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade;	20/12/10	7.800,00
Relatório técnico contendo a apresentação e análise das alterações e adequações realizadas nas equipes técnicas alocadas na execução da etapa não presencial e nos demais aspectos relacionados à forma de organização da execução da referida etapa da Capacitação, até a conclusão desta em metade (50%) das turmas previstas, relativas aos Lotes acompanhados pelo consultor;	15/01/11	3.500,00
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no terceiro quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade; e b) in loco, em uma amostra de alunos definida pelo MDS entre o terceiro quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade;	05/03/11	7.800,00
Relatório técnico contendo a apresentação e análise das alterações e adequações realizadas nas equipes técnicas alocadas na execução da etapa não presencial e nos demais aspectos relacionados à forma de organização da execução da referida etapa da Capacitação, até a conclusão desta na segunda metade (50%) das turmas previstas, relativas aos Lotes acompanhados pelo consultor;	15/12/11	3.500,00
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no último quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade; e b) in loco, em uma amostra de alunos definida pelo MDS entre o último quarto de turmas dos Lotes sob sua responsabilidade.	30/03/12	7.800,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	DEMIAN DE ASSIS SAMPAIO CAMPOS NERY	CPF: 761.780.131-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000567		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Acompanhamento da etapa não presencial da Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/07/2010	20/10/2011	43.500,00	185.366,00	141.308,00	327.692,00
Insumos Externos					
Diárias: 496,85 Passagens: 561,41					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor				06/09/10	5.300,00
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor				16/10/10	7.800,00
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor				20/12/10	7.800,00
Relatório técnico contendo a apresentação e análise das alterações e adequações realizadas nas equipes técnicas alocadas na execução da etapa não presencial e nos demais aspectos relacionados à forma				15/01/11	3.500,00
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor				05/03/11	7.800,00
Relatório técnico contendo a apresentação e análise das alterações e adequações realizadas nas equipes técnicas alocadas na execução da etapa não presencial e nos demais aspectos relacionados à forma				15/08/11	3.500,00
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor.				15/10/11	7.800,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Letícia Moraes Detoni				CPF: 005.563.596-23	

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2010/000542-02			Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Acompanhamento da fase presencial da Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família; compete a supervisão e acompanhamento da capacitação no LOTE 5, compreendendo os municípios dos estados de Santa Catarina e São Paulo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/07/2010	21/09/2011	60.000,00	197.225,00	197.225,00	344.016,00
Insumos Externos					
Diárias: 3.034,50 Passagens: 5.014,56					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo a análise do processo de inscrição dos alunos no Lote de Capacitação sob sua responsabilidade, de acordo com roteiro fornecido pelo MDS				26/08/10	7.000,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no primeiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;				06/10/10	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no segundo quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;				06/12/10	9.200,00

Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no terceiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;	20/01/11	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no último quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;	10/03/11	9.200,00
Documento técnico contendo a análise consolidada dos resultados da amostra das avaliações de reação realizadas nas turmas do Lote sob sua responsabilidade, de acordo com metodologia e roteiro fornecido pelo MDS;	10/04/11	8.700,00
Documento técnico contendo a análise do procedimento de registro acadêmico utilizado pela executora da capacitação, do quantitativo de alunos concludentes da fase presencial, dos procedimentos utilizados pela executora para a substituição de alunos desistentes, e indicação dos problemas, das dificuldades e das alternativas encontradas na sistema de registro acadêmico.	21/09/11	7.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Daniela Oliveira	CPF: 705.330.830-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000543-02		Secretaria:	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: Acompanhamento da fase presencial da Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família; - - compete a supervisão e acompanhamento da capacitação no LOTE 6, compreendendo os municípios dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/03/2010	21/09/2011	60.000,00	197.225,00	246.943,00	344.016,00
Insumos Externos					

Diárias:1.818,55 Passagens: 1.815,98		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo a análise do processo de inscrição dos alunos no Lote de Capacitação sob sua responsabilidade, de acordo com roteiro fornecido pelo MDS;	26/08/10	7.000,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no primeiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;	06/10/10	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no segundo quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;	06/12/10	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no terceiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;	20/01/11	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no último quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;	10/03/11	9.200,00
Documento técnico contendo a análise consolidada dos resultados da amostra das avaliações de reação realizadas nas turmas do Lote sob sua responsabilidade, de acordo com metodologia e roteiro fornecido pelo MDS;	10/04/11	8.700,00
Documento técnico contendo a análise do procedimento de registro acadêmico utilizado pela executora da capacitação, do quantitativo de alunos concludentes da fase presencial, dos procedimentos utilizados pela executora para a substituição de alunos desistentes, e indicação dos problemas, das dificuldades e das alternativas encontradas na operacionalização do sistema de registro acadêmico.	21/09/11	7.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Fernanda Teixeira Reis	CPF: 008.626.525-37
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000630-02		Secretaria:	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: Acompanhamento da fase presencial da Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família; compete a supervisão e acompanhamento da capacitação no LOTE 1, compreendendo os municípios dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/08/2010	21/09/2011	60.000,00	197.225,00	197.225,00	344.027,00
Insumos Externos					
Diárias: 923,20 Passagens: 1.169,36					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo a análise do processo de inscrição dos alunos no Lote de Capacitação sob sua responsabilidade, de acordo com roteiro fornecido pelo MDS.				06/09/10	7.000,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no primeiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS.				06/10/10	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no segundo quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS.				06/12/10	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no terceiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS.				20/01/11	9.200,00

Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no último quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS.	10/03/11	9.200,00
Documento técnico contendo a análise consolidada dos resultados da amostra das avaliações de reação realizadas nas turmas do Lote sob sua responsabilidade, de acordo com metodologia e roteiro fornecido pelo MDS.	10/04/11	8.700,00
Documento técnico contendo a análise do procedimento de registro acadêmico utilizado pela executora da capacitação, do quantitativo de alunos concludentes da fase presencial, dos procedimentos utilizados pela executora para a substituição de alunos desistentes, e indicação dos problemas, das dificuldades e das alternativas encontradas na operacionalização do sistema de registro acadêmico.	21/09/11	7.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Gildene Soares Carvalho	CPF: 626.646.031-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000197		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de 1 (um) consultor na área de análises estatísticas – tratamento e validação de banco de dados.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/04/2010	07/04/2011	72.000,00	111.201,00	111.201,00	314.868,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor

Documento técnico sobre a metodologia usada na verificação e tratamento do banco de dados da Identificação do CRAS.	24/05/10	8.000,00
Documento técnico sobre a metodologia usada na verificação e tratamento do banco de dados da Estrutura física do CRAS.	28/07/10	12.500,00
Documento técnico sobre a metodologia usada na verificação e tratamento do banco de dados do Horário de funcionamento, serviços e atendimento do CRAS.	13/10/10	13.500,00
Documento técnico sobre a metodologia usada na verificação e tratamento do banco de dados da Informação, registro e documentação do CRAS.	12/11/10	8.000,00
Documento técnico sobre a metodologia usada na verificação e tratamento do banco de dados da Articulação do CRAS.	04/02/11	14.500,00
Documento técnico sobre a metodologia usada na verificação e tratamento do banco de dados dos Recursos Humanos do CRAS.	21/03/11	15.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Sabrina Borges	CPF: 751.127.104-97	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000163		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Avaliação das atividades do Projeto de Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do PBF, que tem como objetivo geral oferecer aos membros dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família (ICS/PBF) de todos os municípios brasileiros os conhecimentos e atitudes essenciais ao desempenho de suas atribuições legais					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/03/2010	25/03/2011	78.000,00	13.260,00	24.960,00	320.666,00
Insumos Externos					
Não					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo análise comparada das propostas apresentadas pelas empresas vencedoras do pregão 38/2009, para execução dos serviços de capacitação junto aos lotes 1, 4, 5 e 6, sugerindo adequações nos Planos de Trabalho.	26/04/10	15.600,00
Documento técnico apresentando a análise comparada do processo de mobilização e divulgação da capacitação pelas instituições contratadas para execução dos serviços junto aos lotes 1, 4, 5 e 6; identificação de pontos fortes, pontos fracos e lições aprendidas.	25/07/10	14.040,00
Documento técnico apresentando a análise da Oficina de Alinhamento e da implementação dos cursos nos lotes 1, 4, 5 e 6; identificando pontos fracos, pontos fortes e sugestões de ajustes.	27/08/10	12.480,00
Documento técnico contendo a análise do processo de acompanhamento da capacitação nos lotes 1, 4, 5 e 6 apresentando uma síntese dos relatórios de visita técnica.	05/09/10	11.700,00
Documento técnico contendo a análise comparada da gestão acadêmica (inscrição, frequência e evasão dos participantes) nos 4 lotes.	24/12/10	10.920,00
Documento técnico contendo um balanço de todo o processo da execução da capacitação até dezembro de 2010, destacando os seguintes pontos: (1) planejamento; (2) fase de preparação; (3) implementação. Lições aprendidas.	07/03/11	13.260,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Valdir Pereira Santos	CPF: 040.356.078-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 2010/000465-2	Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: desenvolvimento de pesquisas e produção de material informativo junto à Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/06/2010	29/12/2011	72.000,00	154.401,00	32.000,00	56.000,00
Insumos Externos					
Diárias: 1.043,05 Passagens: 1.534,26					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo sistematização e avaliação de oficina realizada com técnicos do Departamento de Avaliação a respeito da temática racial.				16/08/10	10.000,00
Texto teórico elaborado para publicação, que trate de políticas públicas, em especial de assistência social e segurança alimentar e nutricional, no que dizem respeito à temática racial.				11/10/10	14.000,00
Documento técnico contendo análise dos dados da “Pesquisa socioeconômica e cultural de povos e comunidades tradicionais de terreiro”, com discussão teórica sobre a temática racial.				24/12/10	16.000,00
Documento técnico contendo análise do relatório final da “Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas”, fazendo uma discussão teórica a respeito da temática racial.				26/12/11	16.000,00
Materiais informativos para divulgação dos resultados da Pesquisa socioeconômica e cultural de povos e comunidades tradicionais de terreiro, fazendo uma discussão teórica a respeito da temática racial.				09/05/11	8.000,00
Materiais informativos para divulgação dos resultados da Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas, fazendo uma discussão teórica a respeito da temática racial.				10/10/11	8.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Cristiane dos Santos Pereira		CPF:	896.972.271-87
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000634		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços de pessoa física para consultoria, na modalidade Produto, na área de monitoramento de programas de desenvolvimento social e combate à pobreza, no âmbito do PRODOC BRA/04/046.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/08/2010	05/08/2011	72.000,00	208.636,00	208.636,00	315.561,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo análise diagnóstica das bases de dados e sistemas de informações disponíveis na SAGI e MDS visando identificar indicadores relevantes para o monitoramento das ações da SAGI.				27/08/10	12.000,00
Documento técnico detalhado propondo metodologia de controle estatístico dos processos de monitoramento das ações da SAGI, bem como definição dos conceitos utilizados.				26/11/10	14.000,00
Documento técnico detalhado contendo o manual operativo do processo de controle estatístico dos processos de monitoramento das ações da SAGI.				02/02/11	11.000,00
Documento técnico detalhado contendo escolha dos indicadores relevantes ao monitoramento das ações da SAGI, validação, categorização dos mesmos.				28/03/11	12.000,00
Documento técnico detalhado contendo proposta de metodologia de análise dos indicadores com modelagem, desempenho e previsão.				23/05/11	11.000,00
Relatório técnico contendo a avaliação do desempenho dos indicadores.				20/07/11	12.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Alessandro Oliveira da Conceição		CPF: 831.202.891-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato:		2010/000633		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços de pessoa física para consultoria, na modalidade Produto, na área de Proteção Social visando subsidiar ações de monitoramento de programas de desenvolvimento social e combate à pobreza, no âmbito do PRODOC BRA/04/046.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/08/2010	05/08/2011	72.000,00	208.636,00	208.636,00	315.561,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo reflexão sobre fontes e metodologias de coleta de informações para análise dos programas da Assistência Social.				27/08/10	12.000,00
Documento técnico contendo análise da dinâmica demográfica em relação à política de Assistência Social.				26/11/10	14.000,00
Documento técnico contendo análise de series históricas sobre indicadores de processo, resultado e sócio demográficos voltados para o Programa Benefício de Prestação Continuada - BPC.				02/02/11	11.000,00
Documento técnico contendo estudo da evolução da qualidade de vida das pessoas beneficiárias do Programa Benefício de Prestação Continuada - BPC.				28/03/11	12.000,00
Documento técnico contendo referencias à ampliação da análise de series históricas sobre indicadores do CRAS e CREAS.				23/05/11	11.000,00
Documento técnico contendo análise de séries históricos sobre indicadores do programa bolsa Família, em particular de gestão municipal e estadual				20/07/11	12.000,00
Consultor contratado					

Nome do consultor:	Alexander Cambraia Nascimento Vaz	CPF:	053.370.046-97
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.			

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000726		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Monitorar a execução e gestão de programas, ações e projetos sociais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/09/2010	12/09/2011	54.000,00	250.845,00	200.801,00	297.854,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento analítico com a estrutura de dados e módulos que compõem o sistema de autenticação do CRAS / CREAS.				27/11/10	6.500,00
Documento analítico com a estrutura de dados e módulos que compõem o sistema de autenticação da SAGI/DGI.				01/01/11	9.500,00
Documento analítico com a estrutura de dados e módulos que compõem o sistema de autenticação do RENMAS.				18/03/11	11.000,00
Documento técnico com os casos de uso, diagrama de estado dos sistema de autenticação integrada do SAGI/DGI.				18/04/11	5.000,00
Documento técnico sobre a infraestrutura do sistema, tecnologia utilizada para o sistema de autenticação integrada do SAGI/DGI.				08/07/11	12.000,00
Manual de desenvolvimento dos módulos, instalação e guia do usuário do sistema de autenticação integrada do SAGI/DGI.				12/09/11	10.000,00

Consultor contratado		
Nome do consultor:	Helbert de Sousa Arruda	CPF: 373.114.681-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000475		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Suporte às simulações, análises e cálculo de indicadores e cenários que permitam monitorar a execução e gestão de programas, ações e projetos sociais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/07/2010	05/07/2011	54.000,00	200.529,00	148.981,00	297.412,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento analítico com a estrutura de dados dos sistemas que compõem a solução do Censo CREAS 2009.				20/08/10	6.500,00
Documento técnico com os casos de uso, diagrama de estado do instrumento de coleta de dados, gerenciador de estado e painel de monitoramento do processo Censo CREAS 2010.				22/10/10	9.500,00
Documento técnico sobre a infra-estrutura do sistema, tecnologia utilizada para o instrumento de coleta de dados do Censo CREAS 2010.				05/01/11	11.000,00
Documento descritivo sobre a estrutura de dados para armazenar as informações necessárias o instrumento de coleta de dados do Censo CRAS 2010.				15/02/11	5.000,00

Manual de desenvolvimento dos módulos, instalação e guia do usuário do instrumento de coleta de dados do Censo CREAS 2010.	30/04/11	12.000,00
Documento técnico contendo a reação dos usuários com a proposta de solução apresentada e implementada na aplicação de o instrumento de coleta de dados do Censo CREAS 2010.	05/07/11	10.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Fábio Alves Freire de Carvalho	CPF: 702.120.071-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000478		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Suporte às simulações, análises e cálculo de indicadores e cenários que permitam monitorar a execução e gestão de programas, ações e projetos sociais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/07/2010	05/07/2011	54.000,00	200.863,00	148.981,00	297.746,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento analítico dos sistemas existentes de armazenamento de informações, dicionários e indicadores, descrevendo as funcionalidades, estrutura de dados, os módulos disponíveis.				20/08/10	6.500,00

Documento técnico contendo o inventário dos dados existentes no DiciVIP (Dicionário de Variáveis, Indicadores e Programas Sociais) versão 1.0, fazendo uma classificação, ordenamento e hierarquização.	22/10/10	9.500,00
Documento descritivo sobre a estrutura de dados para armazenar as informações com as novas funcionalidades propostas.	05/12/11	11.000,00
Documento técnico sobre a infra-estrutura do sistema, tecnologia utilizada, formas de manipulação e obtenção dos relatórios.	15/02/11	5.000,00
Manual de desenvolvimento do módulo, instalação e guia do usuário do DiciVIP versão 2.0.	30/04/11	12.000,00
Documento técnico contendo a reação dos usuários com a proposta de solução apresentada e implementadas da aplicação DiciVIP versão 2.0.	05/07/11	10.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Dionete de Sousa Goncalves Sabate	CPF: 004.537.351-50	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000737-1		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Este Termo de Referência descreve as competências necessárias, no âmbito do Projeto PNUD BRA/04/046 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA A AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO DO MDS, para identificar profissional com experiência na manipulação e análise de base de dados no âmbito do ciclo de avaliação dos programas do MDS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13/09/2010	11/11/2011	72.000,00	209.064,00	209.064,00	316.052,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico sintético contendo: análise da consistência do banco de dados das Pesquisas de Avaliação dos Programas de Restaurante Popular e Cozinhas Comunitárias	13/10/10	12.000,00
Documento técnico sintético contendo: análise da consistência do banco de dados da Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos.	12/12/10	14.000,00
Relatório Analítico contendo proposta de um Sistema que tem objetivo de disponibilizar os microdados das pesquisas do acervo SAGI.	28/02/11	11.000,00
Documento técnico sintético contendo: análise da consistência do banco de dados da Pesquisa de Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos – modalidade Leite (PAA-Leite).	15/09/11	12.000,00
Documento técnico sintético contendo: análise da consistência do banco de dados da Avaliação Quantitativa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI Quantitativo).	05/10/11	11.000,00
Documento técnico sintético contendo: análise da consistência do banco de dados sobre as Pesquisas de Opinião para avaliação dos Programas do MDS (três rodadas: “Desigualdade e pobreza na opinião dos brasileiros”; “Crise Econômica Mundial e Políticas Sociais do Governo” e “Campanha de Recadastramento dos Beneficiários do Bolsa Família”).	24/10/11	12.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Daniela Sherring Siqueira	CPF: 015.495.497-74
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato:	Secretaria:
2010/000670	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: Levantamento, tabulação e análise de dados para os cursos de Serviço Social, oriundos das instituições de ensino superior, públicas e/ou privadas, compreendendo, por amostragem, todas as regiões brasileiras.	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/08/2010	02/05/2011	43.000,00	0,00	17.000,00	164.668,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo Plano de Pesquisa/Trabalho, metodologia a ser utilizada para o estudo de competências básicas de capacitação para profissionais de assistência social.				27/09/10	12.500,00
Documento técnico contendo o levantamento e a análise das disciplinas das áreas relacionadas à Política Nacional de Assistência Social indicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome nos cursos de graduação descritos acima, objetivando subsidiar estudo de caso em amostra definida por este Ministério.				14/01/11	13.500,00
Documento técnico contendo os resultados do diagnóstico presencial - levantamento e análise dos conteúdos e competências aplicados pelas Instituições de Ensino Superior em todas as regiões do país, por amostragem, em instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos de acordo com a área do saber definido pelo MDS.				30/04/11	17.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:			Gabriela Noemi Schreiner	CPF:	087.395.398-30
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"	
Código do Contrato:	Secretaria:
2010/000668	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: Desenvolver plano de pesquisa, as atividades de análise, levantamento de dados e gerar os produtos descritos nos tópicos subsequentes. Cada consultor será responsável pelo levantamento, tabulação e análise de dados referentes às áreas de conhecimento/competência e instituições de ensino superior definidas pelo contratante.	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/08/2010	02/05/2011	43.000,00	0,00	111.720,00	164.668,00
Insumos Externos					
Diárias: 1.243,45 Passagens: 2.409,20					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo Plano de Pesquisa/Trabalho, metodologia a ser utilizada para o estudo de competências básicas de capacitação para profissionais de assistência social.				27/09/10	12.500,00
Documento técnico contendo o levantamento e a análise das disciplinas das áreas relacionadas à Política Nacional de Assistência Social indicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.				14/01/11	13.500,00
Documento técnico contendo os resultados do diagnóstico in loco - levantamento e análise dos conteúdos e competências aplicados pelas Instituições de Ensino Superior em todas as regiões do país				30/04/11	17.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Regina Conrado Melo				CPF:	155.576.426-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"	
Código do Contrato: 2010/000679	Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: Desenvolver plano de pesquisa, as atividades de análise, levantamento de dados e gerar os produtos descritos nos tópicos subsequentes. Cada consultor será responsável pelo levantamento, tabulação e análise de dados referentes às áreas de conhecimento/competência e instituições de ensino superior definidas pelo contratante.	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/08/2010	02/05/2011	43.000,00	0,00	111.720,00	164.668,00
Insumos Externos					
Diárias: 1.810,80 Passagens: 6.354,82					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo Plano de Pesquisa/Trabalho, metodologia a ser utilizada para o estudo de competências básicas de capacitação para profissionais de assistência social.				27/09/10	12.500,00
Documento técnico contendo o levantamento e a análise das disciplinas das áreas relacionadas à Política Nacional de Assistência Social indicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome				14/01/11	13.500,00
Documento técnico contendo os resultados do diagnóstico in loco - levantamento e análise dos conteúdos e competências aplicados pelas Instituições de Ensino Superior em todas as regiões do país				30/04/11	17.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Niura Silva Bettim				CPF: 292.040.110-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"	
Código do Contrato: 2010/000669	Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: Desenvolver plano de pesquisa, atividades de análise, levantamento de dados e gerar produtos. Levantamento, tabulação e análise de dados referentes às áreas de conhecimento/competência e instituições de ensino superior definidas pelo contratante.	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/08/2010	02/05/2011	43.000,00			
Insumos Externos					
Diárias: 5.267,95 Passagens: 9.399,30					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo Plano de Pesquisa/Trabalho, metodologia a ser utilizada para o estudo de competências básicas de capacitação para profissionais de assistência social.				27/09/10	12.500,00
Documento técnico contendo o levantamento e a análise das disciplinas das áreas relacionadas à Política Nacional de Assistência Social indicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome nos cursos de graduação descritos acima, objetivando subsidiar estudo de caso em amostra definida por este Ministério.				14/01/11	13.500,00
Documento técnico contendo os resultados do diagnóstico in loco - levantamento e análise dos conteúdos e competências aplicados pelas Instituições de Ensino Superior em todas as regiões do país, por amostragem, em Instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos de acordo com a área do saber definido pelo MDS.				30/04/11	17.000,00
Nome do consultor: Ligia Rosa de Rezende Pimenta CPF: 022.051.618-90					
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"	
Código do Contrato: 2010/000849	Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: Contratação de 2 (dois) consultores (pessoa física), na modalidade Produto, visando subsidiar ações de monitoramento de programas de desenvolvimento social e combate à fome, no âmbito do PRODOC BRA/04/046.	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/10/2010	27/10/2011	72.000,00	265.800,00	265.800,00	316.309,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo o Mapeamento dos Fluxos, relacionados com o Modelo Logico dos mesmos acordados com as secretarias SESAN e SAIP				27/11/10	10.000,00
Documento Técnico contendo os Fluxos (PGP – Padrões Gerenciais de Processos) acordados como prioritários pelas Secretarias Finalisticas identificando tarefas criticas e elaboração dos POP’s - Procedimentos Operacionais Padrões na SESAN e SAIP.				27/12/11	12.000,00
Documento Técnico contendo metodologia de apuração, alimentação e divulgação dos indicadores dos programas monitorados pelo DM na SESAN e SAIP.				27/03/11	12.000,00
Documento Técnico contendo os Planos de Ação elaborados para a Implantação das melhorias identificadas nos Redesenhos dos Padrões Gerenciais de Processos e entrega de Ferramenta Gerencial para acompanhamento dos mesmos na SESAN e SAIP.				10/05/11	13.000,00
Documento Técnico contendo o acompanhamento das ações dos planos de ação e construção de Relatórios de 3 Gerações para as ações que estiverem fora do prazo e atualização do status de implantação na Ferramenta Gerencial na SESAN e SAIP.				27/07/11	10.000,00
Documento técnico contendo todas as novas iniciativas em relação ao acompanhamento da implantação dos novos Padrões Gerenciais dos processos de monitoramento do DM, identificando as melhorias implantadas com a ultima versão da Ferramenta Gerencial de acompanhamento dos Planos de Ação e consolidação dos indicadores gerenciais de monitoramento dos programas, ações, serviços e benefícios na SESAN e SAIP.				27/10/11	15.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:			Miucha Micheli Figueiredo Magalhães		CPF: 590.210.202.20
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000812		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Subsidiar ações de monitoramento de programas na área de Segurança Alimentar.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13/10/2010	21/02/2011	72.000,00	263.558,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo análise da dinâmica demográfica em relação à política de Segurança Alimentar e nutricional - Programa Aquisição de Alimentos.				13/11/10	12.000,00
Documento técnico contendo estudo do público-alvo do Programa Aquisição de Alimentos, abrangendo aspectos como condições de insegurança alimentar.				13/02/11	14.000,00
Documento técnico contendo análise da dinâmica demográfica em relação à política de Segurança Alimentar e nutricional - Programa Cisternas.				20/04/11	11.000,00
Documento técnico contendo estudo do público-alvo do Programa Cisternas, abrangendo aspectos como condições de insegurança alimentar.				20/06/11	12.000,00
Documento técnico contendo análise da dinâmica demográfica em relação à política de Segurança Alimentar e nutricional - Rede de Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos)				20/08/11	11.000,00
Documento técnico contendo estudo do público-alvo dos programas pertencentes à Rede de Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos), abrangendo aspectos como a urbanização e condições de insegurança alimentar.				13/10/11	12.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Celio da Silva Pereira		CPF: 223.830.261-15	

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Rescindido sem a entrega de nenhum produto.

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000857		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços de pessoa física para consultoria, na modalidade Produto, na área de Monitoramento visando subsidiar a construção e análise de indicadores das ações de Inclusão Produtiva e Produção Agroecologica Integrada e Sustentável/PAIS do MDS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/11/2010	01/11/2011	72.000,00	263.641,00	316.155,00	316.155,00
Insumos Externos					
Diárias: 2.931,90 Passagens: 1.484,92					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo mapeamento das ações de Inclusão Produtiva.				02/12/10	12.000,00
Documento técnico contendo proposta de indicadores (construção e validação)do PAIS.				02/03/11	14.000,00
Documento técnico contendo análise das informações coletadas na linha de base, momento T0 do PAIS, incluindo os indicadores.				07/05/11	11.000,00
Documento técnico contendo análise das informações coletadas no momento T1 do PAIS, incluindo os indicadores.				07/07/11	12.000,00
Documento técnico contendo análise dos procedimentos de coleta do programa PAIS				02/09/11	11.000,00
Documento técnico contendo análise e proposta de aperfeiçoamento do Sistema de Monitoramento do PAIS.				01/11/11	12.000,00
Consultor contratado					

Nome do consultor:	Marcel Petrocino Esteves	CPF:	287.862.878-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.			

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000861		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços de pessoa física para consultoria, na modalidade Produto, na área de Monitoramento visando subsidiar a construção e análise de indicadores dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/10/2010	02/02/2011	72.000,00	264.626,00	11.000,00	11.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo proposta de validação, alimentação e análise de indicadores do programa Restaurante Popular.				30/11/10	11.000,00
Documento técnico contendo proposta de validação, alimentação e análise de indicadores do programa cisternas.				28/02/11	12.000,00
Documento técnico contendo construção do Modelo Lógico do Programa Aquisição de Alimentos				04/05/11	11.000,00
Documento técnico contendo proposta de validação, alimentação e análise de indicadores do programa Cozinhas Comunitárias.				04/07/11	12.000,00
Documento técnico contendo proposta de validação, alimentação e análise de indicadores do Programa Aquisição de Alimentos.				30/08/11	14.000,00
Documento técnico contendo proposta de validação, alimentação e análise de indicadores do programa Banco de Alimentos.				28/10/11	12.000,00

Consultor contratado		
Nome do consultor:	Leonardo Ventura de Araujo	CPF: 012.231.615-01
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Rescindido sem a entrega dos produtos de 2 a 6.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000969		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de 01 (um) consultor com capacidade técnica para desenvolver as atividades e gerar os produtos descritos nos tópicos subseqüentes. O consultor será responsável pelo acompanhamento e supervisão da capacitação nos Lotes 02 e 03, conforme especificado abaixo: LOTE 2 - compreendendo os municípios dos estados do Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte; LOTE 3 - compreendendo os municípios dos Estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Paraíba e Sergipe.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/12/2010	22/09/2011	43.500,00	328.600,00	94.285,00	94.285,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório técnico contendo apresentação e análise da forma pela qual as instituições executoras estão organizadas para a execução da etapa não presencial da Capacitação nos Lotes acompanhados pelo consultor, quanto a: quantidade, qualificação e função desempenhada pelos profissionais envolvidos; infraestrutura disponibilizada; protocolo de atendimento aos alunos, entre outros definidos pelo MDS;				27/01/11	5.300,00
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no primeiro quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade; e b) in loco, em uma amostra de alunos definida pelo MDS entre o primeiro quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade;				13/03/11	7.800,00

Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no segundo quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade; e b) in loco, em uma amostra de alunos definida pelo MDS entre o segundo quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade;	12/05/11	7.800,00
Relatório técnico contendo a apresentação e análise das alterações e adequações realizadas nas equipes técnicas alocadas na execução da etapa não presencial e nos demais aspectos relacionados à forma de organização da execução da referida etapa da Capacitação, até a conclusão desta em metade (50%) das turmas previstas, relativas aos Lotes acompanhados pelo consultor;	11/07/11	3.500,00
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no terceiro quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade; e b) in loco, em uma amostra de alunos definida pelo MDS entre o terceiro quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade;	20/08/11	7.800,00
Relatório técnico contendo a apresentação e análise das alterações e adequações realizadas nas equipes técnicas alocadas na execução da etapa não presencial e nos demais aspectos relacionados à forma de organização da execução da referida etapa da Capacitação, até a conclusão desta na segunda metade (50%) das turmas previstas, relativas aos Lotes acompanhados pelo consultor;	29/10/11	3.500,00
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no último quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade; e b) in loco, em uma amostra de alunos definida pelo MDS entre o último quarto de turmas dos Lotes sob sua responsabilidade.	08/12/11	7.800,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Andrea Fernanda Borges de Oliveira	CPF: 358.542.861-49
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Rescindido sem o pagamento dos produtos de 3 a 7		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 2010/000931-1	Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: Acompanhamento da fase presencial da Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família; compete a supervisão e acompanhamento da capacitação no LOTE 4 compreendendo os municípios dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
03/12/2010	09/03/2012	60.000,00	247.303,00	99.611,00	147.157,00
Insumos Externos					
Diárias: 2.759,55 Passagens: 2.157,33					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo a análise do processo de inscrição dos alunos no Lote de Capacitação sob sua responsabilidade, de acordo com roteiro fornecido pelo MDS;				03/01/11	7.000,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no primeiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;				03/02/11	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no segundo quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;				01/04/11	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no terceiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;				10/11/11	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no último quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;				12/12/11	9.200,00
Documento técnico contendo a análise consolidada dos resultados da amostra das avaliações de reação realizadas nas turmas do Lote sob sua responsabilidade, de acordo com metodologia e roteiro fornecido pelo MDS;				27/01/12	8.700,00
Documento técnico contendo a análise do procedimento de registro acadêmico utilizado pela executora da capacitação, do quantitativo de alunos concluintes da fase presencial, dos procedimentos utilizados pela executora para a substituição de alunos desistentes, e indicação dos problemas, das dificuldades e das alternativas encontradas na operacionalização do sistema de registro acadêmico.				06/03/12	7.500,00
Consultor contratado					

Nome do consultor:	Wagner Gonçalves Saltorato	CPF:	200.231.618-09
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente.			

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000971		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Acompanhamento da etapa presencial da Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/12/2010	19/04/2011	60.000,00	60.000,00	7.000,00	7.000,00
Insumos Externos					
Diária: 1.046,75 Passagens: 1.153,56					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo a análise do processo de inscrição dos alunos no Lote de Capacitação, de acordo com roteiro fornecido pelo MDS.				27/01/11	7.000,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação				14/03/11	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação				12/05/11	9.200,00

Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação	11/07/11	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação	30/08/11	9.200,00
Documento técnico contendo a análise do procedimento de registro acadêmico utilizado pela executora da capacitação, do quantitativo de alunos concludentes da fase presencial,	27/10/11	8.700,00
Documento técnico contendo a análise do procedimento de registro acadêmico utilizado pela executora da capacitação, do quantitativo de alunos concludentes da fase presencial,	08/12/11	7.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Maikon Cristiano Grasenapp	CPF: 028.410.849-90	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Rescindido sem a entrega dos produtos de 2 a 7.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000924		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Realização de estudo sobre capacidade protetiva de famílias beneficiárias de transferência de renda em regiões metropolitanas vulneráveis no âmbito do ciclo de avaliação dos programas do MDS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/12/2010	31/05/2011	60.000,00	30.000,00	141.208,00	141.208,00
Insumos Externos					
Não					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Relatório técnico contendo metodologia de elaboração de indicadores e índices para análise da capacidade protetiva das famílias e resultados das respectivas variáveis pesquisadas.	20/12/10	30.000,00
Relatório Final e Sumário Executivo do estudo, contendo os dados e resultados da pesquisa, além de indicadores e índices para análise da capacidade protetiva das famílias, objeto deste estudo.	13/05/11	30.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Aldaíza de Oliveira Sposati	
	CPF:	610.073.318-87
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000914		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Realização de estudo sobre capacidade protetiva de famílias beneficiárias de transferência de renda em regiões metropolitanas.vulneráveis no âmbito do ciclo de avaliação dos programas do MDS					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/11/2010	31/05/2011	45.000,00	126.250,00	126.250,00	126.250,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor

Painel de indicadores e índices para análise da capacidade protetiva da família de baixa renda residente em territórios vulneráveis de metrópoles e beneficiárias de programas de transferência de renda.	31/01/11	25.000,00
Relatório técnico contendo formulação de instrumento de pesquisa aplicável em famílias residentes em territórios de alta e muito alta vulnerabilidade de metrópoles.	13/05/11	20.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Dirce Harue Ueno Koga	CPF: 029.249.678-80	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2011/000031		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de pessoa física apta para a análise de microdados originados de bases de dados de pesquisas socioeconômicas de grande porte.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
03/02/2011	18/10/2011	70.000,00	273.681,00	218.802,00	218.802,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico com análise sobre beneficiários de programas governamentais de transferência de renda, a partir de base de dados disponibilizada na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pelo DIEESE em projeto piloto em Caruaru (PE) e Pelotas (RS).				18/03/11	14.000,00

Documento técnico com análise de base de dados disponibilizada nos Suplementos de Segurança Alimentar e Nutricional, das pesquisas da PNAD - 2009 e 2004.	03/05/11	14.000,00
Documento técnico com análise de base de dados disponibilizados no suplemento de assistência social da pesquisa MUNIC realizada nos anos 2009 e 2005.	04/07/11	14.000,00
Documento técnico com análise de pobreza com base nos dados disponibilizados nas duas últimas edições da Pesquisa de Orçamento Familiar – 2008-09 e 2002-03	02/09/11	14.000,00
Documento técnico com análise sociodemográfica e de condições de vida nos municípios, com base nos dados do Censo Demográfico de 2010.	02/12/11	14.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Carolina de Souza Costa	CPF: 042.355.806-47
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Rescindido sem a entrega do produto 5.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2011/000030		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Manipulação e análise de base de dados no âmbito do ciclo de avaliação dos programas do MDS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
03/02/2011	29/09/2011	70.000,00	273.699,00	218.820,00	218.820,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico sintético contendo análise da consistência do banco de dados da Pesquisa de Avaliação de Impacto do Bolsa Família – Segunda rodada.	04/03/11	14.000,00
Documento técnico sintético contendo: análise da consistência do banco de dados da Pesquisa Avaliação de Impacto do BPC para idosos e pessoas com deficiência - Primeira rodada.	09/05/11	14.000,00
Documento técnico sintético contendo: análise da consistência do banco de dados da Pesquisa Estudos Quali-Quantitativos sobre o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF.	13/07/11	14.000,00
Documento técnico sintético contendo: análise da consistência do banco de dados da Pesquisa Avaliação das famílias dos beneficiários consumidores e da distribuição do leite do Programa de Aquisição de Alimentos modalidade Leite – PAA Leite.	19/09/11	14.000,00
Documento técnico contendo: análise das condições de inclusão produtiva para as mulheres entrevistadas na Pesquisa ‘Estudo a respeito das potencialidades de inclusão produtiva de inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, residentes em municípios ou próximo deles, que possuem investimentos recentes na cadeia do petróleo e mineração’, com recomendações sobre sua implicação nas questões de gênero.	02/12/11	14.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Marconi Fernandes de Sousa	CPF: 725.109.001-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Rescindido sem a entrega do 5º produto.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 2011/000085	Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Objetivo da consultoria: Este Termo de Referência descreve as competências necessárias, no âmbito do projeto PNUD BRA/04/046, para identificar profissional com experiência na manipulação e análise de base de dados no âmbito do ciclo de avaliação dos programas do MDS.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/02/2011	05/01/2012	70.000,00	273.880,00	219.967,00	273.880,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo analise dos dados geográficos sobre a pesquisa “Inventário de Terreiros”.				28/06/11	13.000,00
Documento técnico contendo analise dos dados geográficos sobre a pesquisa “Articulação do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) com os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social, especialmente os ofertados nos CRAS e CREAS, em espaços metropolitanos de pobreza e vulnerabilidade.”, da Agenda do Conhecimento				25/05/11	13.000,00
Curso de capacitação em geoprocessamento para os técnicos do DA/SAGI e, após o curso, elaboração de uma oficina técnica. Relatório conjugando as duas atividades.				25/07/11	16.000,00
Documento técnico analítico quanto ao potencial uso do geoprocessamento para os programas sociais do MDS				22/09/11	15.000,00
Documento técnico contendo analise da consistência do banco de dados e dos dados geográficos sobre a pesquisa “Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas”.				05/01/12	13.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Rodrigo Costa Capeáns				CPF: 077.116.577-30	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2011/000954		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços de pessoa física para criação de projeto gráfico, editoração eletrônica e identidade visual para a “Publicação sobre o inventário Socioeconômico e Cultural das Comunidades Tradicionais de Terreiros”.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/12/2010	26/08/2011	43.400,00	165.606,00	165.606,00	165.606,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
CD com os arquivos abertos, incluindo links e fontes, arquivo em PDF em alta resolução preparado para envio a gráfica e arquivo PDF em baixa resolução para visualização na Web do volume 1 contendo artigos e resultados gerais da pesquisa sobre o inventário Socioeconômico e Cultural das Comunidades Tradicionais de Terreiros, e luva para acomodação dos 5 volumes da publicação, editorados e diagramados de acordo com identidade visual e projeto gráfico criados.				10/06/11	12.100,00
CD com os arquivos abertos, incluindo links e fontes, arquivo em PDF em alta resolução preparado para envio a gráfica e arquivo PDF em baixa resolução para visualização na Web do volume 2 contendo aproximadamente 1070 fichas resumidas das casas religiosas de matriz africana da Região Metropolitana de Belém/PA, e volume 3 contendo aproximadamente 1250 fichas resumidas das casas religiosas de matriz africana da Região Metropolitana de Recife/PE sobre o inventário Socioeconômico e Cultural das Comunidades Tradicionais de Terreiros editorados e diagramados de acordo com identidade visual e projeto gráfico criados.				11/07/11	17.150,00
CD com os arquivos abertos, incluindo links e fontes, arquivo em PDF em alta resolução preparado para envio a gráfica e arquivo PDF em baixa resolução para visualização na Web do volume 4 contendo aproximadamente 340 fichas resumidas das casas religiosas de matriz africana da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG, e volume 5 contendo aproximadamente 1325 fichas resumidas das casas religiosas de matriz africana da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS sobre o inventário Socioeconômico e Cultural das Comunidades Tradicionais de Terreiros editorados e diagramados de acordo com identidade visual e projeto gráfico criados.				12/08/11	14.150,00

Consultor contratado		
Nome do consultor:	Alessandro Mendes Ribeiro	CPF: 806.707.411-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000915		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Realização de estudo sobre capacidade protetiva de famílias beneficiárias de transferência de renda em regiões metropolitanas vulneráveis no âmbito do ciclo de avaliação dos programas do MDS					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/11/2010	31/05/2011	45.000,00	126.237,00	126.237,00	126.237,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório descritivo e analítico contendo avaliação junto a agentes institucionais com atuação em áreas periféricas de metrópoles sobre a capacidade protetiva de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda. Relatório descritivo e analítico contendo avaliação junto a agentes institucionais com atuação em áreas periféricas de metrópoles sobre a capacidade protetiva de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda.				30/04/11	25.000,00

Relatório técnico contendo estudo das categorias que compõem a capacidade protetiva de famílias de baixa renda com base em fontes internacionais e nacionais de pesquisa e a consulta a especialistas nacionais e internacionais sobre a questão.	31/01/11	20.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Silvina Maria Carro	CPF: 227.650.878-73	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2011/000178		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de 2 (dois) consultores na área de análise descritiva - tratamento e validação e análise estatística de banco de dados.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/06/2011	30/11/2011	72.000,00	235.280,00	235.280,00	235.280,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico com análise estatística da localização e estrutura física do CRAS 2010.				16/07/11	19.000,00
Documento técnico com análise estatística da articulação e gestão do território do CRAS 2010				30/09/11	15.000,00
Documento técnico com análise estatística da caracterização dos serviços ofertados no CRAS 2010.				31/10/11	17.000,00

Documento técnico com análise estatística dos recursos humanos do CRAS 2010.	30/11/11	21.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Sabrina Medeiros Borges	CPF: 751.127.104-97	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Rescindido com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2011/000173-1		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços de pessoa física para consultoria, na modalidade Produto, na área de Monitoramento visando subsidiar a construção de indicadores, bem como a análise de indicadores e bases de dados a partir do Censo do Sistema Único de Assistência Social de 2010 e anos anteriores.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/06/2011	17/02/2012	60.000,00	264.267,00	107.502,00	107.502,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento Técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com análise da identificação e estrutura física, horário de funcionamento e atendimento dos CRAS;				08/07/11	12.000,00
Documento Técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com análise da informação e registro, articulação e recursos humanos dos CRAS;				15/08/11	14.000,00

Documento Técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com análise da dinâmica de funcionamento, orçamento e infra-estrutura dos Conselhos Municipais e Estaduais de Assistência Social;	08/12/11	10.000,00
Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com análise da composição dos Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social, especialmente a partir de um perfil educacion	16/01/12	12.000,00
Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com sugestão de indicador sintético para ordenamento e classificação dos conselhos estaduais e municipais de assistência social em	17/02/12	12.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Patricia Fagundes Caetano	CPF: 023.235.019-17	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2011/000172-1		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços de pessoa física para consultoria, na modalidade Produto, na área de Monitoramento visando subsidiar a construção de indicadores, bem como a análise de indicadores e bases de dados a partir do Censo do Sistema Único de Assistência Social de 2010 e anos anteriores.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/06/2011	17/02/2012	60.000,00	264.187,00	158.307,00	36.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento Técnico com análise da identificação e estrutura física, horário de funcionamento e atendimento dos CREAS.	08/07/11	12.000,00
Documento Técnico com análise da informação e registro, articulação e recursos humanos dos CREAS.	15/08/11	14.000,00
Documento Técnico com análise da identificação, estrutura física, horário de funcionamento, atendimento, registro, articulação e recursos humanos dos CREAS Regionais;	19/09/11	10.000,00
Documento Técnico com análise da estruturação administrativa, gestão financeira e do trabalho dos órgãos gestores da assistência social em âmbito municipal e estadual;	16/01/12	12.000,00
Documento Técnico com sugestão de indicador sintético para ordenamento e classificação dos órgãos gestores da assistência social em âmbito municipal e estadual em aspectos considerados relevantes	17/02/12	12.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Elizabeth Prescott Ferraz	CPF: 244.381.621-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2011/000174	Secretaria:	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Este Termo de Referência descreve as competências necessárias, no âmbito do Projeto PNUD BRA/04/046 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA A AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO DO MDS, para identificar profissional com experiência na manipulação e análise de base de dados.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício

14/06/2011	09/12/2011	56.000,00	219.262,00	219.262,00	219.262,00
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico sintético contendo análises das consistências dos bancos de dados das seguintes pesquisas: - Pesquisa de Opinião Pública para avaliar as políticas e a imagem dos programas do MDS (2005); - Estudo da implementação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do impacto sobre os beneficiários; Documento técnico sintético contendo análises das consistências dos bancos de dados das seguintes pesquisas: - Pesquisa de Opinião Pública para avaliar as políticas e a imagem dos programas do MDS (2005); - Estudo da implementação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do impacto sobre os beneficiários;				14/07/11	14.000,00
Documento técnico sintético contendo análise da consistência do bancos de dados da seguintes pesquisas: - Avaliação da Sustentabilidade do Programa Cisternas do MDS em parceria com a ASA (Água-Vida); - Avaliação do Projeto CONSAD				12/09/11	14.000,00
Documento técnico sintético contendo análise da consistência dos bancos de dados das seguintes pesquisas: - Pesquisa de avaliação das ações estruturantes nas comunidades remanescentes de quilombos - segunda avaliação; - Estudo sobre os Centros de Convivência de Idosos financiados pelo Fundo Nacional de Assistência Social				01/11/11	14.000,00
Documento técnico sintético contendo análise da consistência do banco de dados das seguintes pesquisas: - Pesquisa de Avaliação do impacto dos Programas Sociais Administrados pelo MDS no Vale do Jequitinhonha – MG. - Pesquisa nacional sobre os conhecimentos, atitudes e práticas das famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais em relação às suas finanças, aos seus orçamentos familiares e ao seu relacionamento com o sistema financeiro formal e informal.				01/12/11	14.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Julia Modesto Pinheiro Dias Pereira				CPF: 009.701.911-97	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	

Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2011/000175		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Tratamento e validação e análise estatística de banco de dados.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/06/2011	30/11/2011	72.000,00	235.278,00	235.278,00	235.278,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico com análise estatística da localização e estrutura física do CREAS 2010				15/07/11	19.000,00
Documento técnico com análise estatística da articulação e gestão do território do CREAS 2010				30/09/11	15.000,00
Documento técnico com análise estatística da caracterização dos serviços ofertados no CREAS 2010				30/10/11	17.000,00
Documento técnico com análise estatística dos recursos humanos do CREAS 2010				30/11/11	21.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Daniel Klinger Vianna				CPF: 000.578.451-40	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2011/000171		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços de pessoa física para consultoria, na modalidade Produto, na área de Monitoramento visando subsidiar a construção e análise de indicadores das ações de Erradicação da Extrema Pobreza.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/06/2011	30/11/2011	60.000,00	264.027,00	264.027,00	264.027,00
Insumos Externos					
Diárias: 1.261,60 Passagens: 1.062,82					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com análise de indicadores sociais segundo as dimensões propostas pelo MDS e a Política de trabalho, emprego e renda.				11/07/11	12.000,00
Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com análise de indicadores sociais segundo as dimensões propostas pelo MDS e trabalho formal e informal com ênfase às atividades nas áreas rurais.				15/08/11	11.000,00
Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com análise de indicadores sociais segundo as dimensões propostas pelo MDS e a Política de Saúde.				19/09/11	13.000,00
Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com análise de indicadores sociais segundo as dimensões propostas pelo MDS e a Política de Educação.				24/10/11	12.000,00
Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com análise de indicadores sociais segundo as dimensões propostas pelo MDS e a Política de Segurança Alimentar e Nutricional.				30/11/11	12.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:				CPF: 173.318.228-45	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2011/000170		Secretaria:	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços de pessoa física para consultoria, na modalidade Produto, na área de Monitoramento visando subsidiar a construção e análise de indicadores das ações de Erradicação da Extrema Pobreza.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/06/2011	30/11/2011	60.000,00	264.027,00	60.000,00	60.000,00
Insumos Externos					
Diárias: 1.261,60 Passagens: 1.062,82					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com plano de análise do Censo Populacional 2010 identificando o público-alvo e indicadores de produto e resultados do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.				11/07/11	12.000,00
Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com plano de análise do Censo Populacional 2010 identificando o público-alvo e indicadores de produto e resultados do Programa Cisternas.				15/08/11	11.000,00
Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com plano de análise do Censo Populacional 2010 identificando o público-alvo e indicadores de produto e resultados da Política de Segurança Alimentar e Nutricional				19/09/11	13.000,00
Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com plano de análise do Censo Populacional 2010 identificando o público-alvo e indicadores de produto e resultados do Programa Bolsa Família				24/10/11	12.000,00

Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com plano de análise do Censo Populacional 2010 identificando o público-alvo e indicadores de produto e resultados das ações da Assistência Social	30/11/11	12.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Murillo Marschner Alves de Brito	CPF: 050.497.266-97	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2010/000979		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Acompanhamento da etapa presencial da Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
23/12/2010	09/05/2011	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo a análise do processo de inscrição dos alunos no lote de capacitação sob sua responsabilidade, de acordo com roteiro fornecido pelo MDS.				27/01/11	7.000,00

Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no primeiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS.	14/03/11	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no segundo quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS.	12/05/11	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no terceiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS.	11/07/11	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no último quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS.	30/08/11	9.200,00
Documento técnico contendo a análise consolidada dos resultados da amostra das avaliações de reação realizadas nas turmas do lote sob sua responsabilidade, de acordo com metodologia e roteiro fornecidos pelo MDS.	27/10/11	8.700,00
Documento técnico contendo análise do procedimento de registro acadêmico utilizado pela executora da capacitação, do quantitativo de alunos concluintes da fase presencial, indicação dos problemas, das dificuldades e das alternativas encontradas na operacionalização do sistema de registro acadêmico.	08/12/11	7.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Quéli Flach Anschau	CPF: 684.541.719-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Rescindido sem o pagamento de nenhum produto.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato:	Secretaria:
2011/000225-1	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Objetivo da consultoria: 1) Propor e elaborar estratégias de disseminação em redes virtuais dos estudos avaliativos e resultados de monitoramento com vistas à promoção, internalização e utilização do conhecimento produzido; e 2) Realizar pesquisa sobre gestão inteligente de base de dados e documentos eletrônicos, objetivando soluções para implementação e funcionamento de um repositório digital contendo um conjunto de serviços para a gestão e disseminação do conhecimento produzido pela SAGI e pelo MDS.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/07/2011	30/04/2012	45.000,00	167.784,00	12.500,00	111.765,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo análise de redes virtuais com detalhamento de características dos públicos, temas debatidos, estruturas e modelos e dinâmicas de funcionamento.				06/09/11	12.500,00
Documento técnico contendo análise das redes virtuais do MDS e as estratégias para aperfeiçoar a disseminação de práticas avaliativas e de monitoramento por meio de redes virtuais com vistas à promoção, utilização e internalização desses resultados pelo público-alvo definido pelo Ministério.				05/03/12	17.500,00
Documento técnico contendo proposta de solução tecnológica para registro, armazenamento e consulta de produção e audiovisual relacionada ao monitoramento e avaliação da política de desenvolvimento social.				20/04/12	15.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Márcia Paterno Joppert				CPF: 126.900.428-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		000272/2011		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços de pessoa física para consultoria, na modalidade Produto, na área de Gestão da Informação desenho e projeto de ferramenta informacional para o monitoramento, avaliação e mapeamento de entidades pertencentes a rede privada de assistência social.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
18/08/2011	30/11/2011	72.000,00	276.143,00	276.143,00	276.143,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento analítico com os requisitos funcionais e não funcionais dos módulos de coleta e disseminação da informação.				28/08/11	15.000,00
Documento analítico descritivo contendo Diagramas de implantação do sistema com a arquitetura de hardware, software e rede, e caso de usos.				18/09/11	18.000,00
Documento analítico com as estruturas de dados e módulos que devem compor o sistema da rede privada.				08/10/11	12.000,00
Documento técnico com os casos de uso, diagrama de atividades e diagramas de componentes do sistema da rede privada.				08/11/11	11.000,00
Documento técnico com casos de testes unitários, testes de integração, testes caixa branca e caixa preta do sistema de rede privada.				30/11/11	16.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Cristiano Pereira Silva				CPF: 602.351.441-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com tudo pago.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		000262-1/2011		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Os consultores serão responsáveis pelo acompanhamento e supervisão in loco nos pólos de capacitação, atendendo a seguinte distribuição: Consultor 1 – compete a supervisão e acompanhamento da capacitação no Lote 2 comSupervisão e acompanhamento da capacitação no Lote 3 compreendendo os municípios dos Estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Paraíba e Sergipe.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/08/2011	12/03/2012	46.800,00	105.084,00	105.084,00	105.084,00
Insumos Externos					
Diárias: 2.294,25 Passagens: 3.244,05					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Consolidação das inscrições e documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizada no primeiro terço das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote, de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS				06/09/11	14.040,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizada no segundo terço das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote, de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS				15/12/11	9.360,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no terceiro terço das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote, de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS				17/02/12	9.360,00
Documento técnico contendo a análise consolidada dos resultados da amostra das avaliações de reação realizadas nas turmas do Lote, de acordo com metodologia e roteiro fornecido pelo MDS; e a análise do procedimento de registro acadêmico utilizado pela executora da capacitação, do quantitativo de alunos concludentes da fase presencial, dos procedimentos utilizados pela executora para a substituição de alunos desistentes, e indicação dos problemas, das dificuldades e das alternativas encontradas na operacionalização do sistema de registro acadêmico				08/03/10	14.040,00

Consultor contratado		
Nome do consultor:	Yonaré Flávio de Melo Barros	CPF: 342.748.634-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		000281/2011		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de 2 (dois) consultores com capacidade técnica para desenvolver as atividades e gerar os produtos descritos nos tópicos subseqüentes.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
31/08/2011	26/10/2011	43.500,00	166.157,00	0,00	12.800,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo os resultados: a) da prospecção dos possíveis temas a serem trabalhados nas seguintes linhas temáticas existentes no edital MDS/CNPq destinado à oferta de apoio financeiro.				20/10/11	12.800,00
Relatório de acompanhamento da seleção das propostas aprovadas em resposta ao edital MDS/CNPq destinado à oferta de apoio financeiro a projetos de Formação e Qualificação de Recursos Humanos em Gestão.				18/12/11	16.000,00
Documento técnico contendo proposta de metodologia do acompanhamento da execução dos projetos a serem aprovados das seguintes linhas temáticas existentes no edital MDS/CNPq destinado à oferta de apoio.				18/01/12	14.700,00
Consultor contratado					

Nome do consultor:	Marcilio Marquesini Ferrari	CPF:	013.420.996-64
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Rescindido sem a entrega de 2 produtos.			

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		000293/2011		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços de pessoa física para consultoria, na modalidade Produto, na área de Monitoramento de Programas, visando subsidiar a construção e análise de indicadores sociais e econômicos, bem como de monitoramento das ações de erradicação da extrema pobreza.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
12/09/2011	29/03/2012	50.000,00	106.711,00	12.000,00	12.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com análise da temática das vulnerabilidades sociais em função da estratégia de erradicação da extrema pobreza empreendida pelo MDS e outros ministérios				17/10/11	12.000,00
Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com dados e indicadores que mostrem a evolução da oferta de bens e serviços das ações implementadas no âmbito da Estratégia de Erradicação da Extrema Pobreza.				01/12/11	13.000,00

Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com análise de series históricas sobre indicadores municipais e estaduais para elaborar tipologias dos municípios brasileiros.	10/01/12	10.000,00
Documento técnico contendo texto, gráficos e/ou tabelas e/ou quadros com dados e indicadores que mostrem a evolução da oferta e demanda por oportunidades e serviços relacionados à inclusão produtiva.	12/03/12	15.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Mara Greide de Carvalho	CPF: 025.585.916-30
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		000289/2011		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços de pessoa física para consultoria, na modalidade Produto, na área de Monitoramento visando subsidiar a construção do Sistema de Monitoramento da situação de Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano a Alimentação Adequada no Brasil.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
02/09/2011	02/02/2012	60.000,00	158.558,00	104.677,00	104.677,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo levantamento sobre os determinantes da situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (IA), bem como proposta de técnica para construção do modelo preditivo de IA a nível municipal.				07/10/11	12.000,00

Documento técnico contendo informações sobre a metodologia de construção do modelo preditivo para estimar a probabilidade de ocorrência do evento de Insegurança Alimentar e nutricional grave em uma determinada família, a nível municipal utilizando-se dados do Censo Populacional 2010, bem como sua análise.	07/11/11	11.000,00
Documento técnico contendo informações sobre a metodologia de construção do modelo preditivo para estimar a probabilidade de ocorrência do evento de Insegurança Alimentar e nutricional moderada em uma determinada família, a nível municipal utilizando-se dados do Censo Populacional 2010, bem como sua análise.	04/12/11	13.000,00
Documento técnico contendo informações sobre a metodologia de construção do modelo preditivo para estimar a probabilidade de ocorrência do evento de Insegurança Alimentar e nutricional leve em uma determinada família, a nível municipal utilizando-se dados do Censo Populacional 2010, bem como sua análise.	02/01/12	12.000,00
Documento técnico contendo a representação por meio de mapas da distribuição espacial da situação de IA no país, bem como uma análise agregada da mesma.	02/02/12	12.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Clarissa Gondim Teixeira	CPF: 828.749.565-20
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		000287/2011		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de 2 (dois) consultores com capacidade técnica para desenvolver as atividades e gerar os produtos descritos nos tópicos subseqüentes.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/09/2011	16/01/2012	43.500,00	166.175,00	12.800,00	12.800,00
Insumos Externos					

Não		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo os resultados: a) da prospecção dos possíveis temas a serem trabalhados nas seguintes linhas temáticas existentes no edital MDS/CNPq destinado à oferta de apoio financeiro.	25/10/11	12.800,00
Documento técnico contendo relatório de acompanhamento da seleção das propostas encaminhadas em resposta ao edital MDS/CNPq destinado à oferta de apoio financeiro a projetos de Formação e Qualificação.	26/12/11	16.000,00
Documento técnico contendo proposta de metodologia do acompanhamento da execução dos projetos a serem aprovados das seguintes linhas temáticas existentes no edital MDS/CNPq destinado à oferta de apoio.	23/01/12	14.700,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Claudia Mara Pedrosa	CPF: 189.273.528-82	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Rescindido com o 1º produto pago.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		000286/2011	Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Contratação de profissional especializado na área de avaliação de programas de desenvolvimento social e combate à pobreza, preferencialmente com experiência em avaliação nutricional, para prestar serviços de consultoria, na modalidade produto, no âmbito do Projeto BRA 04/046 – Fortalecimento Institucional para a Avaliação e Gestão da Informação do MDS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/09/2011	29/06/2012	56.000.00	109.694.00	14.000.00	14.000.00

Insumos Externos		
Não		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico para subsidiar pesquisa quantitativa com a finalidade de avaliar a situação do estado nutricional das crianças menores de cinco anos e a (in)segurança alimentar das famílias residentes no semiárido brasileiro além das características socioeconômicas e o acesso a serviços públicos.	01/10/11	14.000,00
Documento técnico analítico da situação de segurança alimentar e nutricional dos beneficiários do Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) utilizando a base de dados de pesquisa de avaliação de impacto do programa contratada pela SAGI.	30/11/11	14.000,00
Documento técnico analítico da situação de segurança alimentar e nutricional da população negra no Brasil com base nas informações das seguintes pesquisas nacionais: PNDS 2006; PNAD 2004 e 2009.	29/01/12	14.000,00
Documento técnico analítico do estado nutricional, obtido a partir do novo padrão antropométrico OMS – 2005, utilizando a base de dados da pesquisa Avaliação de Impacto do Bolsa Família 1º e 2º rodadas.	20/06/12	14.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Silvia Maria Voci	CPF: 277.737.548-88
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato:	2011/000362
Secretaria:	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Objetivo da consultoria: Contratação de serviços de pessoa física para consultoria, na modalidade Produto, na área de Monitoramento de Programas, visando subsidiar a construção e análise de indicadores de programas, serviços e ações de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/09/2011	28/03/2012	35.000,00	99.705,00	99.705,00	99.705,00
Insumos Externos					
Diárias: 1.173,30 Passagens: 2.048,26					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo análise sobre a proposta de “Prontuário da Família” do Sistema Único da Assistência Social.				14/10/11	8.000,00
Documento técnico contendo o modelo lógico e indicadores de monitoramento do Benefício de Prestação Continuada – modalidade Trabalho (BPCtr),				28/11/11	10.000,00
Documento técnico contendo material de treinamento na metodologia de monitoramento de programas para técnicos estaduais/municipais.				27/01/12	7.000,00
Documento técnico contendo análise da evolução dos indicadores de monitoramento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ao longo de 2011.				13/03/12	10.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Lauro Stocco II				CPF: 269.487.808-30	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2011/000347		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços de pessoa física para consultoria, na modalidade Produto, na área de Monitoramento visando subsidiar a construção do Sistema de Monitoramento da situação de Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano a Alimentação Adequada no Brasil.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/09/2011	29/02/2012	60.000,00	156.616,00	104.716,00	104.716,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo informações sobre o levantamento, origem, processo de extração, tratamentos, rotinas de carga dos dados, do próprio banco de dados, bem como análise dos indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN segundo as dimensões produção e disponibilidade de alimentos.				27/10/11	12.000,00
Documento técnico contendo informações sobre o levantamento, origem, processo de extração, tratamentos, rotinas de carga dos dados, do próprio banco de dados, bem como análise dos indicadores de SAN segundo a dimensão renda e despesas com alimentação.				26/11/11	11.000,00
Documento técnico contendo informações sobre o levantamento, origem, processo de extração, tratamentos, rotinas de carga dos dados, do próprio banco de dados, bem como análise dos indicadores de SAN segundo a dimensão acesso à alimentação adequada.				23/12/11	11.000,00
Documento técnico contendo informações sobre o levantamento, origem, processo de extração, tratamentos, rotinas de carga dos dados, do próprio banco de dados, bem como análise dos indicadores de SAN segundo a dimensão educação.				20/01/12	12.000,00
Documento técnico contendo informações sobre o levantamento, origem, processo de extração, tratamentos, rotinas de carga dos dados, do próprio banco de dados, bem como análise dos indicadores de SAN segundo a dimensão políticas públicas, orçamento e direitos humanos.				19/02/12	12.000,00
Consultor contratado					

Nome do consultor:	James Richard Silva Santos	CPF:	688.500.001-97
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente.			

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		000327-2/2011		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Contratação de 1 (um) consultor para elaboração de estudo acerca da concessão de bolsa de auxílio financeiro para servidores públicos municipais e estaduais que atuem nas unidades do Sistema Único de Assistência Social matriculados no Curso Técnico de Formação de Orientador Social.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
19/09/2011	31/01/2012	30.000,00	111.785,00	10.000,00	10.000,00
Insumos Externos					
Diárias: 228,95 Passagens: 673,80					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo levantamento da legislação pertinente à concessão de bolsas de auxílio financeiro para profissionais-estudantes no âmbito da Administração Pública Federal e sistematização de modelos similares praticados pelo Governo Federal.				07/11/11	10.000,00
Documento técnico contendo estudo de procedimentos para concessão de bolsa de auxílio financeiro no âmbito da Administração Pública Federal e proposição de arranjos de implementação para a concessão de bolsas destinada a servidores públicos municipais e estaduais que atuem nas unidades do Sistema Único de Assistência Social matriculados no Curso Técnico de Formação de Orientador Social.				23/01/12	20.000,00
Consultor contratado					

Nome do consultor:	Bruno Ramos Pereira	CPF:	294.592.788-84
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente.			

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2011/000283		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Este Termo de Referência destina-se à seleção de profissional com experiência na manipulação e análise de base de dados, no âmbito do Projeto PNUD BRA/04/046 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA A AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO DO MDS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/09/2011	30/04/2012	56.000,00	219.682,00	109.691,00	28.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico sintético contendo análises de consistência dos bancos de dados da pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Agente Jovem sobre Egressos.				01/10/11	14.000,00
Documento técnico sintético contendo análise de consistência dos bancos de dados da Pesquisa de Avaliação da Implementação do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo (PJA)				27/11/11	14.000,00
Documento técnico sintético contendo análise de consistência dos bancos de dados da Pesquisa de Percepção dos Beneficiários do Programa Bolsa Família sobre Condições de Segurança Alimentar e Nutricional				23/02/12	14.000,00

Documento técnico sintético contendo análise de consistência dos bancos de dados das seguintes pesquisas de opinião: Conhecimento e Avaliação dos Programas Sociais do MDS, especialmente em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); e Conhecimento e Avaliação dos Programas Sociais do MDS, especialmente em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população com renda familiar de até dois salários-mínimos	30/04/12	14.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Débora Forte Teixeira	CPF: 673.092.243-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2011/000471		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Realizar análise numérica a partir do cruzamento de dados do Censo SUAS e do CadÚnico com os do Censo da Educação Superior e Censo Escolar da Educação Básica.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
18/10/2011	29/06/2012	82.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo análises da oferta e demanda de recursos humanos com ensino superior no Censo SUAS 2010 com a disponibilidade de recursos humanos a partir dos concluintes no Censo da Educação Superior 2009.				25/11/11	10.000,00

Documento técnico contendo análises da oferta e demanda de recursos humanos de ensino médio no Censo SUAS 2010 com a disponibilidade de recursos humanos a partir dos concluintes no Censo Escolar da Educação Básica 2009.	02/01/12	11.000,00
Documento técnico contendo levantamento de potencialidades e limitações para cruzamento das bases de dados de crianças com idade escolar do CadÚnico e do Censo Escolar da Educação Básica.	11/02/12	12.500,00
Documento técnico contendo a metodologia de cruzamento das bases de dados das escolas das crianças na idade escolar do CadÚnico e do Censo Escolar da Educação Básica, para uma análise da perspectiva do acompanhamento escolar.	22/02/12	11.000,00
Documento técnico contendo resultados do cruzamento das bases de dados do CadÚnico e do Censo Escolar da Educação Básica no nível escola.	21/04/12	12.000,00
Documento técnico contendo a metodologia de cruzamento das bases de dados das escolas das crianças na idade escolar do CadÚnico e do Censo Escolar da Educação Básica, para uma análise de perspectiva do acompanhamento individual do aluno.	31/05/12	12.500,00
Documento técnico contendo resultados do cruzamento das bases de dados do CadÚnico e do Censo Escolar da Educação Básica no nível aluno.	29/06/12	13.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Mariana Ferreira Peixoto dos Santos	CPF: 854.613.501-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato:	Secretaria:
2011/000449	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: Este Termo de Referência destina-se à contratação de especialista em avaliação nutricional para o desenvolvimento de estudos sobre a situação de segurança alimentar e nutricional de grupos populacionais específicos.	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/10/2011	30/04/2012	60.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo as versões finais dos instrumentos de coleta de dados e do Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido da pesquisa de avaliação de segurança alimentar e nutricional de populações vulneráveis residentes no bioma amazônico brasileiro				23/11/11	17.000,00
Documento técnico analítico sobre consumo das famílias de baixa renda – elegíveis ao Programa Bolsa Família e ao Programa de Benefício de Prestação Continuada Idoso - utilizando a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008 – 2009				24/01/12	11.000,00
Documento técnico contendo proposta de plano editorial e minuta de capítulo de um livro sobre políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional à luz das pesquisas de avaliação contratadas pela SAGI				22/02/12	9.000,00
Documento técnico contendo sistematização e avaliação do seminário (“painel de especialistas”) sobre a pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional de Comunidades Quilombolas Tituladas				22/03/12	11.000,00
Documento técnico analítico, destinado à publicação, contendo análise do banco de dados da “Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas”, com foco nas variáveis socioeconômicas, antropométricas e de segurança alimentar e nutricional				06/04/12	12.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:			Ana Maria Segall Corrêa	CPF: 114.584.701-30	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.	BRA/04/046/BRA

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2011/556		Secretaria:	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: Dar suporte às simulações, análises e cálculo de indicadores e cenários que permitam monitorar a execução e gestão de programas, ações e projetos sociais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21/12/2011	29/06/2012	48.000,00	0,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo Casos de Uso, Diagrama de Estado do Instrumento de Coleta de Dados do CENSO CREAS 2011.				15/01/12	13.500,00
Documento técnico contendo Infra-Estrutura do Sistema, Tecnologia utilizada para o Instrumento de Coleta de Dados do CENSO CREAS 2011.				08/04/12	16.000,00
Documento descritivo sobre a Estrutura de Dados para armazenar as informações necessárias do Instrumento de Coleta de Dados do CENSO CREAS 2011.				29/06/12	18.500,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:				Fábio Alves Freire de Carvalho	CPF: 702.120.071-49
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	

Código do Contrato:		2011/000564		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Dar suporte às simulações, análises e cálculo de indicadores e cenários que permitam monitorar a execução e gestão de programas, ações e projetos sociais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
23/12/2011	29/06/2012	48.000,00	0,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo descritivo com os Diagramas de Entidade de Relacionamento do Dicionário de Variáveis Indicadores e Programas (Dic VIP) para que seja integrado como processo disparador de elaboração de questionários dinâmicos no âmbito do processo de monitoramento das ações do Programa Brasil sem Miséria.				15/01/12	13.500,00
Documento técnico contendo descritivo com os Diagramas de Caso e Usos das implementações necessárias no Dic VIP para a integração plena no processo de elaboração de questionários dinâmicos no âmbito do processo de monitoramento das ações do Programa Brasil sem Miséria.				08/04/12	16.000,00
Documento técnico contendo descritivo com os Diagramas de Estado das situações críticas que deve suportar o Dic VIP para a integração plena no processo de elaboração de questionários dinâmicos no âmbito do processo de monitoramento das ações do Programa Brasil sem Miséria.				29/06/12	18.500,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Dionete de Sousa Gonçalves Sabate				CPF: 004.537.351-50	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	

Título do Projeto				Código	
Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família				BRA/04/028/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000384			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Desenvolver um estudo sobre os resultados das fiscalizações realizadas pela CGU, por meio do sorteio de municípios, sobre a gestão e implementação do PBF, no período de 2006 a 2011.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/09/2011	30/04/2012	48.000,00	48.000,00	15.000,00	
Insumos Externos					
Diárias: 228,95 Passagens: 572,23					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo proposta metodológica para análise dos relatórios de auditorias e fiscalizações da Controladoria Geral da União (CGU).				26/10/11	15.000,00
Documento técnico contendo a sistematização e análise preliminar dos resultados encontrados nos Relatórios da Controladoria Geral da União (CGU) a partir das novas categorias analíticas propostas.				29/12/11	20.000,00
Relatório final analítico e propositivo do estudo realizado com base nos Relatórios da Controladoria Geral da União (CGU).				30/03/12	25.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Anne Caroline Costa Resende				CPF: 052.885.306-61	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato Vigente					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família	BRA/04/028/BRA

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000244			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Realizar pesquisa qualitativa (grupos focais e entrevistas em profundidade) sobre o tema da identificação das condições de acesso aos serviços de saúde e educação, a partir do acompanhamento das condicionalidades do PBF.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/08/2011	30/03/2012	56.000,00	56.000,00	25.000,00	25.000,00
Insumos Externos					
Diárias: 5.267,95			Passagens: 9.399,30		
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Elaboração de Instrumentos para investigação acerca do cumprimento das condicionalidades do PBF, contendo: roteiros de condução dos grupos focais com famílias beneficiárias do PBF; e roteiro de entrevistas com gestores e técnicos relacionados à gestão das condicionalidades do PBF.				31/08/11	12.000,00
Documento técnico analítico das informações colhidas nos grupos focais com beneficiários e entrevistas com gestores e técnicos relacionados à gestão das condicionalidades do PBF, realizados na primeira localidade selecionada				30/09/11	13.000,00
Documento técnico analítico das informações colhidas nos grupos focais com beneficiários e entrevistas com gestores e técnicos relacionados à gestão das condicionalidades do PBF, realizados na segunda localidade selecionada				15/12/11	13.000,00
Documento técnico contendo: i) análise das informações colhidas nos grupos focais com beneficiários e entrevistas com gestores e técnicos relacionados à gestão das condicionalidades do PBF, realizados na terceira localidade; ii) análise comparada das informações colhidas nas entrevistas com gestores e técnicos relacionados à gestão das condicionalidades do PBF e nos grupos focais com beneficiários do programa, nas três localidades selecionadas; iii) sumário executivo que abranja os principais aspectos metodológicos e de resultados				10/03/12	18.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Lígia Rosa de Rezende Pimenta				CPF: 022.051.618-90	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato vigente					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família				BRA/04/028/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2009/001137			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Avaliação e monitoramento de programas de desenvolvimento social e combate à pobreza, no âmbito do PRODOC BRA/04/028.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/11/2009	17/01/2011	60.000,00	0,00	6.000,00	30.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico com a avaliação do desempenho da amostra da Avaliação de Impacto do BPC e indicação de seus fatores de expansão				15/12/10	8.000,00
a) Documento técnico detalhado contendo estudo do universo a ser investigado na Pesquisa de Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar- PAA;b) Documento técnico detalhado contendo plano de amostragem da Pesquisa de avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA,				16/11/10	16.000,00
a) Documento técnico detalhado com estudo do universo a ser investigado na Pesquisa de Avaliação da Qualidade dos dados do CadÚnico. b) Documento técnico detalhado contendo plano de amostragem da pesquisa de Avaliação da Qualidade dos dados do CadÚnico: i. determinar o tamanho da amostra; ii. especificar as unidades amostrais; e iii. especificar suas respectivas probabilidades de seleção.				30/09/10	18.000,00
Documento técnico com a avaliação do desempenho da amostra da Avaliação do ProJovem Adolescente e indicação dos seus fatores de expansão.				17/01/11	6.000,00

Relatório com a avaliação do desempenho da amostra da Pesquisa de avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos e indicação dos seus fatores de expansão.	04/06/10	6.000,00
Relatório com a avaliação do desempenho da amostra da Avaliação da Qualidade dos dados do CadÚnico e indicação dos seus fatores de expansão.	19/06/10	6.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Wilton de Oliveira Bussab	CPF: 007.891.008-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com o cancelamento dos produtos 3, 5 e 6.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS.				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato:		2011/000457		Secretaria: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Objetivo da consultoria: Aperfeiçoamento da arquitetura de software do Departamento de Gestão da Informação - DGI.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/10/2011	29/06/2012	89.900,00	9.900,00	9.900,00	9.900,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo: (i) modelos de arquiteturas de troca de informação e gestão de dados e (ii) sistemas disponíveis no mercado e na literatura.				23/11/2011	R\$ 9.900,00

Documento técnico contendo: proposta com arquitetura e arcabouço para coleta e armazenamento de informações pertinentes a segurança alimentar nos municípios brasileiros. Deve-se considerar: (i) a arquitetura deve prever a atualização de regras de negócio (sistema) sempre que necessário, (ii) deve funcionar em várias plataformas disponíveis no mercado, (iii) registrar todas as transações efetivadas, (iv) ser modularizado (módulo cliente, módulo servidor cliente, módulo servidor central e módulo de transmissão de dados).	02/01/2012	R\$ 11.000,00
Documento técnico contendo descrição: (i) do módulo de comunicação entre os módulos clientes e servidores e (ii) método de atualização de regras de negócio utilizando este novo módulo, além de demonstração de protótipo de funcionamento desta arquitetura.	02/03/2012	R\$ 18.000,00
Documento técnico contendo simulação da aplicação de um questionário definido para programas/ações da Segurança alimentar utilizando essa nova na nova arquitetura - avaliada quanto: (i) atualização dos sistemas de tempo real para quem possuir conexão de boa qualidade, (ii) atualização dos sistemas com arquivos baixados ou recebidos via email, (iii) atualização dos sistemas com arquivos em dispositivos de armazenamento portáteis – no qual deverá constar o monitoramento do funcionamento da eficácia da comunicação, troca de dados e funcionamento sem conexão com a Internet.	23/04/2012	R\$ 16.000,00
Documento técnico contendo desenho e implementação: (i) da arquitetura de software de comunicação entre os módulos clientes e servidores para troca de informações (envio/recebimento/consolidação de dados); (ii) da avaliação da arquitetura de dados e da tolerância a erros nos dados durante a transmissão (implementação de metadados que permitam registrar as regras de verificação de erros no banco de dados); e (iii) do protótipo de funcionamento desta arquitetura.	14/05/2012	R\$ 17.000,00
Documento técnico contendo a simulação de: (i) troca de informações de questionário definidos para o SESAN na nova arquitetura e (ii) monitoramento do funcionamento da eficiência da comunicação.	13/06/2012	R\$ 18.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Marcelo Gomes Gadelha	CPF: 854.084.503-25
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Rescindido sem o pagamento dos produtos 4 a 6.		

26.2 *Análise crítica*

Os consultores contratados no âmbito dos acordos de cooperação técnica internacional entre o MDS e as agências especializadas vinculadas à ONU têm contribuído com conhecimentos técnicos especializados inexistentes no quadro de servidores que compõem as equipes dos departamentos da SAGI, agregando conhecimentos específicos e complementares àqueles possuídos pela equipe multidisciplinar da Secretaria.

Na área de gestão da informação, diante da qualidade dos produtos alcançados, esse modelo de contratação representou uma economia de tempo e recursos financeiros, pois de outra forma não seria possível a rápida apropriação de metodologias e práticas com a mesma economicidade.

Ademais, os conhecimentos agregados pela atuação dos consultores têm contribuído para o bom desempenho das ações de capacitação e disseminação, além de enriquecer as pesquisas e estudos conduzidos pela SAGI, sobretudo, quando enfocados projetos recentemente implementados pelo Ministério ou que envolvem as temáticas de gênero e raça. Além disso, a atuação dos consultores tem se voltado também para a consolidação das pesquisas e estudos desenvolvidos sobre programas e serviços socioassistenciais já consolidados. Em 2011, cumpre registrar ainda que a Secretaria recorreu ao olhar externo de consultores para ajudá-la a refletir, entre outros temas, sobre:

- pesquisa qualitativa (grupos focais e entrevistas em profundidade) sobre o tema da identificação das condições de acesso aos serviços de saúde e educação, a partir do acompanhamento das condicionalidades do PBF;
- estudo sobre os resultados das fiscalizações realizadas pela CGU, por meio do sorteio de municípios, sobre a gestão e implementação do PBF, no período de 2006 a 2011;
- simulações, análises e cálculo de indicadores e cenários que permitam monitorar a execução e gestão de programas, ações e projetos sociais;
- o desenvolvimento evolutivo das ferramentas de monitoramento de programas sociais, Censo SUAS no âmbito do CRAS e CREAS;
- a percepção dos resultados do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-Árido: Segurança e Soberania Alimentar através do Acesso e Manejo Sustentáveis da Terra e das Águas, na região do semiárido brasileiro;
- subsidiar a construção do Sistema de Monitoramento da situação de Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano a Alimentação Adequada no Brasil; e
- desenvolvimento evolutivo do Atlas Social que serve para suporte ao monitoramento e documentação de ferramentas.

Os produtos apresentados pelos consultores contratados no exercício de referência contribuíram para o cumprimento dos objetivos estratégicos da unidade, ainda que as contratações tenham

acontecido em um ritmo aquém do esperado. Eventuais dificuldades de definição de agenda, enfrentadas durante o exercício, em grande parte devido ao redesenho das políticas do Ministério para atendimento ao Plano Brasil Sem Miséria, implicaram em algumas reformulações dos planos de ação ao longo do ano e consequentes atrasos nas contratações (em relação ao cronograma inicialmente previsto). Contudo, embora tenham ocorrido contratações tardias, os produtos decorrentes desses contratos, em geral, contribuíram significativamente para o alcance das metas estabelecidas para o exercício.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

AGREGADO II

<i>Unidade Jurisdicionada</i>	<i>SECRETARIA EXECUTIVA</i>
<i>Agregadas</i>	<i>Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza</i>



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

<i>Unidade Jurisdicionada</i>	<i>SECRETARIA EXECUTIVA</i>
<i>Consolidadas</i>	<i>Subsecretaria de Planejamento e Orçamento</i>
	<i>Subsecretaria de Assuntos Administrativos</i>
	<i>Diretoria de Tecnologia da Informação</i>
	<i>Diretoria de Projetos Internacionais</i>
	<i>Corregedoria</i>
	<i>Ouvidoria</i>
<i>Agregadas</i>	<i>Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação</i>
	<i>Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza</i>
	<i>Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	8
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	9
1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado	9
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	11
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade	11
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	14
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	16
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	18
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	18
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	21
5.3 Composição do Quadro de Estagiários	21
5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada	22
5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	24
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	26
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	27
6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício	27
6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse.....	28
6.3 Análise Crítica.....	29
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	30
7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV.....	30
8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	31
8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93	31
8.2 Análise Crítica.....	31
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	33
9.1 Estrutura de controles internos da UJ	33
12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	35
PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	37
17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	38
17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....	38

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO	9
QUADRO 2 - A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	16

QUADRO 3 - A.5.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	18
QUADRO 4 - A.5.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12.....	18
QUADRO 5 - A.5.3 - DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)	19
QUADRO 6 - A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	20
QUADRO 7- A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	20
QUADRO 8 - A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO	21
QUADRO 9 - A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	21
QUADRO 10 - A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	21
QUADRO 11 - A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.	22
QUADRO 12 - A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	25
QUADRO 13 - A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	27
QUADRO 14 - A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	27
QUADRO 15 - A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE.....	28
QUADRO 16 - A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	28
QUADRO 17 - A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE	28
QUADRO 18 - A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV.....	30
QUADRO 19 - A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	31
QUADRO 20 - A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	33
QUADRO 21 - A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	35
QUADRO 22 - B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.	38

INTRODUÇÃO

Este Relatório apresenta os atos de gestão praticados pela Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza ao longo deste documento, constam as estratégias de atuação adotadas, as atividades desenvolvidas, bem como os resultados obtidos.

O Relatório foi elaborado conforme os seguintes normativos: i) Instrução Normativa TCU Nº 63, DE 01 de setembro de 2010; ii) Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010; e iii) Portaria TCU Nº 123, de 12 de maio de 2011, e orientações do órgão de controle interno, ficando sua estrutura assim disposta: I – Informações sobre a Unidade Jurisdicionada; II- Introdução; III- Desenvolvimento; IV – Resultados e Conclusões.

Registra-se que por solicitação da Assessoria Especial de Controle Interno do MDS (AECI/MDS) e em acordo com a Assessoria da 4ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), a apresentação desse relatório de gestão ficou agregada ao relatório da Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Em seguida, encontram-se relacionados os itens requeridos pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 que não constam deste documento, bem como a correspondente justificativa:

PARTE A – Conteúdo Geral

Item 3 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência de créditos ou recursos.

Item 4 - Informações sobre os pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.

Justificativa: não há conteúdo a ser declarado, em face da Unidade Gestora 5500018 ter sido criada no final de 2011.

Item 10 - Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

Justificativa: não se aplica, visto que esta Unidade não faz aquisição de bens de material de TI nem contrata serviços e obras.

Item 11 - Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

Justificativa: não se aplica, visto não há bens imóveis sob responsabilidade da SESEP.

Item 13 - Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

Justificativa: não há cartões de corporativos no âmbito da SESEP.

Item 14 - Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.

Item 15 - Informações sobre Deliberações do TCU e Recomendações da CGU atendidas ou pendentes no exercício.

Justificativa: não há determinações ou recomendações para o exercício em referência.

Item 16 - Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência

PARTE B – Informações Contábeis da Gestão

Item 2 - Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

Item 3 - Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas.

Item 4 - Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).

Justificativa: não se aplica à natureza jurídica da unidade, conforme Quadro A1, do Anexo II da DN TCU nº 108/2010.

PARTE C - Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins

Justificativa: A SESEP não está indicada para apresentação dessas informações e/ou não houveram ocorrências no período.

PARTE D - Unidades jurisdicionadas com Relatórios de Gestão Customizados

Justificativa: A SESEP não está indicada para apresentação dessas informações.

***PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU
Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL DO
RELATÓRIO DE GESTÃO***

3. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Quadro 82 – A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		Código SIORG: 001945	
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Secretaria Executiva			
Denominação abreviada: SE			
Código SIORG: 72571	Código na LOA: 55101	Código SIAFI: 550003	
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1087	(061) 3433-1088	(061) 3433-2911
Endereço eletrônico: secretaria.executiva@mds.gov.brt			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "C", 6º Andar, Sala 600, CEP – 70.046-900 – Brasília (DF)			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	ativa	73609	
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	ativa	106867	
Diretoria de Tecnologia da Informação	ativa	106869	
Diretoria de Programas	ativa	106868	
Ouvidoria	ativa	107378	
Corregedoria	ativa	77778	
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas			
Número de Ordem: 2			
Denominação completa: Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza			
Denominação abreviada: SESEP			
Código SIORG: 77868	Código na LOA: 55101	Código SIAFI: 550018	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1003	(061) 3433-1074	(061) 3433-1479 FAX
Endereço eletrônico: tiago.falcao@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "C", 5º Andar, Sala 517, CEP – 70.046-900 – Brasília (DF)			

Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas	
LEI Nº 10.683, de 28 de Maio de 2003 (DOU 28.05.2003): Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de Janeiro de 2004 (Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004) (DOU 23.01.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;	
LEI Nº 10.869, de 13 de Maio de 2004 (DOU 14.05.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
DECRETO Nº 7.492, de 02 de Junho de 2011 (DOU 03.06.2011): Institui o Plano Brasil sem Miséria;	
DECRETO Nº 7.493, de 02 de Junho de 2011 (Revoga o Dec. 7.079/2010) (DOU 03.06.2011): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: http://www.brasilsemmiseria.gov.br/	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
550002	Setorial de Orçamento e Finanças / MDS
380001	Secretaria Nacional de Economia Solidária / MTE
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
380001	00001
550002	00001

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

Competência Institucional

Com a publicação do Decreto nº 7.493, de 02 de junho de 2011, aprovando a nova estrutura regimental do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e revogando o Decreto nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010, criou-se a Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza – SESEP com as competências de:

- a) Articular, planejar, acompanhar e revisar, em conjunto com os demais órgãos do Governo Federal os programas e as ações para a superação da extrema pobreza;
- b) Articular com as demais esferas de governo, com a sociedade civil e demais instâncias multissetoriais do Governo Federal, visando à implementação de ações para a superação da extrema pobreza;
- c) Subsidiar a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação na elaboração de indicadores de desempenho dos programas e projetos de superação da extrema pobreza, para a realização de monitoramento e avaliação;
- d) Promover estudos para a formulação de políticas públicas voltadas à superação da extrema pobreza;
- e) Fomentar, planejar e acompanhar projetos de inclusão produtiva para o público beneficiário dos programas do Ministério, em articulação com as demais unidades; e
- f) Incentivar a articulação, o protagonismo e a cooperação do público beneficiário dos Programas do Ministério e suas organizações, nos projetos de inclusão produtiva.

Assim, a SESEP é responsável por gerenciar o Plano Brasil Sem Miséria e suas interfaces com as demais políticas públicas, respeitando as atribuições também conferidas pelo Decreto Nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria. A Secretaria Extraordinária não executa diretamente os programas e ações finalísticas do Plano Brasil Sem Miséria, que estão a cargo de outras Secretarias do MDS e de outros Ministérios, mas assiste esses parceiros para que possam atingir os objetivos pactuados. Nesse sentido esta SESEP tem coordenado o esforço de integrar a ação de governo para o atendimento da população extremamente pobre de maneira multissetorial, envolvendo os três entes da federação.

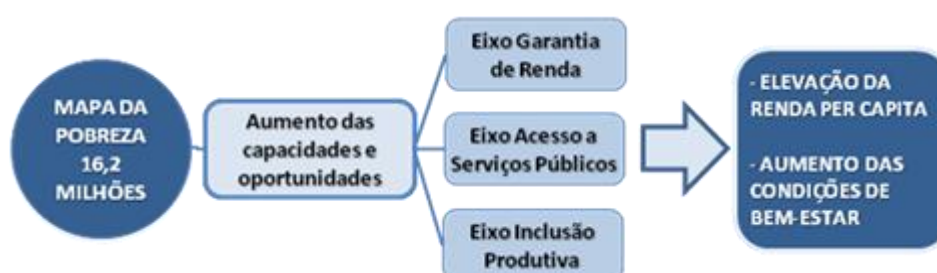
Objetivos estratégicos

O Brasil Sem Miséria vincula-se a uma concepção de Estado e democracia respaldada no reconhecimento da atribuição estatal de garantia de direitos. O Plano tem por meta realizar o preceito constitucional de consolidar uma rede de promoção e de proteção social ampliada, coerente e consistente. Assim, o Brasil Sem Miséria se propõe a promover um conjunto coordenado de intervenções dos poderes públicos e da sociedade, de modo a assegurar o efetivo cumprimento dos direitos sociais, especialmente daqueles grupos da população mais vulneráveis e excluídos.

Segundo dados do Censo de 2010 do IBGE¹, existem no Brasil 16,2 milhões de pessoas com renda familiar mensal per capita menor ou igual a R\$ 70. Isso corresponde a 8,5% da população brasileira. Ainda de acordo com os dados do Instituto, a população extremamente pobre é jovem (51% têm até 19 anos de idade), é negra (71% de pardos e pretos), reside nas regiões Norte e Nordeste (75%) e concentra-se na área rural (47%). Com efeito, no campo, de cada quatro brasileiros, um é extremamente pobre e nas cidades essa relação é de um para vinte.

Instituído pelo Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, o BSM foi criado para ir aonde as pessoas que vivem na pobreza extrema estão, respeitando-se suas particularidades e especificidades. O Plano foi desenhado para romper barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais que segregam pessoas e regiões. Esse é o propósito da estratégia da “Busca Ativa”, que tem por objetivo central incluir no Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚnico) aqueles que vivem fora da rede de proteção e promoção social, de forma a garantir o acesso ao Programa Bolsa Família, bem como a outras ações do poder público. Estima-se que cerca de 800 mil famílias encontravam-se nessa condição quando do lançamento do Plano. O Gráfico abaixo sintetiza a estrutura o BSM:

Plano Brasil sem Miséria - Eixos de Atuação



Elaboração: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

O eixo da Garantia de Renda tem por objetivo ampliar o acesso de famílias extremamente pobres a programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família. Além da expansão do número de beneficiários, foram realizadas alterações na composição dos benefícios que

¹ MDS. *O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010*. Nota. Brasília, 02 de maio de 2011.

proporcionaram mais renda a famílias com crianças e mulheres em fase de gestação e amamentação.

O eixo de Inclusão Produtiva foi estruturado em duas frentes, uma para o meio urbano e outra para o rural, levando em consideração suas realidades tão diversas. Para promover a inclusão produtiva nas cidades, a partir da geração de ocupação e renda, já estão sendo ofertados cursos de qualificação profissional e capacitação sintonizados com a vocação econômica de cada região, com destaque para o PRONATEC (MEC), em parceria com as melhores estruturas ao alcance do Estado, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o Sistema S. O eixo também conta com a ampliação da política de microcrédito (Programa CRESCER) e com a promoção de ações de incentivo ao microempreendedorismo e à economia popular e solidária.

No campo, a prioridade é aumentar a produção dos agricultores mais pobres através de orientação e acompanhamento técnico, transferência de recursos, oferta de insumos e água, proporcionando segurança alimentar e estimulando a produção para a comercialização. As principais ações são: Água Para Todos, para garantir acesso à água de qualidade para o consumo e produção; Assistência técnica com acompanhamento continuado e individualizado por equipes profissionais; Pagamento de fomento e oferta de sementes da Embrapa e tecnologias apropriadas para cada região; Compras públicas e privadas da produção desses agricultores pelo Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, bem como por entidades privadas parceiras do Brasil Sem Miséria.

No eixo do Acesso a Serviços Públicos, a atuação conjunta dos diversos ministérios voltada para a população extremamente pobre tem por meta ampliar o acesso a serviços públicos de qualidade, tais como cursos de alfabetização, educação integral, emissão de documentos de identificação, assistência social (CRAS e CREAS), segurança alimentar e nutricional (Cozinhas Comunitárias e Restaurantes Populares), exames oftalmológicos, tratamento dentário, ampliação de equipamentos de saúde como as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e combate às chamadas doenças negligenciadas que afetam proporcionalmente mais os mais pobres, dentre outros.

O ano de 2011 teve por principal objetivo e desafio garantir a estruturação da Secretaria e a viabilização de resultados concretos nos primeiros seis meses do Plano. O esforço de articulação com as Secretarias e Ministérios parceiros garantiu resultados em todos os eixos do Plano. Destacamos alguns dos resultados mais significativos para 2011:

- 407 mil famílias em situação de extrema pobreza foram localizadas e incluídas no Cadastro Único pela estratégia de Busca Ativa;
- 325 mil famílias extremamente pobres passaram a receber o Bolsa Família. E, com a ampliação do número de filhos pelos quais a família recebe benefícios, 1,3 milhão de benefícios relativos a crianças e adolescentes de até 15 anos passaram a ser pagos;
- 80 mil vagas para qualificação para inscritos no Cadastro Único foram criadas pelo PRONATEC;
- 37 mil famílias no campo já estão recebendo assistência técnica, sementes e fomento;
- Foram viabilizadas 315 mil cisternas do Programa Água Para Todos;

82,6 mil agricultores em situação de extrema pobreza foram beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos.

2.2 *Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais*

Com a criação da Secretaria em meados de 2011, foi preciso um esforço concentrado da SESEP em articulação com as Secretarias finalísticas do MDS e os demais ministérios integrantes do Plano Brasil Sem Miséria para a execução das ações previstas no Plano.

O Plano Brasil Sem Miséria não substitui o que vinha sendo feito pelo Governo Federal, ele apenas reforça os programas que já existiam (i.e. Programa Bolsa Família) e cria novos programas onde há espaço para inovação (i.e. Bolsa Verde e Fomento por exemplo). Cabe ressaltar que a Secretaria Extraordinária não executa diretamente os programas e ações finalísticas do Plano Brasil Sem Miséria, que estão a cargo de outras Secretarias do MDS e dos Ministérios parceiros. Nesse sentido esta SESEP tem coordenado o esforço de integrar a ação de governo para o atendimento da população extremamente pobre de maneira multisetorial, envolvendo as três esferas da federação.

No que diz respeito à atuação da Secretaria frente às suas responsabilidades institucionais, o Plano Brasil Sem Miséria tem como estratégia central para a identificação e o atendimento de seu público a denominada “Busca Ativa”. A Busca Ativa tem por objetivo central localizar, identificar e incluir no Cadastro Único para Programas Sociais todos aqueles em situação de extrema pobreza. O ano de 2011 já apresenta expressivos resultados: das cerca de 800 mil famílias em situação de pobreza que, no início do Plano, não estavam inseridas no Cadastro Único, aproximadamente 407 mil já foram cadastradas, sendo que 325 mil já estão recebendo os benefícios do Programa Bolsa Família.

Além da mobilização dos Ministérios que integram o Plano, o BSM celebrou no segundo semestre de 2011 cinco Pactos Regionais, com objetivo de firmar compromisso entre a União e todos os governadores de estado e do Distrito Federal, elencando as responsabilidades de cada ente na execução das ações propostas pelo Plano e promovendo sua implementação de forma coordenada nos eixos de Garantia de Renda, Inclusão Produtiva e Acesso a Serviços.

A celebração desses compromissos em caráter regional traz consigo a ideia intrínseca ao Plano de que a pobreza se manifesta de diferentes maneiras em todo o Brasil e, para combatê-la, é necessário ter ações de enfrentamento que sejam adequadas às realidades locais. Dessa forma, cada uma das pactuações foi composta por medidas condizentes com as principais manifestações da miséria em cada região. No Nordeste, a ênfase recai sobre as ações de inclusão produtiva rural, especialmente no Semiárido. No Norte, o destaque é para os programas Bolsa Verde, por conta de sua contribuição para preservação ambiental, e de inclusão produtiva rural. Na região Centro-Oeste, o foco está na implementação de medidas voltadas para a agricultura sustentável e a transferência de renda. No Sudeste, o Brasil Sem Miséria apresenta como prioridades os temas da complementação local ao Programa Bolsa Família bem como as estratégias de inclusão produtiva urbana. Por fim, no Sul, destacam-se as estratégias de inclusão produtiva tanto no campo como nas cidades.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Não há Programa de Governo sob a gestão do SESEP.

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Não se aplica, uma vez que a SESEP não gerencia Programas de Governo.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Quadro 83 - A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Sub-Função	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada 2012	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada 2012
08	334	0099	20GH	A	4	Pessoa Capacitada (unidade)	10.000	0	105.937	1.800.000	1.142.478	21.187.342
08	334	1133	20GG	A	4	Pessoa Atendida (unidade)	15.000	24.500	138.925	21.500.000	7.914.509	245.231.915

Fonte: SIAFI Gerencial, LOA 2011, LOA 2012 e Lei nº 12.492, de 20/09/2011

Análise crítica

Essas ações foram criadas por crédito especial por meio da Lei nº 12.492, de 20 de setembro de 2011, que abriu aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R\$ 205.600.000,00.

20GH - Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra – Plano Brasil sem Miséria

No ano 2011, não houve execução relativa à ação 20GH – Orientação Profissional e Intermediação de Mão de Obra. Trata-se de parceria com o Ministério do Trabalho, referente à Intermediação de Mão de Obra, na qual o público do Plano Brasil sem Miséria (pessoas em situação de pobreza extrema) qualificadas pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC, parceria com Ministério da Educação/MEC) seriam inscritas nas agências do Sistema Nacional do Emprego (SINE/MTE) e encaminhadas para vagas referentes a empregos formais registradas no SINE. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) trabalhou em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em Edital para Adesão de Municípios, que foi publicado em novembro/dezembro 2011, mas cancelado por iniciativa do MTE, sob alegação de falta de capacidade operacional do MTE para celebrar convênios com municípios em tempo hábil (antes do prazo final para empenho de recursos, em 24/12/2011).

20GG - Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores – Plano Brasil sem Miséria

No ano 2011, houve a execução da ação 20GG – Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores concentrou-se na parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. O MDS apoiou financeiramente o Edital de Chamada Pública para apresentação de Projetos por Estados (Edital de Chamada Pública SENAES/MTE n.º 002/2011, disponibilizado no sítio do MTE – www.mte.gov.br). Foram apresentados 22 projetos e aprovados e classificados pela Comissão de Avaliação 19 projetos, para atendimento de 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) pessoas, superando a meta inicial de 15.000 (quinze mil) pessoas beneficiadas. Os projetos foram implementados por meio de convênios da SENAES/MTE com os Governos Estaduais.

Para o ano 2012, prevê-se o atendimento de 60.000 (sessenta mil) pessoas no âmbito da ação de Economia Solidária. Ainda, encontra-se em andamento a estruturação de parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS (SNAS/MDS), para implementação do Programa de Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho, por intermédio do qual o público do Plano Brasil sem Miséria será mobilizado e acompanhado para inscrição nos cursos PRONATEC, frequência às aulas e apoio para posterior encaminhamento às políticas públicas complementares de trabalho (economia solidária, microempreendedor individual, emprego formal), educação (educação de jovens e adultos, alfabetização) e saúde (bucal, oftalmológica).

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada
Quadro 84 - A.5.1 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	17	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	17	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	6	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	--	11	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	1	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	-	18	-	-

Fonte: Sistema Data Warehouse - DW/SIAPE - CGRH/SE/MDS. *Inexiste quota individualizada para a UJ. No total de 108 foi acrescido o total de 05 servidores anistiados.

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada
Quadro 85 - A.5.2 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-

2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	2

Fonte: SIAPE

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Quadro 86 - A.5.3 - DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	12	12	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	1	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	4	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	7	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	-	-	-	-

2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	12	12	-	-

Fonte: Sistema Data Warehouse - DW/SIAPE - CGRH/SE/MDS. *Inexiste quota individualizada para a UJ

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

Quadro 87 - A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	4	4	5	4	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	4	4	4	4	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	1	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	5	4	0	2	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	4	0	2	1
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	9	8	5	6	2

Fonte: Sistema Data Warehouse - DW/SIAPE - CGRH/SE/MDS.

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro 88- A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	18	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	-	17	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	1	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	1	11	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	11	-	-	-

2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	-	1	29	-	-	-

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema Data Warehouse - DW/SIAPE - CGRH/SE/MDS.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro 89 - A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Não há servidores inativos ou pensionistas no âmbito da SESEP.

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Quadro 90 - A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Não há servidores inativos ou pensionistas no âmbito da SESEP.

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 91 - A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Não há estagiários no âmbito da SESEP.

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro 92 - A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.

[illegible]

Natureza Especial												
	Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior												
	Exercícios	2011	277.875,63	99.151,80	53.009,93	5.018,75	14.080,00	1.638,00	-	-	-	450.774,11
		2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Funções gratificadas												
	Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Data Warehouse - DW/SIAPE - CGRH/SE/MDS.

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Não há.

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Não ocorreram autorizações em 2011.

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Informação consolidada no relatório da UJ SE.

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação-Geral de Recurso Humanos													
UG/Gestão: 550006/00001					CNPJ:								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	14	O	3	01.596.964/0001-07	01/03/2005	28/02/2011	0	0	0	0	0	0	E
2011	14	E	7	56.419.492/0001-09	01/03/2011	28/08/2011	0	0	0	0	1	0	E
2011	14	E	22	56.419.492/0001-09	29/08/2011	24/10/2011	0	0	0	0	1	0	E
2011	14	O	31	00.729.160/0001-76	25/10/2011	30/06/2012	0	0	0	0	0	0	A
2011	14	O	6	56.419.492/0001/09	07/02/2011	06/02/2012	1	0	6	4	0	0	A
Observações: * Advertimos que o Contrato nº 03/2005, foi prorrogado excepcionalmente até 28/02/2011, conforme Termo Aditivo nº 14/2010, celebrado em 29/12/2010. E que somente há informações sobre as contratação para os Contratos que estavam vigentes no final do exercício de 2011													
Área: 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis LEGENDA Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

4. Transportes;	11. Manutenção de bens imóveis
5. Informática;	12. Brigadistas
6. Copeiragem;	13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
7. Recepção;	14. Outras

Fonte: CGRH / MDS

5.6 *Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos*

Os indicadores gerenciais de recursos humanos constam do Relatório de Gestão da UJ – SE agregadora da SESEP.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Quadro 94 - A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

R\$ 1,00									
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza									
CNPJ: 05.526.783/0001-65			UG/GESTÃO: 550018/00001						
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício			
							Início	Fim	
3	TC SESEP nº 001/2011	SENAES/MTE	23.300.000	-	9.056.987	9.056.987	16/12/2011	31/12/2014	1
LEGENDA									
Modalidade:			Situação da Transferência:						
1 - Convênio			1 - Adimplente			5 - Excluído			
2 - Contrato de Repasse			2 - Inadimplente			6 - Rescindido			
3 - Termo de Cooperação			3 - Inadimplência Suspensa			7- Arquivado			
4 - Termo de Compromisso			4 - Concluído						

Fonte: Siafi e DOU

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro 95 - A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza					
CNPJ:	05.526.783/0001-65					
UG/GESTÃO:	550018/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	-	-	-	-	-	-

Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	01	-	-	9.056.987	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	01	-	-	9.056.987	-	-

Fonte: Siafi

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

Quadro 96 - A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza					
CNPJ: 05.526.783/0001-65			UG/GESTÃO: 550018/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	01	23.300.000	9.056.987	43.056.533	39 %
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	01	23.300.000	9.056.987	43.056.533	39 %

Fonte: Siafi e SESEP

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

Quadro 97 - A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Não há prestações de contas na Unidade Gestora 550018 – SESEP.

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro 98 - A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Não há prestações de contas na Unidade Gestora 550018 – SESEP.

6.3 *Análise Crítica*

As ações orçamentárias geridas pela SESEP foram criadas por crédito especial apenas em 20 de setembro de 2011, por meio da Lei nº 12.492. Com um período curto de existência optou-se por executar as ações por meio de Termo de Cooperação com o Ministério do Trabalho e Emprego. A opção pela execução através do Termo de Cooperação possibilitou a utilização, ainda em 2011 de um valor significativo do que havia sido previsto, mostrando-se uma forma eficiente de gestão dos recursos. Os fatores de sucesso para essa execução referem-se à estrutura já existente na SENAES-MTE e da parceria estreita com a SESEP. A convicção no bom resultado da parceria está expressa na decisão de, no ano de 2012, fazer novo Termo de Cooperação com o MTE para a execução das ações referentes à Economia Solidária.

A Unidade Jurisdicionada realizou apenas um Termo de Cooperação, processo nº 71000.054373/2011-18, cujo objeto foi a descentralização de recursos no montante de R\$ 23,3 milhões do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ao Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES destinados a edital para a chamada pública de projetos da Economia Solidária no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.

Do recurso pactuado, foi efetivamente descentralizado o orçamento de R\$ 19,5 milhões empenhados pela SENAES/MTE, além do financeiro liquidado e pago no valor de R\$ 9,0 milhões.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

Quadro 99 - A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Nabil Moura Kadri**, CPF nº 302072188-11, **Chefe de Gabinete**, exercido na **Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que esta SESEP não utilizou, diretamente, o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e o Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, no exercício de 2011.

Brasília, 28 de março de 2012.

Nabil Moura Kadri

302072188-11

Chefe de Gabinete

Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 100 - A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	21	1	6
	Entregaram a DBR	21	1	5
	Não cumpriram a obrigação	0	0	1

Fonte: COGEP/CGRH/SAA/SE/MDS

8.2 Análise Crítica

No âmbito desta UJ, o acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Rendas fica a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MDS. A entrega das DBR é exigida no rol de documentos essenciais para a assinatura do termo de posse para as pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/90. Essa documentação permanece armazenada em pastas e caixas em envelopes lacrados, de modo a assegurar o sigilo fiscal das informações.

Aqueles que não optam pela entrega da autorização de acesso são cobrados mediante e-mails, memorandos, cartas e contatos telefônicos ao término de cada exercício financeiro. Quando se encerra o exercício da função ou cargo que ocupam nesta UJ, somente recebem a Declaração de Nada Consta, a qual afirma que não restam obrigações pendentes com esta Pasta, após a entrega da DBR ou da autorização de acesso.

Todos os servidores que se encontram em exercício neste MDS entregaram a DBR ou a autorização de acesso, de forma que não há pendências quanto ao exercício 2011, ano calendário 2010. Os

servidores que já deixaram este órgão, mas não cumpriram com essa obrigação quando do desligamento, continuam sendo cobrados através dos meios disponíveis para que apresentem a DBR ou a autorização de acesso.

O MDS não conta com qualquer sistema informatizado capaz de aperfeiçoar o controle de entregas e cobrança daqueles que não cumprem com a obrigação de entregar a DBR.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Quadro 101 - A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					x
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					x
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
QUADRO 102 - A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					x
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores 0 Terceirizados 0				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		x			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				x	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		x			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					x
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			x		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				x	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100 %				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			x		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			x		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		x			
Considerações Gerais:-					

LEGENDA**Níveis de avaliação:**

- (1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

***PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU
Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES
CONTÁBEIS DA GESTÃO***

17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010
17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis
Quadro 103 - B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza			550018
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília DF	Data	28 de março de 2012
Contador Responsável	Hudson Magno de Rezende	CRC nº	8409/O-3 DF



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

AGREGADO III

<i>Unidade Jurisdicionada</i>	<i>SECRETARIA EXECUTIVA</i>
<i>Agregadas</i>	<i>Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza</i>



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

<i>Unidade Jurisdicionada</i>	<i>SECRETARIA EXECUTIVA</i>
<i>Consolidadas</i>	<i>Subsecretaria de Planejamento e Orçamento</i>
	<i>Subsecretaria de Assuntos Administrativos</i>
	<i>Diretoria de Tecnologia da Informação</i>
	<i>Diretoria de Projetos Internacionais</i>
	<i>Corregedoria</i>
	<i>Ouvidoria</i>
<i>Agregadas</i>	<i>Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação</i>
	<i>Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza</i>
	<i>Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza</i>

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	4
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	9
1. <i>PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.</i>	10
1.4 <i>Relatório de Gestão Consolidado e Agregado</i>	10
2. <i>PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010</i>	13
2.1 <i>Responsabilidades institucionais da unidade</i>	13
2.2 <i>Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais</i>	14
2.3 <i>Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ</i>	14
2.4 <i>Desempenho Orçamentário/Financeiro</i>	16

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO	10
QUADRO 2 - A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO	14
QUADRO 3 - A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	16
QUADRO 4 - A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	16
QUADRO 5 - A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	16
QUADRO 6 - A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL	16
QUADRO 7 - A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	17
QUADRO 8 - A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	17
QUADRO 9 - A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	17
QUADRO 10 - A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	17
QUADRO 11 - A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	18
QUADRO 12 - A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	18
QUADRO 13 - A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	18
QUADRO 14 - A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	18

INTRODUÇÃO

Este Relatório apresenta os atos de gestão praticados pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.- FCEP. Ao longo deste documento, constam as estratégias de atuação adotadas, as atividades desenvolvidas.

O Relatório foi elaborado conforme os seguintes normativos: i) Instrução Normativa TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010; ii) Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010; e iii) Portaria TCU Nº 123, de 12 de maio de 2011, e orientações do órgão de controle interno, ficando sua estrutura assim disposta: I – Informações sobre a Unidade Jurisdicionada; II- Introdução; III- Desenvolvimento; IV – Resultados e Conclusões.

O Relatório é organizado por Fonte de Recursos e não por Créditos Originários da Lei Orçamentária ou por movimentação de créditos, em face do Fundo ser Fonte de Recursos no orçamento e não uma Unidade Orçamentária ou Gestora.

Cabe registrar que nos títulos dos capítulos deste relatório foi mantido o ordenamento numérico constantes da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011, no que pese o entendimento interno desta Pasta de se excluir da sequência aqueles que não foram indicados para apresentação das informações e/ou não houveram ocorrências no período.

Em seguida, encontram-se relacionados os itens requeridos pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 que não constam deste documento, bem como a correspondente justificativa.

PARTE A – Conteúdo Geral

Item 3 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência de Créditos ou Recursos

Item 4 - Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Justificativa: não se aplica uma vez que o FCEP não se trata de UJ, mas de fonte de recursos. Caso haja registros de restos a pagar, estes serão mencionados nos respectivos relatórios das Unidades Gestoras executoras dos recursos do Fundo.

Item 5 - Informações sobre recursos humanos da unidade.

Justificativa: Não se aplica, uma vez que o FCEP é uma fonte de recursos, portanto, não possui quadro de pessoal.

Item 6 - Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

Justificativa: Não se aplica por não se tratar de Unidade Gestora ou Unidade Orçamentária. As transferências com as fontes de recursos consignadas ao FCEP estão mencionados nos respectivos relatórios das Unidades Gestoras executoras do Fundo.

Item 7 - Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Justificativa: Não se aplica, uma vez que o FCEP é uma fonte de recursos e não realiza contratos ou convênios.

Item 8 - Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Justificativa: Não se aplica, uma vez que o FCEP é uma fonte de recursos, portanto, não possui quadro de pessoal.

Item 9 - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.

Justificativa: Não há, uma vez que o FCEP é uma fonte de recursos.

Item 10 - Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como

referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

Justificativa: Não há, uma vez que o FCEP é uma fonte de recursos.

Item 11 - Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros..

Justificativa: Não há, uma vez que o FCEP é uma fonte de recursos e não possui bens imóveis.

Item 12 - Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.

Justificativa: Não há, uma vez que o FCEP é uma fonte de recursos e não possui gestão de tecnologia da informação.

Item 13 - Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

Justificativa: Não há, uma vez que o FCEP é uma fonte de recursos e não possui quadro de pessoal.

Item 14 - Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

Justificativa: Não há renúncia tributária com recursos do FCEP.

Item 15 - Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Justificativa: No período em análise não ocorreram demandas junto ao TCU.

Item 16 - Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento..

Justificativa: No período em análise não ocorreram demandas junto à unidade de controle interno da Pasta.

PARTE B – Informações Contábeis da Gestão

Item 1 - Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

Justificativa: não se aplica uma vez que o FCEP não se trata de UJ, mas de fonte de recursos. A assinatura do contador responsável pela execução da ação beneficiada com recursos do FCEP está registrada nos respectivos relatórios das Unidades Gestoras executora dos recursos do Fundo.

Item 2 - Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Item 3 - Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas.

Item 4 - Composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).

Justificativa: não se aplica à natureza jurídica da unidade, conforme Quadro A1, do Anexo II da DN TCU nº 108/2010.

PARTE C - Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins

Justificativa: O FCEP não está indicado para apresentação das informações e/ou não houve ocorrências no período.

PARTE D - Unidades jurisdicionadas com Relatórios de Gestão Customizados

Justificativa: O FCEP não está indicado para apresentação das informações.

***PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU
Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL DO
RELATÓRIO DE GESTÃO***

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.
1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado
Quadro 104 – A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		Código SIORG: 001945	
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Secretaria Executiva			
Denominação abreviada: SE			
Código SIORG: 72571	Código na LOA: 55101	Código SIAFI: 550003	
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1087	(061) 3433-1088	(061) 3433-2911
Endereço eletrônico: secretaria.executiva@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "C", 6º Andar, Sala 600, CEP – 70.046-900 – Brasília (DF)			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	ativa	73609	
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	ativa	106867	
Diretoria de Tecnologia da Informação	ativa	106869	
Diretoria de Projetos Internacionais	ativa	106868	
Corregedoria	ativa	107378	
Ouvidoria	ativa	77778	
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 3			
Denominação completa: Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza			
Denominação abreviada: FCEP			
Código SIORG: -	Código na LOA: -	Código SIAFI: -	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fonte de Recursos			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1087	(061) 3433-1084	(061) 3433-2911

Endereço eletrônico: secretaria.executiva@mds.gov.br
Página da Internet: http://www.mds.gov.br
Endereço Postal:
Esplanada dos Ministérios, Bloco "C", 6º Andar, Sala 600, CEP – 70.046-900 – Brasília (DF)
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 31, de 14 de dezembro de 2000 (DOU 18.12.2000): Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 67, de 22 de dezembro de 2010 (DOU 23.12.2010): Prorroga, por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.
LEI COMPLEMENTAR Nº 111, de 6 julho de 2001 (DOU 09.07.2001): Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
DECRETO Nº 4.564, de 1º janeiro de 2003 (01.01.2003): Define o órgão gestor do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e o funcionamento do seu Conselho Consultivo e de Acompanhamento, dispõe sobre doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e dá outras providências.
LEI Nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (DOU 28.05.2003): Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de Janeiro de 2004 (Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004) (DOU 23.01.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
LEI Nº 10.869, de 13 de maio de 2004 (DOU 14.05.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas
DECRETO Nº 5.074, de 13 de maio de 2004 (DOU 12.05.2004, republicado DOU 14.05.2004): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;
DECRETO Nº 5.550, de 22 de setembro de 2005 (Revoga o Dec. 5.074/2004) (DOU 23.09.2005): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências.
DECRETO Nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010 (Revoga o Dec. 5.550/2005) (DOU 27.01.2010): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências.
PORTARIA MDS Nº 416, de 12 de agosto de 2005 (DOU 15.08.2005): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
PORTARIA MDS Nº 330, de 11 de outubro de 2006 (DOU 13.10.2006): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
DECRETO Nº 5.997, de 21 de dezembro de 2006 (DOU 22.12.2006): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2006, e dá outras providências.
DECRETO de 6 de março de 2007 (DOU 07.03.2007): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2007, e dá outras providências.

DECRETO Nº 6.636, de 5 de novembro de 2008 (DOU 06.11.2008): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2008.	
DECRETO Nº 6.978, de 8 de outubro de 2009 (DOU 09.10.2009): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2009.	
DECRETO Nº 7.316, de 22 de setembro de 2010 (DOU 23.09.2010): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2010.	
DECRETO Nº 7.493, de 02 de Junho de 2011 (Revoga o Dec. 7.079/2010) (DOU 03.06.2011): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
PROGRAMA FOME ZERO: http://www.fomezero.gov.br/	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
550002	Setorial de Orçamento e Finanças/MDS
550008	Secretaria Nacional de Seg. Alimentar e Nutricional
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
550002	00001
550008	00001

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FCEP foi instituído por intermédio da Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, e regulamentado pela Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001, e previsto para subsistir até 2010.

Ao final do exercício de 2010, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 67, de 22 de dezembro de 2010, pela qual foi prorrogada por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Até o início de 2003 a gestão do FCEP ficou a cargo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, sendo que o Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, definiu o extinto Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA como órgão gestor e o funcionamento do seu Conselho Consultivo e de Acompanhamento.

Posteriormente, a Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, convertida na Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, designou ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS a gestão do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

O FCEP visa proporcionar aos brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, sendo que seus recursos devem ser aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar ou de relevante interesse social voltados à melhoria da qualidade de vida.

Os recursos do Fundo são direcionados a ações que tenham como alvo: famílias cuja renda per capita seja inferior à linha de pobreza, assim como indivíduos em igual situação de renda; e as populações de municípios e localidades urbanas ou rurais, isoladas ou integrantes de regiões metropolitanas, que apresentem condições de vida desfavoráveis.

Dessa maneira esses recursos são consignados de forma complementar em ações orçamentárias cujo objetivo contemple o público alvo estabelecido pela Lei Complementar nº 111, de 2001. Salienta-se que estas ações podem estar alocadas em diversos Órgãos e que sua gestão administrativa é de responsabilidade da respectiva unidade executora.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

O plano estratégico consiste em alocar os recursos financeiros nas ações consignadas a este Ministério, em consonância à vinculação definida na Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001.

O FCEP não se constitui um Fundo Especial, como especificado na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, uma vez que não possui estrutura própria e não é instituído como Unidade Orçamentária. Neste sentido este Fundo sempre foi gerenciado como fonte de recursos.

A partir da criação do MDS procurou-se implementar instrumentos que facilitassem o acompanhamento das metas e gestão dos recursos do Fundo. Observou-se que o volume de recursos previstos para o combate à pobreza nos orçamentos anuais vinha excedendo em quantitativo os valores arrecadados pelo FCEP. Dessa forma, a partir do exercício de 2005, centralizaram-se todos os recursos do citado Fundo em um número restrito de ações orçamentárias de maior monta, facilitando o acompanhamento de sua aplicação.

Em 2011 os recursos disponíveis do FCEP foram consignados na ação 11V1 - “Construção de Cisternas para Armazenamento de Água” deste MDS.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Não há Programa de Governo sob a gestão do FCEP.

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro 105 - A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, consequentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro.

Análise crítica

Deve-se ressaltar que quase a totalidade da receita do FCEP era proveniente da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, nos termos do inciso I do art. 80 dos Atos das Disposições Constitucionais

Transitórias. Entretanto, a cobrança da CPMF foi extinta em 31 de dezembro de 2007, acarretando em significativa queda nos recursos vinculados a este fundo.

Portanto, os únicos recursos arrecadados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza em 2011 foram provenientes de doações para combate à fome, no montante de R\$ 241.857,00 (duzentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e sete reais), detalhados na tabela a seguir, que mostra a arrecadação mensal das doações ao Fundo no exercício de 2011:

R\$ 1,00

Mês	Tipo de Doador			Total
	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Não Identificado (*)	
Janeiro	5.059,59	17.380,40	10.520,50	32.960,49
Fevereiro	1.002,01	8.721,73	14.603,09	24.326,83
Março	6.091,31	8.013,71	28.217,04	42.322,06
Abril	-740,58	7.528,74	14.309,77	21.097,93
Maio	-1.486,50	6.680,71	5.448,91	10.643,12
Junho	-1.366,30	7.450,91	5.302,17	11.386,78
Julho	2.518,46	9.477,86	5.288,89	17.285,21
Agosto	1.714,60	9.213,69	7.083,00	18.011,29
Setembro	2.266,92	9.216,71	6.877,55	18.361,18
Outubro	4.265,89	5.689,83	6.380,75	16.336,47
Novembro	1.750,77	4.953,61	5.951,24	12.655,62
Dezembro	5.941,72	4.670,58	5.858,12	16.470,42
Total	27.017,89	98.998,48	115.841,03	241.857,40

(*) Doações financeiras feitas nas agências da CEF e Banco do Brasil que não tiveram o tipo de pessoa (física ou jurídica) identificada.

Fonte: SIAFI Gerencial.

A utilização dos recursos em 2011 do FCEP consta do orçamento da União, no montante total de R\$ 440.024,00 (quatrocentos e quarenta mil e vinte e quatro reais), sendo que R\$ 178.024,00 (cento e setenta e oito mil e vinte e quatro reais) são originados de doações efetuados no decorrer do exercício e R\$ 262.000,00 (duzentos de sessenta e dois mil reais) originados de superávit da mesma fonte de recursos, conforme disposto na Tabela 18 – *Demonstrativo do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial* da Portaria STN nº 196, de 29 de março de 2011, que pode ser observado no quadro a seguir:

R\$ 1,00

Programa / Ação / Fonte de Recursos	Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
1049 - Acesso à Alimentação				
11V1 - Construção de Cisternas para Armazenamento de Água	440.024	440.024	0	0
194 - Doações para Combate à Fome	178.024	178.024	0	0
394 - Superávit de Doações para Combate à Fome	262.000	262.000	0	0
Total	440.024	440.024	0	0

Fonte Siafi Gerencial

Quanto aos gastos com despesas administrativas realizadas com recursos do Fundo, a Lei Complementar nº 111, de 2001, determina que o percentual máximo destinado a este tipo de despesa será definido a cada ano pelo Poder Executivo. Entretanto, em função do montante

reduzido e da concentração dos recursos em uma única ação, o MDS optou pela política de não executar despesas de caráter administrativo com dotações do FCEP. Neste sentido, tornou-se desnecessário o encaminhamento de Decreto para regulamentar o assunto.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Quadro 106 - A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, consequentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro 107 - A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, consequentemente, não possui orçamento próprio, não é possível o preenchimento deste quadro.

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

Quadro 108 - A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, consequentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias movimentadas pelo FCEP estão inclusas no Relatório de Gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar – SESAN

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

Quadro 109 - A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, consequentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro.

2.4.3.1 *Quadro Resumo da Programação de Despesas*

Quadro 110 - A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, consequentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro.

2.4.3.2 *Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa*

Quadro 111 - A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza não constitui uma Unidade Gestora, portanto não realiza movimentações financeiras externas ou internas.

2.4.4 *Execução Orçamentária da Despesa*

2.4.1.1 *Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ*

2.4.1.1.1 *Despesas por Modalidade de Contratação*

Quadro 112 - A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, consequentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro.

2.4.1.1.2 *Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa*

Quadro 113 - A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, consequentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro.

2.4.1.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 114 - A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, consequentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro.

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 115 - A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, consequentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro.

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 116 - A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, consequentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro.

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 117 - A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, consequentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro.

2.4.7 Indicadores Institucionais

Não há